serra d'arga

ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM

DA SERRA D'ARGA À FOZ DO ÂNCORA

VOLUME II

PATRIMÓNIO CULTURAL [ARQUITETÓNICO e IMATERIAL]

Janeiro de 2019

PROJETO INTERMUNICIPAL

Miguel Alves
Presidente da C. M. de Caminha

José Maria Costa
Presidente da C. M. de Viana do Castelo

Victor Mendes
Presidente da C. M. de Ponte de Lima

Coordenação Geral e Supervisão
Guilherme Lagido Domingos
Vice-Presidente da C. M. de Caminha

EQUIPA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO

Município de Caminha
Angelina Cunha

Município de Viana do Castelo
José Paulo Vieira
Horácio Faria

Município de Ponte de Lima
Gonçalo Rodrigues

EQUIPA TÉCNICA

TERRITÓRIO XXI - Gestão Integrada do Território e do Ambiente, Lda

Coordenação geral
Vilma Silva

Coordenação técnica (Património Cultural)
Vera Santos Silva

Coordenação técnica (Paisagem)
João Almeida

Textos
Vera Santos Silva
Paulo Dórdio Gomes

Conceção gráfica
Miew Creative Studio

ISBN
978-989-54357-4-6

Janeiro de 2019

serra d'arga

ESTRUTURA GERAL

Os Estudos de Caracterização da Paisagem do projeto "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" são constituídos por dois volumes:

VOLUME I **PAISAGEM**

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO
CAPÍTULO 2 - ENQUADRAMENTO
CAPÍTULO 3 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO
CAPÍTULO 4 - CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM
CAPÍTULO 5 - AVALIAÇÃO DA QUALIDADE VISUAL DA PAISAGEM
CAPÍTULO 6 - IDENTIFICAÇÃO DE UNIDADES DE PAISAGEM
CAPÍTULO 7 - DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS DE QUALIDADE PAISAGÍSTICA
CAPÍTULO 8 - ELEMENTOS DE REFERÊNCIA
ANEXOS:
Anexo 1 - Quadro de Referência Estratégico
Anexo 2 - Cartografia Temática [escalas 1:60.000 e 1:25.000]

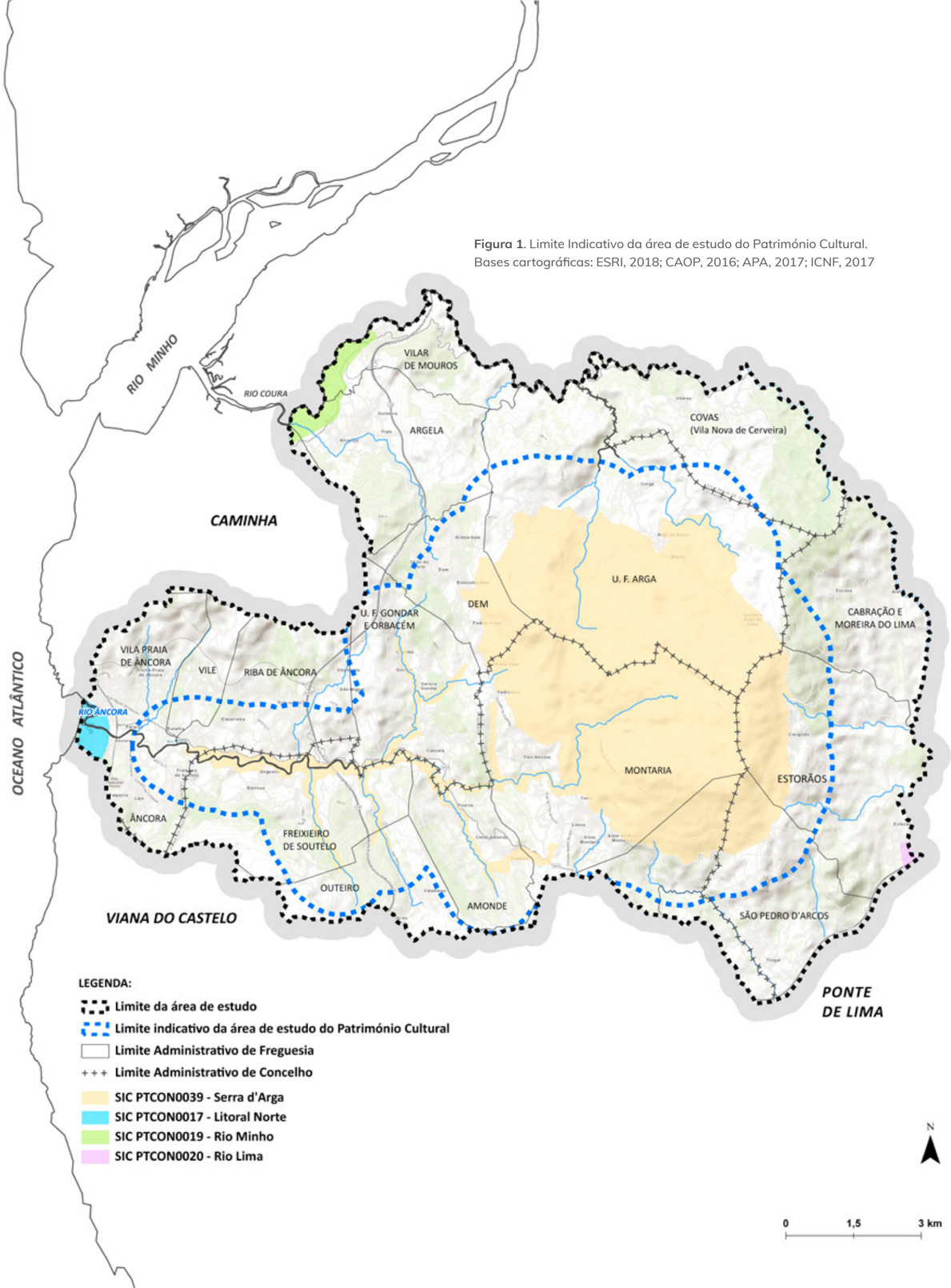
VOLUME II **PATRIMÓNIO CULTURAL (ARQUITETÓNICO e IMATERIAL)**

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA DE TRABALHO
CAPÍTULO 3 - PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO
CAPÍTULO 4 - PATRIMÓNIO IMATERIAL
CAPÍTULO 5 - VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO
CAPÍTULO 6 - ELEMENTOS DE REFERÊNCIA
ANEXOS:
Anexo 1 - Construção dos instrumentos de recolha de dados
Anexo 2 - Inventário do Património Arquitetónico

Capítulo 1

Introdução

Figura 1. Limite Indicativo da área de estudo do Património Cultural.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



Introdução

O presente volume corresponde à materialização dos estudos de Caracterização do Património Cultural "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora".

Inserido num estudo mais vasto que visa identificar, de forma aprofundada, os recursos e valores existentes na paisagem "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" com o intuito de informar uma estratégia de valorização do património paisagístico enquanto elemento territorial diferenciador e de elevado potencial turístico partilhado pelos três municípios abrangidos (Caminha, Viana do Castelo e Ponte de Lima), a caracterização do património cultural pretende o reconhecimento e catalogação dos bens, materiais e imateriais, de interesse cultural relevante. Estes bens culturalmente relevantes são aqueles que se constituem como elementos ou parcelas estruturantes da identidade e da memória coletivas da Serra d'Arga, nomeadamente os relacionados com a cultura tradicional popular, tendo como objetivos o conhecimento, o estudo, a salvaguarda, a valorização e a divulgação do património cultural local.

Neste sentido, a proteção e valorização do património cultural da área de estudo abrangida pelo projeto "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" têm como principais objetivos:

a) Fortalecer a consciência histórica e cultural das comunidades locais;
b) Incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural;
c) Promover o aumento do bem-estar social e económico;
d) Promover o desenvolvimento turístico local e regional;
e) Defender a qualidade ambiental e paisagística.

Sendo assim, a metodologia adotada para a caracterização do património cultural da Serra d'Arga, descrita no capítulo seguinte, decorre dos objetivos anteriormente expostos e assenta na promoção de uma recolha sistemática de dados, obedecendo a um dos princípios gerais da política do património cultural, expresso na alínea a) do artigo 6.º da Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro):

a) Inventariação, assegurando-se o levantamento sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes e com vista à respetiva identificação.

Em virtude da grande maioria das povoações existentes e espaços construídos se localizarem nas áreas limítrofes e exteriores ao Sítio de Importância Comunitária (SIC) PTCON0039 - Serra d'Arga, para o estudo e caracterização do Património Cultural "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" foi estabelecido um buffer de cerca de 1 km exterior ao limite do Sítio de Importância Comunitária "Serra de Arga", tal como indicado pela linha azul da **Figura 1**.

No entanto, ressalva-se, desde já, que foram integrados alguns valores patrimoniais exteriores ao limite previamente estabelecido, os quais, pelo seu valor cultural, relevância arquitetónica e/ou posição estratégica, se constituem como testemunhos de reconhecida e irrefutável importância cultural. Por este motivo, o limite definido pelo buffer de 1 Km passará a ter a designação de Limite indicativo da área de estudo do Património Cultural.

Relativamente ao património arqueológico, a delimitação da área do inquérito obedeceu, genericamente, à delimitação proposta para o inventário ao património arquitetónico. No entanto, a especificidade do inquérito considerou uma área de análise com limites um pouco mais amplos, tomando em consideração as características de mais baixa densidade deste tipo de património em comparação com o património arquitetónico e, assim, a necessidade de constituir um volume de informação que se afigurasse mais significativo e capaz de dar conta da evolução histórica da ocupação humana em épocas mais recuadas sobre a área em estudo.

A recolha sistemática de dados realizada no âmbito do processo de inventariação do património cultural "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora", alicerçada por um trabalho de campo exaustivo, detalhado e fortemente documentado, materializou-se numa base de dados georreferenciada constituída por 557 objetos arquitetónicos, bem como na identificação de 69 manifestações de âmbito imaterial. A descrição mais detalhada de cada um dos bens materiais e imateriais surge vertida nas correspondentes fichas de inventário do Património Cultural, perfazendo um total de 626 fichas de caracterização de bens materiais e imateriais distribuídas por 9 cadernos, organizados em volumes autónomos a este documento, designadamente os seguintes:

Caderno 1 - Património Arquitetónico | Monumentos | Arquitetura Civil Privada
Caderno 2 - Património Arquitetónico | Monumentos | Arquitetura Civil Pública
Caderno 3 - Património Arquitetónico | Monumentos | Arquitetura das Vias de Comunicação
Caderno 4 - Património Arquitetónico | Monumentos | Arquitetura Industrial/Artesanal
Caderno 5 - Património Arquitetónico | Monumentos | Arquitetura Religiosa
Caderno 6 - Património Arquitetónico | Conjuntos | Núcleos Rurais
Caderno 7 - Património Arquitetónico | Sítios | Espaços Naturais
Caderno 8 - Património Arquitetónico | Sítios | Sítios Arqueológicos
Caderno 9 - Património Imaterial

O presente documento é constituído por seis capítulos principais e dois anexos, encontrando-se organizado da seguinte forma:

1. Introdução
2. Metodologia de trabalho
3. Património Arquitetónico
4. Património Imaterial
5. Contributos para a valorização do Património Arquitetónico
6. Elementos de referência

Anexos:

Anexo 1. Construção dos instrumentos de recolha de dados
Anexo 2. Inventário do Património Arquitetónico

Capítulo 2

Metodologia de Trabalho

Metodologia de trabalho

A metodologia adotada nos estudos de caracterização do património cultural da área abrangida pelo projeto "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" considera o património cultural enquanto componente essencial da memória e identidade coletivas, auxiliando na compreensão da paisagem, no entendimento de que o património natural e o património cultural são indissociáveis.

De acordo com a Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, integram o património cultural "todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização" (n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 107/2011, de 8 de setembro).

Neste sentido, os bens incluídos no estudo de caracterização do património cultural da área abrangida pelo projeto refletem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. Expressam, ainda, relevância histórica, paleontológica, arqueológica, arquitetónica, linguística, documental, artística, etnográfica, científica, social, industrial ou técnica.

Reconhecendo que tanto o património arquitetónico como o património imaterial constituem, em conjunto, uma expressão insubstituível da riqueza e da diversidade do património cultural da Serra d'Arga, os bens culturais considerados no âmbito deste estudo são os seguintes:

a) **Bens materiais:** elementos construídos que representam testemunho material com valor de civilização ou de cultura;

b) **Bens imateriais:** realidades que representam testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória coletivas.

No entanto, ainda que, do ponto de vista antropológico, não se deva fazer a distinção entre cultura material e imaterial, uma vez que ambas pertencem à mesma realidade que deve ser abordada e compreendida na sua totalidade, no âmbito deste estudo de caracterização do património cultural da Serra d'Arga, esta separação foi efetuada por necessidades operativas.

Triangulação metodológica e faseamento

Para os estudos de caracterização do património cultural da área abrangida pelo projeto "Da Serra D'Arga à Foz do Âncora", procede-se, de seguida, à descrição da metodologia de trabalho adotada para a reunião, catalogação, análise e avaliação da extensa informação disponível, bem como à identificação dos normativos relevantes para o tema do Património Cultural.

Encontrando-se a caracterização do Património Cultural firmemente alicerçada no trabalho de campo, os resultados dessa atividade enquadraram o desenvolvimento da própria metodologia de trabalho. Antes de mais, importa referir que a especificidade do tema exige uma estratégia de triangulação metodológica, esquematizada na **Figura 2** e descrita logo de seguida.

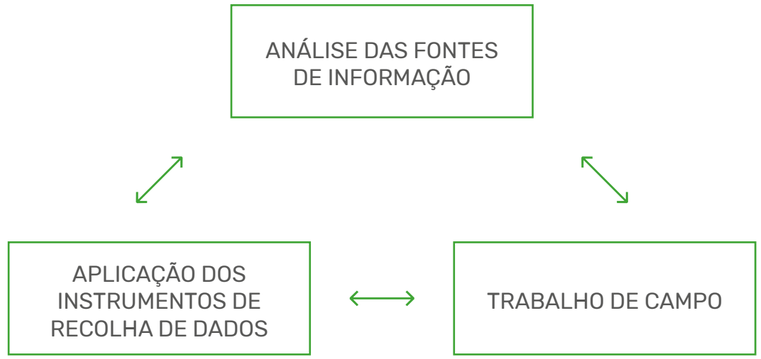


Figura 2. Triangulação metodológica adotada na caracterização do património cultural

Análise das fontes de informação

A análise das fontes de informação consistiu na realização de uma ampla pesquisa documental e bibliográfica sobre o tema, bem como no estudo de conteúdo dos documentos e normativos relevantes da UNESCO e de Portugal (legislação, atas de reuniões, declarações, recomendações).

Como ponto de partida foram utilizados os inventários que integram os Planos Diretores Municipais (PDM) dos concelhos abrangidos pelo presente projeto, designadamente Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo. No geral, estes inventários constituem listas de elementos patrimoniais a considerar, obrigatoriamente, no presente estudo, com o benefício de possuírem localização geográfica associada.

De seguida procedeu-se à consulta da informação disponibilizada pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), nomeadamente a seguinte:

a) Inventário do Património Arquitetónico (IPA), que integra o Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA).

O Inventário do Património Arquitetónico da DGPC está vocacionado para o património arquitetónico e, em particular, para a arquitetura de caráter erudito, refletindo-se na estruturação do respetivo descritor, bem como nas prioridades do trabalho de inventário. No entanto, a informação registada é variável, desde fichas de inventário muito completas até simples referências vagas que carecem de validação.

b) Base de Dados Nacional sobre Sítios, Trabalhos e Projetos Arqueológicos, que consta no Portal dos Arqueólogos.

Especificamente vocacionada para o património arqueológico, as principais fragilidades desta fonte de informação estão relacionadas com o caráter não sistemático de inventário e registo, muito variável de zona para zona e obedecendo a diferentes critérios, a que se acrescentam grandes problemas de validação e de localização dos sítios. Porém, possui a vantagem de reenviar para documentação não publicada que a DGPC possui em arquivo (relatórios de trabalhos e intervenções realizadas) e para a bibliografia disponível.

Ainda relativamente ao património arqueológico, e no que concerne as bases de dados públicas, foi também consultado o Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português (CVARN), projeto recente e em construção, com desenvolvimento apenas a partir de setembro de 2014. Limitado a informação sobre sítios com arte rupestre pós-paleolítica de ar livre do Centro e Norte português, possui um descritor básico (apenas uma breve descrição) e inclui registos fotográficos e georreferenciação. Desenvolvido com base em trabalhos de prospeção direcionada e levantamentos especializados é, em relação a este tipo de sítios, a melhor e, por vezes, a única informação disponível.

No entanto, de uma forma geral, todas estas fontes de informação apresentam como principal inconveniente o caráter não sistemático do inventário, não sendo controlável alguma parte do património arquitetónico, incluindo arqueológico, que existe, mas não se encontra identificado naqueles mesmos inventários.

Um segundo inconveniente daquelas fontes de informação é constituírem-se como inventários que não obedecem a critérios uniformizados e objetivados, contendo alguma informação divergente e, por vezes, contraditória. Desde modo, estes inventários e bases de dados públicas carecem de forte trabalho de validação da informação.

O terceiro problema que a utilização da informação registada nos inventários disponibilizados ao público normalmente apresenta é o da localização dos pontos de interesse patrimonial. Nesta situação, a informação é também normalmente muito limitada e insuficiente para realizar uma caracterização precisa e detalhada sobre os sítios.

Tomando em atenção as considerações anteriores, tornou-se necessário alargar as fontes de informação utilizadas. Sendo assim, recorreu-se à identificação e análise de informação em bibliografia especializada, desde publicações monográficas e locais até às publicações de caráter académico, tendo o cuidado de procurar a informação mais recente e atualizada de acordo com o natural desenvolvimento da investigação patrimonial na região.

No âmbito específico do património arqueológico, recorreu-se também à identificação e análise da documentação não publicada resultante de trabalhos arqueológicos realizados na área através de consultas diretas nos arquivos das instituições de tutela do património com a responsabilidade regional, a Direção Regional de Cultura do Norte (DRC-N), dependente da DGPC.

Este trabalho de identificação, validação de informação e localização dos pontos de interesse patrimonial procurou apoio no contacto direto com os responsáveis locais institucionais (técnicos municipais) e, sempre que possível, com responsáveis por trabalhos realizados na área ou com académicos responsáveis por projetos e investigações na mesma área.

A análise preliminar dos inventários públicos e da literatura de referência permitiu delinear uma metodologia de trabalho, bem como construir os correspondentes instrumentos de recolha de dados, nomeadamente a criação de fichas de inventário para registo das informações recolhidas. A metodologia para a construção das fichas de inventário encontra-se descrita no Anexo 1 do presente documento [Construção dos Instrumentos de Recolha de Dados].

A realização de todo este trabalho de análise das fontes de informação foi posteriormente complementada e articulada com as diversas visitas efetuadas aos locais de interesse, designadamente através do trabalho de campo.

Trabalho de Campo

O trabalho de campo efetuado na área de estudo definida para o inventário do património cultural permitiu não apenas a validação dos elementos identificados na fase preliminar de análise das fontes de informação, mas também a recolha de outros, tanto da esfera do património construído como do imaterial, não referenciados pelas bases de dados públicas e literatura de referência.

Este trabalho de campo permitiu, ainda, realizar o teste dos instrumentos de recolha de dados e do processo de inventariação. Neste âmbito, as técnicas de recolha de dados passaram por:

- Observação e registo direto dos objetos e das atividades;

- Entrevistas informais aos diversos intervenientes e informantes.

Aplicação dos instrumentos de recolha de dados

A aplicação dos instrumentos de recolha de dados consistiu na utilização de fichas de inventário diferenciadas (Património Arquitetónico e Património Imaterial) para integração da informação recolhida sobre cada uma das categorias/tipologias e domínios/categorias, respetivamente, do património cultural da área de estudo.

Ao nível do património construído, a informação vertida na Ficha de Inventário do Património Arquitetónico é tanto proveniente da análise da literatura e inventários de referência, como dos dados obtidos nas diversas visitas de campo.

Relativamente ao Património Imaterial, a informação provém não apenas da análise da literatura de referência, mas também de inquéritos realizados a indivíduos presumivelmente conhecedores de determinadas manifestações do património cultural imaterial da Serra d'Arga, pertencentes aos vários domínios indicados na Convenção da UNESCO de 2003.

Com base na estratégia de triangulação metodológica descrita anteriormente, a caracterização do património cultural "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" seguiu o esquema metodológico faseado apresentado na **Tabela 1**.

Caracterização do património cultural "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora"

ESQUEMA METODOLÓGICO

FASE	DESIGNAÇÃO / TAREFA		FORMA DE EXECUÇÃO
1	Definição da metodologia e cronograma de execução Construção dos instrumentos de recolha de dados	→	Pesquisa bibliográfica e documental (análise preliminar)
2	Identificação dos valores patrimoniais	→	Recensão bibliográfica e documental Visitas de campo
3	Descrição do património cultural	→	Recensão bibliográfica e documental Trabalho de campo Preenchimento de fichas de inventário
4	Caracterização do património cultural	→	Síntese temática

Tabela 1. Esquema metodológico adotado na caracterização do património cultural

A análise da tabela anterior permite constatar que a caracterização do património cultural da Serra d'Arga foi constituída pelas quatro fases de trabalho que a seguir se descrevem:

FASE 1 Definição da metodologia e cronograma de execução Construção dos instrumentos de recolha de dados

Primeira fase de trabalho, materializada em dois momentos:

1. Estabelecimento de uma metodologia de trabalho, bem como do respetivo cronograma de execução;

2. Definição dos instrumentos a adotar para recolha e registo dos dados relativos ao património cultural da área de estudo abrangida pelo projeto.

FASE 2 Identificação dos valores patrimoniais

Identificação e listagem dos elementos patrimoniais mais relevantes da área de estudo, nomeadamente no que concerne ao património arquitetónico e ao património imaterial, tanto classificado ou em vias de classificação, como não classificado.

Nesta segunda fase de trabalho foi efetuada uma exaustiva recensão bibliográfica e documental, acompanhada de visitas de campo, consubstanciando-se na elaboração de uma listagem detalhada de todos os elementos patrimoniais, construídos e imateriais, mais relevantes da área de estudo abrangida pelo projeto.

FASE 3 Descrição do património cultural

Fase de análise e descrição detalhada do património cultural da área de estudo, alicerçada numa minuciosa revisão bibliográfica e documental, bem como num exaustivo trabalho de campo.

Esta terceira fase de trabalho consubstanciou-se no preenchimento de fichas de inventário do património arquitetónico e do património imaterial, as quais integraram informação detalhada acerca de cada elemento do património arquitetónico e de cada manifestação do património imaterial, sendo devidamente documentadas com cartografia, fotografias e bibliografia de referência, entre outros elementos de caracterização e descrição do património cultural da área de estudo do projeto.

FASE 4 Caracterização do património cultural

Fase de análise e síntese de toda a informação recolhida.

Esta quarta e última fase de trabalho materializou-se na elaboração da síntese temática que agora se apresenta, discriminada para cada uma das categorias/ tipologias do património arquitetónico, bem como para cada um dos domínios do património imaterial, nomeadamente os seguintes:

A. Monumentos

- **A1.** Arquitetura Civil Privada
- **A2.** Arquitetura Civil Pública
- **A3.** Arquitetura das Vias de Comunicação
- **A4.** Arquitetura Industrial/Artesanal
- **A5.** Arquitetura Religiosa

B. Conjuntos

- **B1.** Núcleos Rurais

C. Sítios

- **C1.** Espaços Naturais
- **C2.** Sítios Arqueológicos

Trata-se de uma análise concretizada a partir das informações constantes nas fichas de inventário e outras fontes, fundamento para uma reflexão mais alargada acerca das possibilidades de proteção, promoção e salvaguarda dos bens culturais em apreço.

Capítulo 3

Património Arquitetónico

Património Arquitetónico

No presente capítulo é efetuada uma síntese do inventário dos objetos arquitetónicos identificados no âmbito do presente estudo de caracterização do património cultural "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora".

A base metodológica subjacente à estruturação do Inventário do Património Cultural da Serra d'Arga encontra-se descrita no **Anexo 1** do presente documento [Construção dos instrumentos de recolha de dados], bem como no capítulo anterior.

A listagem completa de todos os objetos arquitetónicos inventariados encontra-se coligida, para cada categoria/tipologia/tipo do Património Arquitetónico, no **Anexo 2** [Inventário do Património Cultural], bem como a cartografia referente à distribuição espacial de todos os elementos inventariados.

Nota introdutória

Para o estudo e caracterização do património construído da Serra d'Arga concretiza-se a inventariação do património arquitetónico tal como configurado na Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa (Granada, 3 de outubro de 1985), identificando-se, na **Tabela 2**, as categorias e as tipologias mais relevantes para o presente Inventário do Património Arquitetónico:

Categorias	Tipologias	Tipos (exemplos)
A. Monumentos	**A1.** Arquitetura Civil Privada	Casas, quintas
	A2. Arquitetura Civil Pública	Fontes, torres
	A3. Arquitetura das Vias de Comunicação	Pontes, pontões
	A4. Arquitetura Industrial/Artesanal	Azenhas, moinhos
	A5. Arquitetura Religiosa	Cruzeiros, igrejas
B. Conjuntos	**B1.** Núcleos Rurais	-
C. Sítios	**C1.** Espaços Naturais	Açudes
	C2. Sítios Arqueológicos	Achados, povoados

Tabela 2. Categorias e tipologias do Inventário do Património Arquitetónico

De acordo com as categorias e as tipologias identificadas anteriormente, o número global de valores patrimoniais de âmbito arquitetónico inventariados na Serra d'Arga identifica-se na **Tabela 3**.

Categorias	Tipologias	Nº Objetos inventariados	
A. Monumentos	**A1.** Arquitetura Civil Privada	30	
	A2. Arquitetura Civil Pública	140	
	A3. Arquitetura das Vias de Comunicação	37	**481** [85,9%]
	A4. Arquitetura Industrial/Artesanal	80	
	A5. Arquitetura Religiosa	194	
B. Conjuntos	**B1.** Núcleos Rurais	20	**20** [3,6%]
C. Sítios	**C1.** Espaços Naturais	18	**59** [10,5%]
	C2. Sítios Arqueológicos	41	
			560

Tabela 3. Valores patrimoniais arquitetónicos

A análise da tabela anterior permite verificar que foram inventariados um total de 560 objetos arquitetónicos, dos quais cerca de 86% integram a categoria dos Monumentos, distribuídos por cinco tipologias (Arquitetura Civil Privada, Arquitetura Civil Pública, Arquitetura das Vias de Comunicação, Arquitetura Industrial/Artesanal e Arquitetura Religiosa) e 10,5% integram a categoria dos Sítios (Espaços Naturais e Sítios Arqueológicos).

Menos de 4% dos valores patrimoniais arquitetónicos inventariados pertencem à categoria dos Conjuntos, unicamente referenciados à tipologia dos Núcleos Rurais.

MONUMENTOS

Relativamente aos valores patrimoniais de âmbito arquitetónico pertencentes à categoria Monumentos localizados na área de estudo do património cultural do projeto "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora", foram identificados os discriminados na **Tabela 4**.

Categoria	Tipologia	Tipo	Nº Objetos inventariados			
			Área de Estudo		SIC "Serra de Arga"	
A. Monumentos	**A1.** Arquitetura Civil Privada	Casas	19	**30**	5	**7**
		Quintas	11		2	
	A2. Arquitetura Civil Pública	Equipamentos	14	**140**	10	**38**
		Fontes	117		26	
		Lavadouros	9		2	
	A3. Arquitetura das Vias de Comunicação	Alpondra	2	**37**	2	**22**
		Caminhos	1		1	
		Pontões	11		7	
		Pontes	23		12	
	A4. Arquitetura Industrial/Artesanal	Azenhas	2	**80**	0	**45**
		Moinhos	78		45	
	A5. Arquitetura Religiosa	Alminhas	25	**194**	6	**39**
		Nichos	15		1	
		Cruzes	44		9	
		Cruzeiros	47		9	
		Calvários	5		0	
		Igrejas	12		4	
		Capelas	29		3	
		Santuários	5		3	
		Cemitérios	12		4	

Tabela 4. Valores patrimoniais arquitetónicos: Monumentos

A análise da tabela anterior permite constatar que foram identificados 481 monumentos, dos quais menos de um terço (151, ou seja, 31,4%) se localiza no interior do SIC PTCON0039 "Serra de Arga".

A maioria dos monumentos identificados (194, mais de 40%) pertencem à tipologia Arquitetura Religiosa, distribuídos, em número decrescente, por cruzeiros e cruzes, capelas, alminhas e nichos, igrejas, cemitérios e santuários.

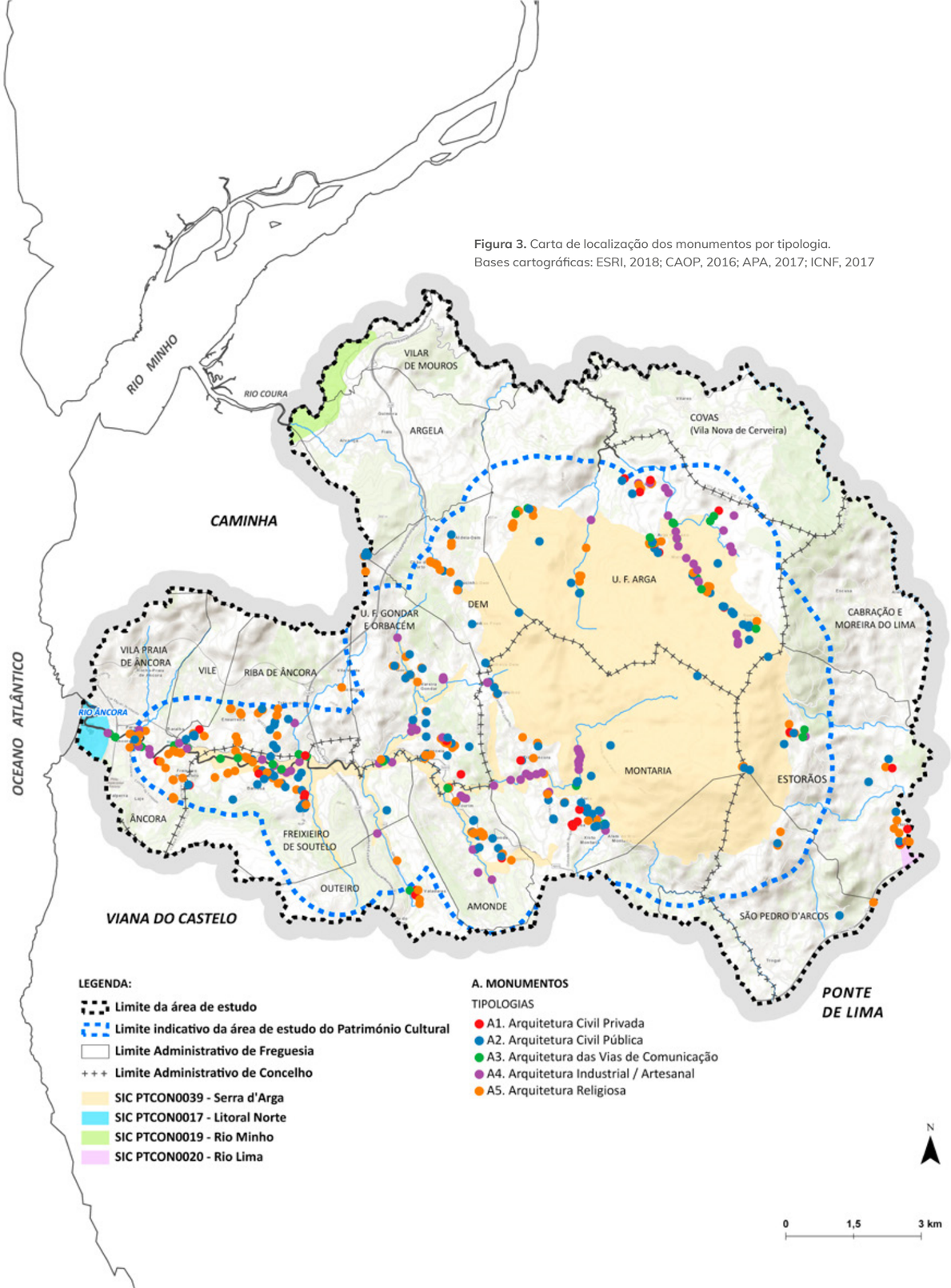
Salienta-se igualmente a profusão de elementos integrados nas tipologias Arquitetura Civil Pública, nomeadamente fontes (117) e Arquitetura Industrial/Artesanal, nomeadamente moinhos (78), a maioria dos quais localizados ao longo das inúmeras linhas de água que atravessam a serra.

De ressaltar também o número de elementos arquitetónicos pertencentes à tipologia Arquitetura das Vias de Comunicação (37), mais de metade dos quais localizados no interior do limite do SIC "Serra de Arga".

Finalmente, a tipologia que integra o menor número de objetos identificados corresponde à tipologia Arquitetura Civil Privada, com um total 30 casas e quintas com interesse patrimonial identificadas.

Os monumentos identificados na área de estudo apresentam a distribuição geográfica expressa na **Figura 3**, sendo notória a sua localização no sopé da Serra e ao longo do vale do Âncora e seus afluentes. A esta distribuição geográfica das obras arquitetónicas de relevância cultural não será, contudo, alheia a localização das próprias povoações que se fixaram nas vertentes e encostas menos agrestes da Serra, bem como nas áreas mais férteis atravessadas pelo Rio Âncora.

Figura 3. Carta de localização dos monumentos por tipologia.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



Arquitetura Civil Privada

Os objetos arquitetónicos integrados na tipologia Arquitetura Civil Privada classificam-se em dois tipos:

a) Casas;
b) Quintas.

O número de casas e quintas com interesse patrimonial inventariadas encontra-se expresso na **Tabela 5**.

	Casas		Quintas	
	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"
Caminha	4	-	7	2
Ponte de Lima	2	1	2	-
Viana do Castelo	13	4	2	-
Total	**19**	**5** (26%)	**11**	**2** (18%)

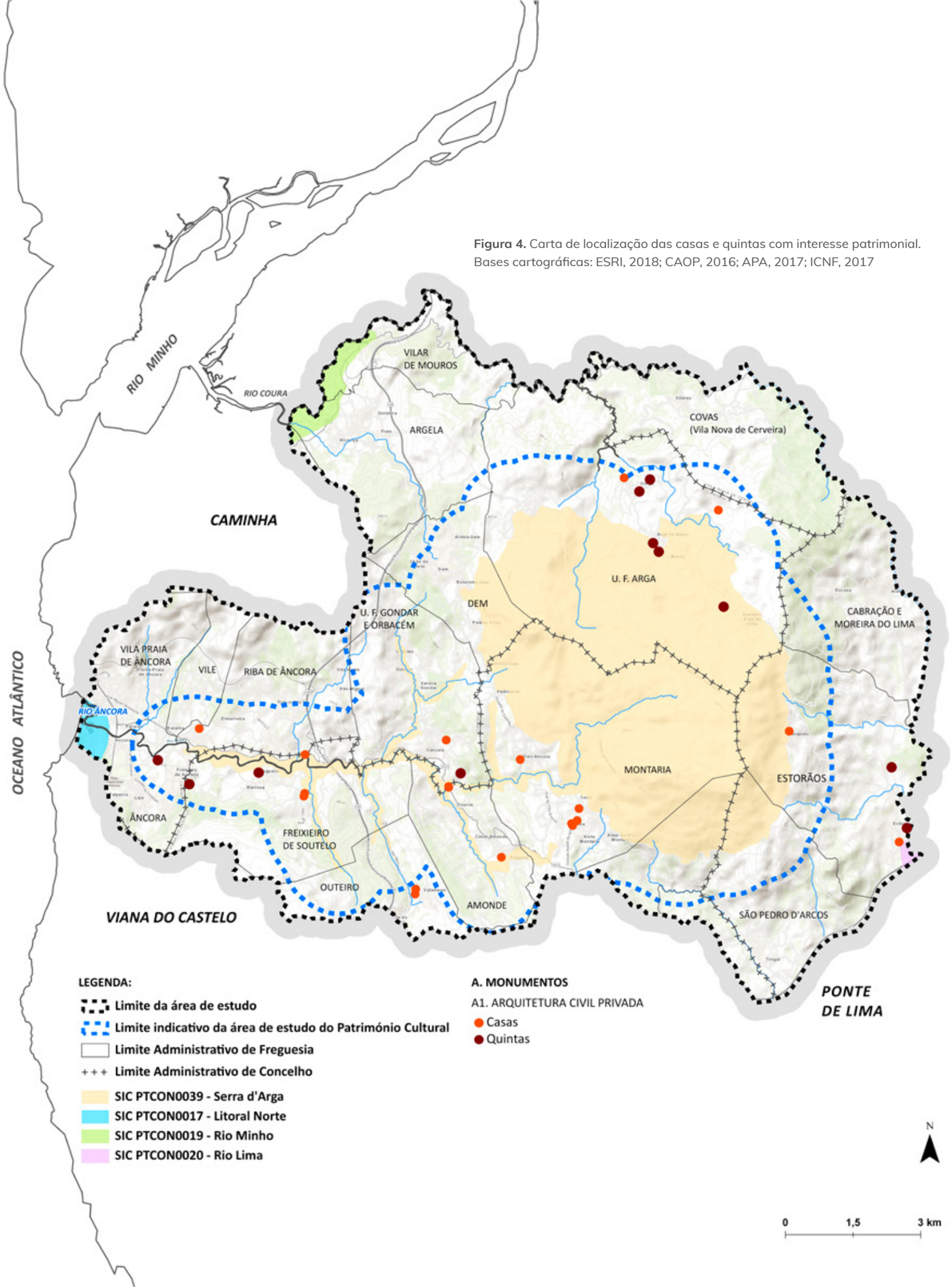
Tabela 5. Casas e quintas (n.º)

A maioria das casas e das quintas com valor patrimonial inventariadas localiza-se, respetivamente, nos concelhos de Viana do Castelo e de Caminha, apresentando a distribuição geográfica expressa na **Figura 4**, sendo notória a sua localização no sopé da Serra, nas povoações, bem como ao longo do vale do Âncora e seus afluentes.

O tipo mais representativo da tipologia Arquitetura Civil Privada é o das Casas, com um total de 19 ocorrências (mais de 60% do total), a maioria das quais já referenciadas nos PDM dos respetivos municípios, sendo que apenas cinco das identificadas (26%) se localizam no SIC "Serra de Arga". Relativamente às Quintas, apenas duas, localizadas no concelho de Caminha, se incluem no Sítio de Importância Comunitária em questão.

Na **Folha A1** [Arquitetura Civil Privada] do **Anexo 2** [Inventário do Património Arquitetónico] apresenta-se, com maior precisão, a localização e enumeração de todas as casas e quintas identificadas no âmbito do inventário.

Figura 4. Carta de localização das casas e quintas com interesse patrimonial. Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



Casas

No tipo Casas destacam-se, pelo testemunho que constituem do modo de construir mais tradicional e característico da Serra, as duas casas de Arga de Baixo, em Castanheira (**Figura 5**) e em Varziela (**Figura 6**).

Figura 5. Casa tradicional de Arga de Baixo (Castanheira, Arga de Baixo)

Figura 6. Casa tradicional de Arga de Baixo (Varziela, Arga de Baixo)

Trata-se de duas construções rústicas, de planta retangular regular e dois pisos, com paramentos de xisto, cunhais e lintéis dos vãos em granito e cobertura, de duas águas, em telha. Em ambas as situações, o acesso ao piso superior é feito por uma escada de pedra exterior, rematando, na casa em Castanheira, num pequeno alpendre coberto protegido por guardas formadas com grandes lajes de granito.

Nestas casas serranas mais típicas, no piso inferior organizam-se as dependências para o gado ou outros trabalhos domésticos como a confeção do pão, manifestando-se, por exemplo, no desenho tosco de um rolo da massa inscrito no lintel de uma das portas da casa em Castanheira (**Figura 7**). No piso superior, de apenas uma divisão para toda a família, um pequeno forno de granito, alimentado a lenha, permite o aquecimento do pequeno espaço, ao mesmo tempo que permite a preparação das refeições.

Figura 7. Lintel da porta de casa tradicional em Varziela (Arga de Baixo)

Quintas

Do conjunto das quintas inventariadas destacam-se os dois subtipos mais comuns, resultado e consequência das características biofísicas do próprio território onde se implantam: as casas de montanha e as quintas de vale.

As casas de lavoura de montanha, tipicamente serranas, livres das sujeições habituais dos povoados mais densos, procuram a implantação mais favorável, protegendo-se das chuvas e do frio dos invernos rigorosos, deixando para o caminho público as fachadas maciças onde se destacam as pequenas janelas dos quartos e o largo portão de acesso ao quinteiro. O pátio é vedado a toda a volta, através do qual se tem acesso a todas as dependências da casa.

O edifício principal inclui, no piso superior, a moradia dos proprietários e, em baixo, as lojas onde se instalam as cortes dos animais. Prolongando-se pelos outros lados do terreiro, nos diversos cobertos, guardam-se todos os produtos da terra que precisam de abrigo e ar renovado. Esta continuidade de coberturas, estendendo-se em baixa pendente, rematam os tetos de folhagem das ramadas circundantes, envolvem todo o conjunto, conferindo-lhe um aspeto compacto, recolhido e imerso na paisagem.

Exterior a todo o conjunto edificado, nos espigueiros abrigam-se e arejam-se os cereais que se expõem, ao sol, nas respetivas eiras.

Como um prolongamento direto da vida do agricultor, estas casas de lavoura ampliam-se e as instalações tomam as proporções que as necessidades exigem. No entanto, embora o tamanho aumente, o esquema mantém-se igual às de menores dimensões (menos ricas) e os objetos, animais e pessoas abrigam-se, da mesma forma, lado a lado.

A vastidão e as dimensões das áreas cobertas indicam se estamos em presença, ou não, de uma grande casa de lavrador. A dimensão (comprimento) ou número de espigueiros da casa de lavoura surge como um indicador das capacidades económicas do proprietário. Assim, quanto maior for o espigueiro, ou em número superior a um, indicando uma maior capacidade para armazenamento de cereais, maior e mais rica é a casa. No entanto, não se verifica qualquer tentativa de ostentação. Pelo contrário, o modo de vida continua sóbrio, os hábitos e os objetos quotidianos permanecem marcadamente rústicos.

Das casas de montanha mais relevantes da Serra d'Arga destacam-se a Casa da Pontelhinha (**Figura 8**) e a Casa da Eirinha (**Figura 9**).

Figura 8. Casa da Pontelhinha (Arga de Baixo)

Figura 9. Casa da Eirinha (Arga de Baixo)

A Casa da Pontelhinha e a Casa da Eirinha possuem todos os elementos mais característicos das tradicionais casas de lavoura da Serra d'Arga: o edifício principal, com dois pisos (loja e moradia), construído em alvenaria de granito e xisto; o terreiro ou pátio interior murado e semicoberto rodeado pelas cortes dos animais e o quinteiro para o estrume; o espigueiro de granito, estreito e comprido, com a respetiva eira; os típicos muros de vedação em granito e xisto encastelado e as leiras férteis localizadas junto às margens de uma das inúmeras linhas de água que retalham a serra (**Figura 10**).

LEGENDA:

1. Telheiro do portão
2. Edifício principal
3. Terreiro ou pátio
4. Espigueiro
5. Eira
6. Muro de vedação
7. Campo de cultivo
8. Linha de água existente

Figura 10. Implantação das Casas da Pontelhinha e da Eirinha (Arga de Baixo)

Do subtipo casas de montanha, destacam-se também as atualmente arruinadas Casa em Castanheira (**Figura 11**) e Casa do Fuchaquinho (**Figura 12**), ambas localizadas em Castanheira, lugar de Arga de Baixo.

Figura 11. Ruínas da Casa em Castanheira (Arga de Baixo)

Datada de meados do século XVIII, a Casa do Fuchaquinho, disposta no sentido do declive do terreno, é constituída por um conjunto de corpos com funções e construções distintas. No corpo maior, maciço, quase sem aberturas, localizam-se, no piso inferior, semienterradas, as lojas e, no superior, os quartos e as salas da casa. A cozinha, intercalada a meia altura, comunica com as lojas, as salas e, ainda, com a entrada principal e com a horta, aproveitando a pendente do solo. No outro corpo, justaposto, existem dois quartos suplementares e a varanda, no enfiamento da qual se estende a escada, ampla e abrigada. No exterior, sobrelevados, dois espigueiros de diferentes dimensões completam o conjunto que terá pertencido, com toda a certeza, a um lavrador rico e fidalgo.

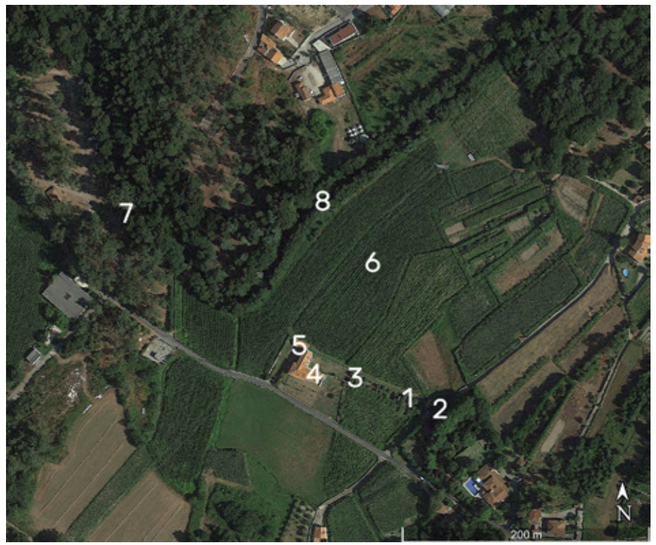
Figura 12. Ruínas da Casa do Fuchaquinho (Castanheira, Arga de Baixo)

Figura 13. Quinta do Paço (Âncora)

Ao contrário das casas de montanha, as quintas de vale, já se expõem ao exterior. Apresentam-se de frente para o arruamento ou caminho, com as suas varandas corridas que marcam a dominante horizontal da composição. Os espaços ampliam-se e as formas surgem mais imponentes e destacadas, dando ênfase às necessidades do proprietário de hábitos urbanos, retirado na sua residência de veraneio. Muitas vezes, ao lado da habitação instala-se a capela, a qual, só por si, confere o nível e a classe das pessoas que nela residem.

Do grupo das quintas de vale que se distribuem ao longo das terras férteis adjacentes ao Rio Âncora, o destaque vai para a Quinta do Paço (**Figura 13** e **Figura 14**) em Âncora (Caminha), residência de verão dos sucessivos proprietários.

A casa principal abre-se para o exterior, possui sacadas para o terreiro interior e uma escadaria do lado poente que dá acesso a uma galeria envidraçada. Do lado nascente, um cruzeiro pontua o acesso e, por cima do portal principal, entre ameias, vê-se o brasão de armas dos seus antigos senhores. Na capela interior, dedicada a Nossa Senhora da Ajuda, jazem diversos proprietários e pessoas das suas famílias.



LEGENDA:

1. Portal principal
2. Cruzeiro
3. Alameda de acesso
4. Edifício principal
5. Capela
6. Campos de cultivo
7. Moinho particular
8. Rio Âncora

Figura 14. Implantação da Quinta do Paço (Âncora)

A Quinta do Paço integra, ainda, grandes extensões de campos onde se cultivava o milho em regime intensivo, o qual seria, posteriormente, reduzido a farinha no moinho particular, uma das maiores instalações da indústria de molinação existentes no Rio Âncora nos séculos XVIII e XIX (**Figura 15**).

Figura 15. Cruzeiro e Moinho da Quinta do Paço (Âncora)

Arquitetura Civil Pública

Classificam-se os objetos arquitetónicos incluídos na tipologia Arquitetura Civil Pública em dois grandes grupos:

a) Equipamentos;

b) Fontes e Lavadouros.

O número de Equipamentos públicos inventariados é bastante residual quando comparado com a amplitude dos objetos arquitetónicos identificados, correspondendo a menos de 3% do total. Encontra-se expresso na **Tabela 6** e distribui-se pelos seguintes subtipos:

a) Abrigos de pastores [2];

b) Casas florestais [5];

c) Escolas [1];

d) Relógios [2];

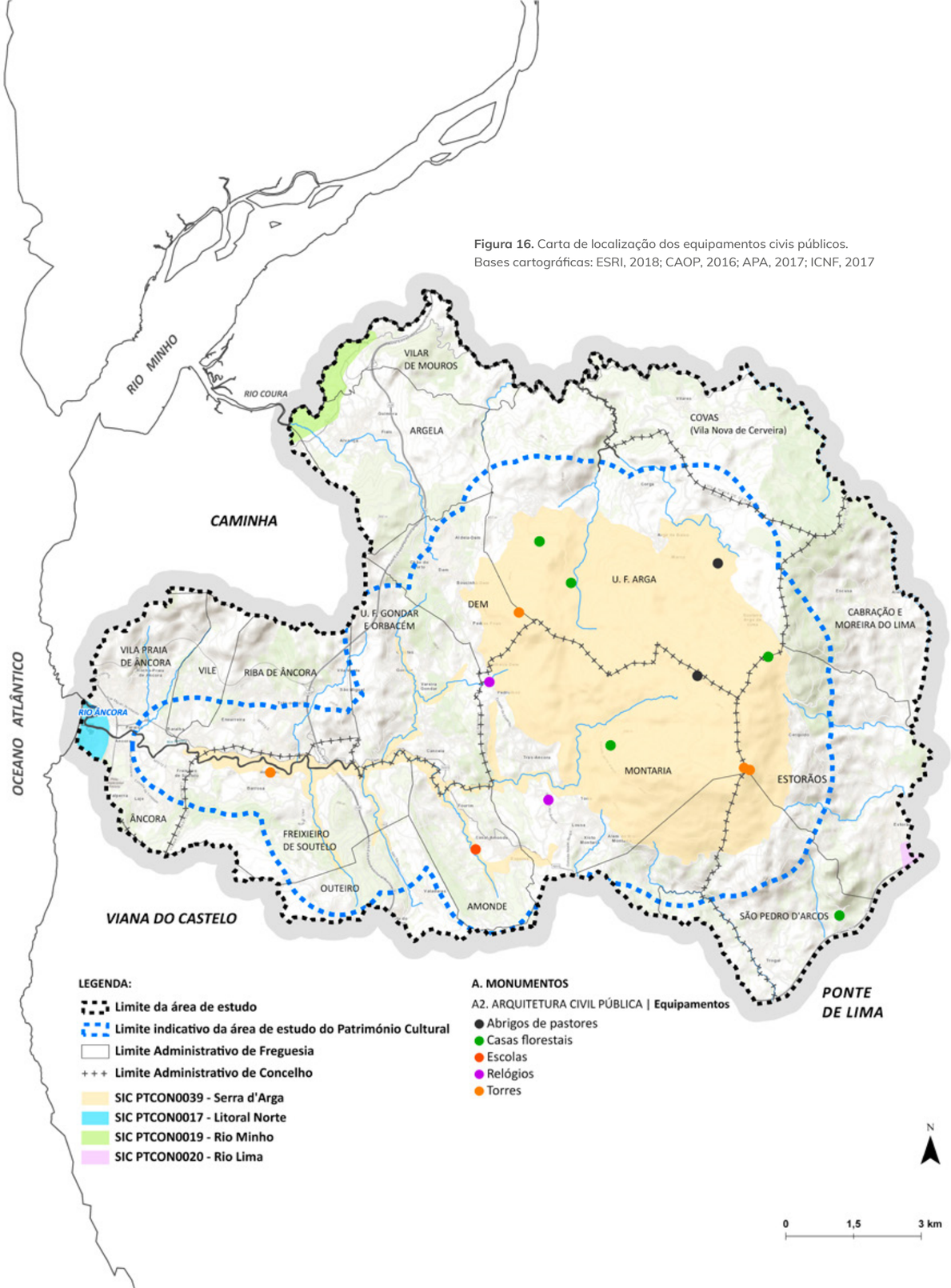
e) Torres [4].

	Equipamentos	
	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"
Caminha	5	5
Ponte de Lima	1	0
Viana do Castelo	8	5
Total	**14**	**10** (71%)

Tabela 6. Equipamentos públicos (n.º)

A maioria dos equipamentos (mais de 70%) localiza-se no SIC "Serra de Arga", dividindo-se entre os concelhos de Caminha e de Viana do Castelo, conforme é possível constatar pela observação da **Figura 16**.

Figura 16. Carta de localização dos equipamentos civis públicos.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



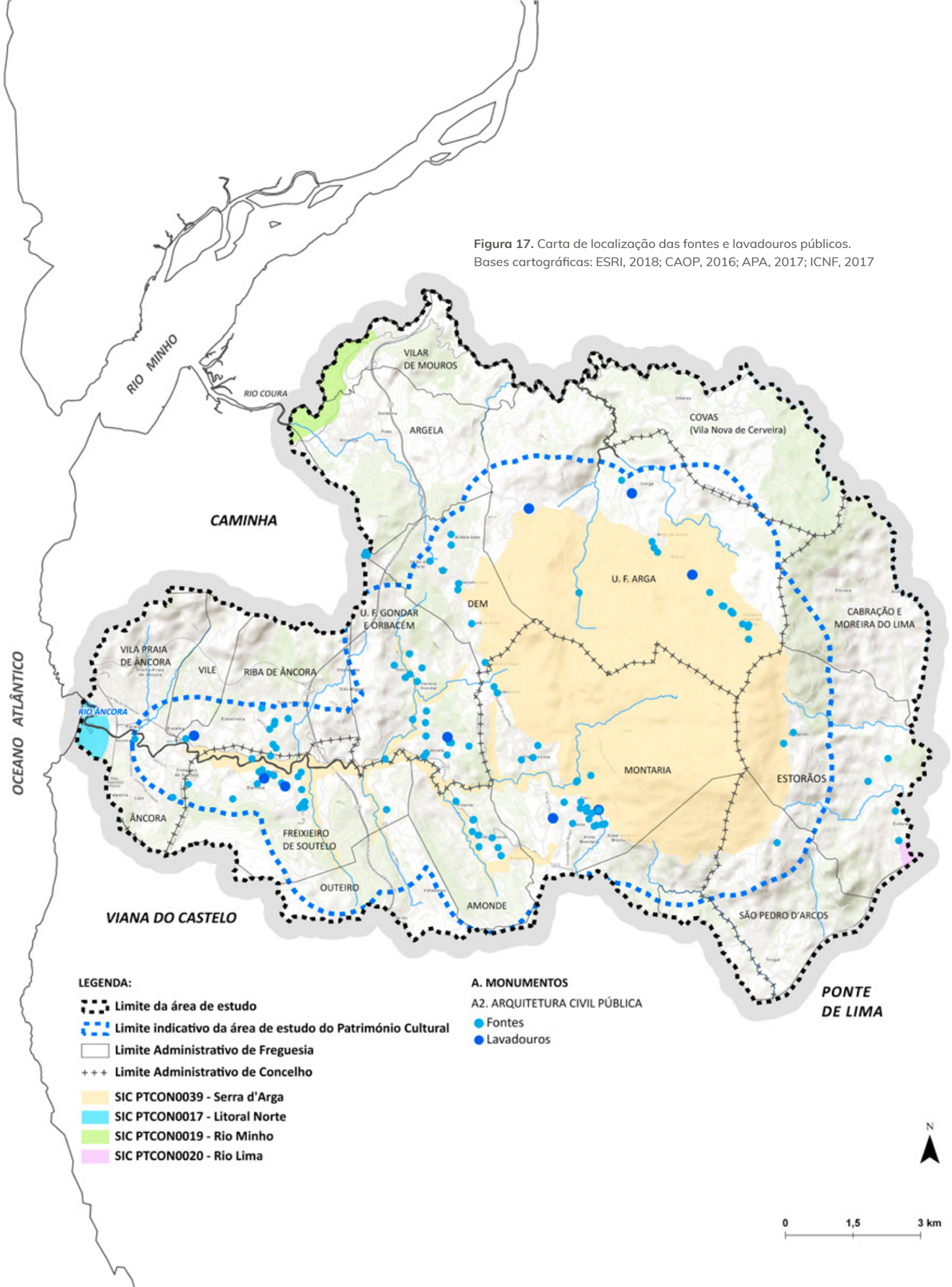


Figura 17. Carta de localização das fontes e lavadouros públicos.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017

Relativamente às Fontes e Lavadouros públicos, o número destes elementos identificados no Inventário do Património Arquitetónico surge expresso na **Tabela 7**:

	Fontes		Lavadouros	
	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"
Caminha	57	18	5	1
Ponte de Lima	7	1	-	-
Viana do Castelo	53	7	4	1
Total	**117**	**26** (22%)	**9**	**2** (22%)

Tabela 7. Fontes e lavadouros públicos (n.º)

A análise da tabela anterior permite constatar que foram inventariadas mais de uma centena de fontes e nove lavadouros, cuja espacialização se apresenta na **Figura 17**.

Apenas 22% das fontes e lavadouros identificados no inquérito se localizam no SIC "Serra de Arga", distribuindo-se, mais ou menos equitativamente, ao longo dos percursos pedonais e viários que ladeiam ou cruzam as inúmeras linhas de água que fragmentam os concelhos de Caminha e Viana do Castelo, encontrando-se mais raramente em Ponte de Lima.

Na **Folha A2** [Arquitetura Civil Pública] do **Anexo 2** [Inventário do Património Arquitetónico] apresenta-se, com maior precisão, a localização e enumeração de todos os elementos patrimoniais civis públicos identificados no âmbito do inventário.

Equipamentos

O trabalho de campo efetuado na Serra d'Arga permitiu constatar que as maiores altitudes são pontuadas com abrigos de pastores, casas florestais e torres de vigia. Embora com diferentes finalidades, todos estes equipamentos pretendem exercer uma ação de vigilância da totalidade da serra, bem como obter uma perspetiva ampla e uma visão mais abrangente sobre o território onde se implantam.

Construídos com lajetas irregulares de xisto sobrepostas, os abrigos de pastores de Arga de Cima e de Montaria (**Figura 18 e Figura 19**), localizados a 550 e 780 metros de altitude, respetivamente, constituem-se como autênticos refúgios de montanha para proteção contra os ventos e as inclemências serranas, posicionados de tal forma que permitem a vigilância dos animais. São os dois únicos exemplares remanescentes em toda a serra, testemunhos incontornáveis de um modo de vida rude e agreste.

Figura 18. Abrigo de pastores em Arga de Cima

Figura 19. Abrigo de pastores na Montaria

Figura 20. Antiga casa florestal de Sangemondes

As antigas casas florestais, construídas na primeira metade do século XX, durante o Estado Novo, em plena Serra d'Arga, destinavam-se a residência dos guardas (e suas famílias) que fiscalizavam o perímetro florestal, procedendo à revista das pessoas que entravam ou saíam da serra com madeiras, cereais ou outros produtos. De arquitetura rústica e implantadas em locais estratégicos, estas casas florestais possuíam todo o conforto necessário a uma família: casa de banho completa, sala e quartos espaçosos e uma cozinha que incluía uma grande lareira com chaminé pronunciada.

Reflexo do interesse público pela manutenção e conservação florestal, estas casas foram úteis enquanto a floresta constituiu uma prioridade económica do Estado. No entanto, com as alterações políticas, económicas e sociais que foram ocorrendo, a sua função original foi desativada, possuindo, atualmente e em regra geral, uma utilização precária e esporádica, encontrando-se, muitas delas, desocupadas e em mau estado de conservação.

Na Serra d'Arga, esta situação não foi exceção: das cinco casas florestais identificadas, todas se encontram, presentemente, desocupadas e em estado de eminente ruína. Apenas uma, localizada em Sangemondes (Ponte de Lima), mantém, ainda, um razoável estado de conservação (**Figura 20**).

Destaca-se, ainda, a antiga casa florestal da Montaria (Viana do Castelo). Para além do edifício principal, de tipologia corrente, integra-se no conjunto, em volumes autónomos, o armazém, a casa do forno e os currais dos animais. Junto à casa localizava-se a horta, cultivada pelo guarda com a ajuda da esposa (**Figura 21**).

Figura 21. Antiga casa florestal da Montaria

Ainda no âmbito dos equipamentos públicos identificados no inquérito, salientam-se os dois relógios comunitários identificados no concelho de Viana do Castelo, mais especificamente nos lugares de Espantar, em Montaria, e de Pedrulhos, em Âncora.

Em Espantar, um nicho de pedra, encerrado com uma pequena porta de chapa, alberga o relógio comunitário que regula a medição das águas de rega. Em Pedrulhos, um relógio de sol constituído por uma peça tosca em granito adquire a mesma função (**Figura 22**).

Figura 22. Relógio de sol em Pedrulhos

Fontes e Lavadouros

A grande profusão de fontes públicas identificadas na área de estudo justifica-se pela importância que a água adquire em toda a Serra d'Arga e vale do Âncora. Acompanhando ou cruzando as inúmeras linhas de águas existentes, posicionando-se em lugares estratégicos, semienterradas no solo ou adossadas a pequenos muros de contenção de terras, junto às escadas de acesso ao moinho, à presa ou à levada, as fontes de maior valor patrimonial são as que se identificam na **Figura 23**.

Fonte Salgueira

Fonte da Ribada

Fonte do Reconco

Fonte da Costa

Fonte de Trás-Âncora

Fonte da Capela de São Mamede

Fonte do Sobral

Fonte da Mó

Fonte das Presas

Figura 23. Fontes com valor patrimonial

Geralmente datadas dos finais do século XVII até meados do século XVIII, trata-se de construções em cantaria de granito, geralmente com espaldar retangular, com uma ou duas bicas salientes em pedra, de feição marcadamente rústica e popular.

De valor patrimonial são também as fontes que associam um motivo religioso à função terrena de abastecimento de água, principalmente através da introdução de uma cruz cimeira ou gravada na pedra, nomeadamente as que se apresentam na **Figura 24**:

Fonte em Orbacém

Fonte do Val

Fonte da Capela de Nossa Senhora da Cabeça

Figura 24. Fontes com motivos religiosos

Ao longo dos caminhos, geralmente rodoviários, encontram-se os subtipos de fontes que mais se repetem, geralmente porque datadas da uma mesma época de construção. A análise da evolução tipológica das fontes localizadas ao longo dos caminhos, apresentada na **Figura 25**, permite concluir que a tendência é de simplificação volumétrica, mas também de empobrecimento artístico e patrimonial.

Século XVIII:

Inícios do século XX:

Meados do século XX:

Décadas de 60 e 70 do século XX:

Figura 25. Evolução tipológica das fontes localizadas ao longo dos arruamentos

Finalmente, dos nove lavadouros identificados, destaca-se, em Arga de Cima, o lavadouro público descoberto (**Figura 26**).

Localizado no centro da povoação de Gandra (ou Gândara), num alargamento do caminho e protegido por uma ramada horizontal, construído em granito e semienterrado no solo, o lavadouro possui capacidade para quatro pessoas ao mesmo tempo. O abastecimento de água é feito através de uma levada em granito com bica saliente.

Figura 26. Lavadouro público de Gandra (Arga de Cima)

Arquitetura das Vias de Comunicação

Forçosamente recortados pelos caminhos e pelos carreiros, os rios, ribeiros e regatos dão origem às pontes, pontões ou pontelhas, bem como às poldras ou alpondras (pedras dispostas sobre correntes de água). Correspondem a diversas formas de travessia dos cursos de água, diferindo consoante a dimensão dos mesmos.

Sendo assim, os objetos arquitetónicos incluídos na tipologia Arquitetura das Vias de Comunicação classificam-se em quatro tipos:

a) Alpondras [2];

b) Caminhos [1];

c) Pontes;

d) Pontões.

As duas Alpondras e o Caminho identificados localizam-se no concelho de Caminha e dentro dos limites do SIC "Serra de Arga".

A distribuição das unidades de Pontes e Pontões inventariadas apresentam-se na **Tabela 8**.

Em termos globais, identificam-se 23 pontes e 11 pontões em toda a área de estudo, 64% dos quais localizados no SIC "Serra de Arga", dividindo-se entre os concelhos de Caminha e Viana do Castelo. Somente três pontes inventariadas se localizam no concelho de Ponte de Lima.

	Pontes		Pontões	
	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"
Caminha	14	7	6	3
Ponte de Lima	3	-	-	-
Viana do Castelo	6	5	5	4
Total	**23**	**12** (52%)	**11**	**7** (64%)

Tabela 8. Pontes e pontões (n.º)

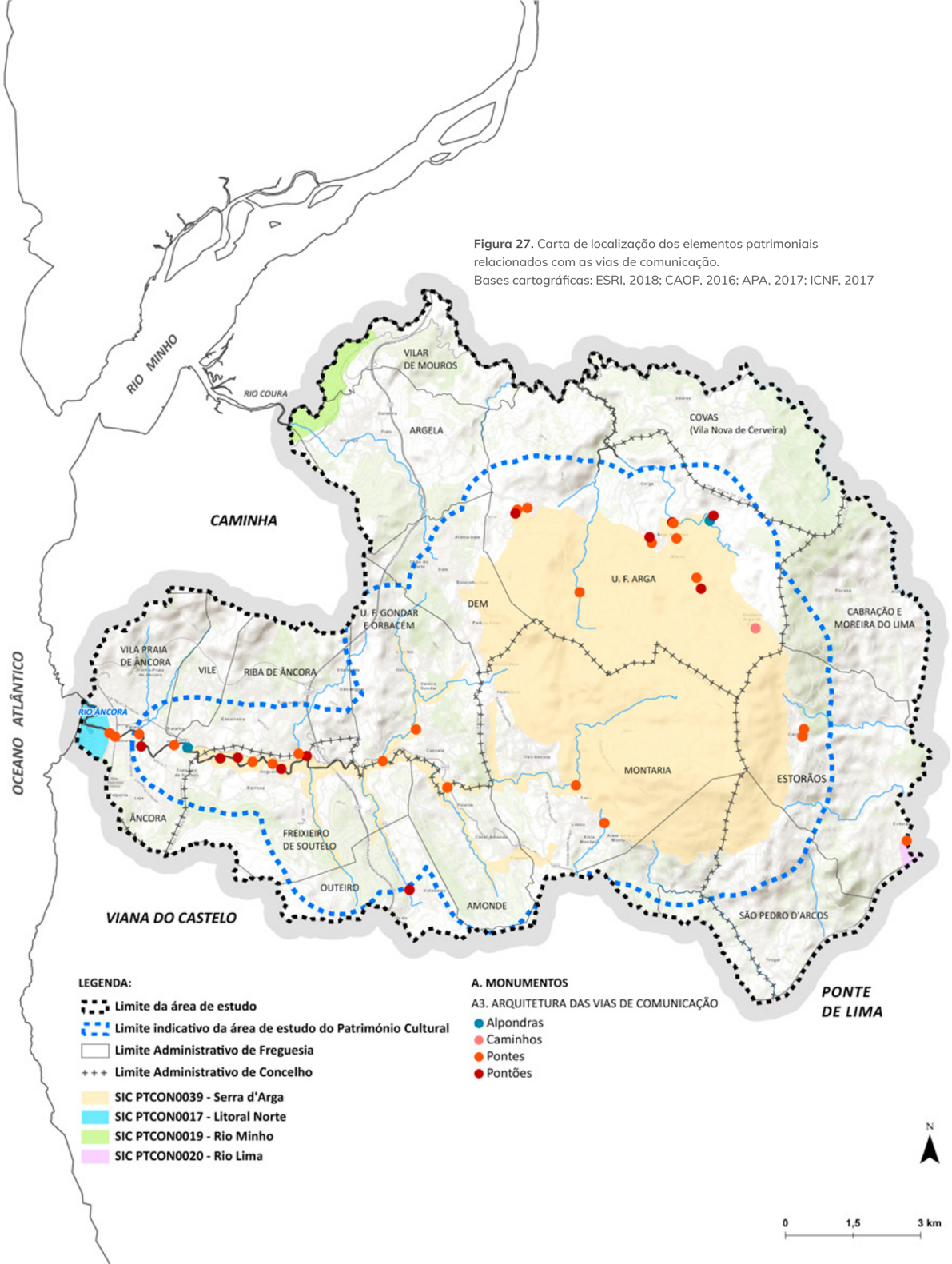


Figura 27. Carta de localização dos elementos patrimoniais relacionados com as vias de comunicação.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017

Os elementos patrimoniais relacionados com as vias de comunicação, nomeadamente as alpondras, o caminho, as pontes e os pontões, apresentam a distribuição geográfica expressa na **Figura 27**. Estas estruturas permitem fazer o atravessamento dos ribeiros e regatos existentes junto das povoações mais serranas, nomeadamente Cerquido (Ponte de Lima), as três Argas (Caminha) e Montaria (Viana do Castelo), bem como do Rio Âncora nos vales férteis de Âncora e Riba de Âncora (Caminha) e de Freixieiro de Soutelo (Viana do Castelo).

Na **Folha A3** [Arquitetura das Vias de Comunicação] do **Anexo 2** [Inventário do Património Arquitetónico] apresenta-se, com maior precisão, a localização e enumeração de todos os elementos patrimoniais relacionados com as vias de comunicação identificados no âmbito do inventário.

Alpondras e Caminhos

No tipo Alpondras destacam-se as do Porto Covo (**Figura 28**), de cantaria, constituídas por lajes apoiadas em blocos graníticos, permitindo, a partir de finais do século XVII, a travessia pedonal do Rio Âncora.

Figura 28. Alpondras do Porto Covo (Âncora/Riba de Âncora)

As Poldras do Porto, em Arga de Baixo, constituem também uma curiosa forma de atravessamento pedonal do Ribeiro das Pombas (**Figura 29**). Correspondem a um alinhamento de pedras cúbicas espaçadas à medida de um passo humano, com cerca de 40 cm de altura, permitindo a passagem da água pelos intervalos.

Figura 29. Poldras do Porto (Arga de Baixo)

Emblemático é também o caminho público de acesso às leiras, proporcionando uma passagem elevada aos lavradores que pretendem aceder aos seus campos de cultivo (**Figura 30**).

Presumivelmente rasgado no século XVII, o Caminho das Leiras possui cerca de 100 metros de comprimento e 3 metros de largura, sendo composto por grandes lajes de granito alinhadas de modo a constituir uma passagem elevada relativamente ao terreno natural, por forma a proteger os agricultores dos constantes alagamentos e subidas das águas das ribeiras. No nível inferior, os animais e os carros prosseguem o seu trajeto. Ao longo do percurso, as diversas propriedades são divididas pelos muros de vedação em xisto encastelado tão característicos da região e por grandes lajes, as anteiras (pedras com forma triangular cravadas, pela base, no terreno). Junto do caminho abrem-se as diversas cancelas de pedra, os portelos, cuja arquitetura difere consoante a finalidade: carros, animais ou pessoas.

Figura 30. Caminho das Leiras (Arga de Cima)

Portelo dos carros

Passagem com cerca de 2 metros de largura, delimitada por duas ombreiras de pedra (anteiras verticais) e encerrada por um tronco de árvore onde se encostam as anteiras de menores dimensões para impedir a passagem.

Portelo para pessoas e animais

Passagem com cerca de 1 metro de largura, encerrada unicamente com pedras sobrepostas, mas de fácil derrube e remoção manual.

Portelo destinado exclusivamente a pessoas

Quando se destina exclusivamente a pessoas, o portelo possui ombreiras e uma padieira em pedra para impedir a passagem do gado. A passagem é encerrada com pedras sobrepostas, compactadas de tal forma que dificultam o seu derrube.

Pontes e Pontões

A estrutura das Pontes e dos Pontões difere igualmente consoante os objetivos e finalidades: se é particular ou pública, se serve um pequeno lugar ou uma povoação completa, se se destina a pouco ou muito uso.

Algumas pontes inventariadas são exclusivamente pedonais, nomeadamente a Ponte da Torre, a Ponte das Traves e a Ponte de Bouça-Mé, entre outras.

Edificada em finais do século XVII, a Ponte da Torre (**Figura 31**) permitia a passagem de pessoas e bens sobre o Rio Âncora, bem como o acesso ao Moinho com o mesmo nome

Figura 31. Ponte da Torre (Âncora/Vila Praia de Âncora)

Quase dois séculos depois, a Ponte das Traves (**Figura 32**), assente em afloramentos rochosos e assim designada por ser construída com megalíticas lajes de pedra como base e guardas laterais, permitiu o atravessamento pedonal do Ribeiro de Arga.

Figura 32. Ponte das Traves (Arga de Baixo)

Do tipo Pontes destacam-se também as Pontes de Tourim (**Figura 33**) e de Estorãos (**Figura 34**), exemplares característicos da pontilhística medieval, com 3 e 4 metros de largura, respetivamente.

Sendo certo que os construtores de pontes medievais procuravam a altura para os arcos, levando à opção, sistemática, pela solução de ponte de dupla rampa ou em cavalete, em Tourim, a ponte apresenta apenas um único arco de volta perfeita em cantaria, e, em Estorãos, o tabuleiro assenta em três arcos de volta perfeita desiguais, sendo maior o central.

Figura 33. Ponte medieval de Tourim (Amonde)

Conforme é possível comprovar na Ponte de Estorãos, são também característicos os talhamares virados a montante para quebrar a força da corrente, bem como a utilização, principalmente a partir do século XIV, dos olhais nos pegões, facilitando a passagem das águas.

Figura 34. Ponte medieval de Estorãos

De construção mais recente destacam-se, ainda, a Ponte de Abadim, datada dos inícios do século XVII (1608), e a Ponte metálica do Cais, construída nos finais do século XIX, ambas a necessitar de importantes obras de conservação (**Figura 35** e **Figura 36**).

Figura 35. Ponte de Abadim (Vila Praia de Âncora)

Figura 36. Ponte metálica do Cais (Freixieiro de Soutelo)

Relativamente aos Pontões, todos os elementos identificados destinam-se somente a pessoas e animais, resultando em dimensões de tabuleiro (largura) reduzidas. Tendo como objetivo a passagem pedonal de rios, ribeiros e regatos, os pontões são, regra geral, constituídos por grandes lajes, apoiadas sobre blocos graníticos, dispostas longitudinalmente em conjuntos de um, dois ou três elementos.

Datados dos finais do século XVII, inícios do XVIII, são inúmeros os pontões de lajes únicas alinhadas que permitem a travessia do Rio Âncora em Freixieiro de Soutelo (Viana do Castelo), designadamente os pontões do Hilário e da Tábua (**Figura 37**), bem como os pontões do Cais e da Alhada (**Figura 38**).

Figura 37. Pontão da Tábua (Freixieiro de Soutelo)

Figura 38. Pontão do Cais, em cima, e Pontão da Alhada, em baixo (Freixieiro de Soutelo)

Figura 39. Pontão do Enxão (Âncora/Vila Praia de Âncora)

Localizando-se mais a poente, em Âncora, o Pontão do Enxão, de acesso ao Moinho com o mesmo nome, apresenta um tabuleiro constituído por duas grandes lajes de granito (**Figura 39**). Por sua vez, o Pontão dos Carros (ou Ponte de Porto Carro), localizado em plena serra, em Arga de Baixo, é já constituído por conjuntos três grandes lajes pousadas sobre vários pilares, de planta retangular, criando vãos retos. Os pilares são compostos por silhares retangulares de granito, terminados em perfil triangular, formando falsos talhamares que avançam dos pilares para sustentação do pavimento, mais estreito (**Figura 40**).

Figura 40. Pontão dos Carros (Arga de Baixo)

De destacar, ainda, o atualmente desaparecido Pontão do Lobo, construído em meados do século XVII para a travessia a pé do Regato da Fraga, em Arga de Cima (**Figura 41**).

De características verdadeiramente ancestrais, o pontão era constituído por um original arco feito com lajes de granito dispostas verticalmente, de tal forma que se assemelham à espinha dorsal de um lobo, uma das espécies mais emblemáticas da Serra d'Arga.

Figura 41. Pontão do Lobo (Arga de Cima)

Arquitetura Industrial/Artesanal

Os objetos arquitetónicos integrados na tipologia Arquitetura Industrial/Artesanal classificam-se em dois tipos:

a) Azenhas;

b) Moinhos.

O número de Azenhas e Moinhos inventariados encontra-se expresso na **Tabela 9**:

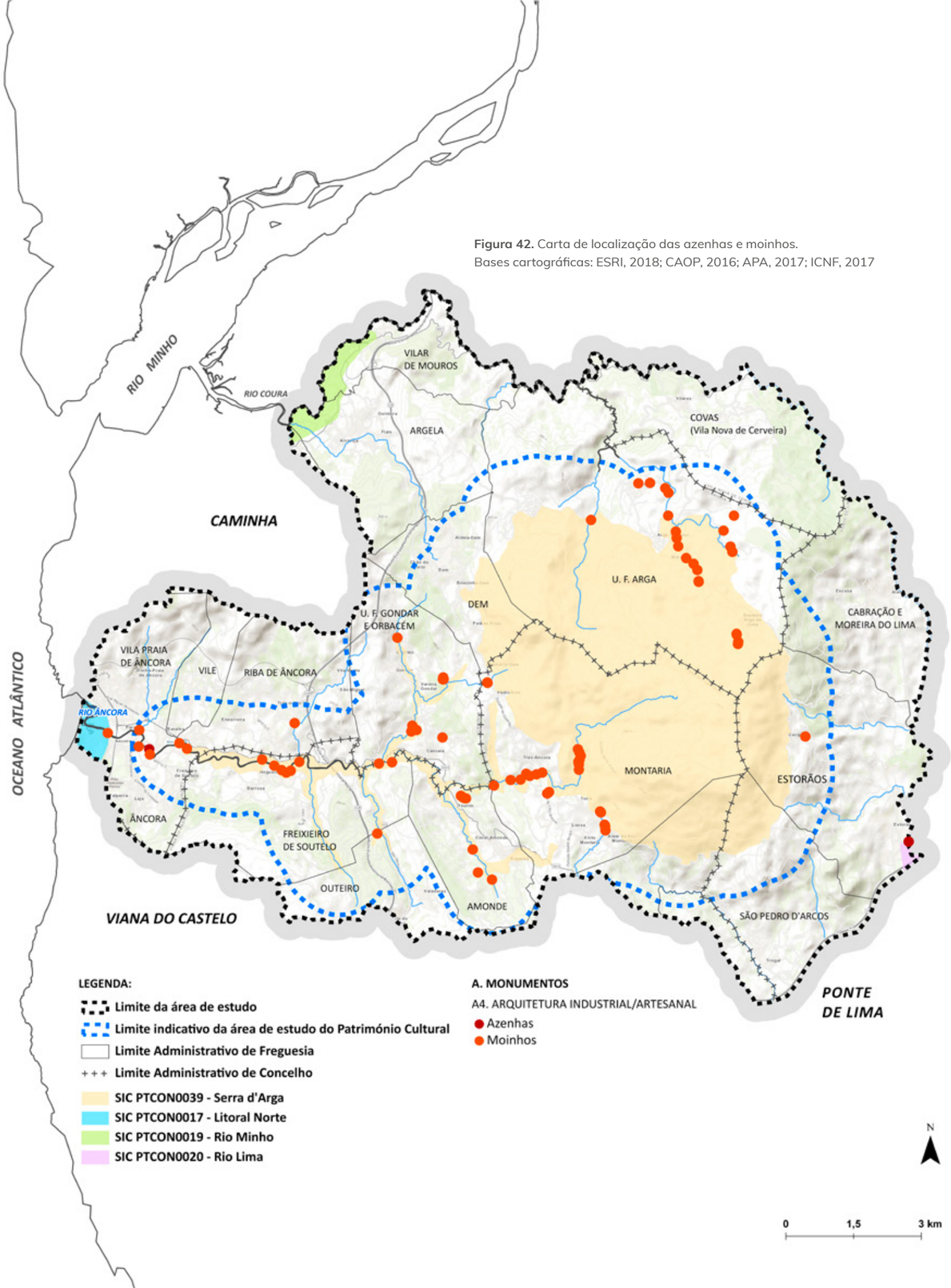
	Azenhas		Moinhos	
	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"
Caminha	1	-	37	18
Ponte de Lima	1	-	1	-
Viana do Castelo	-	-	40	27
Total	**2**	**0** (0%)	**78**	**45** (58%)

Tabela 9. Azenhas e moinhos (n.º)

Existem apenas duas azenhas identificadas em toda a área de estudo, uma delas em Caminha e a outra em Ponte de Lima, ambas localizadas no exterior do SIC "Serra de Arga".

O tipo mais representativo da tipologia Arquitetura Industrial/Artesanal é, sem dúvida, o dos Moinhos, com um total de 78 ocorrências (97,5% do total), sendo que pouco mais de metade (45 registos, ou seja, 58%) se localiza no interior do SIC. A maioria dos moinhos distribui-se, quase equitativamente, entre os concelhos de Caminha e de Viana do Castelo, com 37 e 40 edificações inventariadas, respetivamente. Apenas um dos moinhos se localiza no concelho de Ponte de Lima. Apenas um deles se encontra, ainda, em laboração.

Figura 42. Carta de localização das azenhas e moinhos.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



As azenhas e moinhos identificados apresentam a distribuição geográfica expressa na **Figura 42**, sendo evidente a sua localização estratégica ao longo dos cursos de água que os alimentam. Há, sem dúvida, uma série de rios, ribeiros e riachos, fios permanentes e cursos rápidos, muito aptos a serem aproveitados para mover moinhos e azenhas.

Na **Folha A4** [Arquitetura Industrial/Artesanal] do **Anexo 2** [Inventário do Património Arquitetónico] apresenta-se, com maior precisão, a localização e enumeração de todas as azenhas e moinhos identificados no âmbito do inventário.

Um inventário exaustivo dos moinhos hidráulicos do Rio Âncora foi previamente realizado por Joaquim de Vasconcelos, com levantamentos fotográficos e desenhados realizados durante toda a década de 80 do século XX. Tendo sido publicado em livro pela Câmara Municipal de Viana do Castelo[1], concretiza uma detalhada análise tipológica e morfológica de referência para o presente estudo.

Origem e definição do moinho hidráulico

A origem primitiva dos sistemas hidráulicos de trituração de grãos entronca no tempo da pedra lascada, quando o sistema pré-agrário originou a necessidade de, em primeiro lugar, esmagar os frutos silvestres e as suas sementes, depois os grãos das primeiras culturas.

Tratando-se ambos de sistemas hidráulicos de trituração dos grãos de cereais, a principal diferença entre Azenhas e Moinhos reside, fundamentalmente, na posição da roda motriz (vertical ou horizontal, respetivamente), cuja origem difere[2].

O princípio fundamental dos moinhos de água de roda vertical ou horizontal consiste em aproveitar ou criar um desnível suficiente entre a entrada e a saída de água, de modo que a sua queda ou corrente tenha a força necessária para os acionar.

Em muitas situações, os moinhos situam-se junto de açudes, naturais ou artificiais. O açude corresponde, geralmente, a uma construção de pedra e terra que utiliza as rochas naturais do leito do rio como alicerce ou elemento de apoio, por forma que a pressão das águas contribua para as unir e consolidar.

Figura 43. Levada em canal semienterrado.

Quando as condições do terreno o permitem, os moinhos podem ser alimentados por levadas, em canal semienterrado (**Figura 43**) ou mesmo em aqueduto (**Figura 44**). A levada é um canal que conduz a água, desde o açude ou a presa (poça vedada com muros de pedra para acumulação de água) até ao moinho, criando condições para acionar os diferentes tipos de roda.

Noutras situações, raras na área de estudo da Serra d'Arga e vale do Âncora, nomeadamente por dificuldades topográficas, os moinhos são alimentados por água corrente, sem necessidade de açude ou represa.

Figura 44. Levada em aqueduto a partir de presa de água

Azenhas

Do tipo Azenhas destaca-se o único exemplar preservado em toda a área de estudo do projeto "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora": a Azenha da Ponte de Estorãos, em Ponte de Lima (**Figura 45**). Tratando-se de um tipo construtivo de origem romana, não é acidental a sua localização junto à Ponte de Estorãos, por onde passava a via romana mandada construir pelo Imperador Augusto, provavelmente nos séculos I ou II.

Figura 45. Azenha da Ponte de Estorãos

Imóvel de Interesse Municipal (Decreto-Lei n.º 129/1977, de 29 de setembro), a Azenha da Ponte de Estorãos mantém ainda intacta a roda vertical de madeira (**Figura 46**). A água é orientada através de um canal em pedra, sendo posteriormente lançada na parte superior da roda vertical, fazendo-a girar.

Figura 46. Roda vertical de madeira da Azenha da Ponte de Estorãos

Moinhos

Na Serra d'Arga e vale do Âncora existem dois subtipos de moinhos, com características distintas: os moinhos de montanha e os moinhos de planície.

Os moinhos de montanha localizam-se, sobretudo, a partir da cota 100, em locais inóspitos junto dos rios ou ribeiros, com acessos difíceis de pé posto. São, geralmente, construções extremamente rústicas, de pedra solta, com uma portinhola baixa e estreita e cobertura, de duas águas, em placas de xisto ou granito.

Dos moinhos de montanha mais relevantes e característicos existentes na área de estudo destacam-se, entre muitos outros, o Moinho de Baixo, ainda em laboração (**Figura 47**), e o Moinho de Lá localizados em Arga de Baixo e, em Arga de Cima, o Moinho Novo, os dois Moinhos da Gandra e os três Moinhos do Covão (**Figura 48**).

Figura 47. Moinho de Baixo (Arga de Baixo)

A maioria destas construções possui secção retangular e reduzidas dimensões, equipadas com uma, no máximo, duas moendas apoiadas sobre lajes de granito.

Figura 48. Moinho do Covão (Arga de Cima)

O cereal é lançado num dispositivo de madeira, em forma de pirâmide invertida, que vai largando o grão no centro da mó (**Figura 49**).

Figura 49. Dispositivo de moagem em madeira com forma de pirâmide invertida

No nível inferior, a mó está fixa a um tronco de madeira que recebe o impulso do rodízio dado pela água conduzida até lá através de uma levada (**Figura 50**).

Figura 50. Rodízio de madeira

A maioria destes moinhos são minúsculas instalações de exploração familiar, pelo que não dispunham de um moleiro qualificado. A produção média calculava-se em cerca de 10 a 15 kg/hr.

Na Serra d'Arga e vale do Âncora, os moinhos são, regra geral, propriedade privada de consortes ou herdeiros, podendo ser de várias famílias. Sendo raros os moinhos com apenas um proprietário (em média, 10 herdeiros), a sua utilização obedecia a regras de base cooperativa, havendo dias e horas marcados para a sua utilização.

Os direitos de utilização por parte de cada consorte correspondiam à quota que este possuía, contada em dias e meios dias, roda ou meia roda, respeitando, cada um, sempre os mesmos dias da semana ou da quinzena, conforme o número de consortes.

Uma outra característica destes moinhos de montanha é a utilização de regos foreiros que, servindo de levadas, fazem girar conjuntos deles, sendo essa água, na parte final, utilizada para rega dos campos. São exemplos de utilização de regos foreiros o conjunto dos três moinhos de Espantar, em São Lourenço da Montaria: Moinho do Tabaco, Moinho do Meio e Moinho de Baixo (**Figura 51**).

Figura 51. Moinho de Baixo em Espantar (Montaria)

Nas áreas mais planas do vale do Âncora até à foz, nas zonas de maior índice populacional e mercados próximos, criaram-se instalações maiores e com várias moendas, os moinhos de planície. Estas construções são mais cuidadas, exigindo a presença assídua de um moleiro.

Nestes moinhos encontravam-se também pequenos equipamentos oficinais, tais como a forja, o banco e o torno de carpinteiro. A maioria das vezes, estes equipamentos serviam de apoio às atividades de moagem, preparação das ferramentas para as mós, conserto de instrumentos, entre outros. Nalguns moinhos encontravam-se também o engenho de azeite, de linho e a serração de madeira.

Tratando-se de construções mais amplas, em vez de apenas uma ou duas mós, existem quatro a seis, tornando-se numa autêntica indústria, cuja produção média calculava-se em cerca de 50 a 60 Kg/hr. Principalmente no verão, devido à diminuição do caudal dos ribeiros, estes moinhos eram muito procurados pelos agricultores das povoações vizinhas.

Do grupo dos moinhos de planície apenas foram identificados, em toda a área de estudo da Serra d'Arga, dois na freguesia de Âncora (Viana do Castelo) e um em Orbacém (Caminha), todos datados dos finais do século XVII. São os seguintes:

1. Moinho da Ponte da Torre ou da Cegonha (**Figura 52**), com acesso pedonal desde a Ponte da Torre, em Âncora. Atualmente abandonada, a construção é composta por dois volumes distintos com paredes em blocos de granito e acesso ao piso superior a partir de escada exterior.

2. Moinho do Paço (**Figura 53**), outrora pertença particular da Quinta do Paço. Atualmente encontra-se encerrado e localizado no interior de um parque de campismo.

   O antigo moinho da Quinta do Paço, cuja exploração era realizada por um moleiro assalariado, integrava as maiores instalações da indústria de molinação existentes no Rio Âncora, onde, durante décadas, no verão, as povoações vizinhas vinham moer os seus cereais.

   A construção possui duas divisões com uma área coberta de cerca de 67 m2, paredes em granito, beirado e cobertura em telha romana e pavimento em laje de granito. O mecanismo de moagem era constituído por seis mós com cerca de 1 metro de diâmetro, o que demonstra a sua capacidade de produção.

Figura 52. Moinho da Ponte da Torre ou da Cegonha (Âncora)

Figura 53. Moinho do Paço (Âncora)

3. Moinho de Orbacém (**Figura 54**), atualmente encerrado e em acentuado estado de degradação.

O Moinho de Orbacém apresenta-se como um dos maiores do grupo dos moinhos de planície. Possui uma estrutura composta por três edifícios com dois pisos, organizados em L e um embasamento comum em xisto. Os paramentos do piso superior são rebocados e pintados, os vãos são moldurados e as coberturas, de duas e quatro águas, são em telha.

O acesso ao piso superior realiza-se através de uma escada exterior, rematando num pequeno pátio com varanda. É neste piso superior que se localizam os engenhos para molinação, sendo a água conduzida até às rodas existentes junto ao solo por uma levada que atravessa o arruamento adjacente.

Figura 54. Moinho de Orbacém

Atualmente, porém, grande parte das oito dezenas de azenhas e moinhos inventariados encontra-se inacessível, em ruína, em acentuada degradação ou a necessitar de obras de conservação, correspondendo a 51 destas construções, perfazendo cerca de 64% do total.

A leitura da **Figura 55** permite constatar que 34 moinhos identificados estão completamente inacessíveis e presumivelmente degradados (42,5%), 1 encontra-se em estado de completa ruína (1,3%), 9 em acentuada degradação (11,3%) e 7 necessitam de obras de manutenção urgentes (8,8%).

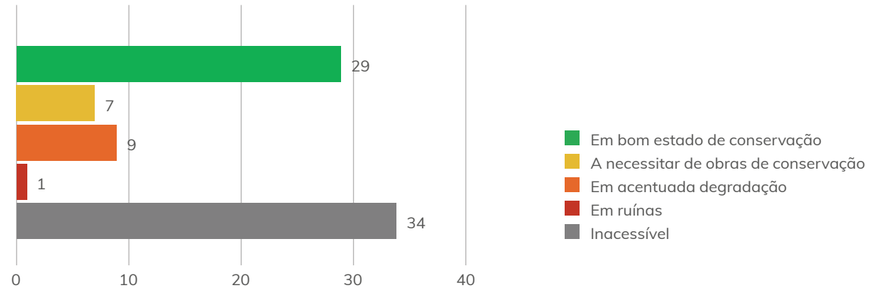


Figura 55. Estado de conservação das azenhas e moinhos

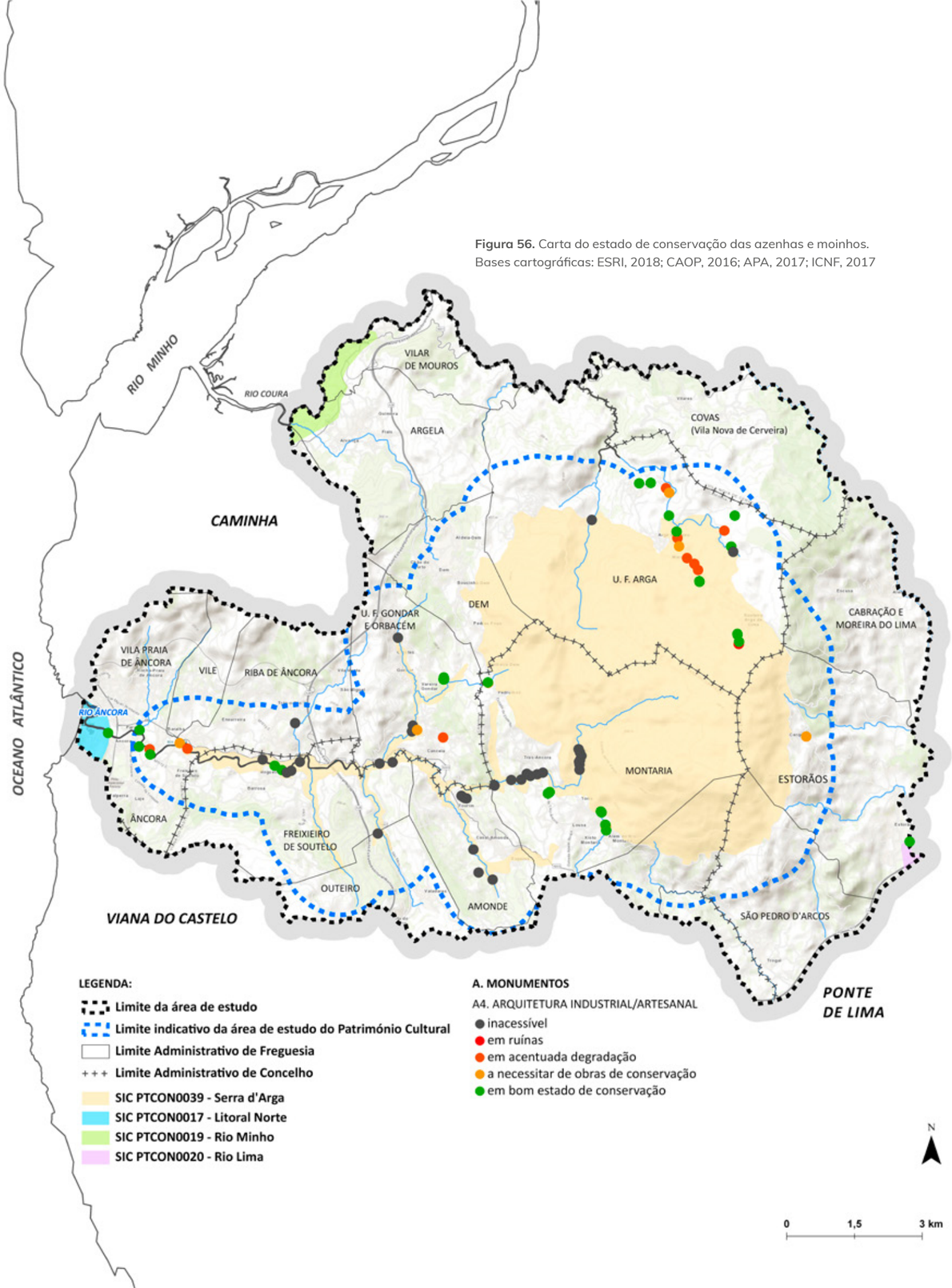
Em bom estado de conservação encontram-se apenas 29 azenhas/moinhos (36,3%), três dos quais atualmente adaptados a habitação de turismo rural, designadamente os seguintes:

1. Moinho do Enxão, localizado em Âncora, mas inacessível ao público;

2. Moinho da Torre, igualmente em Âncora;

3. Azenha da Ponte de Estorãos, em Ponte de Lima.

Figura 56. Carta do estado de conservação das azenhas e moinhos.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



A **Figura 56** apresenta o estado de conservação das azenhas e moinhos por localização geográfica.

A análise desta figura permite constatar que a maioria dos moinhos inacessíveis se localizam nas bacias superior e intermédia do Rio Âncora (São Lourenço da Montaria, Amonde e Freixieiro de Soutelo), bem como junto aos afluentes mais afastados, tanto a norte como a sul.

Evidente é também a existência de uma maior degradação destas estruturas de produção artesanal junto às povoações mais serranas, onde se concentra um maior número deste tipo de construções abandonadas.

Por outro lado, as azenhas e os moinhos melhor preservados encontram-se também junto das povoações localizadas no sopé da Serra (São Lourenço da Montaria e Gondar), nas povoações mais próximas da foz do rio (Freixieiro de Soutelo e Âncora), mas também nas Argas (de Cima e de Baixo).

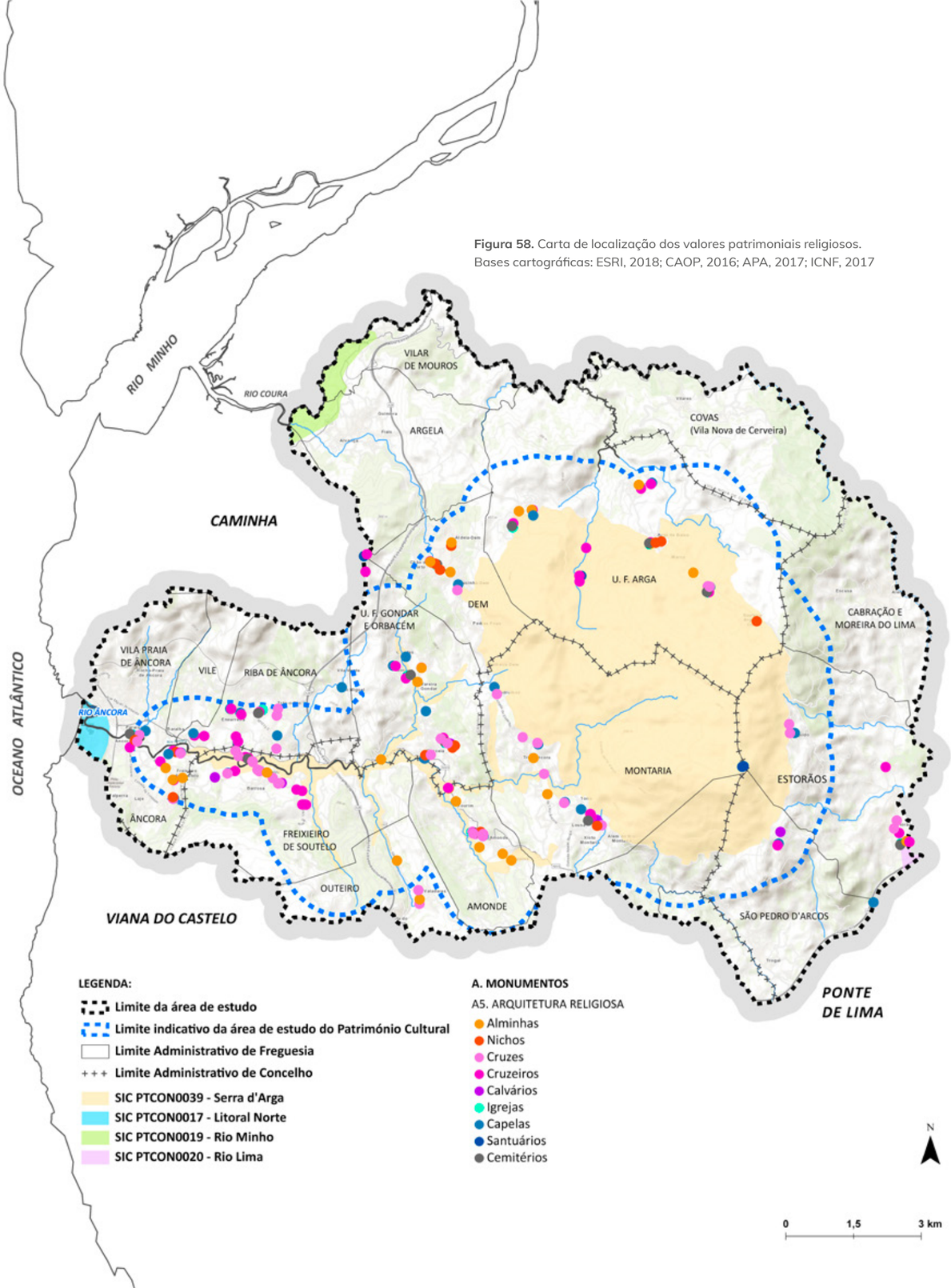
Estas construções melhor preservadas integram, na sua esmagadora maioria, pequenos núcleos museológicos — Moinhos de Gondar, da Gandra em Arga de Cima, do Lavadouro e da Costa em São Lourenço da Montaria, (**Figura 57**), entre outros já referidos anteriormente — ou adaptações a habitação de turismo rural, igualmente abordadas previamente.

Moinhos de Gondar

Moinhos da Costa

Figura 57. Conjuntos de moinhos integrados em núcleos museológicos (exemplos)

Figura 58. Carta de localização dos valores patrimoniais religiosos.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



Arquitetura Religiosa

Os objetos arquitetónicos incluídos na tipologia Arquitetura Religiosa classificam-se em quatro tipos, integrando um total de nove subtipos:

a) Alminhas e Nichos [40];

b) Cruzes, Cruzeiros e Calvários [96];

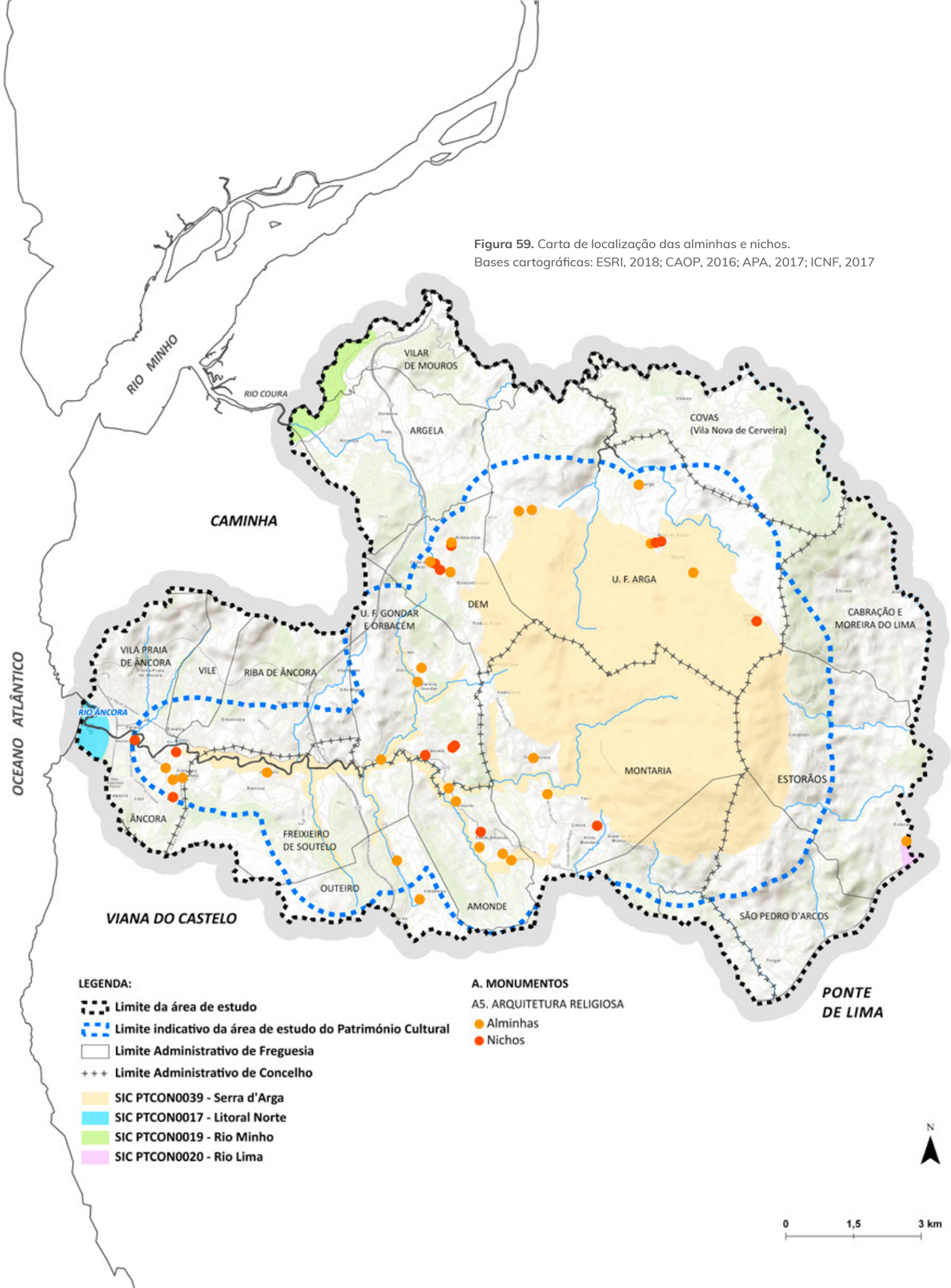
c) Igrejas, Capelas e Santuários [46];

d) Cemitérios [12].

Os elementos patrimoniais relacionados com motivações religiosas apresentam a distribuição geográfica expressa na **Figura 58**.

A observação da figura anterior permite constatar que, à semelhança de toda a região minhota, a Serra d'Arga é igualmente pródiga em manifestações religiosas sagradas. Santuários, igrejas e capelas, alminhas, nichos, cruzes e cruzeiros espalham-se por todo o território, adquirindo as feições de todo o resto da arquitetura desta região, naturalmente influenciados pelas dominantes locais.

Figura 59. Carta de localização das alminhas e nichos.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



Alminhas e Nichos

O número de Alminhas e Nichos identificados na área de estudo do Património Cultural encontra-se expresso na **Tabela 10**:

	Alminhas		Nichos	
	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"
Caminha	14	4	3	1
Ponte de Lima	1	-	-	-
Viana do Castelo	10	2	2	-
Total	**26**	**6** (24%)	**15**	**1** (7%)

Tabela 10. Azenhas e moinhos (n.º)

A maioria das alminhas e nichos inventariados localiza-se, respetivamente, nos concelhos de Caminha (27 registos, ou seja, 67,5%) e de Viana do Castelo (11 registos, ou seja, 27,5%). Apenas foi identificada uma alminha no concelho de Ponte de Lima.

Somente 24% das alminhas identificadas se encontram dentro do perímetro do SIC "Serra de Arga", sendo essa percentagem ainda mais residual no caso dos nichos (apenas 1 ocorrência, ou seja, cerca de 7% do total).

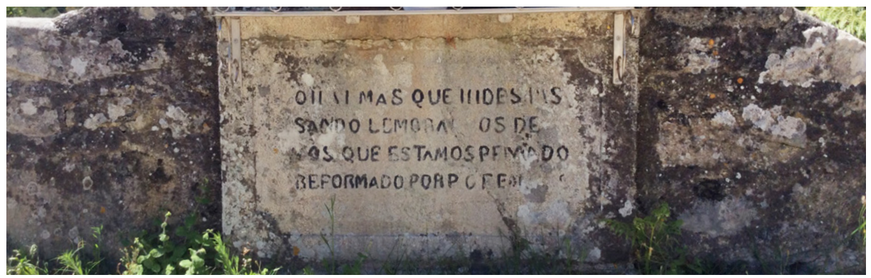
As alminhas e nichos que constam deste inventário apresentam a distribuição geográfica expressa na **Figura 59**, sendo notória a sua localização nas Argas, nas povoações localizadas no sopé da Serra, bem como ao longo do vale do Âncora e seus afluentes.

Na **Folha A5.1** [Arquitetura Religiosa - Alminhas e Nichos] do **Anexo 2** [Inventário do Património Arquitetónico] apresenta-se, com maior precisão, a localização e enumeração de todas as alminhas e nichos identificados no âmbito do inventário.

Introduzidas nos finais do século XVII, as Alminhas constituem-se como pequenos monumentos, frequentemente erguidos em homenagem ou em memória de entes queridos ou para cumprimento de promessas.

Na Serra d'Arga, grande é a quantidade e variedade de alminhas que se espalham pelas bermas dos principais caminhos antigos, bem como no cruzamento destes, apelando à devoção dos caminhantes. Recordando as penas do Purgatório a que estão sujeitas as almas dos seus semelhantes, as alminhas solicitam a oração e a esmola (**Figura 60**).

Alminhas da Ponte de Tourim
"OH VOS QUE IDES PASSANDO / LEMBRAI-VOS DE NOS / QUE ESTAMOS PENANDO."



Alminhas do lugar dos Currais, Âncora
"OLHAI MAS QUE IDES PAS / SANDO LEMBRAI OS DE / NOS QUE ESTAMOS PENANDO / REFORMADO POR PCTEM."

Figura 60. Mensagens inscritas nas alminhas

Desde o singelo abrigo rasgado na parede da casa ou no muro de vedação dos campos (**Figura 61**), até ao lugar bem evidente e destacado para quem passa nos caminhos ou nas pontes (**Figura 62**), as alminhas apresentam, geralmente, um painel de madeira ou azulejo pintado com as almas no Purgatório sob Cristo crucificado, protegido por um pequeno gradeamento em ferro.

Alminhas do lugar de Valadares (Outeiro)

Alminhas da Ponte de Tourim (Amonde)

Alminhas de Santo Aginha (Arga de São João)

Alminhas de Trás-Âncora (Montaria)

Alminhas de São Pedro (Âncora)

Alminhas da Barrosa (Freixieiro de Soutelo)

Figura 61. Alminhas localizadas em muros de vedação (exemplos)

Alminhas de Arga de Baixo

Alminhas da Ponte de Saim (Orbacém)

Alminhas do Cruzeiro/Presa (Arga de São João)

Alminhas da Ponte de Estorãos[3]

Alminhas do lugar de Currais (Âncora)

Figura 62. Alminhas isoladas (exemplos)

Como é possível observar nas imagens anteriores, a maioria das alminhas encontra-se zelada (com flores e velas) e em bom estado de conservação. Algumas alminhas isoladas possuem, ainda, sob o retábulo pintado, um pequeno cofre metálico para as esmolas.

Na Serra d'Arga é também costume oferecer às alminhas, ao passar-se com carros de milho, uma ou mais espigas, de acordo com as posses ou a generosidade do proprietário, para que não façam mal e abençoem a família (**Figura 63**).

Figura 64. Alminhas de Santo António (Âncora)

Relativamente aos Nichos (pequenas cavidades ou construções para colocação de imagens ou objetos), na Serra d'Arga encontram-se os seguintes subtipos:

a) Peças em granito, mais ou menos toscas, colocadas junto aos caminhos e nas encruzilhadas (**Figura 64**);

Figura 65. Nicho do Carqueijal (Dem) e Nicho da Senhora da Conceição (Orbacém)

b) Oratórios integrados em muros de propriedade privada (**Figura 65**);

Figura 65. Oratório do Senhor dos Passos (Âncora) e Nicho de Santo António (Orbacém)

c) Construções autónomas de dimensão variável (**Figura 66**).

Figura 66. Nichos da Senhora dos Desamparados (Âncora) e da Senhora dos Caminhos (Amonde)

Cruzes, Cruzeiros e Calvários

O número de Cruzes, Cruzeiros e Calvários identificados na área de estudo do Património Cultural encontra-se expresso na **Tabela 11**:

	Cruzes		Cruzeiros		Calvários	
	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"
Caminha	16	2	30	6	1	-
Ponte de Lima	4	1	5	-	1	-
Viana do Castelo	24	6	11	3	3	-
Total	**44**	**9** (20%)	**47**	**9** (19%)	**5**	**0** (0%)

Tabela 11. Cruzes, cruzeiros e calvários (n.º)

Tratando-se dos objetos arquitetónicos mais profusamente difundidos em toda a área de estudo do Património Cultural, com um total de 96 registos, as Cruzes, Cruzeiros e Calvários correspondem a cerca de 20% do total de Monumentos identificados neste território e a quase 50% do total de ocorrências registadas relativas à Arquitetura Religiosa.

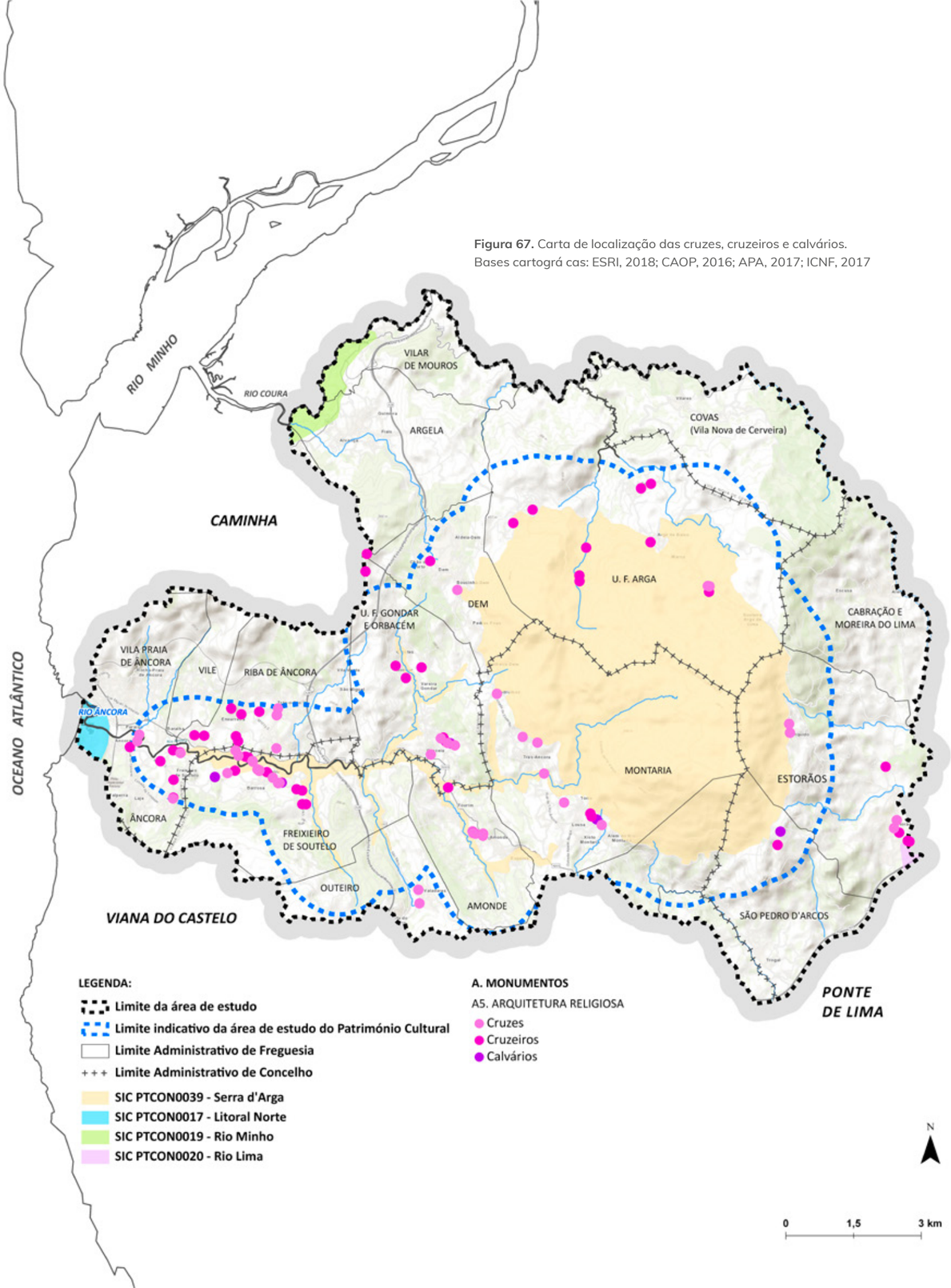
A maioria das cruzes, cruzeiros e calvários inventariados localiza-se, respetivamente, nos concelhos de Caminha (47 registos, ou seja, cerca de 50%) e de Viana do Castelo (38 registos, ou seja, cerca de 40%). No concelho de Ponte de Lima foram identificadas somente 4 cruzes, 5 cruzeiros e 1 calvário, perfazendo um total de 10 registos (cerca de 10% do total).

Nenhum dos calvários e somente cerca de 20% das cruzes e cruzeiros identificados encontra-se dentro do perímetro do SIC "Serra de Arga".

As cruzes, cruzeiros e calvários que constam deste inventário apresentam a distribuição geográfica expressa na **Figura 67**, sendo notória a sua localização junto às povoações localizadas no sopé da serra, circundando o maciço granítico, bem como na bacia do Rio Âncora até à foz.

Na **Folha A5.2** [Arquitetura Religiosa - Cruzes, Cruzeiros e Calvários] do **Anexo 2** [Inventário do Património Arquitetónico] apresenta-se, com maior precisão, a localização e enumeração de todas as cruzes, cruzeiros e calvários identificados no âmbito do inventário.

Figura 67. Carta de localização das cruzes, cruzeiros e calvários.
Bases cartográ cas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



Na Antiguidade, os cruzamentos dos caminhos (encruzilhadas) serviam de local de reunião e festa, onde, de acordo com as crenças e os costumes pagãos, eram erigidos altares, santuários e pequenos templos. Assimilando estas superstições e velhos cultos, a igreja católica utilizou a cruz de Cristo como símbolo. Assim, desde os primeiros tempos da Idade Média, enraizou-se o costume de erguer cruzes nas encruzilhadas e nos caminhos, que serviam para celebrar factos memoráveis em sinal de expiação, proteção ou para demarcar limites de propriedades.

Naturalmente, os costumes na Serra d'Arga não são alheios a estas tradições ancestrais, pelo que é possível encontrar, por toda a área de estudo:

a) Cruzes erguidas nas bermas e encruzilhadas dos caminhos (**Figura 68**);

b) Cruzes erguidas nas pontes ou na sua proximidade (**Figura 69**);

c) Cruzes assentes em muros de vedação de propriedades privadas (**Figura 70**);

d) Cruzes nas proximidades de igrejas, capelas e cemitérios (**Figura 71**);

e) Cruzes sobre os portais das casas e quintas mais antigas (**Figura 72**).

Freixieiro de Soutelo

Montaria

Estorãos

Figura 68. Cruzes erguidas nas bermas e encruzilhadas dos caminhos

Freixieiro de Soutelo

Freixieiro de Soutelo

Ponte de Tourim

Figura 69. Cruzes erguidas nas pontes e na sua proximidade

Freixieiro de Soutelo

Freixieiro de Soutelo

Freixieiro de Soutelo

Figura 70. Cruzes assentes em muros de vedação de propriedades privadas

Freixieiro de Soutelo

Montaria

Amonde

Figura 71. Cruzes nas proximidades de igrejas, capelas e cemitérios

Âncora

Orbacém

Orbacém

Âncora

Âncora

Riba de Âncora

Figura 72. Cruzes sobre os portais das casas e quintas mais antigas

Destaca-se, ainda, a curiosa história associada à Cruz da Ponte da Torre (lugar de São Brás, Âncora), erguida em memória de um acontecimento trágico. Localizada nas proximidades da Ponte da Torre, a simples cruz de pedra ostenta a seguinte inscrição: "*1822 - P. N. por alma de Inácio Franco da Riceira a M.A.E.O. - P - A.D.O.N.R.*" (**Figura 73**).

A cruz recorda a morte trágica de Inácio Franco da Riceira que, "*passando sobre a Ponte da Torre a cavalo quando estava coberta de água por causa de uma cheia e, errando o trilho, talvez de noite, foi arrastado pela água e se afogou*"[4].

Figura 73. Cruz da Ponte da Torre (Âncora)

Os Cruzeiros (estruturas compostas por base, fuste e capitel com crucifixo, assentes sobre um e até cinco degraus) adquirem igualmente bastante importância na Serra d'Arga, bem patente na profusão destes elementos por todo o território.

Geralmente associados a santuários, capelas (**Figura 74**) ou igrejas paroquiais (**Figura 75**), localizados nos largos ou encruzilhadas dos caminhos (**Figura 76**), apresentam estilos escultóricos mais clássicos quando relacionados com os espaços religiosos de maior relevância e visibilidade local ou regional e feições mais populares quando surgem nos cruzamentos, próximos das povoações mais rurais. Estes últimos, muitos deles datados de meados ou finais do século XVII, apresentam, ainda, um bom estado de conservação geral (**Figura 77**).

Cruzeiro de São Bartolomeu (Riba de Âncora)

Cruzeiro da Senhora da Guadalupe (Riba de Âncora)

Figura 74. Cruzeiros associados a capelas (exemplos)

Cruzeiro Paroquial de Freixieiro de Soutelo

Cruzeiro Paroquial de Âncora

Figura 75. Cruzeiros associados a igrejas paroquiais (exemplos)

Cruzeiro de Aspra (Âncora)

Cruzeiro dos Currais (Âncora)

Figura 76. Cruzeiros localizados nas encruzilhadas (exemplos)

Cruzeiro de Nossa Senhora do Carmo (Montaria)

Cruzeiro de Aspra (Âncora)

Cruzeiro de Coutadas da Serra (Dem)

Figura 77. Crucifixos de talhe popular (exemplos)

Alguns cruzeiros surgem associados a rituais religiosos muito particulares, nomeadamente o Cruzeiro de Santo Isidoro (**ou da Senhora da Serra**), originalmente edificado em 1684 e associado ao clamor da confraria de Santo Isidoro até ao Santuário da Senhora das Neves[5] (**Figura 78**) e o Cruzeiro da Ladeira (ou dos Clamores), ponto obrigatório de paragem dos romeiros que se dirigiam à Romaria de São João d'Arga (**Figura 79**).

Figura 78. Cruzeiro da Ladeira (Arga de São João)

Figura 79. Cruzeiro de Santo Isidoro (Gondar)

Outros cruzeiros surgem ligados às casas e às quintas de maior riqueza e dimensão, nomeadamente o Cruzeiro da Quinta do Paço, mandado erigir por Lino Gonçalves, antigo arrendatário da Quinta do Paço, (**Figura 80**) e o Cruzeiro da Casa do Manuel da Manca, datado de 1631, localizado face ao caminho, junto ao muro de vedação da propriedade (**Figura 81**).

Figura 80. Cruzeiro da Quinta do Paço (Âncora)

Figura 81. Cruzeiro da Casa do Manuel da Manca (Riba de Âncora)

Do tipo Cruzeiros destacam-se igualmente aqueles que constituíam uma forma singular de medir a água de rega na Serra d'Arga e vale do Âncora, nomeadamente o Cruzeiro do Campo de Cima, em Grovas, Freixieiro de Soutelo (**Figura 82**) e o Cruzeiro da Presa, localizado em Arga de São João (**Figura 83**).

Figura 82. Cruzeiro do Campo de Cima (Freixieiro de Soutelo)

Figura 83. Cruzeiro da Presa (Arga de São João)

No Cruzeiro do Campo de Cima, considerado o cruzeiro "relógio de sol" para a rega, as sombras originadas pelo sol eram utilizadas como distribuidor de água.

Por sua vez, na base do Cruzeiro da Presa, datado de 1669 e assim designado por se localizar junto à presa de água que alimentava quase toda a freguesia de Arga de São João, "existe uma ranhura voltada a sudoeste. Quando o sol bate na ranhura, fecha-se a poça. Por volta das 4h da tarde, abre-se e, então, por meio de uma tabela de madeira, onde figura a quota de cada um, alguém vai mandando virar, nas tolas, a água"[6].

Finalmente, os Calvários nasceram como uma forma de equiparação à Via Sacra (Via Crucis ou Via Dolorosa), constituindo-se como um exercício de devoção sobre os últimos momentos da vida de Cristo, tendo sido trazidos para o Ocidente pelas Cruzadas durante os séculos XI a XIII. A partir do século XV, por iniciativa dos Franciscanos, sofreram algumas transformações, mas a sua forma final de 14 cruzes (correspondente a 14 episódios evangélicos) foi finalmente fixada pelos Papas Clemente XII em 1731 e Bento XIV em 1742.

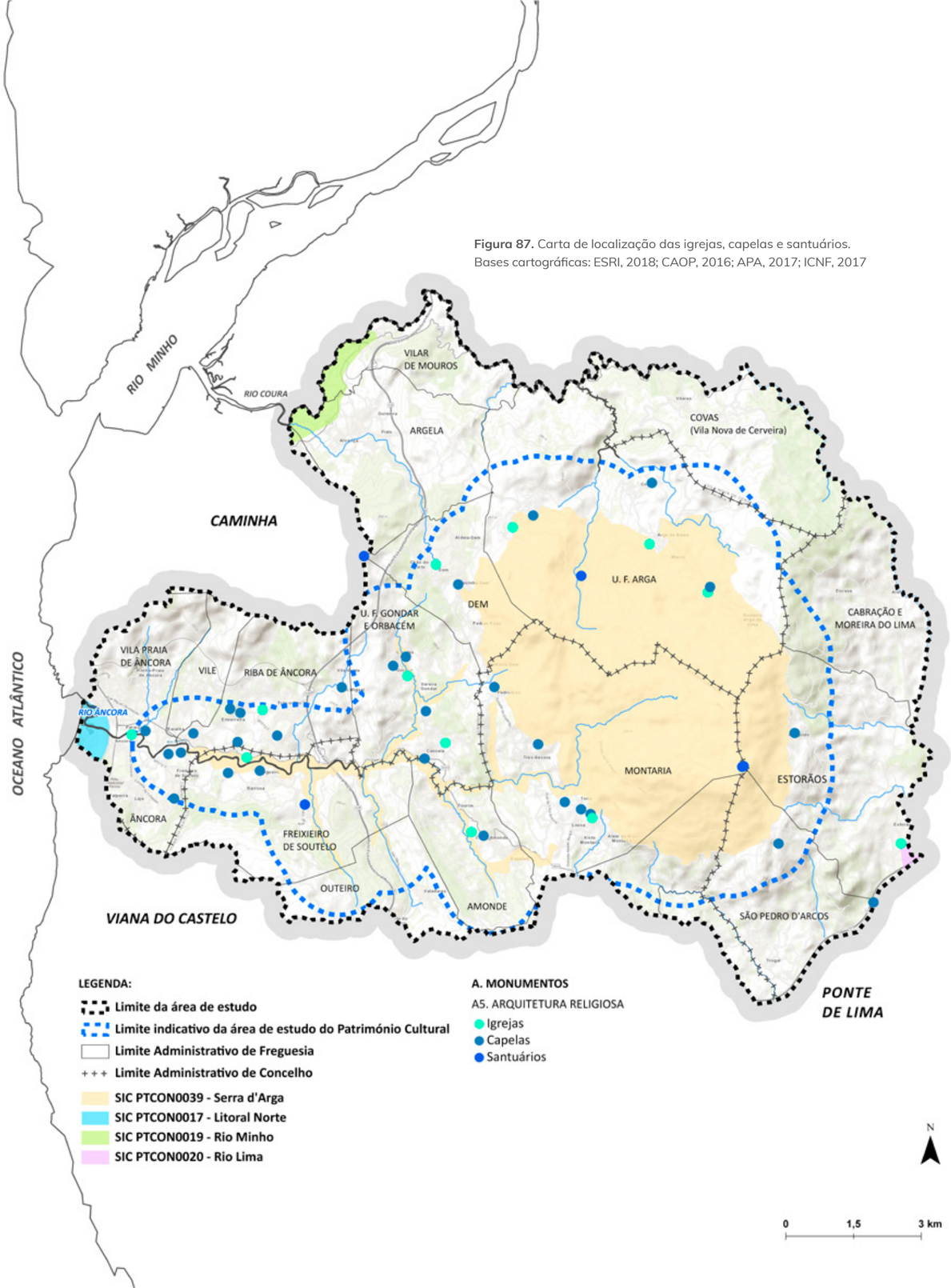
Atualmente reduzidos a topónimos na maioria das freguesias da Serra d'Arga, sinónimo de lugar seco, quente e exposto ao sol, apenas o Calvário de Orbacém mantém intactas as suas 14 cruzes (**Figura 84**), enquanto os outros quatro calvários identificados no âmbito do presente inventário apresentam apenas 7 (**Figura 85**) ou 8 cruzes (**Figura 86**).

Figura 84. Vista sobre o Calvário de Orbacém

Figura 85. Calvário de Santa Justa (7 cruzes)

Figura 86. Calvário da Montaria (8 cruzes)

Figura 87. Carta de localização das igrejas, capelas e santuários.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



Igrejas, Capelas e Santuários

O número de Igrejas, Capelas e Santuários identificados na área de estudo do Património Cultural encontra-se expresso na **Tabela 12**:

	Igrejas		Capelas		Santuários	
	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"
Caminha	8	3	18	2	2	1
Ponte de Lima	1	-	3	0	-	-
Viana do Castelo	3	1	8	1	3	2
Total	**12**	**4** (33%)	**29**	**3** (10%)	**5**	**3** (60%)

Tabela 12. Cruzes, cruzeiros e calvários (n.º)

O número total de igrejas, capelas e santuários identificados na área de estudo do Património Cultural corresponde a cerca de 10% dos Monumentos inventariados e a 23,7% dos objetos arquitetónicos relacionados com a Arquitetura Religiosa.

Em termos globais, o subtipo mais representativo na Serra d'Arga são as Capelas, com 29 registos (63% do total), das quais apenas três (10%) se localizam dentro do perímetro do SIC. O número de capelas adquire maior expressão no concelho de Caminha (18 registos), seguindo-se Viana do Castelo (8 registos) e, finalmente, Ponte de Lima (3 registos).

Por sua vez, as Igrejas inventariadas correspondem a 26% do total de elementos arquitetónicos identificados no presente tipo, contabilizando-se 12 ocorrências, quatro das quais localizadas no interior do SIC (33%). Contam-se, assim, oito igrejas localizadas no concelho de Caminha, três em Viana do Castelo e uma em Ponte de Lima.

Contam-se também três Santuários localizados no interior do SIC "Serra de Arga" e dois exteriores àquele limite, integrando todos capelas que se tornaram centros de peregrinação.

As igrejas, capelas e santuários que constam deste inventário apresentam a distribuição geográfica expressa na **Figura 87**, sendo notória a sua localização nas povoações que circundam a Serra, bem como nas que se localizam o longo do vale do Âncora, e seus afluentes, até à foz.

Na **Folha A5.3** [Arquitetura Religiosa - Igrejas, Capelas e Santuários] do **Anexo 2** [Inventário do Património Arquitetónico] apresenta-se, com maior precisão, a localização e enumeração de todas as igrejas, capelas e santuários identificados no âmbito do inventário.

Em todo o território nacional, os séculos XVII e XVIII correspondem ao período de maior produção edificatória por parte das ordens religiosas, mercê do fugaz enriquecimento do país à conta do ouro e diamantes provenientes do Brasil. Assim, durante este período, assiste-se a uma grande proliferação de construções de cariz religioso, desde o santuário isolado, no alto do monte, até à igreja matriz (ou igreja paroquial).

Na Serra d'Arga, a maioria das igrejas paroquiais e capelas foram igualmente construídas entre meados do século XVII e finais do século XVIII. Por motivação cronológica, pode-se afirmar que correspondem a edifícios barrocos, uma vez que a proliferação do Barroco no país ocorreu precisamente na segunda metade do século XVII, após a Restauração (1640). No entanto, na Serra d'Arga, estas construções não se podem isolar entre si, nem de todo o resto da arquitetura desta região, sendo influenciadas pelas dominantes locais. Como são alvo dos cuidados atentos dos fiéis, mantêm-se, na maioria das situações, num bom estado de conservação, já que ali decorrem os atos mais importantes da vida: o batismo, o casamento, a morte, as festas e as grandes concentrações e manifestações de solidariedade social.

Numa primeira fase surgiram as igrejas e as capelas rurais, quase todas muito pobres, datadas da segunda metade do século XVII e da primeira metade do século XVIII. São exemplo a Igreja Paroquial de Arga de Baixo - 1692 (**Figura 88**) e a Igreja Paroquial de Arga de São João - 1720 (**Figura 89**), mantendo, ainda, a planta simples, de nave única, ligada à capela-mor por um arco de meia volta — o arco cruzeiro. Posteriormente, em ambas as igrejas foram erguidos campanários, de uma sineira, adossados à esquerda da fachada principal.

Figura 88. Igreja Paroquial de Arga de Baixo

Figura 89. Igreja Paroquial de Arga de São João

São também exemplo desta fase construtiva inicial a Capela da Senhora de Guadalupe, a Capela do Espírito Santo e a Capela de São Miguel, em Riba de Âncora, a Capela de São Brás, em Vila Praia de Âncora, a Capela de Santa Luzia, em Âncora, e a Capela de Santa Quitéria, em Amonde, todas construídas entre o final do século XVII e a 1.ª metade do século XVIII (**Figura 90**).

Capela da Sra. de Guadalupe (Riba de Âncora)

Capela de Santa Luzia (Âncora)

Capela de São Brás (Vila Praia de Âncora)

Capela de Santa Quitéria (Amonde)

Capela do Espírito Santo (Riba de Âncora)

Capela de São Miguel (Riba de Âncora)

Figura 90. Capelas construídas nos séculos XVII e XVIII (exemplos)

Num segundo período, a partir da segunda metade do século XVIII, para além dos fiéis das paróquias, já intervêm outros encomendadores, quer de ordens religiosas, irmandades ou até mesmo de particulares. Os primeiros remodelaram ou substituíram as suas velhas igrejas; os segundos construíram capelas isoladas ou anexas a uma casa ou solar. Em comum possuem a porta retangular, os janeletes laterais, o óculo ou a janela sobre a porta e, no remate, uma cruz simples com pirâmides ou urnas nos cunhais.

São exemplos de capelas construídas a pedido de membros de ordens religiosas a Capela da Senhora da Rocha, em Arga de Baixo, mandada edificar pelo Padre João Manoel Dom F. Caldas em 1828/1851, e a Capela de Santa Luzia, em Dem, capela particular mandada construir, em 1742, pelo Padre Luís Afonso, sendo atualmente administradores os seus herdeiros (**Figura 91**).

Capela da Senhora da Rocha (Arga de Baixo)

Capela de Santa Luzia (Dem)

Figura 91. Capelas construídas a pedido de membros de ordens religiosas

São exemplos de capelas particulares a Capela de São Silvestre, em Gondar, edificada em 1850, pertença da Casa do Codessal, e a Capela da Senhora da Consolação, em Riba de Âncora, construída em 1758 a expensas de Manuel Antunes Feio, parte integrante de um complexo agrícola que engloba uma quinta e algumas construções da mesma época da capela (**Figura 92**).

Capela da São Silvestre (Gondar)

Capela da Senhora da Consolação (Riba Âncora)

Figura 92. Capelas particulares

Algumas igrejas paroquiais foram também construídas ou remodeladas nesta época, quer com o apoio das confrarias, que com os donativos dos fiéis. É o caso da Igreja Paroquial de Freixieiro de Soutelo, mandada construir pelo abade Bernardo Pereira de Andrade, e da Igreja Paroquial de Orbacém (**Figura 93**).

Igreja Paroquial de Freixieiro de Soutelo

Igreja Paroquial de Orbacém

Figura 93. Igrejas Paroquiais

Outro aspeto importante a considerar neste período são os azulejos que recobrem as paredes interiores e exteriores das igrejas, principalmente a anteriormente referida Igreja Paroquial de Freixieiro de Soutelo, com destaque para o painel figurativo dedicado a São Martinho, padroeiro da freguesia (**Figura 94**).

Figura 94. Igreja Paroquial de Freixieiro de Soutelo

Paralelamente, a partir do século XVIII, as capelas de peregrinação começam também a ser relevantes neste território. Caracterizadas por uma simplicidade arquitetónica, distinguem-se nos cumes dos montes ou em locais isolados. Para além da localização, possuem em comum as paredes caiadas, as colunas que sustentam um alpendre com bancos corridos e cobertura em telha, a nave retangular e o altar voltado a poente.

Do universo das capelas de peregrinação, na Serra d'Arga e área de estudo do Património Cultural destacam-se a Capela de Nossa Senhora da Cabeça (1701), em Freixieiro de Soutelo, a Capela da Senhora das Neves ou da Senhora da Serra (1746), em Dem, a Capela do Senhor do Socorro (1853), na Montaria, e a Capela de Santo Antão ou do Santo do Alto (1939), em Arga de Cima, construída no local onde existia um pequeno oratório, em pedra, com a imagem de Santo Antão (**Figura 95**). As duas primeiras capelas surgem, atualmente, integradas em santuários.

Capela de N. Sra. da Cabeça (Freixieiro de Soutelo)

Capela da Senhora das Neves (Dem)

Capela do Senhor do Socorro (Montaria)

Capela de Santo Antão (Arga de Cima)

Figura 95. Capelas de peregrinação

Os Santuários possuem, na Serra d'Arga, um estatuto particular, com destaque para o Santuário de São João d'Arga (Arga de Baixo) e o Santuário de Nossa Senhora da Conceição do Minho (Montaria).

Monumento Nacional (MN)[7] localizado num local de grande beleza, o Santuário de São João d'Arga integra um antigo mosteiro beneditino, transformado em santuário de montanha em recinto fechado (**Figura 96**).

Figura 96. Santuário de São João d'Arga (Arga de Baixo)

O santuário é constituído por uma capela de origem românica (1330), inserida no grupo das capelas rurais, reformulada no século XVIII, em estilo barroco. No exterior existe um murete, feito de anteiras com cerca de 70 cm de altura, que marca o percurso daqueles que fazem promessa de dar voltas à capela de joelhos. Construídas posteriormente à capela, as instalações que a rodeiam são albergues, os quartéis, cuja função é abrigar os peregrinos que ali têm de pernoitar. Dispostos frontalmente, os dois albergues possuem planta em L, correspondendo a uma sucessão de quartos dispostos linearmente sob uma cobertura comum, com uma galeria alpendrada a proteger as entradas (**Figura 97**).

É precisamente neste local que se realiza, entre 28 e 29 de agosto de cada ano, uma das romarias com maior afluência da região: a Romaria de São João d'Arga.

Figura 97. Capela e Quartéis de São João d'Arga (Arga de Baixo)

As características construtivas deste santuário encontram-se igualmente em Santa Justa, Ponte de Lima, onde os antigos quartéis (atualmente remodelados para alojamento rural) foram albergue de romeiros e peregrinos durante as festas de Santa Justa (**Figura 98**).

Figura 98. Capela e Quartéis de Santa Justa (São Pedro de Arcos)

Figura 99. Nicho de Nossa Senhora da Conceição do Minho (Montaria)

Figura 100. Imagem de Nossa Senhora da Conceição do Minho (Montaria)

Na Nossa Senhora do Minho destaca-se a primitiva Capela de Nossa Senhora da Conceição do Minho, um nicho rústico construído em blocos de granito e cobertura em lajes de xisto (**Figura 99**). No interior alberga a imagem, de talhe popular, da Senhora do Minho sob um arco em pedra de volta inteira (**Figura 100**).

Em meados dos anos 80 do século passado, a fervorosa devoção popular pela Nossa Senhora da Conceição permitiu edificar, a poente do antigo nicho, a atual igreja, com capacidade para acolher dezenas de pessoas.

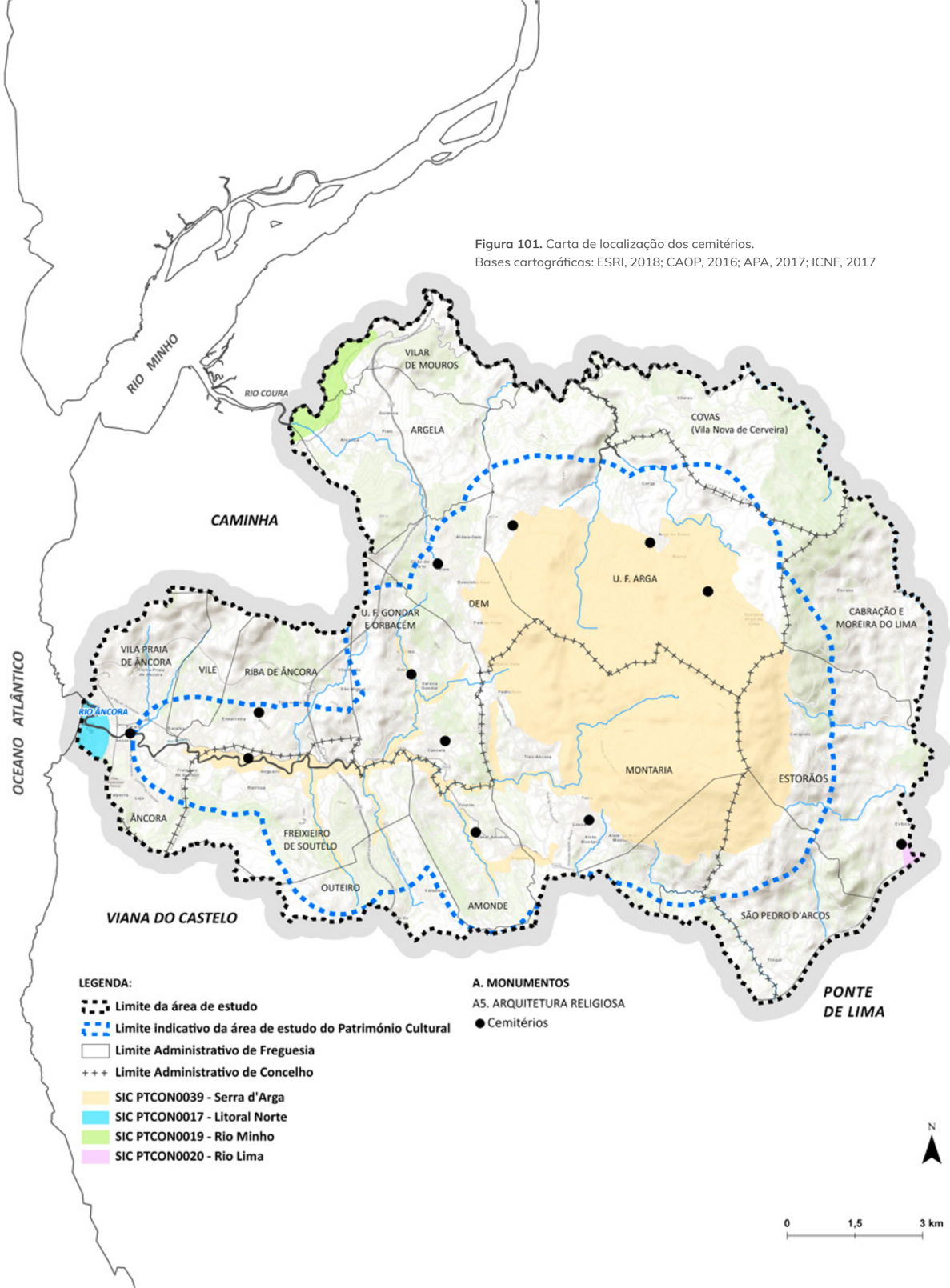


Figura 101. Carta de localização dos cemitérios.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017

Cemitérios

O número de Cemitérios identificados na área de estudo do Património Cultural encontra-se expresso na **Tabela 13**:

	Equipamentos	
	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"
Caminha	8	3
Ponte de Lima	1	-
Viana do Castelo	3	1
Total	**12**	**4** (33%)

Os 12 cemitérios inventariados no âmbito do presente estudo surgem associados às 12 igrejas paroquiais referidas anteriormente, localizadas nas sedes das freguesias ou antigas sedes de freguesia.

De construção mais recente que as igrejas às quais se encontram associados, os cemitérios identificados apresentam a distribuição geográfica patente na **Figura 101**.

Destacam-se o Cemitério de Arga de Baixo (primeira metade do século XIX) e o Cemitério de Âncora (1886). O primeiro possui um número avultado de estelas de granito, ornamentadas com motivos alusivos à morte, à vida eterna e à esperança, todas elas de conceção popular; o segundo possui diversos exemplares de obras de arte em granito e mármore (**Figura 102**).

Na **Folha A5.4** [Arquitetura Religiosa - Cemitérios] do **Anexo 2** [Inventário do Património Arquitetónico] apresenta-se, com maior precisão e à escala 1:30.000, a localização e enumeração de todos os cemitérios identificados no âmbito do inventário.

Figura 102. Cemitério de Âncora

CONJUNTOS

Relativamente aos valores patrimoniais de âmbito arquitetónico pertencentes à categoria CONJUNTOS, foram identificados os constantes na **Tabela 14**:

	Conjuntos	
	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"
Caminha	Arga de Baixo	-
	Dem	-
	Gandra	X
	Gondar	-
	Orbacém	-
	Reconco	X
	Santo Aginha	-
	Sobral	-
	Torno-Tojal	X
	Varziela	-
Ponte de Lima	Cerquido	X
	Estorãos	-
Viana do Castelo	Amonde	-
	Espantar	-
	Freixieiro de Soutelo	-
	Montaria	-
	Pedrulhos	-
	Tourim	-
	Trás-Âncora	-
	Valadares	-
Total	**12**	**4** (33%)

Tabela 14. Valores patrimoniais arquitetónicos: Conjuntos

A leitura da tabela anterior permite constatar que foram identificados e localizados na área de estudo do Património Cultural relativa ao projeto "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" 20 conjuntos de relevância do ponto de vista patrimonial, os quais correspondem a núcleos ou aldeias rurais.

Apenas quatro núcleos rurais (20% do total) se localiza no interior do perímetro do SIC "Serra de Arga", designadamente os lugares de Gandra ou Gândara, Reconco ou Recunco e Torno-Tojal (concelho de Caminha) e Cerquido, no concelho de Ponte de Lima (**Figura 103**).

Metade dos conjuntos identificados (10) pertence ao concelho de Caminha, oito ao concelho de Viana do Castelo e os restantes dois ao concelho de Ponte de Lima.

Os núcleos rurais inventariados apresentam a distribuição geográfica expressa na Figura 98, destacando-se, fundamentalmente, a sua localização periférica relativamente ao maciço granítico da Serra, bem como ao longo do vale do Âncora.

Na **Folha B1** [Núcleos Rurais] do **Anexo 2** [Inventário do Património Arquitetónico] apresenta-se, com maior precisão, a localização e enumeração de todos os núcleos rurais de interesse patrimonial identificados no âmbito do inventário.

Figura 103. Vista sobre o lugar do Cerquido (Estorãos)

Núcleos Rurais

Considerando a influência das formas do relevo sobre a construção da paisagem humanizada, nomeadamente no que diz respeito à modelação dos padrões de povoamento, é possível sintetizar e esquematizar a forma e o tipo de ocupação dos núcleos rurais identificados.

Evidência da existência de uma forte relação entre as condicionantes geomorfológicas e a ocupação do território, no território da Serra d'Arga é possível reconhecer três formas distintas de ocupação do povoamento, designadamente as seguintes (**Figura 104**):

1. Ocupação de montanha;
2. Ocupação concentrada;
3. Ocupação disseminada.

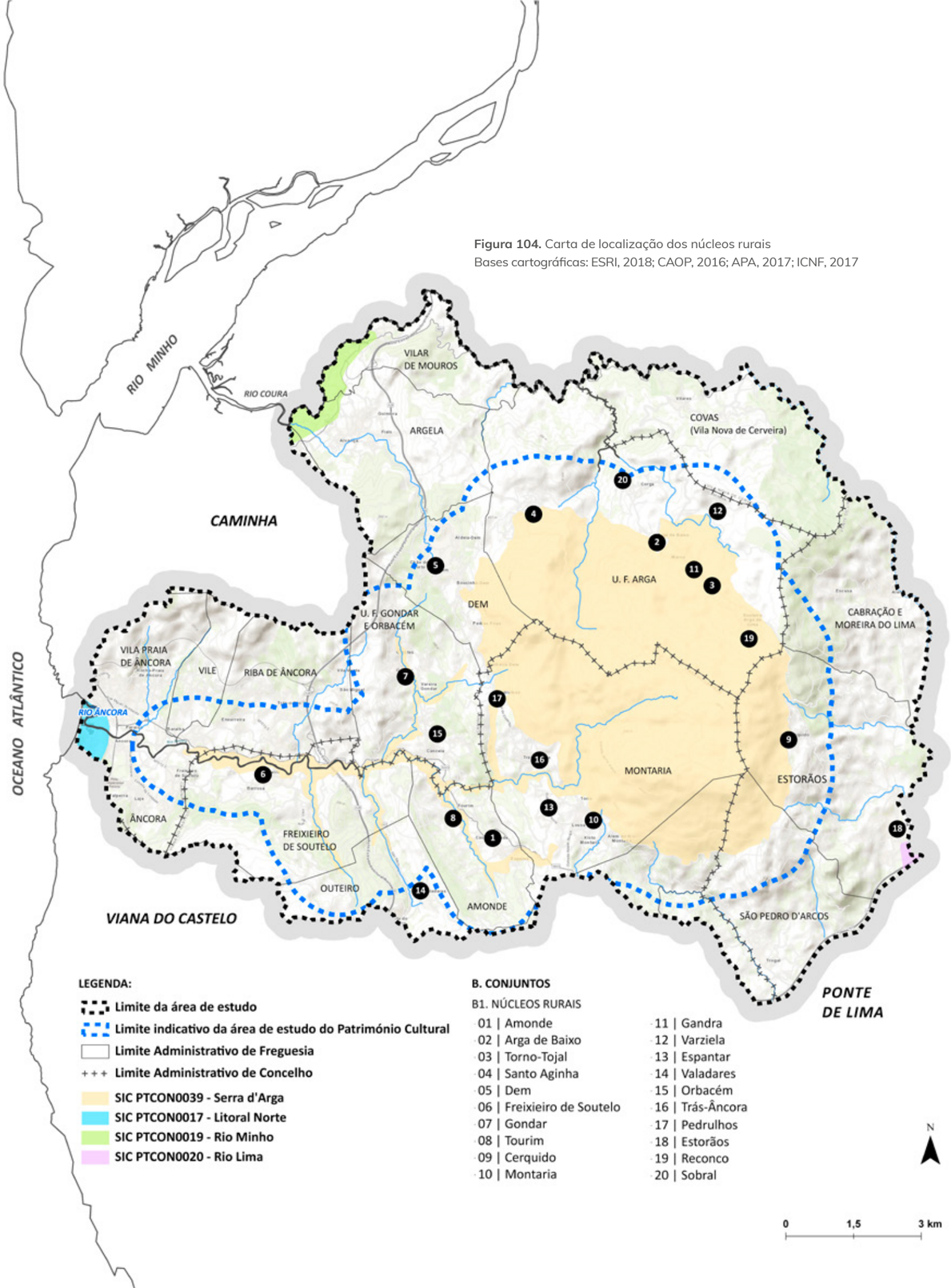
1. Ocupação de montanha

2. Ocupação concentrada

3. Ocupação disseminada

Figura 104. Esquemas de ocupação territorial dos núcleos rurais
(Adaptado de: TÁVORA, PIMENTEL, MENÉRES; 2004)

Figura 104. Carta de localização dos núcleos rurais
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



Ocupação de montanha

Os povoados de montanha estão sujeitos a condições mais agrestes que os povoados das baixas altitudes. Das construções ressaltam os materiais líticos (granito ou xisto), matéria-prima local.

Obedecendo à lógica da aglomeração do povoamento serrano, estes núcleos possuem habitações com características marcadamente populares, agregando a habitação familiar e as funções agrícolas, incluindo, quase sempre, o espigueiro e a eira. Na área envolvente das aldeias localizam-se as leiras cultivadas com hortícolas ou cereais, expandindo-se para a base das vertentes através de socalcos (**Figura 105**).

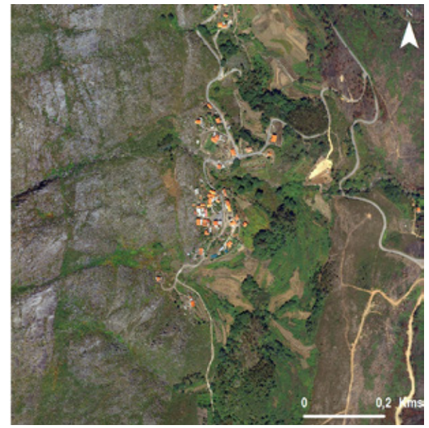
Na presente área de estudo figuram oito povoados típicos de montanha: Arga de Baixo, Varziela e Sobral (Castanheira, Arga de Baixo, Caminha), Gandra, Reconco e Torno-Tojal (Arga de Cima, Caminha), Santo Aginha (Arga de São João, Caminha) e Cerquido (Estorãos, Ponte de Lima). Estes núcleos serranos desenvolvem-se a partir dos 350 metros de altitude[8] e localizam-se nas vertentes a nordeste do núcleo granítico central da Serra d'Arga (**Figura 106**).

Figura 105. Vista sobre Torno-Tojal (Arga de Cima)

Arga de Baixo
Sobral (Arga de Baixo)

Varziela (Arga de Baixo)
Gandra (Arga de Cima)

Reconco (Arga de Cima)
Santo Aginha (Arga de São João)



Torno-Tojal (Arga de Cima)
Cerquido (Estorãos)

Figura 106. Núcleos rurais de montanha

Ocupação concentrada

As povoações ocupam as encostas da Serra, em locais com boas condições de defesa natural e bem posicionados em relação ao controlo das acessibilidades naturais. A sua localização também se encontra, quase sempre, dependente da proximidade de uma linha de água e perto de áreas favoráveis à agricultura e ao pastoreio.

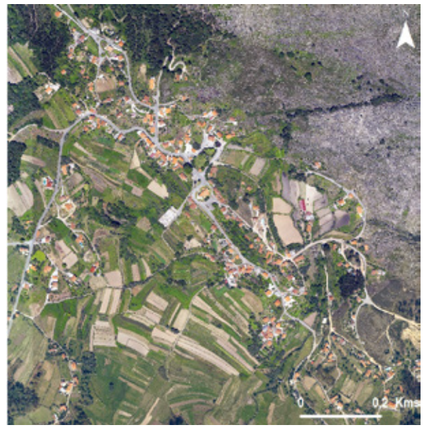
Nestes territórios acidentados, as casas aproximam-se e agrupam-se, embora livremente, consoante as contingências, rodeadas pelas leiras onde se cultiva o milho. Assim formado, o povoado é pequeno e as casas dispõem-se em linha, de face para o caminho. No centro, ou mesmo no início do povoado, no local mais valorizado pela população, localiza-se a igreja com o seu adro (**Figura 107**).

Na presente área de estudo, figuram cinco povoados territorialmente concentrados: Dem (Caminha), Espantar, Pedrulhos, Trás-Âncora e Montaria (Viana do Castelo). Estes núcleos desenvolvem-se entre os 200 e os 350 metros de altitude[9] e localizam-se nas vertentes a sudoeste que circundam o núcleo granítico central da Serra d'Arga **(Figura 108**).

Figura 107. Vista sobre Trás-Âncora (Montaria)

Dem
Pedrulhos (Montaria)

Espantar (Montaria)
Trás-Âncora (Montaria)



Montaria

Figura 108. Núcleos rurais de ocupação concentrada

Ocupação disseminada

Condicionado pelas dominantes geográficas locais, este tipo de povoamento caracteriza-se, em oposição às demais formas de ocupação humana no território, pela fixação do agricultor e da sua família junto das terras que trabalham.

O tecido rural apresenta-se retalhado de propriedades de diversos tamanhos, unidas pelos caminhos vicinais (**Figura 109**). À margem desses caminhos localizam-se as quintas dos lavradores, que se constituem como organismos unifamiliares e autossuficientes, constituídas pela casa e as construções anexas, erguidas de acordo com as necessidades.

Na presente área de estudo, figuram sete povoados com estas características: Gondar e Orbacém (Caminha), Tourim, Amonde, Freixieiro de Soutelo e Valadares (Viana do Castelo) e Estorãos (Ponte de Lima). Estes núcleos desenvolvem-se até aos 200 metros de altitude[10] e localizam-se nas vertentes onde se pratica a agricultura de baixa altitude e fundo de vale **(Figura 110**).

Figura 109. Vista sobre Freixieiro de Soutelo

Gondar
Tourim (Amonde)

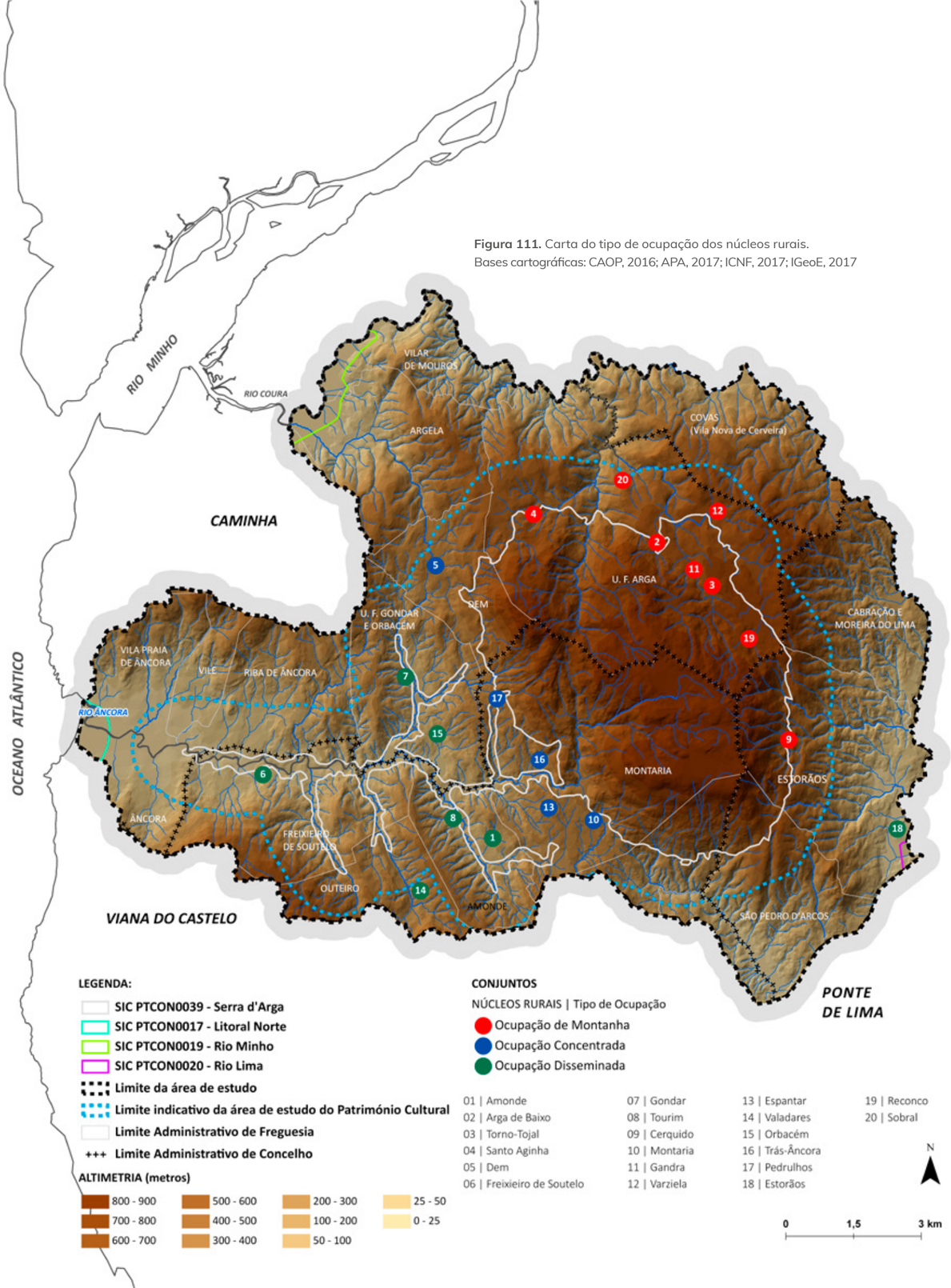
Orbacém
Amonde

Freixieiro de Soutelo
Estorãos

Valadares (Outeiro)

Figura 110. Núcleos rurais de ocupação disseminada

Figura 111. Carta do tipo de ocupação dos núcleos rurais.
Bases cartográficas: CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017; IGeoE, 2017



A distribuição geográfica dos núcleos rurais de acordo com a sua forma de ocupação no território encontra-se expressa na **Figura 111**.

A observação da figura anterior permite concluir que os modelos de povoamento da Serra d'Arga encontram-se fortemente dependentes de fatores geomorfológicos, determinando, em grande parte, a localização e a configuração dos núcleos rurais. Pela urgência que existe na sua preservação, do conjunto de núcleos rurais identificados no âmbito do Inventário do Património Cultural, destacam-se unicamente aqueles que se encontram em ruínas ou num estado de acentuada degradação: Reconco, em Arga de Cima (**Figura 112**), e Sobral, em Castanheira, Arga de Baixo (**Figura 113**).

Figura 112. Vistas sobre o lugar de Reconco (Arga de Cima)

Figura 113. Vistas sobre o lugar de Sobral (Castanheira, Arga de Baixo)

SÍTIOS

Relativamente aos valores patrimoniais de âmbito arquitetónico pertencentes à categoria SÍTIOS localizados na área de estudo do Património Cultural do projeto "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora", foram identificados os discriminados na **Tabela 15**:

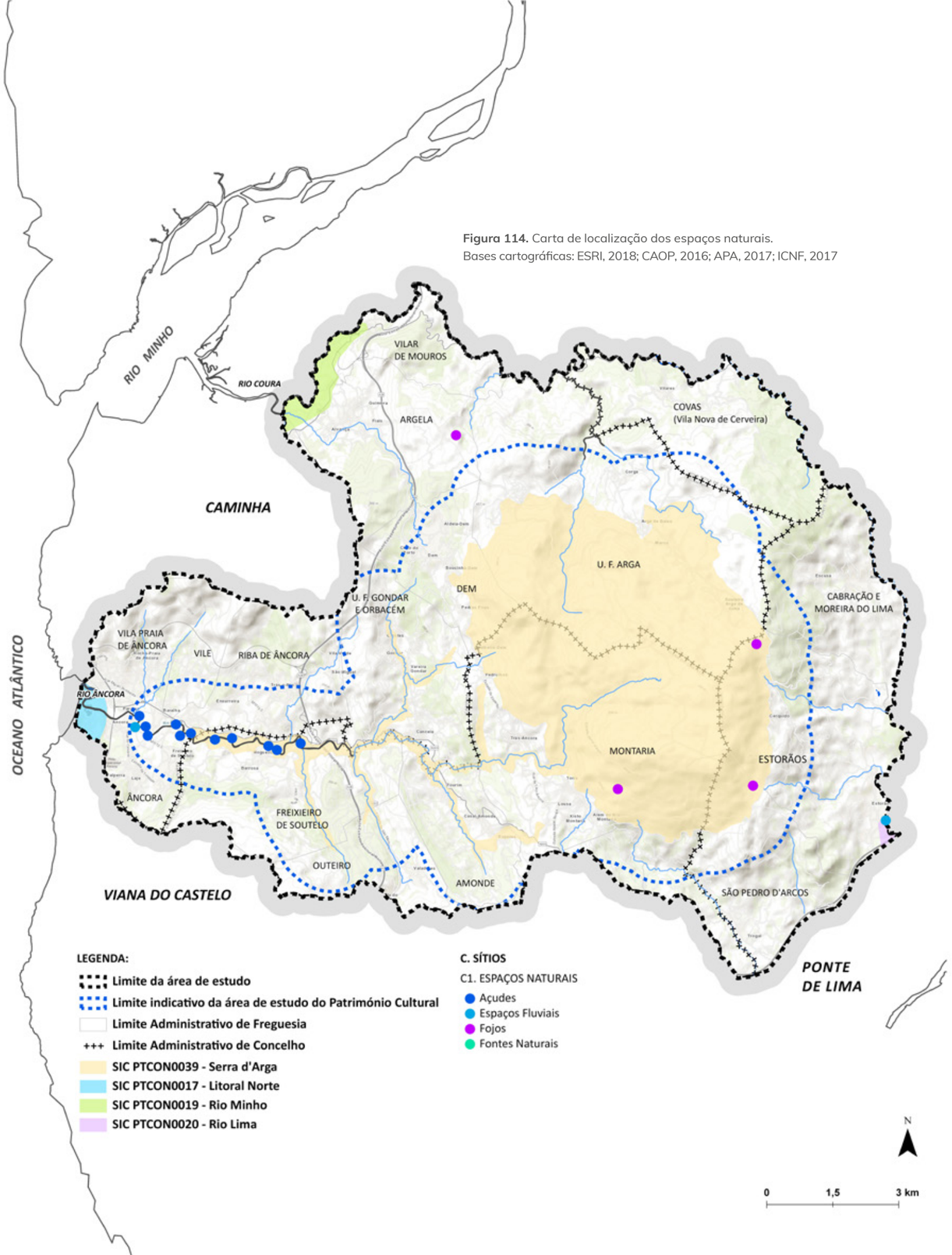
Categoria	Tipologia	Tipo	N.º objetos inventariados			
			Área de Estudo		SIC "Serra de Arga"	
C. Sítios	**C1. Espaços Naturais**	Açudes	11	**18**	7	**11**
		Espaços Fluviais	2		-	
		Fojos	4		3	
		Fontes Naturais	1		1	
	C2. Sítios Arqueológicos	Achados	1	**41**	1	**3**
		Arte Rupestre	10		2	
		Depósitos	4		-	
		Igrejas	2		-	
		Megalitismo	5		-	
		Minas	1		-	
		Necrópoles	2		-	
		Povoados Abertos	2		-	
		Povoados Fortificados	14		-	
Total				**59**		**14** (23,7%)

Tabela 15. Valores patrimoniais arquitetónicos: Sítios

A análise da tabela anterior permite constatar que foram identificados e localizados na área de estudo 59 sítios, dos quais cerca de 23,7% se localizam dentro do perímetro do SIC "Serra de Arga".

A maioria dos sítios identificados (41, ou seja, cerca de 69,5%) pertencem à tipologia Sítios Arqueológicos; os restantes pertencem à tipologia Espaços Naturais.

Figura 114. Carta de localização dos espaços naturais.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



Espaços Naturais

Os Espaços Naturais identificados no âmbito do presente Inventário do Património Cultural classificam-se em quatro tipos:

a) Açudes [11];

b) Espaços Fluviais [2];

c) Fojos [4];

d) Fontes Naturais [1].

Os elementos patrimoniais relacionados com os espaços naturais apresentam a distribuição geográfica expressa na **Figura 114**:

Na **Folha C1** [Espaços Naturais] do **Anexo 2** [Inventário do Património Arquitetónico] apresenta-se, com maior precisão, a localização e enumeração de todos os espaços naturais identificados no âmbito do presente inventário.

Açudes

Os Açudes identificados no âmbito do estudo do património arquitetónico correspondem às diversas estruturas construídas, maioritariamente, ao longo do Âncora desde a freguesia de Freixieiro de Soutelo (Viana do Castelo) até à foz do rio, tendo sido inventariados os constantes na **Tabela 16**:

	Açudes	
	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"
Caminha	6	2
Ponte de Lima	-	-
Viana do Castelo	5	5
Total	**11**	**7** (64%)

Tabela 16. Açudes (n.º)

Os açudes inventariados na Serra d'Arga perfazem um total de 11 espaços naturais intervencionados pela mão humana, dos quais 7 surgem integrados na área do SIC "Serra de Arga", geralmente associados a moinhos (**Figura 115**).

Açude do Creugo

Açude do Cais

Açude do Hilário

Açude do Paço

Figura 115. Açudes do Rio Âncora (exemplos)

Espaços Fluviais

Os dois Espaços Fluviais identificados na área de estudo, ambos localizados fora dos limites do SIC “Serra de Arga”, correspondem aos seguintes:

1. Praia Fluvial do Rio Âncora (Âncora/Vila Praia de Âncora, Caminha) **(Figura 116)**

2. Área de Lazer Fluvial de Estorãos (Ponte de Lima) - área fluvial associada à Ponte de Estorãos e à Azenha de Estorãos **(Figura 117)**

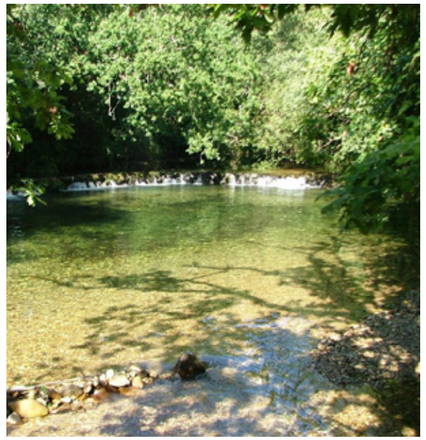


Figura 116. Praia Fluvial do Rio Âncora

Figura 117. Área de Lazer Fluvial de Estorãos

Fojos

No território da Serra d’Arga é possível identificar os vestígios materiais de quatro fojos do lobo, três dos quais localizados no interior do perímetro do SIC “Serra de Arga”, designadamente os fojos do Alto do Cavalinho (Figura 118) e de Cerquido, ambos localizados em Estorãos, Ponte de Lima, e o Fojo de Montaria, em Viana do Castelo. Um quarto fojo do lobo é, ainda, possível, identificar na freguesia de Argela, em Caminha, o Fojo de Cruz da Facha.

Os fojos do lobo são armadilhas permanentes construídas em pedra, constituindo um caso singular de especialização técnica na caça ao lobo, marcando o terreno. Os quatro fojos identificados na Serra d’Arga são todos de paredes convergentes, sendo o Fojo de Montaria duplo. Correspondem a dois muros altos de pedra solta, dispostos em V, cada um deles podendo atingir até 1 quilómetro de extensão, que convergem para um fosso, previamente dissimulado com vegetação, também construído com pedra solta. Na situação do fojo duplo, ele é constituído por dois fojos de paredes convergentes, funcionando de forma idêntica, mas que permitia bater uma área mais extensa.

A construção de um fojo implicava a mobilização de várias povoações, principalmente para o transporte, em carros de bois, das toneladas de pedras necessárias.

De acordo com Primavera et al (2015), os vestígios das quatro estruturas que se encontrar na Serra d’Arga, “podem comparar-se com as estruturas edificadas nas vizinhas serras do Soajo, Peneda, Amarela, Gerês e Cabreira, assim como nas terras altas da Galiza e, mais a sueste, nos montes de Fafe e de Cabeceiras de Basto”.

Figura 118. Fojo do Alto do Cavalinho (Estorãos)

Fontes Naturais

A única Fonte Natural identificada na área de estudo do Património Cultural da Serra d'Arga corresponde à Fonte da Urze (**Figura 119**), localizada na freguesia da Montaria (Viana do Castelo), incluída no perímetro do SIC "Serra de Arga". Esta fonte dá origem, na Chã de São João, à nascente do Rio Âncora.

Figura 119. Fonte da Urze (Montaria)

Sítios Arqueológicos

Classificam-se os Sítios Arqueológicos identificados pelo presente inquérito nos nove tipos a seguir discriminados:

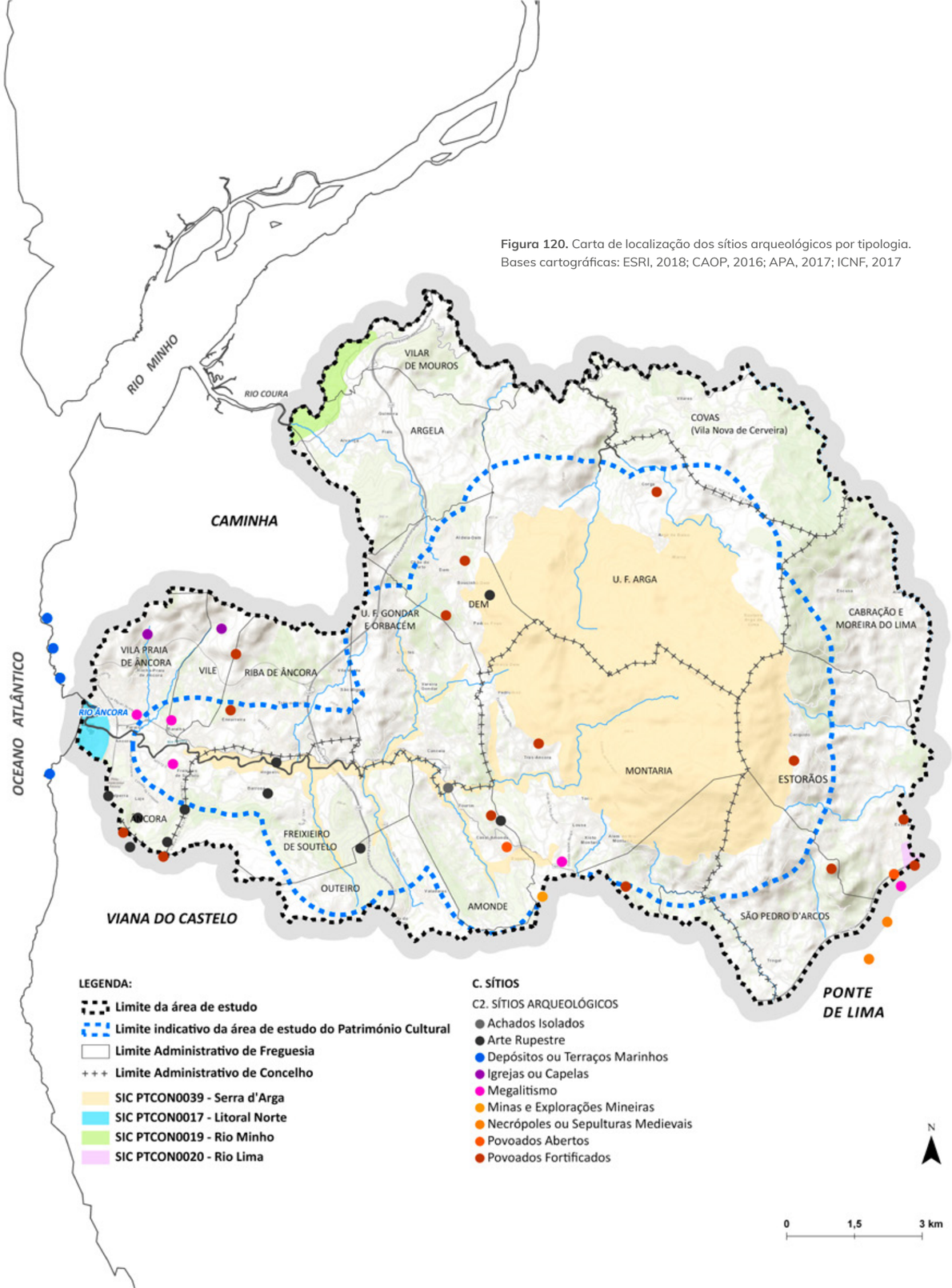
a) Achados Isolados;
b) Arte Rupestre;
c) Depósitos ou Terraços Marinhos;
d) Igrejas ou Capelas;
e) Megalitismo;
f) Minas e Explorações Mineiras;
g) Necrópoles ou Sepulturas Medievais;
h) Povoados Abertos;
i) Povoados Fortificados.

A distribuição numérica dos sítios arqueológicos identificados no território da Serra d'Arga e área envolvente encontra-se expressa na **Tabela 17**:

	Caminha		Ponte de Lima		Viana do Castelo		
	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"	Área de Estudo	SIC "Serra de Arga"	
Achados Isolados	1	1	-	-	-	-	**1** (2%)
Arte Rupestre	5	1	-	-	5	1	**10** (24%)
Depósitos ou Terraços Marinhos	4	-	-	-	-	-	**4** (10%)
Igrejas ou Capelas	2	-	-	-	-	-	**2** (5%)
Megalitismo	3	-	1	-	1	-	**5** (13%)
Minas e Explorações mineiras	-	-	-	-	1	-	**1** (2%)
Necrópoles ou Sepulturas Medievais	-	-	2	-	-	-	**2** (5%)
Povoados Abertos	-	-	1	-	1	-	**2** (5%)
Povoados Fortificados	6	-	4	-	4	-	**14** (34%)
Total	**21**	**2** (10%)	**8**	**0** (0%)	**12**	**1** (8%)	**41**

Tabela 17. Sítios arqueológicos (n.º)

Figura 120. Carta de localização dos sítios arqueológicos por tipologia. Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



Em termos globais, os tipos mais representativos na área de estudo são os Povoados Fortificados, com 14 ocorrências registadas (34% do total), bem como os sítios com elementos de Arte Rupestre (24% do total), nomeadamente gravuras. Contam-se também cinco sítios com elementos Megalíticos, mais especificamente mamoas, uma anta e um dólmen. Com impacto mais residual verifica-se a existência de quatro Depósitos ou Terraços Marinhos, Igrejas ou Capelas, Necrópoles ou Sepulturas Medievais e Povoados Abertos com dois elementos inventariados em cada tipo e, finalmente, Achados Isolados e Minas e Explorações Mineiras com apenas uma ocorrência em cada tipo.

Os sítios arqueológicos identificados na área de estudo apresentam a distribuição geográfica expressa na **Figura 120**. Assume especial importância o facto de a larga maioria destes sítios localizar-se numa área envolvente da Serra d'Arga, não se verificando qualquer ocorrência sobre os planaltos centrais.

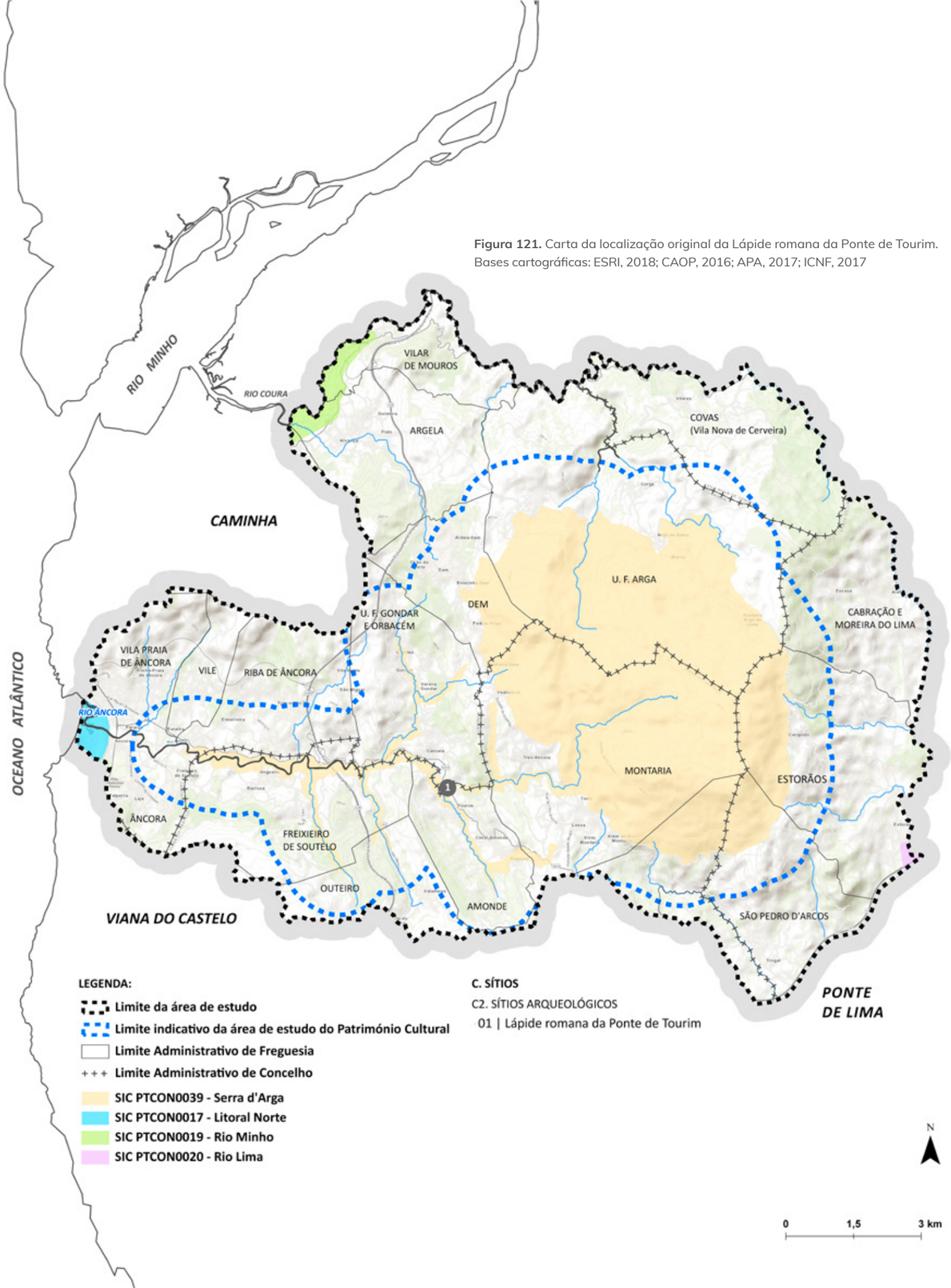
Sendo assim, apenas três dos sítios arqueológicos inventariados se localizam no SIC "Serra de Arga", nomeadamente dois elementos do tipo Arte Rupestre nos concelhos de Caminha e Viana do Castelo e um Achado Isolado no concelho de Caminha.

No geral, mais de metade dos sítios arqueológicos (21, ou seja, 51%) encontram-se localizados no concelho de Caminha, seguindo-se Viana do Castelo com 12 ocorrências (29%) e Ponte de Lima com 8 sítios identificados (20%).

A utilização destes sítios como recurso de valorização patrimonial assenta, sobretudo, em duas qualidades: o potencial intrínseco e o trabalho arqueológico de investigação gerador de informação que capacita a respetiva leitura e interpretação.

Na **Folha C2** [Sítios Arqueológicos] do **Anexo 2** [Inventário do Património Arquitetónico] apresenta-se, com maior precisão, a localização e enumeração de todos os sítios arqueológicos identificados no âmbito do inventário.

Figura 121. Carta da localização original da Lápide romana da Ponte de Tourim.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017

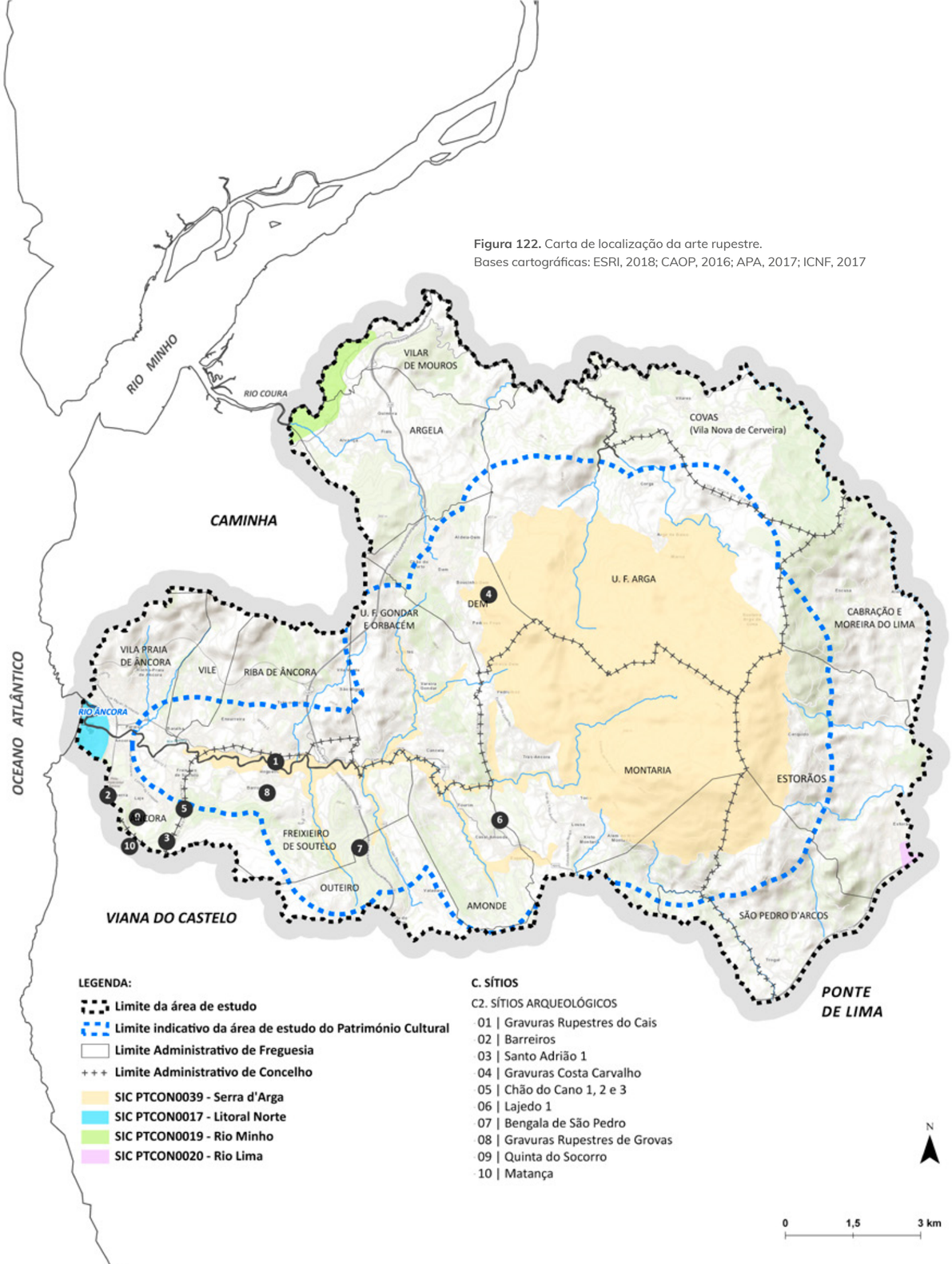


Achados Isolados

A desaparecida Lápide Romana de Amonde, Viana do Castelo, referenciada em publicações da especialidade dos inícios do século XX como tendo sido encontrada dois séculos antes numa obra de reconstrução da Ponte de Tourim, constitui o único caso de um Achado Isolado. A Ponte de Tourim, construção de épocas medieval, moderna e contemporânea, pode assim melhor relacionar-se com o traçado de um conhecido percurso e via romana, a "Via XIX por itinerários marítimos" (per loca marítima), apesar das circunstâncias e imprecisões daquela referência.

A localização original da Lápide romana da Ponte de Tourim apresenta-se na **Figura 121.**

Figura 122. Carta de localização da arte rupestre.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



Arte Rupestre

No tipo Arte Rupestre incluem-se 10 sítios arqueológicos, constituindo o segundo maior conjunto de sítios identificados, cuja localização geográfica se apresenta na **Figura 122**.

Para este elevado número de ocorrências contribuíram, significativamente, os mais recentes (2013-2014) trabalhos de prospeção direcionada levados a cabo pelos projetos ENARDAS e CVARN da Universidade do Minho. A realização de novos trabalhos, nomeadamente em áreas ainda não prospetadas, poderá, com muita probabilidade, levar à identificação de um ainda maior número de sítios deste tipo.

A cronologia e o enquadramento cronológico-cultural destes sítios de arte rupestre de ar livre reenviam sempre para o período pós-paleolítico com diferentes fases e tradições que datam da Pré-História Recente do Noroeste, entre o 4.º e o 1.º milénio a.C. (ou entre 6 a 3 mil anos antes do presente). Os suportes são afloramentos, normalmente graníticos, horizontais ou verticais, nos quais foram realizadas gravações, por vezes persistentemente e ao longo de muitas gerações, acumulando e sobrepondo-se.

Uma das principais tradições diz respeito à chamada Arte Atlântica, na qual se incluem representações abstratas de covinhas, círculos ou semicírculos concêntricos, círculos ou ovais preenchidas por nuvens de pontos, espirais, labirintiformes, por vezes associados através de meandros. A Arte Atlântica inclui também representações naturalistas de armas, zoomorfos, como cavalos, e antropomorfos.

No Noroeste ocorre, ainda, outra tradição conhecida como a Arte de Tradição Esquemática representada por motivos muito esquematizados que incluem diferentes tipos de reticulados, esteliformes, ferraduras, antropomorfos e poucos zoomorfos.

Esta Tradição Esquemática mostra ampla diacronia, entre o 5.º/4.º e o 2.º milénio a.C., segundo alguns autores, ou entre a Idade do Bronze até à Idade Média, segundo outros.

Estes sítios com arte rupestre ao ar livre expressam, muito provavelmente, o imaginário e a representação do mundo das comunidades de agricultores e pastores do passado pré-histórico alicerçados numa lógica própria do animismo primitivo. Este modo de organizar o mundo reivindica uma proximidade absoluta entre humanos e o resto da natureza, nos antípodas do modo como hoje concebemos com naturalidade aquela relação numa separação nítida entre ambos. Como afirma Ana Bettencourt, "este tipo de percepção do mundo, apesar de ter sido combatida após a implantação do cristianismo na Península Ibérica (entre os séculos III e IV), conforme se verifica pela análise do livro De Correctione Rusticorum de S. Martinho de Dume, Braga, datado do século VI, e pela Constituição do Bispado de Lamego, do século XVI (...), por exemplo, persistiu até à atualidade nesta área da Península Ibérica. Tal verifica-se, na memória popular, na toponímia e em ritos onde são notórios os resquícios de cultos animistas relacionados com afloramentos, determinados tipos de rochas, bosques, fontes ou com o Oceano Atlântico, manifestações que a Igreja Católica tentou cristianizar, reinventando-lhes os sentidos" (BETTENCOURT et al. 2017, p. 7).

Os responsáveis pelos referidos trabalhos de prospeção e levantamento, realizados no âmbito dos projetos ENARDAS e CVARN da Universidade do Minho, anunciam a intenção de promover uma Rota da Arte Rupestre do Noroeste da Península Ibérica com objetivos também de valorização patrimonial e turística (BETTENCOURT et al. 2017, p.7).

No âmbito da distribuição regional da arte de ar livre pós-paleolítica no Noroeste de Portugal, verifica-se que a área litoral de entre o Lima e Minho, em que se inclui o vale do Âncora, exibe uma elevadíssima concentração de ocorrências.

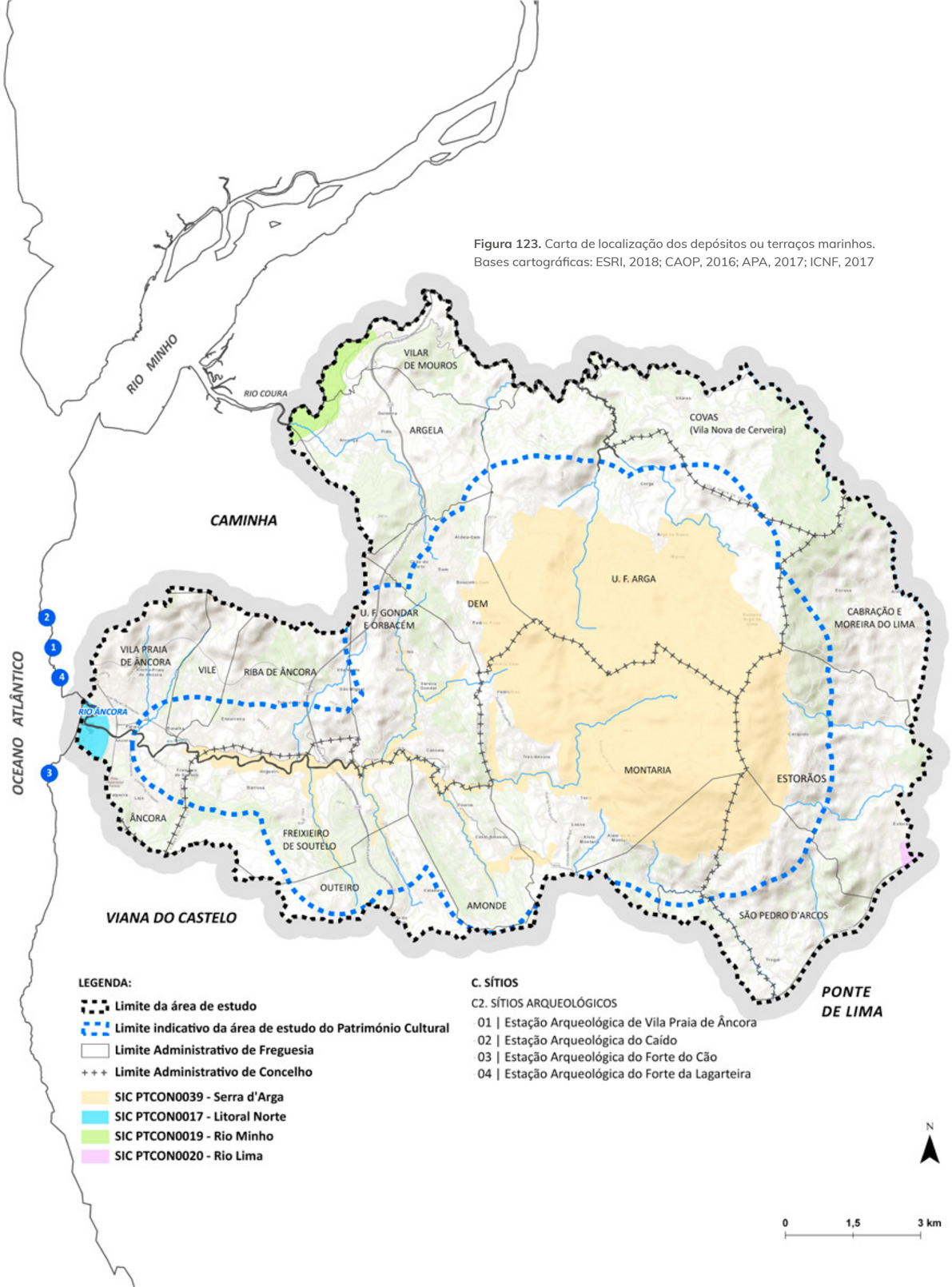


Figura 123. Carta de localização dos depósitos ou terraços marinhos. Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017

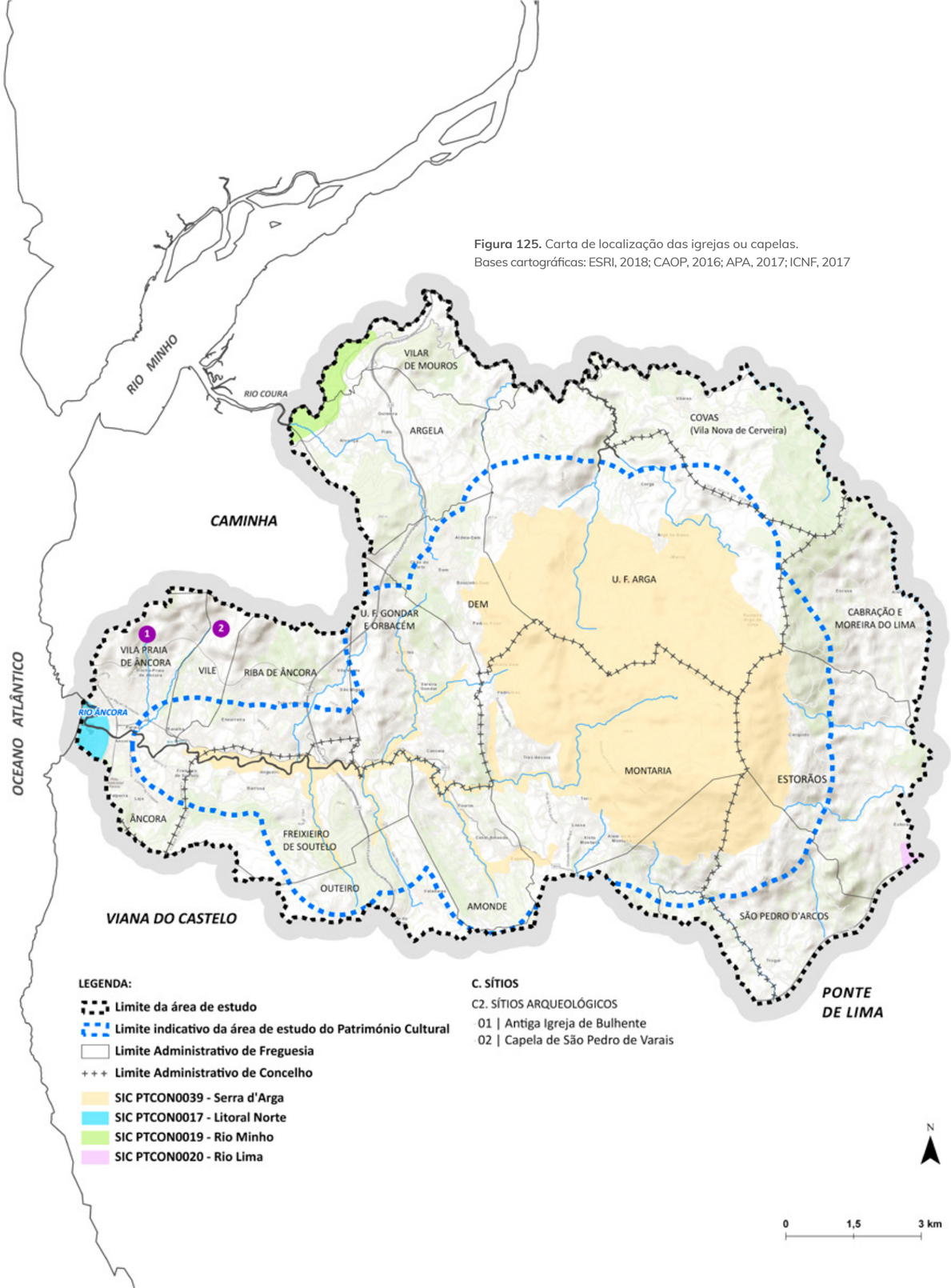
Depósitos ou Terraços Marinhos

O interesse geológico e arqueológico do litoral minhoto, em particular o do Alto Minho entre os rios Lima e Minho, tem sido realçado por numerosos autores e especialistas. Na área que nos concerne identificam-se quatro sítios com importância para esta temática, cuja localização geográfica se apresenta na **Figura 123**.

Três destes sítios foram objeto de intervenções arqueológicas prolongadas (**Figura 124)**, em particular as realizadas por José Luís Meireles da Universidade do Minho, desde o final da década de 1970 (MEIRELES, 1986 e 1992).

Figura 124. Estações arqueológicas do Forte do Cão (em cima), de Vila Praia de Âncora (no meio) e do Caído (em baixo)

Figura 125. Carta de localização das igrejas ou capelas.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



Igrejas ou Capelas

Identificam-se dois sítios descritos como Igrejas ou Capelas, na localização que se apresenta na **Figura 125**. Trata-se da ruína de uma antiga igreja paroquial, implantada na encosta da serra a norte de Vila Praia de Âncora (antiga Igreja de Bulhente) e de uma outra antiga igreja paroquial de fábrica românica e gótica que serve hoje como capela, monumento arquitetónico, igualmente implantada na encosta da mesma serra, mas mais a nordeste (Capela de São Pedro de Varais).

A Capela de São Pedro de Varais **(Figura 126)** foi objeto da atenção de uma equipa de arqueologia no âmbito de trabalhos de restauro realizados na década de 1990 que lhe identificaram uma necrópole, bem como outras estruturas arqueológicas que haviam feito parte de um conjunto mais complexo.

Na verdade, os dois sítios identificados mostram um elevado potencial como locais de implantação de antigos aldeamentos medievais posteriormente abandonados, verosimilmente na Crise da Idade Média (século XV), os quais, deste modo, não estiveram na origem de aldeias ou lugares atuais.

Figura 126. Capela de São Pedro de Varais

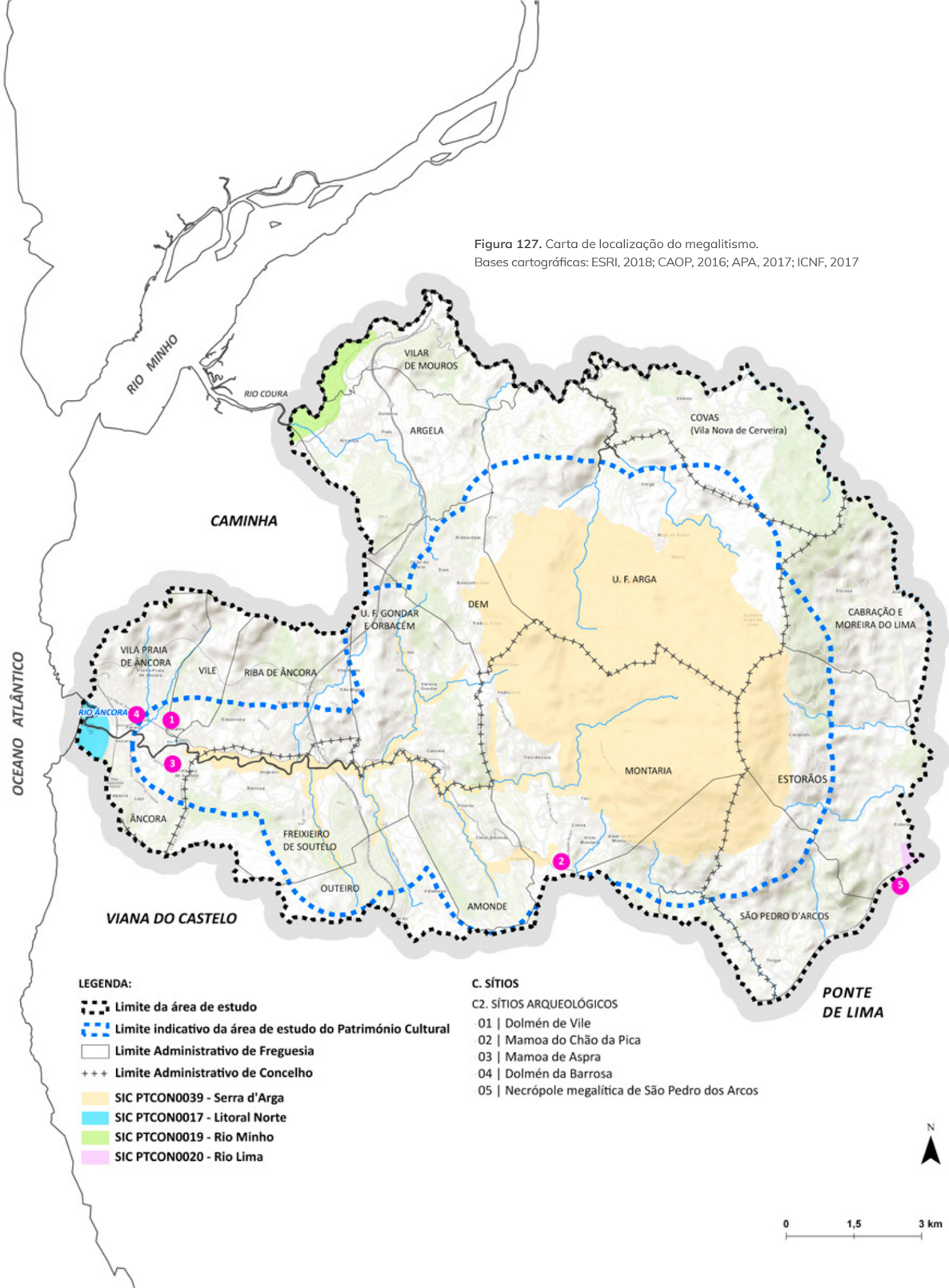


Figura 127. Carta de localização do megalitismo.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017

Megalitismo

No tipo Megalitismo incluem-se cinco ocorrências, três das quais com localização muito próxima entre si no fundo do vale terminal do Rio Âncora, encontrando-se as outras em zona de planalto no sopé da Serra d'Arga e no vale do Estorãos, afluente do Rio Lima, igualmente no sopé da Serra, conforme se apresenta na **Figura 127**.

A atenção dos investigadores sobre este tipo de sítios nesta área é longa, iniciando-se com os trabalhos e explorações de Francisco Martins Sarmento na década de 1870 (SARMENTO, 1987-1988). Mais próximo da atualidade, a partir de 1979, alguns destes mesmos sítios seriam objeto de intervenções arqueológicas com metodologia e aproximações atualizada por Eduardo Jorge da SILVA (1987 e 1994).

Os principais sítios conhecidos exibem uma implantação de fundo de vale e muito próxima do litoral, características que os particularizam entre o conjunto das expressões do megalitismo do Norte de Portugal, dos quais se destacam o Dólmen de Vile **(Figura 128)**, a Mamoa de Aspra **(Figura 129)** e a Anta da Barrosa **(Figura 130)**.

Também aqui se verifica uma razoável concentração de ocorrências. Preservando-se estes exemplares nas bouças não agricultadas, muitos deverão ter desaparecido fruto do avanço dos terrenos agrícolas no fundo do vale. É possível que, nas chãs planálticas que enquadram o vale do Âncora, com o desenvolvimento de novos trabalhos de prospeção direcionada, venham a ser identificados muitos mais sítios deste tipo.

Figura 128. Dólmen de Vile

Figura 129. Mamoa de Aspra (Âncora)

Figura 130. Anta da Barrosa (Vila Praia de Âncora)

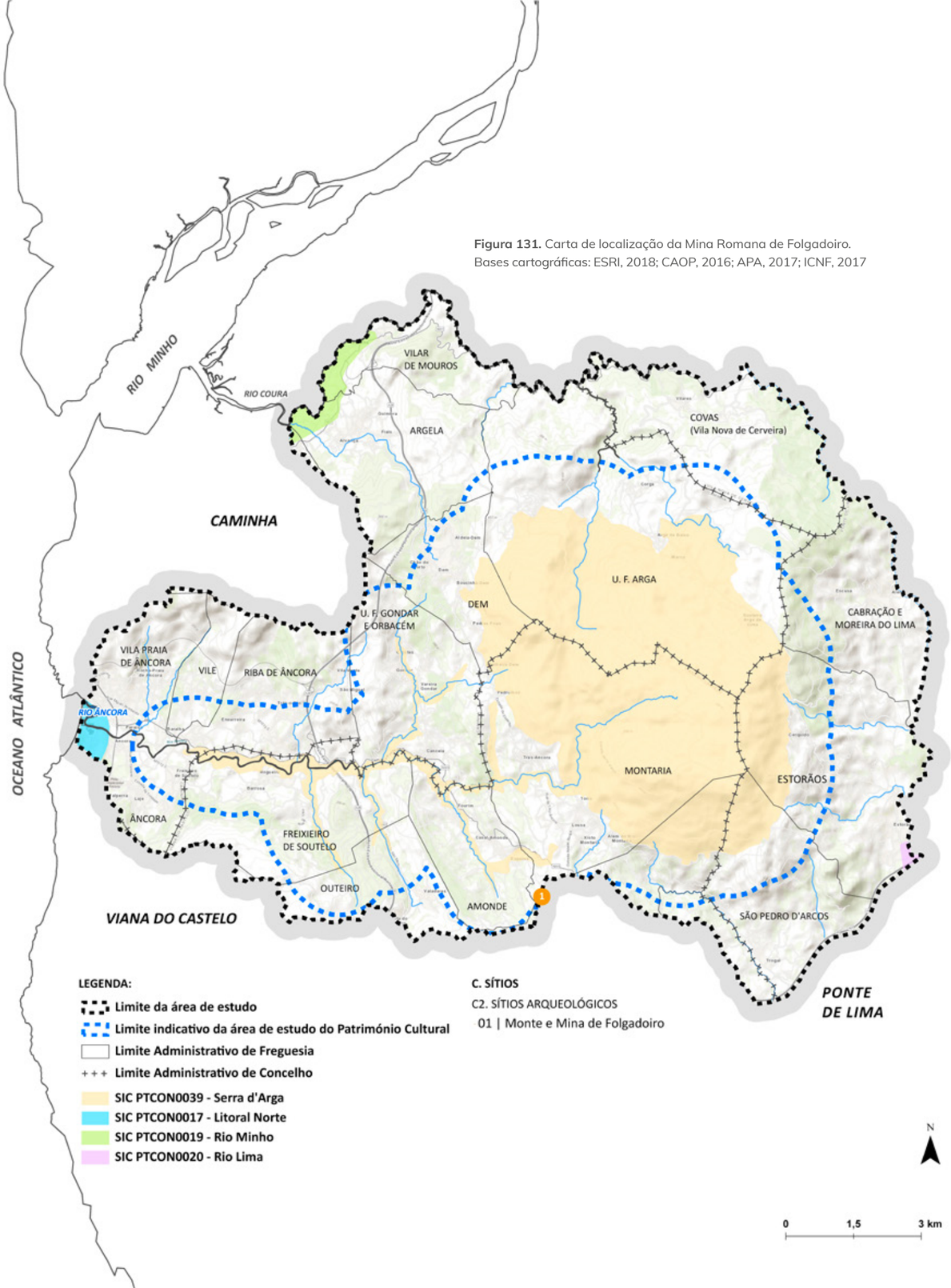


Figura 131. Carta de localização da Mina Romana de Folgadoiro.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017

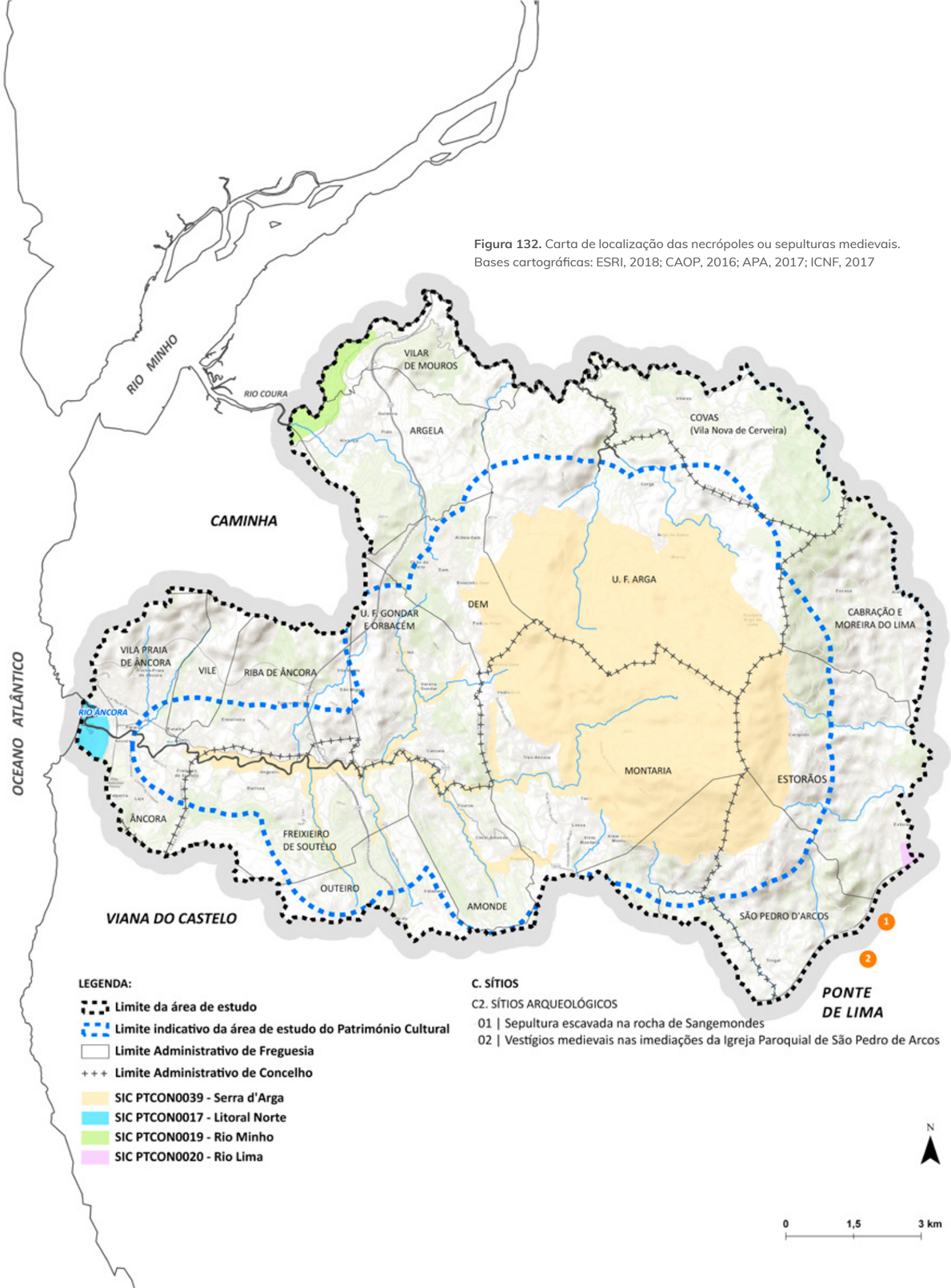
Minas e Explorações Mineiras

No tipo Minas e Explorações Mineiras identifica-se apenas um local, as Minas Romanas de Folgadoiro, na localização que se apresenta na **Figura 131**. Trata-se, no entanto, de referências já datadas (décadas de 1940-50) que nunca foram objeto de análise e interpretação mais detalhada ou de trabalhos arqueológicos que as pudessem validar e valorizar.

Na verdade, o potencial arqueológico da área em apreço no que diz respeito a este tipo de sítio parece muito elevado, nomeadamente para cronologias de época romana. Um outro sítio, identificado como Povoado Fortificado, Casais em Estorãos, Ponte de Lima, apresenta também vestígios que o poderiam integrar neste tipo arqueológico. Porém, será necessária a realização de trabalhos de avaliação de maior vulto.

Identifica-se um maior número de referências a minas e explorações mineiras antigas, nomeadamente nas freguesias de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda (ALMEIDA, 2007, p. 283 e ALMEIDA, 1996, vol. 2, p. 113 e 166), mas que não foram incluídas no inventário de sítios, uma vez que carecem absolutamente de profundos trabalhos de validação e avaliação.

Figura 132. Carta de localização das necrópoles ou sepulturas medievais. Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017

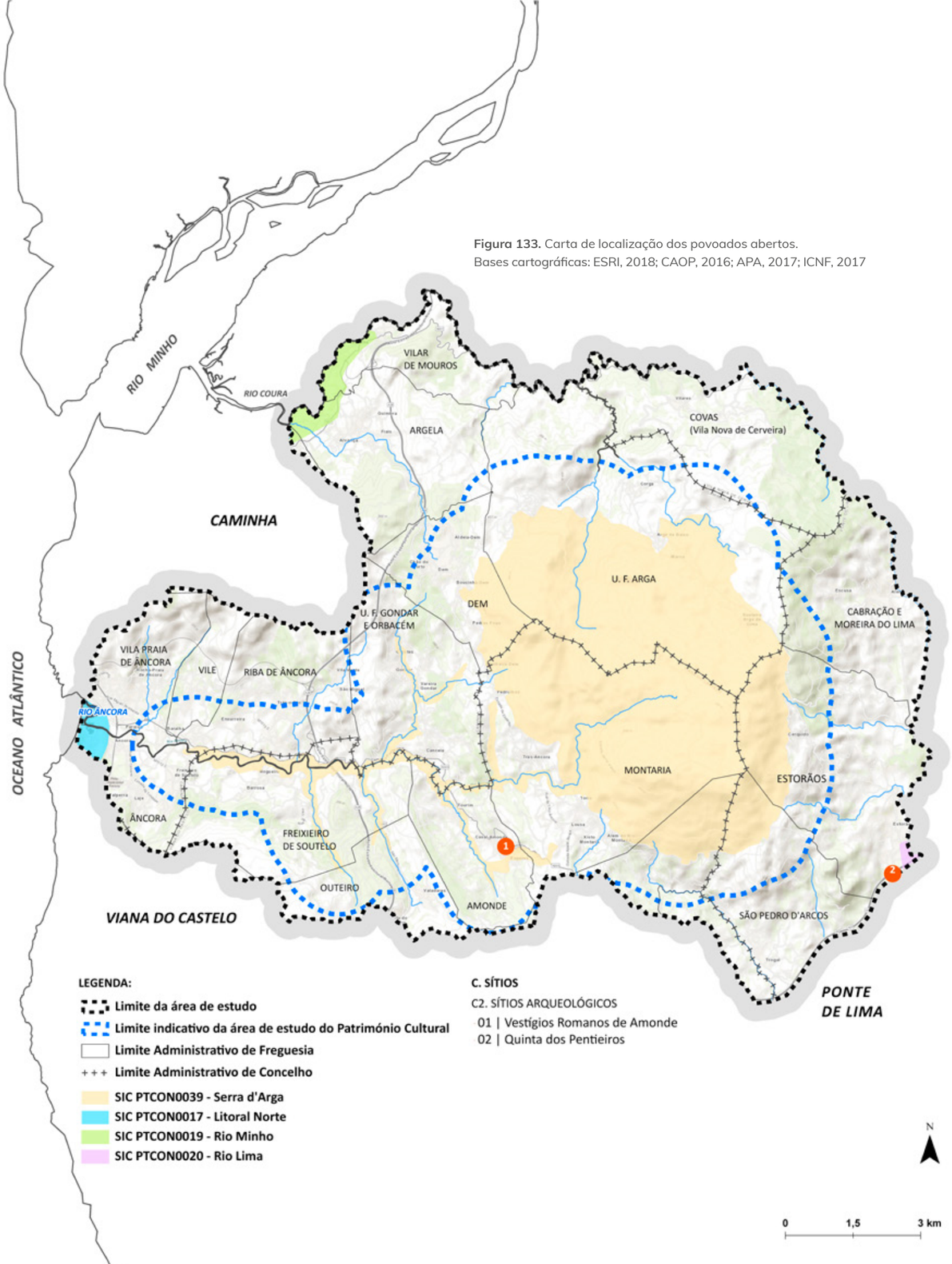


Necrópoles ou Sepulturas Medievais

No âmbito cronológico medieval identificam-se dois sítios como Necrópoles ou Sepulturas Medievais, com a localização que se apresenta na **Figura 132**. Trata-se da referência a uma sepultura escavada na rocha, mas cuja relocalização oferece dificuldades (sepultura escavada na rocha de Sangemondes) e dos vestígios de uma ampla necrópole de longa cronologia medieval no adro da envolvente de uma das atuais igrejas paroquiais (São Pedro de Arcos) que a recente renovação daquele largo não valorizou (vestígios medievais nas imediações da Igreja Paroquial).

Em Sangemondes, a sepultura encontrada constitui, sobretudo, um alerta para a possível existência de um maior número de sepulturas escavadas na rocha ainda não devidamente identificadas. Na verdade, registaram-se outras referências a este tipo de sítios no Castro do Formigoso, em São Pedro de Arcos, bem como em local não identificado entre o Cerquido (Estorãos) e o Santuário de Santa Justa, junto de uma antiga capela desaparecida dedicada a Santa Rufina (BROCHADO, 2004, p. 112).

Figura 133. Carta de localização dos povoados abertos.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



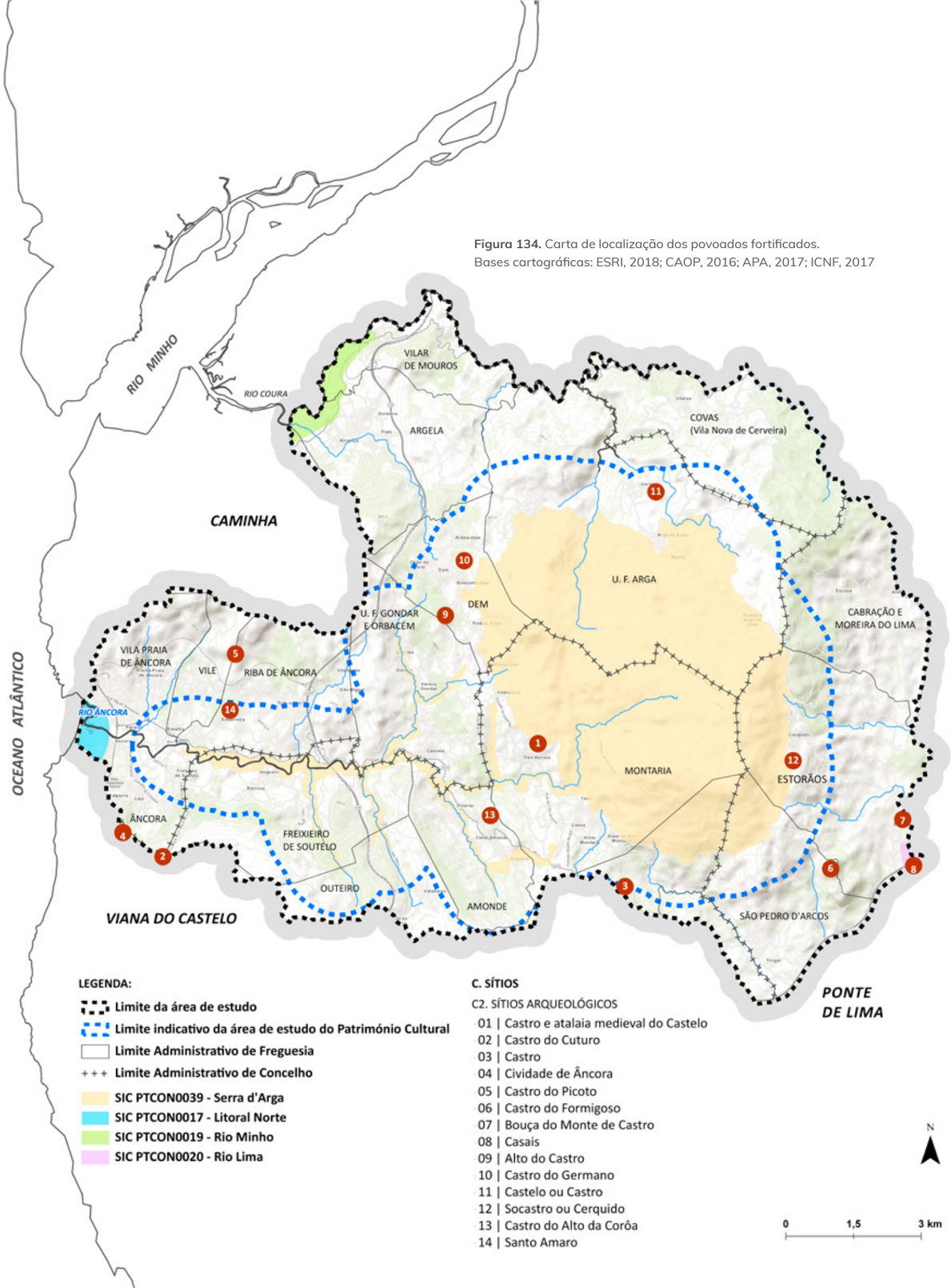
Povoados Abertos

O abandono das implantações de altura, mais facilmente fortificadas, é uma das características dos povoados da romanização. No tipo Povoados Abertos foram identificados, na área de análise, dois sítios com a localização que se apresenta na **Figura 133**.

Trata-se de locais de ocupação humana normalmente denunciados pela presença, à superfície dos terrenos lavrados, de fragmentos cerâmicos e, em particular, de fragmentos das grossas telhas planas típicas da construção de época romana.

Apenas a realização de trabalhos arqueológicos de escavação está capaz de colocar a descoberto estruturas ou outros vestígios mais significativos. Num destes dois sítios, a Quinta de Pentieiros, foi realizada uma pequena sondagem motivada pela afetação provocada pela construção da A27, o que permitiu identificar estruturas e espólio com cronologia definida. Infelizmente, a continuação dos trabalhos de construção da autoestrada impediu a salvaguarda daqueles vestígios.

Figura 134. Carta de localização dos povoados fortificados.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



Povoados Fortificados

O conjunto de sítios arqueológicos mais extenso é constituído pelo dos Povoados Fortificados. Contabilizam-se 14 sítios nesta tipologia, apresentando a localização geográfica patente na **Figura 134**. Maioritariamente com cronologias próprias da Proto-história ou Idade do Ferro, abarcando grande parte do 1.º milénio a.C., exibem, por vezes, vestígios de ocupações anteriores, da Idade do Bronze, e posteriores, romanizadas ou medievais.

O interesse dos investigadores por este tipo de sítios arqueológicos neste território é antigo, iniciando-se com as primeiras explorações de Francisco Martins Sarmento na década de 1870. Destacam-se as sucessivas campanhas arqueológicas realizadas na Cividade de Âncora ou de Afife (Figura 131) que culminariam já na década de 1980 com os trabalhos de Armando Coelho Ferreira da SILVA (2007). Este povoado assume, aliás, uma clara importância regional não apenas por apresentar um conjunto de informação associado muito relevante, fruto dos trabalhos arqueológicos aí realizados, mas ainda pelas próprias características do povoado proto-histórico como exemplo de um dos lugares centrais da ocupação humana daquela época que, já no contacto com a cultura romana, evolui para se ordenar internamente de modo proto-urbano.

Pela sua quantidade, distribuição e implantação, os povoados proto-históricos demonstram a definitiva ocupação da grande maioria dos alvéolos agrícolas disponíveis que não deixaria depois de se intensificar até às atuais aldeias, lugares e quintas geradas na Baixa Idade Média, na Idade Moderna ou na Contemporânea.

OUTROS ELEMENTOS

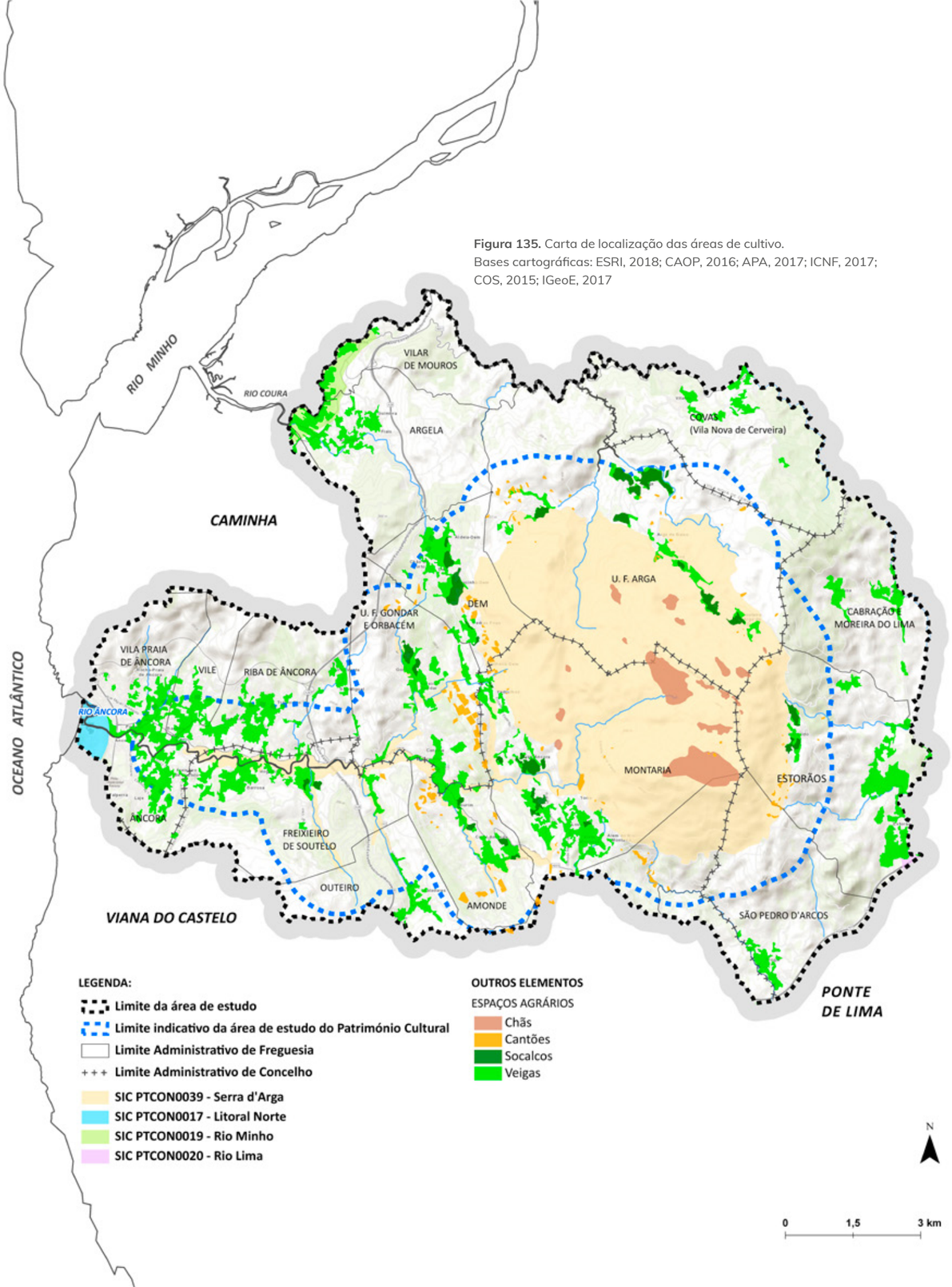
No presente estudo, para além dos objetos arquitetónicos relacionados com Monumentos, Conjuntos e Sítios, foram igualmente identificados outros elementos de âmbito material e natural relevantes para a definição das características identitárias da Serra d'Arga, designadamente os seguintes:

1. Espaços Agrários;

2. Caminhos.

De seguida proceder-se-á a uma breve descrição e análise destes elementos, bem como à apresentação da sua expressão territorial mais relevante.

Figura 135. Carta de localização das áreas de cultivo.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017; COS, 2015; IGeoE, 2017



Espaços Agrários

Inseridos nos Espaços Agrários, reconhecem-se cinco componentes imprescindíveis e caracterizadoras do território marcadamente agrícola da Serra d'Arga:

a) as áreas de cultivo;

b) os sistemas de irrigação;

c) os muros de vedação;

d) os espigueiros e

e) as medas de palha.

Áreas de cultivo

Na **Figura 135** apresenta-se a expressão territorial das quatro unidades de cultivo mais relevantes na Serra d'Arga:

a) Chãs;

b) Cantões;

c) Socalcos;

d) Veigas.

A Serra d'Arga apresenta uma particularidade importante, as **chãs**. Caracterizadas pela quase ausência de arborização, nas chãs existe um importante ecossistema, os lameiros de montanha, frequentados por garranos e bovinos, uma vez que aí se reúnem ótimas condições para o pastoreio, nomeadamente bons pastos de gramíneas. As mais relevantes destas planícies serranas são a Chã Grande, a Chã de São João (**Figura 136**) e o Chão das Sizedas, desenvolvendo-se a uma altitude média de 750 metros, entre o Alto da Fonte da Urze (803 metros), localizado a norte, o Outeiro do Homem (806 metros), a sul, e o Alto do Espinheiro (825 metros), o ponto mais alto da serra e do concelho de Viana do Castelo.

Figura 136. Vista para a Chã de São João

Nas encostas mais suaves e menos declivosas da serra concentram-se os **cantões**, propriedades de pequena e média dimensão, de formato geralmente irregular, vedadas por muros de xisto (**Figura 137**). Destinadas maioritariamente à produção silvícola para as cortes dos animais, estas propriedades muradas constituíam pertença das famílias serranas mais proeminentes, as quais convidavam os amigos e os vizinhos para as descidas do gatenho, dado não ser possível o acesso por carro de bois[11].

Figura 137. Propriedades muradas na Serra d'Arga

Deixando para trás as encostas mais rochosas, declivosas, agrestes e estéreis da Serra d'Arga, encontra-se um dos espaços de produção agrícola mais reconhecíveis na serra: os **socalcos**, plataformas de dimensão variável suportadas por muros de xisto.

Descendo e moldando suavemente as encostas até ao leito dos rios ou caminhos vicinais, é nestes socalcos que se cultivam os cereais, a vinha e o olival **(Figura 138)**.

Figura 138. Socalcos de Chão de Franqueira

Finalmente, no território que se desenvolve no sopé da Serra d'Arga e, principalmente, ao longo dos vales do Âncora, Estorãos e Coura, os terrenos tornam-se mais planos e os solos apresentam-se mais férteis, retalhados pelos inúmeros ribeiros e riachos que irrigam os campos.

É junto às margens das linhas de água que retalham este território que se encontram as **veigas** e os prados verdejantes, alongando-se em faixas de terreno de dimensão variada, onde se maximiza a produção agrícola, principalmente de milho (**Figura 139)**. Em alguns pontos existem, ainda, extensas ramadas para o crescimento da vinha.

Figura 139. Campos agrícolas nas margens do Ribeiro da Arga

Sistemas de Irrigação

Com a agricultura relacionam-se também as estruturas de água para rega, constituídas por presas ou tanques e levadas. As presas são poças vedadas, com muros de pedra, mais recentemente de cimento, para acumulação de água. Por sua vez, as levadas são canais ou regos que conduzem a água das presas ou dos tanques até aos campos.

As presas juntam a água para que, nos dias e horas indicados, os agricultores possam regar as suas terras. Sendo o clima no verão bastante seco, trata-se de uma necessidade imperiosa, sobretudo nos terrenos mais expostos ao sol.

Uma das presas maiores, que alimenta quase toda a freguesia de Arga de São João, é a Presa do Cruzeiro (**Figura 140**), assim denominada por se localizar próximo de um cruzeiro[12], considerado o cruzeiro "relógio de sol" para a rega.

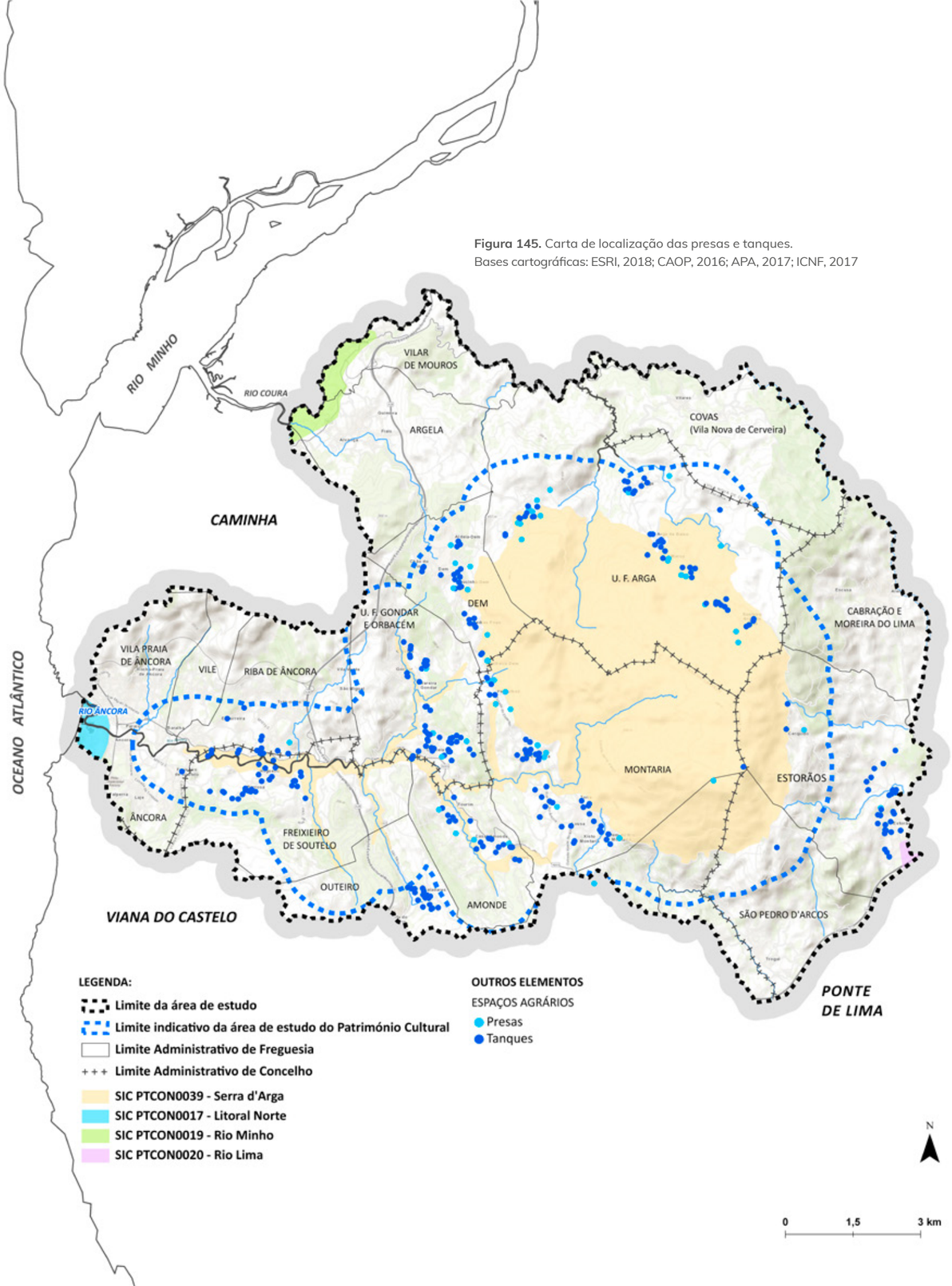
Figura 140. Presa do Cruzeiro (Arga de São João)

As presas e os tanques garantem a irrigação de grandes porções de terreno (**Figura 141**), repartidas por inúmeras leiras (**Figura 142**), sendo a água conduzida em levada ou rego cavado em pedra, nos locais mais antigos, em terra ou mesmo em canos de plástico, desembocando nos campos.

Figura 141. Presa e tanque para irrigação dos campos de cultivo

Figura 142. Sistemas de distribuição da água pelas leiras

Figura 145. Carta de localização das presas e tanques.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



Não faltam, por isso, águas correntes pelas bermas dos caminhos e das estradas, por entre os limites das leiras (**Figura 143**) ou, até mesmo, em aqueduto como acontece em Freixieiro de Soutelo (**Figura 144**), junto ao Cruzeiro do Campo de Cima.

Na área de estudo definida para o âmbito do Património Cultural foram identificadas cerca de meia centena de presas e um total de 275 tanques, distribuídos pelos três concelhos, naturalmente com especial incidência em Caminha e Viana do Castelo, por integrarem uma maior porção do território objeto de análise.

A grande maioria de presas e tanques identificados localiza-se junto às povoações e áreas de cultivo adjacentes aos limites do SIC "Serra de Arga", conforme expressa a carta da **Figura 145**.

Figura 143. Levadas em rego cavado

Figura 144. Levadas em canal e em aqueduto

Muros de Vedação

Os muros de vedação existentes na Serra d'Arga podem ser classificados em dois tipos:

a) Muros de vedação de quintais;

b) Muros de vedação de propriedades de cultivo.

Localizados nas povoações e aglomerados populacionais, os muros de vedação de quintais erguem-se à volta da casa de habitação, estabelecendo a separação entre o espaço público e o privado. Neste contexto, o espaço doméstico é considerado sagrado, onde ninguém entra, exceto com a devida permissão.

Figura 146. Muro de vedação do quintal da Casa da Eirinha (Arga de Baixo)

Os muros de quintais mais característicos na Serra d'Arga são construídos em granito ou xisto encastelado, pedra sobre pedra, com portas de entrada em madeira forrada com zinco (**Figura 146**). Estas portas permitem o acesso do gado e dos carros de lavoura, onde aparecem as iniciais do dono da casa (**Figura 147**) e, mais raramente, a data de construção.

Figura 147. Muro de vedação da Casa da Pontelhinha (Arga de Baixo)

Por sua vez, os muros de vedação de propriedades de cultivo estabelecem as fronteiras dos terrenos aráveis, constituindo um elemento importante na paisagem da Serra d'Arga pelo que ele tem de originalidade arquitetónica.

Estes muros servem duas finalidades: dividir a propriedade e impedir a passagem do gado, evitando a devassa das sementeiras.

Se o objetivo é somente dividir a propriedade, em algumas situações bastam apenas alguns marcos cravados no solo, nos limites do terreno, respeitando-se a linha imaginária que desenha a fronteira (**Figura 148**). Noutras situações, a divisão da propriedade é feita com grandes lajes, as anteiras, pedras de forma triangular cravadas pela base no terreno.

Quando se pretende vedar uma propriedade com muro, normalmente a construção é feita com pedras de xisto sobrepostas e anteiras, deixando, junto do caminho, o lugar para uma cancela, de madeira ou de pedra, tábuas cruzadas ou lajes verticais encostadas a duas trancas de madeira (**Figura 149**). Este tipo de vedação é aquele que delimita a propriedade, protegendo-a do gado e dos vizinhos.

Figura 148. Marcos de divisão da propriedade da Casa da Pontelhinha (Arga de Baixo)

Figura 149. Cancelas de pedra e de madeira dos muros de vedação de propriedades

Figura 150. Espigueiro e eira em granito

Espigueiros

Os espigueiros são uma das construções fundamentais na economia tradicional da Serra d'Arga e regiões envolventes, elementos imprescindíveis nas casas de lavoura. Como o próprio nome indica, estas estruturas tradicionais destinam-se a guardar as espigas de milho, cujo cultivo foi adotado mais intensamente a partir do século XVII. O aumento da produção provocou também o aumento do número de espigueiros, capazes de armazenar as espigas durante longos períodos de tempo. Para além do armazenamento das espigas de milho, os espigueiros permitiam também a secagem e ventilação dos cereais. Para tal, possuem estruturas de suporte funcionais, de saber popular, que impediam os ratos de subir e entrar no seu interior.

Existem centenas de espigueiros espalhados por toda a serra e vale do Âncora. Todavia, os mais antigos e característicos, de influência galega, localizam-se nas povoações mais serranas, nomeadamente nas três Argas, constituindo-se como autênticos testemunhos da arte e sabedoria populares, em harmonia com o território envolvente.

Os espigueiros que se encontram nestes territórios são estruturas retangulares compridas e estreitas com cobertura de duas águas, constituídas por apartes (as bases), impárias (lajes inclinadas da cobertura), tranqueiros (que recebem as aduelas que suportam a cobertura) e quarteirões (paredes). Normalmente construídos em granito ou madeira (os mais recentes já em tijolo), surgem posicionados em locais bem arejados, junto das eiras, que os complementam, ou dos terrenos das casas de habitação (**Figura 150**).

Expostos ao vento para o arejamento dos cereais através das frinchas das aduelas e das padieiras, as bases dos espigueiros são, geralmente, assentes em colunas ou blocos de pedra trabalhados de forma a impedir a subida dos ratos e outros roedores (**Figura 151**).

Figura 151. Espigueiro da Casa do Fuchaquinho (Castanheira, Arga de Baixo)

Os espigueiros apresentam-se como elementos soltos do chão, independentes da casa de lavoura. Temendo-se a humidade e a fraca ventilação dos sítios protegidos, erguem-se acima dos obstáculos rasteiros que travam a ação do vento e encavalitam-se nos muros de vedação, assumindo, desta forma, posições inesperadas (**Figura 152**).

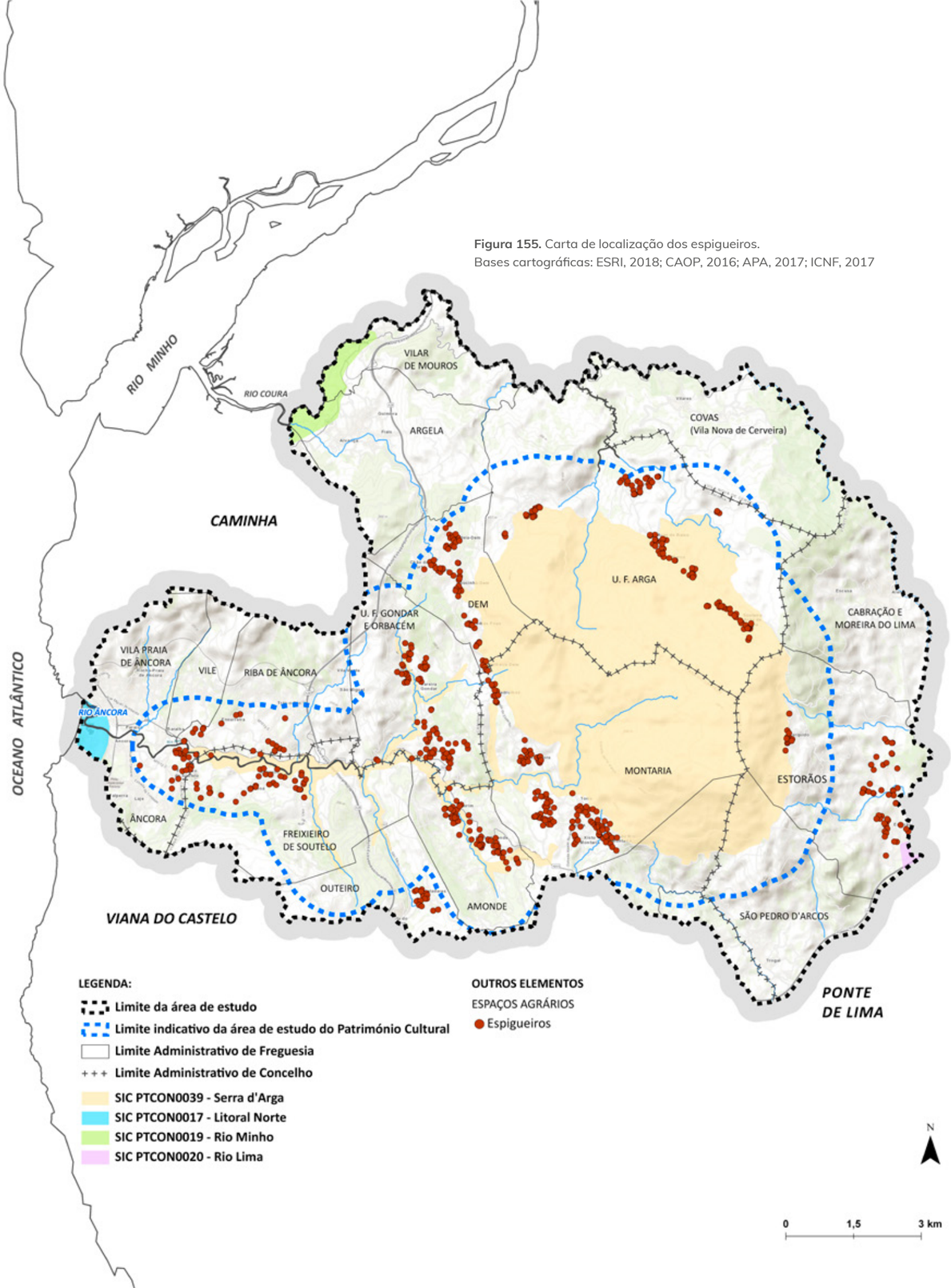
Figura 152. Espigueiro sobre muro de vedação

A dimensão do espigueiro é, geralmente, um indício das condições económicas dos seus proprietários. Quanto maior o espigueiro, mais posses terá o respetivo proprietário (**Figura 153** e **Figura 154**).

Figura 153. Espigueiro da Casa da Eirinha (Arga de Baixo)

Figura 154. Espigueiro da Casa da Pontelhinha (Arga de Baixo)

Figura 155. Carta de localização dos espigueiros.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017



Na área de estudo definida para o âmbito do Património Cultural foram identificadas cerca de seis centenas de espigueiros.

A maioria dos espigueiros identificados distribui-se pelos concelhos de Caminha e Viana do Castelo, especialmente junto às povoações e áreas de cultivo adjacentes aos limites do SIC "Serra de Arga", conforme expressa a carta da **Figura 155**.

Áreas de cultivo

As medas de palha, ou montes de palha, constituem-se igualmente como um símbolo da paisagem agrícola da Serra d'Arga. É em medas que são colocadas as palhas provenientes da desfolha do milho maduro, após a estadia em espigueiros (**Figura 156**).

Figura 156. Medas de palha

Caminhos

A história dos caminhos na Serra d'Arga e vale do Âncora pode ser dividida em três etapas:

1. Da época pré-romana e romana à medieval;

2. Da época medieval até 1975 (Revolução de Abril);

3. A partir de 1975 até à atualidade (pós-Revolução de Abril).

Na Serra d'Arga não existem muitas vias romanas ou pré-romanas. Eram apenas as necessárias para a comunicação entre os povoados (castros) ou para a exploração do ouro, possuindo a dimensão e a configuração de carreiros. Mais tarde, os romanos serviram-se deles e valorizaram-nos, rasgando caminhos bem mais largos com o objetivo de permitir a passagem dos soldados e transportar os cereais, os metais e os escravos. Geralmente, estas vias eram formadas por grandes lajes de pedra com dois sulcos laterais, separados pela distância de um rodado.

Os caminhos romanos uniriam as vilas e a ligação entre Caminha e Ponte de Lima, por atalho, era feita pela Serra d'Arga, passando perto de São João d'Arga, onde se encontra a Lapa do Ladrão e o salteador Aginha (tornado santo) faria as suas investidas aos caminhantes.

Na Idade Média apareceram outros caminhos, secundários, de acesso a conventos e a templos, conduzindo às estradas de ligação a Santiago de Compostela, ponto de referência marcante na direção de alguns caminhos na Serra d'Arga.

Aproveitando as antigas vias romanas, no território da presente área de estudo são relevantes dois caminhos que integram o Caminho Português de Santiago:

a) Caminho da Costa (*per loca marítima*), ligando o Porto a outros concelhos costeiros: Matosinhos, Maia, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Esposende, Viana do Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença;

b) Caminho Central, que passa por Lisboa, Coimbra, Porto e Valença.

Assentes sobre os primitivos percursos romanos, ramificando-se para o acesso às povoações e aos templos, os caminhos medievais que retalham a Serra d'Arga podem ser classificados em dois tipos:

a) Caminhos em carreteiro;

b) Caminhos de pé posto.

Os caminhos em carreteiro correspondem aos caminhos para veículos e pessoas, geralmente em terra batida ou cascalho (terra misturada com areia e pedras), permitindo uma mobilidade mais fácil e direta entre as várias aldeias serranas **(Figura 157**).

Figura 157. Caminho em carreteiro no maciço central da Serra d'Arga

Por sua vez, os caminhos de pé posto dizem respeito aos carreiros e veredas vocacionados unicamente para pessoas e animais, assentes em lajes de granito, prolongando-se de forma mais ou menos tortuosa, de acordo com o espaço físico-geográfico dos vales e encostas declivosas. Marcados pelos sulcos dos carros, são os atalhos que levam à serra ou às leiras, dando acesso aos moinhos, às pontes ou aos ribeiros, vencendo, geralmente, grandes inclinações **(Figura 158**).

Figura 158. Caminho em lajes de granito

Nos caminhos de pé posto incluem-se também os caminhos dos romeiros que se dirigiam para o Santuário de São João d'Arga.

A devoção a São João d'Arga, enraizada nos habitantes da serra e nas diversas freguesias do vale do Minho e do Lima, trouxe até à atualidade alguns percursos que os romeiros faziam para cumprir alguma promessa ou para participarem nos festejos, com destaque para os três a seguir indicados:

1. Percurso proveniente do vale do Minho, com início na Igreja Paroquial de Argela (Caminha), num trajeto com cerca de 15 km;

2. Percurso proveniente do vale do Âncora, com início na Igreja Paroquial de Vila Praia de Âncora (Caminha), num trajeto com cerca de 25 km;

3. Percurso proveniente do vale do Lima, com início na Igreja Paroquial de São Lourenço da Montaria (Viana do Castelo), num trajeto com cerca de 7 km.

O itinerário destes percursos, cuja expressão territorial se apresenta na **Figura 159**, leva os romeiros a passar por igrejas e capelas consagradas aos mais diversos santos.

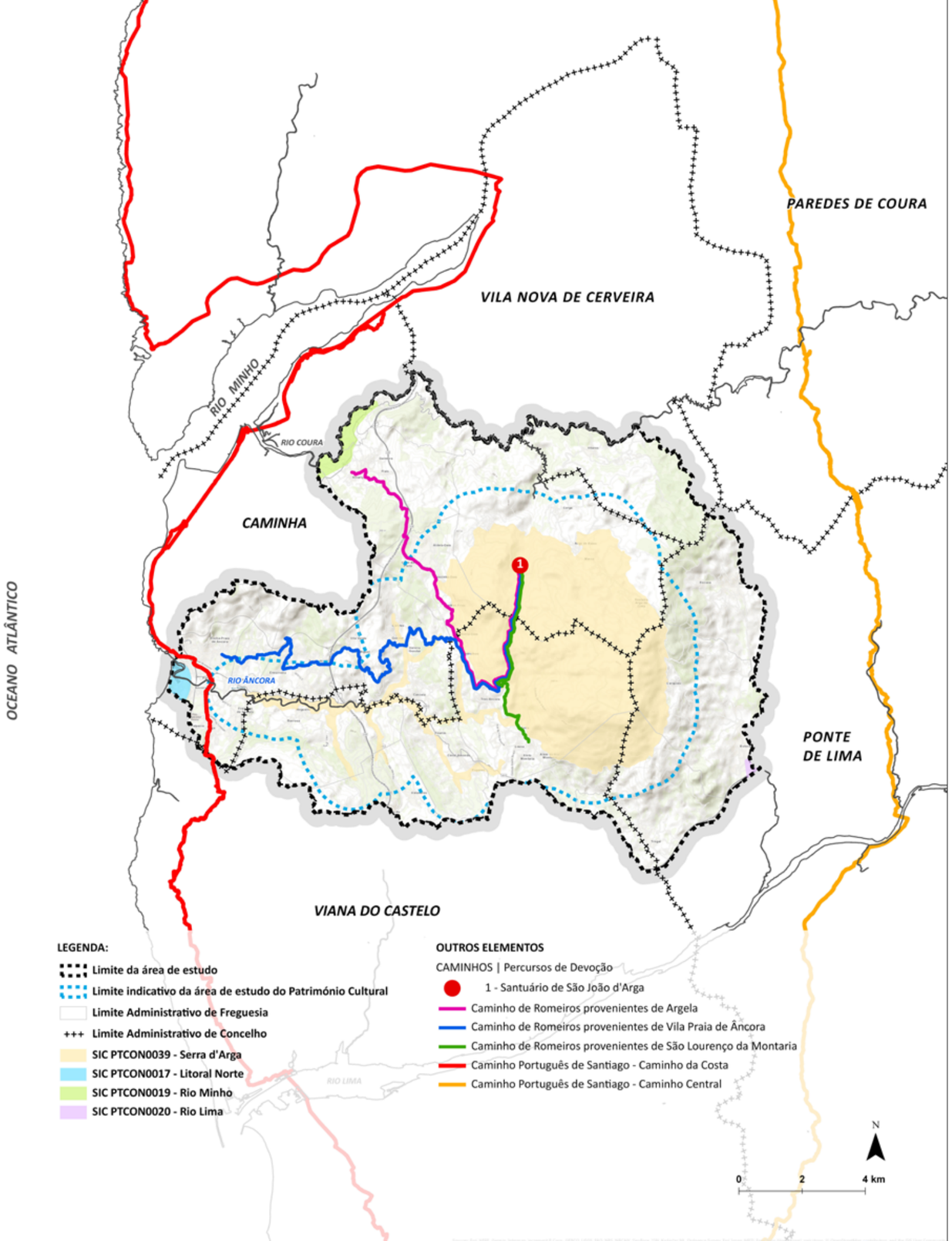


Figura 159. Carta de localização dos percursos de devoção.
Bases cartográficas: ESRI, 2018; CAOP, 2016; APA, 2017; ICNF, 2017

Ao longo destes caminhos é também possível encontrar inúmeras representações simbólicas de piedade popular, nomeadamente cruzeiros e alminhas, destinadas a fazer lembrar aos peregrinos as almas dos que já partiram.

No entanto, independentemente da sua vocação, tanto os caminhos de carreteiro (em terra batida) como os de pé posto (em lajes de granito) podem adquirir qualquer uma das características de localização, declive, hierarquia, dimensão e espaço indicadas na **Tabela 18**.

Localização	Serra / Montanha	Vale / Margens dos ribeiros
Declive	Muito inclinado	Ao nível do terreno
Hierarquia	Principal	Secundário
Dimensão	Largo	Estreito
Espaço	Abero	Murado ou delimitado

Tabela 18. Características dos caminhos da Serra d' Arga

Assim, os caminhos de carreteiro e de pé posto podem localizar-se na serra ou no vale, junto às margens dos ribeiros, vencendo declives suaves ou muito acentuados.

Os caminhos podem igualmente ser principais ou secundários, o que se verifica pela maior ou menor ramificação em outros caminhos ou carreiros, com destinos secundários ou particulares (fonte, moinho, leira, igreja ou cemitério), sendo que o principal tem, geralmente, um destino mais longínquo.

Finalmente, os caminhos podem também ser abertos (principalmente nas maiores altitudes), murados ou delimitados, largos (geralmente rasgados por motivos florestais) ou estreitos.

Da época medieval até aos nossos dias não houve grandes alterações nos caminhos e atalhos, nem alterações de fundo, exceto no segundo quartel do século XX, quando apareceu a floresta. Traçaram-se, então, novos caminhos, normalmente de terra batida, com quatro e seis metros de largura, ao contrário daquilo que era mais comum na serra (dois a dois metros e meio). As ligações entre Dem e Arga de Cima, entre Arga de Baixo e Castanheira e entre São João d'Arga e a Senhora do Minho são alguns dos caminhos abertos nessa altura.

Depois da Revolução de Abril assistiu-se, na Serra d'Arga, a uma nova era neste setor: muitos incêndios, menos desenvolvimento florestal, menos exploração das chãs e muitos cortes na serra. Em 1973 começou a ser alcatroada a Estrada das Argas e, a partir daí, surgiu a ligação, por estrada, a Covas, que correspondeu ao alargamento e melhoria da antiga estrada florestal.

Capítulo 4

Património Imaterial

Património imaterial

No presente capítulo concretiza-se a síntese do inventário dos elementos do património imaterial identificados no âmbito do estudo de caracterização do património cultural "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora".

De recordar que a base metodológica subjacente à estruturação do Inventário do Património Cultural da Serra d'Arga encontra-se descrita no **Anexo 1** do presente documento [Construção dos instrumentos de recolha de dados].

Nota introdutória

No âmbito do estudo e caracterização dos aspetos imateriais da Serra d'Arga e vale do Âncora, concretiza-se a inventariação do património imaterial tal como configurado na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (Paris, 17 de outubro de 2003), transposta para os normativos nacionais com a promulgação do Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (DL n.º 139/2009, de 15 de junho).

Este Regime Jurídico institui um sistema de inventariação uniforme, alicerçado pela Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril, a qual aprova o formulário para pedido de inventariação de uma manifestação do património cultural imaterial e as respetivas normas de preenchimento da ficha de inventário.

Na **Tabela 19** destacam-se os diferentes domínios e correspondentes categorias mais relevantes para o presente Inventário do Património Imaterial.

DOMÍNIOS	CATEGORIAS
A. Tradições e expressões orais	**A1.** Manifestações literárias, orais e escritas
	A2. Conceções míticas e lendárias
B. Expressões artísticas e manifestações de caráter performativo	**B1.** Manifestações Musicais e Correlacionadas
C. Práticas sociais, rituais e eventos festivos	**C1.** Organização social
	C2. Norma e regulação social
	C3. Festividades cíclicas
	C4. Rituais coletivos
D. Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo	**D1.** Medicina e saúde
E. Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	**E1.** Arquitetura e construção
	E2. Cozinha, alimentação e estimulantes
	E3. Corpo, vestuário e adornos
	E4. Criação e utilização de animais
	E5. Agricultura e silvicultura
	E6. Atividades transformadoras

Tabela 19. Domínios e categorias do Inventário do Património Imaterial

De acordo com os domínios e categorias identificados anteriormente, o número global de valores patrimoniais de âmbito imaterial inventariados identifica-se na **Tabela 20**.

DOMÍNIOS	CATEGORIAS	N.º manifestações inventariadas	
A. Tradições e expressões orais	**A1.** Manifestações literárias, orais e escritas	3	**10** (14,5%)
	A2. Conceções míticas e lendárias	7	
B. Expressões artísticas e manifestações de caráter performativo	**B1.** Manifestações Musicais e Correlacionadas	3	**3** (4,4%)
C. Práticas sociais, rituais e eventos festivos	**C1.** Organização social	1	**40** (58,0%)
	C2. Norma e regulação social	4	
	C3. Festividades cíclicas	30	
	C4. Rituais coletivos	5	
D. Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo	**D1.** Medicina e saúde	1	**1** (1,5%)
E. Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	**E1.** Arquitetura e construção	4	**15** (21,7%)
	E2. Cozinha, alimentação e estimulantes	5	
	E3. Corpo, vestuário e adornos	1	
	E4. Criação e utilização de animais	2	
	E5. Agricultura e silvicultura	1	
	E6. Atividades transformadoras	2	
Total			**69**

Tabela 20. Valores patrimoniais imateriais

A análise da tabela anterior permite constatar que foram inventariadas um total de 69 manifestações de âmbito imaterial, das quais a maioria (40) , cerca de 58%, integra o domínio das Práticas Sociais, Rituais e Eventos Festivos, distribuída por quatro categorias (Organização social, Norma e regulação social, Festividades cíclicas e Rituais coletivos).

De seguida surgem as manifestações relacionadas com o domínio das Competências no Âmbito de Processos e Técnicas Tradicionais, com 15 ocorrências (21,7%) e com o domínio das Tradições e Expressões Orais, com 10 registos, ou seja, 14,5% do total.

Finalmente, apenas 4,4% das manifestações imateriais inventariadas integram o domínio das Expressões Artísticas e Manifestações de Caráter Performativo (3 registos) e 1,5% o domínio dos Conhecimentos e Práticas Relacionados com a Natureza e o Universo, com somente uma situação identificada.

Tradições e expressões orais

Relativamente aos valores patrimoniais de âmbito imaterial relacionados com o domínio das Tradições e expressões orais, foram identificadas manifestações literárias orais e escritas, bem como conceções míticas e lendárias.

Um inventário exaustivo dos contos, provérbios, ditados, adivinhas e vocábulos populares mais comuns na Serra d'Arga foi já realizado pelo Padre Artur Coutinho, integrado no livro Mosaicos da Serra d'Arga (1997). Abordando, ainda, outras temáticas de âmbito material e imaterial relacionadas com a Serra d'Arga e territórios envolventes, este livro constitui-se como uma obra de referência incontornável no presente estudo.

No âmbito das MANIFESTAÇÕES LITERÁRIAS ORAIS E ESCRITAS, o Inventário do Património Imaterial inclui a recolha de alguns contos tradicionais, ditados populares e vocábulos populares mais comuns na Serra d'Arga, autênticas fontes de informação que ajudam a compreender o espírito e a vida das gentes desta região.

Os contos tradicionais são histórias transmitidas de pais para filhos, algumas com finais moralistas, estando sujeitas às mais variadas alterações motivadas pela sensibilidade ou pelo nível cultural de quem as transmite e de que as recebe.

Os ditados populares demonstram a sabedoria dos habitantes da serra em relação ao clima agreste e à agricultura. A localização dos campos, a existência ou não de água, a exposição solar e as condições climatéricas (ventos, geadas, precipitação, nevoeiro e temperatura) são elementos fundamentais geradores de uma sabedoria popular ligada à terra e aos seus frutos, de acordo com a sua condição ambiental e estação do ano.

Desta forma, encontram-se ditados relacionados com a agricultura, a higiene, a meteorologia, a medicina e a economia, entre muitas outras temáticas de interesse local e regional.

Do universo dos ditados populares transmitidos na Serra d'Arga, destacam-se os seguintes[13]:

A rola a rolar
O cuco a cucar
A poupa a poupar
Pega no fole, vai semear.

Até Janeiro, qualquer malato salta o ribeiro.
Chegando Janeiro, nem malato nem cordeiro.

Em Fevereiro, rebenta o cumareiro.

Névoa a correr para Ponte, velhinhos para o monte.

Nevoeiro na Costa do Salgueiro, pega nos tojos, mete-os no eido.

O lobo, em Janeiro, antes quer cão do que carneiro da serra.

Santa Tecla com poupa, ou vem muita chuva ou pouca.

Setembro seca as fontes ou lava os montes.

O vocabulário popular é igualmente rico em referências aos aspetos da vida agrícola, molineira e doméstica. Das dezenas de vocábulos utilizados pela população serrana, salientam-se os constantes na **Tabela 21**:

Vocábulo	Significado	Vocábulo	Significado
Cabo	O que acaba de regar	**Gábedo**	Recipiente
Camareiro	Valado	**Garmalha**	Caruma
Cancilhos	Plantas	**Gardunha**	Farinha
Caniço	Espigueiro	**Gatenho**	Tojo / Mato
Chamusco	Tojo	**Gorga**	Erva Daninha
Começo	O que começa a regar	**Ingaço**	Ancinho
Couba	Couve	**Mantes de Gatenho**	Rolos de Tojo
Eido	Corte	**Tendal**	Conjunto eira e anexos
Fumeiro / Fueiro	Pau que se usa nos carros de bois	**Vivo**	Vacas, conjunto dos animais domésticos

Tabela 21. Vocabulário popular
(Adaptado de: COUTINHO, 1997, pp. 179-184)

Quanto às CONCEÇÕES MÍTICAS E LENDÁRIAS, destacam-se as diversas lendas que povoam o imaginário coletivo, algumas delas intrinsecamente relacionadas com os diferentes lugares da serra, nomeadamente as lendas da Serra d'Arga, do Rio Âncora e do Penedo do Casamento. As duas primeiras lendas remetem para a origem das designações Arga e Âncora, a última para a crença popular das raparigas solteiras se deslocarem a um penedo, de grandes dimensões, localizado nas proximidades do Mosteiro de S. João d'Arga.

De acordo com a tradição, "as raparigas solteiras, desejosas de casar, deslocavam-se a este local. Voltavam-se de costas para o penedo e atiravam uma pedra. Se esta ficasse no topo do penedo, é porque ela iria casar-se brevemente"[14].

Neste território destacam-se também as mais profusamente difundidas lendas de cariz religioso, designadamente as lendas de Santo Aginha, da Senhora das Neves, de Santo Antão ou do Santo do Chocalho e de São João. Grande parte destas lendas materializaram-se na construção de igrejas e capelas, algumas delas transformadas mesmo em santuários de peregrinação onde se venera o santo referido. São exemplo desta apropriação as capelas de peregrinação dedicadas à Senhora das Neves e a Santo Antão.

A grande devoção por Santo Antão, que viveu no deserto como eremita, "disputando às feras os refúgios e alimentando-se do que a natureza, na sua frugalidade, lhe dispensava"[15], revela o gosto e a prática do ascetismo na Serra d'Arga (**Figura 160**).

Figura 160. Santo Antão na capela com o seu nome

A lenda de Santo Aginha, convertido por um religioso a quem pretendia roubar o dinheiro que não possuía, depois canonizado pela população, permanece, ainda hoje, uma importante referência. Arga de São João é popularmente conhecida como lugar de Santo Aginha e, por toda a Serra d'Arga, conservam-se, ainda, muitos topónimos ligados à sua lenda **(Figura 161)**.

Figura 161. Andor de Santo Aginha na procissão da Romaria de São João d'Arga

Expressões artísticas e manifestações de caráter performativo

Relativamente aos valores patrimoniais de âmbito imaterial relacionados com o domínio das Expressões artísticas e manifestações de caráter performativo, foram identificadas algumas manifestações musicais e correlacionadas, nomeadamente o Cancioneiro da Serra d'Arga, as Cantigas à desgarrada e as Modas Arguenses.

O Cancioneiro da Serra d'Arga é um dos mais ricos do Alto Minho.

Entre 1972 e 1978, o Padre Artur Coutinho recolheu igualmente um número considerável de quadras populares. Esta recolha foi levada a efeito na Serra d'Arga, mais concretamente nas três Argas e em Dem (concelho de Caminha), tendo sido compilada no livro Cancioneiro da Serra d'Arga, cuja 1.ª edição data de 1980 e a 4.ª de 2007.

Grande parte das quadras populares recolhidas por Artur Coutinho teve origem nas festas, nos serões, nos trabalhos diários em comum, nos cantares ao desafio e nos frequentes bailes que se realizavam, durante a década de 70, "nas chegadas e nas saídas dos jovens emigrantes, por ocasião de casamentos, de festas religiosas ou profanas ou qualquer outro motivo para juntar a juventude e passar tempo, cantando e dançando o folclore da região"[16].

Outras quadras pertencem ao património nacional e, até mesmo, universal. No entanto, foram assimiladas pela população que as adaptou ao contexto social, cultural e económico da região, razão pela qual existem diversas versões do mesmo motivo, nomeadamente no que concerne aos textos mítico-religiosos, aos romances e autos populares, bem como à poesia popular erudita.

À semelhança dos contos, das histórias e das lendas contadas nos serões à lareira, as gentes da Serra d'Arga manifestam uma predileção especial pelas cantigas. Cantam, "de forma espontânea e muito simples, as esperanças, os amores, os ciúmes, as saudades, os costumes, as devoções, as superstições, a vida quotidiana, a flora e a fauna, as terras, os topónimos, os trabalhos, os animais, os santos, as horas, os dias, as festas, as histórias e as tradições"[17].

O vasto universo das quadras populares cantadas pelo povo serrano pode organizar-se de acordo com as seguintes temáticas:

a) Quadras mítico-religiosas

b) Quadras de saudade

c) Quadras de queixume

d) Quadras de amor

e) Quadras sobre a Serra d'Arga

f) Quadras sobre o quotidiano.

Figura 162. Andor da Senhora das Neves na procissão da romaria

As **quadras mítico-religiosas** são canções dedicadas aos santos invocados, como prova de agradecimento e penitência pelas graças concedidas. Neste grupo incluem-se os romeiros ou romeirinhos, canções focadas nos motivos, na invocação e no agradecimento.

Através destas canções é possível identificar as romarias preferidas pelo povo da região, as principais aspirações e a superstição com que se dirigiam aos santos. Assim, existem romeiros dedicados a São João d'Arga, à Senhora do Rosário, à Senhora de Fátima, à Senhora das Neves (**Figura 162 e Figura 163**), entre muitos outros:

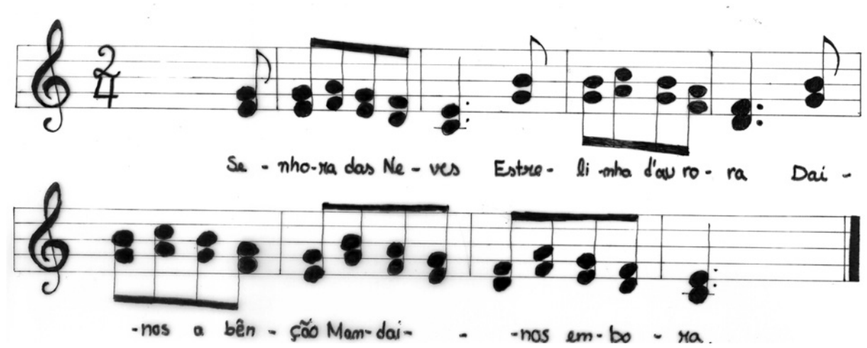


Figura 163. Romeiros à Senhora das Neves
(Adaptado de: COUTINHO, 1997, pp. 38-39)

Senhora das Neves
Estrelinha da Aurora,
Botai-nos a bênção,
Mandai-nos embora.

Senhora das Neves,
Estrelinha da Aurora,
Por vossos milagres
Cá estamos agora.

Aqui vimos nós,
Aqui vos trazemos,
Estes Romeirinhos
Que vos prometemos.

Senhora das Neves,
Nós vimos a entrar
Pelo adro dentro
Vos vimos cantar.

Senhora das Neves,
Ouvi-nos a voz,
Por vossos milagres
Aqui estamos nós.

Aqui estamos nós,
Aqui vos trazemos
Estes Romeirinhos
Que vos prometemos. (...)

As **quadras de saudade** são desabafos pelos amores e entes queridos, bem como pelos lugares que se deixam para trás em busca de melhores condições de vida. Destacam-se algumas quadras que fazem referência a diversos lugares na Serra d'Arga, nomeadamente as seguintes:

1.
Adeus lugar do Cerquido,
Ficas naquela ladeira;
É terra muito famosa
Da Laurinda cantadeira

2.
Adeus, ó estradinha nova,
Adeus caminho de ferro,
Adeus raparigas d'Arga,
Que no coração vos levo.

3.
Adeus, ó lugar da Gandra,
As costas te vou virando;
As saídas são agora,
As entradas não sei quando.

4.
Quem me dera agora estar
Onde está meu pensamento...
Freguesia de Dem para fora
E Lisboa para dentro.

As **quadras de queixume** representam queixas, lamentos, desventuras e acusações entre namorados. A desilusão no amor é bem patente em quase todas. Apresentam-se, de seguida, alguns exemplos que evocam elementos característicos da Serra d'Arga (água, candeia, pão e dobadoira):

1.
Água clara da corrente,
Que vais tu lamentar?
São lembranças da nascente
Ou pressa de ir ter ao mar.

2.
A candeia que alumia
Tem mil cravos num borrão;
Eu também tenho mil penas
Dentro do meu coração.

3.
Ainda hoje não comi
Senão lágrimas com pão;
São estes os bons almoços
Que os meus amores me dão.

4.
Chamaste ao meu cabelo
Dobadoira de dobar;
Eu hei-de chamar ao teu
Sarilho de ensarilhar.

As **quadras de amor** apresentam um retrato do amor e da traição na sabedoria popular. Por conterem referências a elementos da serra, salientam-se as seguintes:

1.
A água daquela serra
Por copos de vidro desce;
Nem a água mata a sede
Nem o meu amor me esquece.

2.
A flor nasce do tojo
O tojo nasce do chão;
O sangue nasce das veias,
O amor, do coração.

3.
A minha mãe mandou-me à erva,
Eu disse que não sabia;
Se fosse p'ra namorar,
Algum jeito lhe daria.

4.
Ao passar o ribeirinho
Onde a água sobe e desce;
Dei a mão ao meu amor,
Não queria que se soubesse.

A **Serra d'Arga** é também fonte de inspiração de dezenas de quadras populares:

1.
Abaixa-te Serra d'Arga,
Abaixa-te um nadinha.
Quero ver o meu amor,
No terreiro de Caminha.

2.
À entrada do Cerquido,
Dei um lenço a bordar;
Nunca chorei por amores,
Mas agora vou chorar.

3.
Ó lugar da Castanheira,
Nem és vila, nem aldeia;
És um lugar pequenino
Onde o meu amor passeia.

4.
A nossa Serra de Arga
É uma serra de beleza;
Tem em todo o seu redor
Encantos da natureza.

As **quadras sobre o quotidiano** permitem a criação de um retrato da vida diária do povo, nomeadamente os aspetos relacionados com o trabalho, o nascimento, o casamento, o falecimento, a educação e a religião.

Os trabalhos quotidianos são também motivo de quadras populares, onde são cantadas as alegrias e as tristezas da vida. Desta forma, alguns trabalhos artesanais, para além do seu caráter produtivo, revestem-se também de um caráter lúdico, havendo o hábito de trabalhar a cantar, nomeadamente em trabalhos comunitários, entre os quais as sementeiras, as colheitas, os trabalhos do linho, entre outros. Os temas das canções são os mais variados, no entanto, o amor e o casamento sobrepõem-se aos demais:

1.
A Maria tecedeira
Tem um tear e não tece:
Ou ela está de amores,
Ou o tear lhe aborrece.

2.
Semear e não colher
É que atrasa o lavrador;
Eu também ando atrasada
Nas falas ao meu amor.

3.
Tanta silva, tanta silva,
Tanta silva, tanta amora;
Tanta menina bonita
E meu pai sem uma nora.

4.
Quem me dera que viesse
O tempo que há-de vir...
O tempo das desfolhadas
Para eu me divertir.

As Cantigas à desgarrada, ou cantares ao desafio, possuem igualmente um lugar relevante na cultura local, sendo vulgares em romarias, serões, feiras, desfolhadas, no final de trabalhos coletivos, nos casamentos e em quase todas as reuniões de pessoas onde haja um ambiente alegre, violas e concertinas. Caracterizadas pela originalidade e espontaneidade, frequentemente tornavam-se agressivas e insultuosas. Os cantadores tornam-se opositores, enquanto os ouvintes aplaudem e tomam uma posição:

1.
Desafio, desafio,
Desafio da foucinha;
A culpa tive-a eu
Desafiar essa morrinha.

2.
Desafio, desafio,
Desafio da navalha
A culpa tive-a eu
Desafiar essa canalha.

3.
É preciso ter ideia
Para cantar como tu cantas;
Vais levar uma tareia
Que nunca mais te levantas.

4.
És cantador afamado,
Mesmo a cara to diz;
Foste cantar ao inferno,
Nem o diabo te quis.

Nestas comunidades, esta prática adquire importantes funções de crítica, de queixa e de reprimenda social em verso. É permitido expressar, em voz alta, críticas individuais sem se quebrar a relativa harmonia vicinal e, "no âmbito da festa, toda a agressividade verbal é legítima, desde que feita poeticamente"[18].

As Modas Arguenses são danças e cantares populares que se fazem nas noites de festa, quer pelo caminho, quer no adro das igrejas e capelas. Realizadas ao som das concertinas, na Serra d'Arga destacam-se a Arrastadinha, o Vira(canção alegre), Tirana, Malhão, Rosinha, O Velho ("que tinha cem anos", dançada num ritmo lento), A Velha (ou Francesa, dançada num ritmo rápido), a Cantiga de Embalar (música com letra infantil) e a Moda dos Parabéns, entre muitas outras (**Figura 164**).

Figura 164. Danças populares na Romaria de São João d'Arga

Do universo das Modas Arguenses destaca-se a moda de celebração do aniversário. Na festividade de um santo, as pessoas que possuíam o mesmo nome eram alvo da atenção dos seus amigos mais próximos, cantando-lhes esta moda à porta de casa:

Ai! Ouça lá sor Manuel,
Ai! Estamos ao seu portão;
Ai! Levante-se dessa cama,
Ai! Traga cá o garrafão.

Ai! Ouça lá sor Manuel,
Ai! Raminho de salsa crua;
Ai! Debaixo da sua cama,
Ai! Nasce o sol e põe-se a lua[19].

De seguida, os aniversariantes tinham de lhes oferecer comida e bebida como prova de agradecimento.

Práticas sociais, rituais e eventos festivos

Relativamente aos valores patrimoniais de âmbito imaterial relacionados com o domínio das Práticas sociais, rituais e eventos festivos, foram identificadas algumas práticas relacionadas com a organização social, a norma e regulação social, as festividades cíclicas e os rituais coletivos mais relevantes.

No âmbito da ORGANIZAÇÃO SOCIAL foram compilados alguns aspetos relacionados com a vida comunitária na Serra d'Arga.

Nestas comunidades predominantemente agrícolas, onde em pequenas explorações se equilibra a produção de cereais, a criação de gado e alguns interesses na floresta e nos matos, assiste-se ao fortalecimento da solidariedade vicinal através do desenvolvimento de diversos modelos de reciprocidade e interajuda. Nas povoações de montanha, esta solidariedade vicinal tornou-se muito forte, imposta não apenas pela dimensão dos trabalhos a realizar, mas também pela extensão e dificuldade do território a percorrer.

Nestas situações, a disciplina de reciprocidade tem de ser muito rigorosa, sob pena de não funcionar. A utilização dos moinhos, o pastoreio, o cuidado coletivo pelo gado e pelas águas de rega, geralmente partilhadas, favoreceram este espírito comunitário, essencial para um melhor funcionamento da vida local.

Relativamente à utilização dos moinhos, existiam dias e horas marcadas para o seu uso, sendo que alguns deles trabalhavam continuamente. Regra geral, cada moinho pertence a mais do que uma pessoa, podendo mesmo atingir uma dezena de proprietários, pelo que o tempo de utilização era dividido em peças. Cada peça correspondia a um dia ou a uma noite, duas peças perfaziam uma rolda.

Na Serra d'Arga, com o objetivo de minorar eventuais prejuízos com o gado, constituiu-se uma Comissão de Gado (a Mútua), composta por uma direção constituída por três elementos rotativos, obrigatoriamente masculinos, e vários sócios. Os elementos da direção possuíam a missão de visitar a casa de todos os sócios no sentido de inquirir sobre o número total de animais, determinar o valor monetário de cada um e, desta forma, atribuir a cada casa a quota correspondente na Mútua.

No pastoreio dos rebanhos, para evitar que cada pessoa que possuísse um rebanho fosse apascentá-lo todos os dias, juntavam-se todos os donos e determinava-se quantos pastores seriam necessários para guardar o rebanho comum (**Figura 165**). Se algum pastor possuísse menos ovelhas do que os outros, este iria menos vezes. No entanto, três dias por ano, cada pastor teria de sair com o seu rebanho: dia de Natal, dia de Páscoa e dia 15 de agosto.

Figura 165. Pastor solitário em Arga de Cima

As águas de rega, recolhidas em presas e tanques, ainda hoje possuem um sistema de controlo do seu acesso aos campos (**Figura 166**), sendo abertas duas vezes por dia (manhã e tarde) e fechadas ao meio-dia e à noite. Regra geral, cada proprietário possui um número fixo de períodos de rega, invariavelmente ímpar (7, 9, 11, 13, 15, 17, 19 ou 21 dias).

As posições de Começo e Cabo são igualmente determinadas de forma rotativa. O Começo é aquele que, logo de manhã, abre a água e começa a regar, passando depois aos herdeiros; o Cabo é aquele que, no final do dia, acaba de regar e tapa a presa. No último dia de rega, as presas são demolidas e retiradas todas as pedras utilizadas na sua construção.

Figura 166. Sistema de controlo das águas de rega

Nas comunidades de montanha, afigura-se, ainda, de extrema importância os empréstimos vicinais. A troca de determinados produtos, como o pão e a farinha, por exemplo, para além de permitir colmatar falhas pontuais nas habitações, possibilita, ainda, o estreitamente dos laços entre vizinhos.

Nos trabalhos mais complexos, como as matanças do porco e as desfolhadas, os familiares e os amigos mais próximos são convidados a participar, sendo brindados, após a realização de todas as tarefas, com uma festa e uma ceia farta.

Para alguns trabalhos do campo juntam-se também os amigos. Com as músicas e os cantares, a presença dos amigos e dos vizinhos tornam o trabalho do campo mais leve e suportável.

Na categoria NORMA E REGULAÇÃO SOCIAL destacam-se as práticas e os costumes relacionados com o Nascimento, o Namoro, o Casamento e o Funeral. Considerados os quatro acontecimentos mais importantes da vida humana, cada qual possuía as suas normas e ritos próprios. No entanto, a maior parte dos quais já não se realiza atualmente.

Na Serra d'Arga, o Nascimento de uma criança revestia-se de todas as atenções e cuidados, não apenas por parte da família, mas também provenientes de toda a comunidade.

Colocando em prática toda uma série de rituais e preceitos predeterminados, estes incluíam, frequentemente, rezas e ladainhas murmuradas na hora do banho e da higiene do bebé, bem como algumas ações que, de acordo com as crenças e superstições locais, condicionariam o futuro e o destino da criança. Nestas ações incluem-se, por exemplo, espetar um prego no centro da sala e não conceder empréstimos para que a criança não fosse muito dada ou despejar a água do primeiro banho em locais diferentes consoante o sexo do bebé. Assim, "se fosse rapaz, ela [a água] era deitada ao caminho, e, se fosse rapariga, deitada na corte do gado; isto para que cada um fosse para o que nasceu: homem com experiência e de compromissos exteriores à casa e mulher com cuidados domésticos, caseirinha e submissa a todas as coisas da vida familiar"[20].

O Namoro era permitido a partir dos 24/25 anos de idade e somente com pessoas da região, devendo obedecer a um conjunto de regras rígidas. Os dias autorizados para namorar eram o domingo, os dias santos e a quarta-feira a partir das 16 horas da tarde. No entanto, mesmo nesses dias, os trabalhos domésticos e do campo não podiam ser descurados. Geralmente, o namoro só podia ter lugar à porta de casa, sentados no tradicional banquinho dos namorados.

À semelhança do namoro, o Casamento obedecia também a algumas normas socialmente impostas.

Normalmente, o casamento efetuava-se na freguesia da rapariga e, por ocasião dos convites, os noivos ofereciam uma fatia de pão, a fatia. No dia do casamento, o noivo e os respetivos convidados iam buscar a noiva a casa e, de seguida, dirigiam-se para a igreja, respeitando a ordem estabelecida: o noivo e a madrinha à frente, depois os convidados e, por fim, a noiva e o padrinho. Neste cortejo, o noivo tinha de cumprir o único requisito de não olhar para trás, uma vez que só tinha autorização para ver a noiva quando ela estivesse a seu lado, na porta da igreja.

Os casamentos podiam realizar-se em qualquer dia da semana, à exceção de terça e sexta-feira, considerados dias de azar.

Os Funerais obedeciam igualmente a algumas regras e convenções.

Em tempos mais recuados, a morte não podia acontecer dentro de casa. O moribundo era transportado para o alpendre mais próximo, para que a alminha não ficasse a assustar os vivos. Enquanto choravam o defunto, a família proclamava os seus feitos, mesmo os mais mundanos.

Após o funeral era servido o banquete do sepulto, prática que cedo entrou em desuso por causar grandes dificuldades financeiras às famílias.

O luto colocava-se não apenas pela família, mas também por todos os amigos e pessoas da freguesia. O tempo de duração variava conforme o grau de parentesco: 4 anos pelos pais, 3 anos pelos irmãos, 1 ano pelos padrinhos, avós e tios e cerca de 15 dias pelas outras pessoas. Ainda nos dias de hoje, o cemitério permanece o lugar onde o luto se manifesta por mais tempo, na colocação das flores e no cuidado e arranjo das sepulturas (**Figura 167**).

Figura 167. Cemitério de Dem

No âmbito da categoria FESTIVIDADES CÍCLICAS, procedeu-se à compilação das festas e romarias mais relevantes na área de estudo, materializando-se num total de 30 manifestações e correspondentes fichas de inventário, conforme expresso na **Tabela 22**.

Festividade	Local	Data
Festa de Santo Amaro	Riba de Âncora (Caminha)	1.º domingo após 15 de janeiro
Festa de Santo Antão	Arga de Cima (Caminha)	17 de janeiro
Festa de S. Brás	Montaria (Viana do Castelo)	2 e 3 de fevereiro
Festa de S. Brás	Vila Praia de Âncora (Caminha)	1.º domingo de fevereiro
Festa do Sr. dos Aflitos	Orbacém (Caminha)	domingo antes do Carnaval
Festa de Santa Quitéria	Amonde (Viana do Castelo)	1.º domingo de abril
Festa da Sra. da Guadalupe	Riba de Âncora (Caminha)	último domingo de maio
Festa do Corpo de Deus	Orbacém (Caminha)	data anual (móvel)
Festa de S. Gonçalo	Dem (Caminha)	1.º domingo de junho
Romaria de Nossa Senhora da Cabeça	Freixieiro de Soutelo (Viana do Castelo)	1.º domingo de junho
Festa do S. João das Cerejas	Arga de Baixo (Caminha)	24 de junho
Festa de S. Pedro	Freixieiro de Soutelo (Viana do Castelo)	28 e 29 de junho
Festa da Sra. do Rosário e Santíssimo Sacramento	Gondar (Caminha)	julho
Festa do Sr. do Socorro e de Santo Amaro	Montaria (Viana do Castelo)	1.º domingo de julho
Festa de S. Francisco	Montaria (Viana do Castelo)	2.º domingo de julho
Romaria de Santa Justa	São Pedro d'Arcos (Ponte de Lima)	3.º domingo de julho
Festa de Nossa Sra. da Rocha	Arga de Baixo (Caminha)	25 de julho
Festa de S. Mamede e S. Frutuoso	Montaria (Viana do Castelo)	1.º domingo de agosto
Festa de S. Silvestre	Dem (Caminha)	4 de agosto
Romaria da Sra. das Neves	Dem (Caminha)	4 e 5 de agosto
Festa de S. Lourenço	Montaria (Viana do Castelo)	9 e 10 de agosto
Festa de Santa Rufina	Cerquido, Estorãos (Ponte de Lima)	2.º domingo de agosto
Festa de Nossa Sra. da Assunção	Arga de Baixo (Caminha)	15 de agosto
Festa de Nossa Sra. da Assunção	Âncora (Caminha)	1.º domingo de junho
Festa de Nossa Sra. do Rosário	Arga de Cima (Caminha)	1.º domingo após 15 de agosto
Festa de S. Bartolomeu e Sra. da Boa Morte	Riba de Âncora (Caminha)	1.º domingo após 24 de agosto
Romaria de S. João d'Arga	Arga de Baixo (Caminha)	28 e 29 de agosto
Festa de Santa Bárbara	Montaria (Viana do Castelo)	28 e 29 de agosto
Festa de Nossa Sra. das Necessidades e Sta. Maria	Amonde (Viana do Castelo)	1.º domingo de setembro
Festa de S. Silvestre	Arga de Cima (Caminha)	31 de dezembro

Tabela 22. Festividades cíclicas

Regra geral, estas festividades correspondem às festas locais, dedicadas aos santos padroeiros dos lugares, sucedendo-se a um ritmo que se intensifica a partir de maio, atingindo o auge em agosto, coincidindo com a presença dos emigrantes, para depois decrescer abruptamente a partir de setembro. A maioria destas festas populares integra procissões com flores e andores, missas e sermões, grupos de bombos e concertinas, bandas de música, ranchos folclóricos e gastronomia tradicional.

Do universo da vida lúdica na Serra d'Arga e vale do Âncora sobressaem, à semelhança do restante território alto-minhoto, as romarias, proporcionando ricas manifestações de religiosidade popular, pela importância do papel que desempenham e enorme diversidade de aspetos que apresentam.

No território da Serra d'Arga e vale do Âncora identificam-se quatro romarias:

a) Romaria de Nossa Senhora da Cabeça, em Freixieiro de Soutelo (Viana do Castelo), no 1.º domingo de junho;

b) Romaria de Santa Justa, em São Pedro d'Arcos (Ponte de Lima), no 3.º domingo de julho;

c) Romaria da Senhora das Neves, Dem (Caminha), nos dias 4 e 5 de agosto;

d) Romaria de São João d'Arga, em Arga de Baixo (Caminha), nos dias 28 e 29 de agosto.

Fundamentalmente, as romarias são "celebrações religiosas em honra de um santo, patrono de uma localidade ou de um santuário, duplicadas de uma festa profana característica, em que coexistem elementos de todas as espécies, religiosos e profanos, cristãos e mágicos, cerimoniais e festivos, num caleidoscópio extremamente variado e complexo"[21].

As romarias são os acontecimentos regionais de maior vulto, ocasião para o encontro das povoações que acorrem em massa para renovar conhecimentos, realizar negócios, estreitar laços, mas também para se divertir, em danças e cantares ao som das violas e das concertinas. É nestas romarias que surgem os traços mais característicos das culturas locais, os gostos, os costumes e o folclore. As romarias são igualmente ocasiões de feira, alinhando-se frequentemente tendinhas de comes e bebes, tabernas improvisadas com especialidades gastronómicas e artesanato local.

O cumprimento de promessas é um dos aspetos mais importantes das romarias, articulando-se no sentido religioso da festa. Consta, fundamentalmente, da oferta de objetos (ex-votos: velas, rosários, alimentos, flores, sal, telhas, dinheiro), que se depositam no altar do santo ou se entregam à porta, aos mordomos da festa, ou da prática de certos atos dedicados ao santo venerado. As ações mais comuns são as promessas de um certo número de voltas ao santuário, de joelhos ou a pé, rezando, com o rosário, o ex-voto ou a imagem do santo nas mãos (**Figura 168**).

Existem outras ações, mais caricatas, que se dedicam ao santo de devoção, padroeiro de males específicos. A título de exemplo, uma das tradições a cumprir durante a Romaria de Nossa Senhora da Cabeça, em Freixieiro de Soutelo, é introduzir a cabeça no buraco, ou seja, numa das quatro aberturas existentes numa parede do interior da capela, com a intenção de rogar à Santa pela cura dos males da cabeça.

Figura 168. Percurso de três voltas em torno da Capela de São João

As romarias mais populares centram-se, sobretudo, em santuários ou capelas e não em igrejas paroquiais. São vários os motivos possíveis:

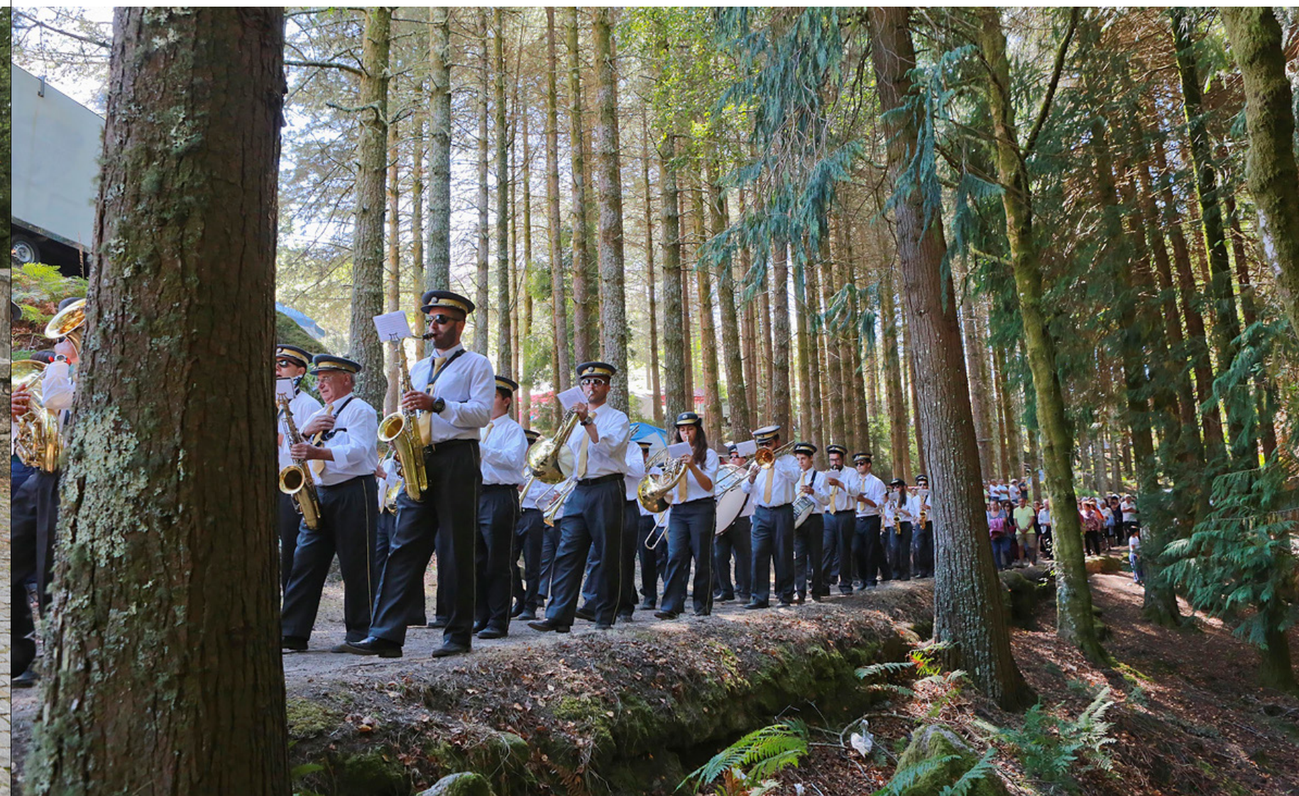
a) Enquadramento paisagístico do local onde se implantam as capelas e santuários, geralmente em espaços amplos e aprazíveis;

b) Controlo eclesiástico menos intenso nas capelas e santuários do que nas igrejas paroquiais;

c) Adequação do isolamento das capelas e santuários às vivências dos romeiros e peregrinos que pretendem efetuar, a pé, os percursos de acesso.

A Romaria de São João d'Arga, que decorre nos dias 28 e 29 de agosto, é, sem dúvida, a festa pública coletiva mais exuberante e espontânea da Serra d'Arga, fazendo dela um acontecimento festivo sem paralelo. O seu caráter peculiar é conferido pela importância dada aos aspetos associados com as práticas e crenças religiosas, mas principalmente aos elementos lúdicos, nomeadamente os comes e bebes, os trajes, as danças e os cantares dos romeiros **(Figura 170**).

Figura 170. Romaria de São João d'Arga



Importante é também a devoção a patronos de animais, nomeadamente São Mamede, São Silvestre e Santo António, denunciando a importância que a economia de criação de gado tem neste território. Nestas romagens, motivadas pelos animais, eles estão presentes, dão voltas à capela, oferecem o leite desse dia, assistem à procissão e recebem, no final, a bênção religiosa.

A Festa de São Silvestre, em Arga de Cima, a Romaria da Senhora das Neves e a Festa de São Silvestre, ambas em Dem, são exemplos de festividades a santos protetores do gado, onde os animais intervêm nos rituais religiosos ao lado das pessoas.

São Silvestre, advogado dos pastores, é festejado no último dia do ano civil, com ajuntamento de uma grande quantidade de gado bovino que, para além de fazer três voltas em redor da Capela de Santo Antão, toma parte na procissão e, no final das festividades, recebe a bênção sagrada (**Figura 171**).

Figura 171. Bênção dos animais na Festa de São Silvestre (Arga de Cima)

Na categoria RITUAIS COLETIVOS destacam-se O Clamor, as Práticas religiosas, as Orações e rezas tradicionais, a Mitologia popular e a Desfolhada.

Atualmente em desuso, tendo terminado por volta de 1840, o Clamor correspondia, durante o século XVIII, à primeira peregrinação do ano civil à Capela de São João. Trata-se de uma longa procissão de ladainhas e clamores, característica, em Portugal, do cristianismo popular medieval e moderno.

O ato religioso celebrava-se no dia de São João Evangelista (6 de maio) e incluía as diversas freguesias de Caminha e Viana do Castelo que pertenciam à Irmandade dos Clamores. O santo era levado em procissão a dar a volta ao cruzeiro mais afastado da capela, o Cruzeiro da Ladeira, também designado dos Clamores (**Figura 172**).

Figura 172. Cruzeiro da Ladeira (Arga de São João)

Durante este ritual coletivo de cariz religioso, berravam-se as preces e clamava-se, o mais alto possível e com o máximo de alarido, para que os pedidos chegassem aos céus, pelo fim da seca, das epidemias que matavam o gado e de outros males locais. Finalizadas as preces, a população regressava às suas terras por caminhos de pé posto, através dos montes.

São diversas as práticas ligadas à religiosidade popular, alicerçadas na crença de um poderoso mundo de bruxas, feiticeiras e diabos. Na Serra d'Arga, tratando-se de povoações isoladas, esta situação não surpreende.

Em virtude destas crenças faziam-se os batizados da meia noite, prática que se realizava em todas as pontes alto-minhotas, inclusive a de Tourim. É crença que esses lugares são feios, sendo aí colocadas cruzes por causa das bruxas (**Figura 173**). O batizado da meia noite visa mostrar a estes seres maléficos que a criança, ainda dentro do ventre da mãe, fica batizada e, por isso, não lhes pertence.

Figura 173. Ponte medieval de Tourim (Amonde)

O devocionário popular é igualmente um testemunho evidente do comportamento profundamente religioso destes povos. Na Serra d'Arga existem orações e rezas para todas as ocasiões: ao levantar, ao começar o dia, ao sair de casa e ao entrar na igreja, quando se vai confessar, quando se vai comungar, quando se coloca água benta, quando se faz pão, quando uma pessoa se engasga, quando troveja, quando se bebe água, quando se deita sal nas panelas, quando há gado perdido, quando as galinhas se deitam nos ovos, quando se sai de noite, quando se vai para a cama, entre muitas outras situações.

A preparação do pão, alimento essencial na Serra d'Arga, é, sem dúvida, a atividade mais dada a orações e rezas:

Quando se amassa o pão:
São Mamede te alevede
São Vicente te acrescente
E Nossa Senhora te tempere
P'ra nós e p'ra toda a gente
São Mamede te alevede
São Vicente te acrescente,
O senhor te tempere,
São João te faça pão.

Quando se salga o pão:
Uma manadinha p'ra São João;
Uma manadinha p'ra Santo António;
Que façam um bom pão
P'ra que saia temperadinho
P'ra que não saia insosso.
Sem nada
Nada p'ró vizinho mais chegado.

Ao acender o forno:
Jesus, nome de Jesus
E nome de Deus, amén.
Que te aqueças depressa
E bem.

Depois de amassar o pão:
São Mamede te alevede,
São Vicente te acrescente,
São João te faça pão,
Nosso Senhor Jesus Cristo
Deite a Sua bênção,
Para ricos e para pobres,
Para quem te comer
E Deus deixe viver.

Quando se alisa o pão e se lhe faz uma cruz por cima:
São Vicente te acrescente;
São Mamede te alevede;
O Senhor e a Senhora o tempere
Com a divina graça. Amén.

Quando se coloca o pão no forno:
Deus te acrescente
Para o rico e para o pobre,
São Mamede te alevede,
São Vicente te acrescente,
Nossa Senhora te tempere
P'ra nós e p'ra toda a gente.
Deus te acrescente, para o rico e para o pobre!

(Fonte: COUTINHO, 1997, pp. 28-30)

O que o povo não compreende, geralmente atribui ao mistério, às forças estranhas do espírito, às bruxas e feiticeiras, lobisomens e almas penadas do outro mundo. Na Serra d'Arga abundam as superstições, dúvidas e crenças mitológicas. Na realidade, trata-se de algo comum a todas as regiões e a todos os povos. O mito é criado com o objetivo de conceder explicações ao medo e a tudo aquilo que não se consegue compreender ou explicar:

> *Quando as crianças são tardas em falar, o melhor remédio consistia em pedir pão pelas portas e depois ir comer esse pão com a criança muda para junto de uma nascente.*
>
> *Coisas do outro mundo e procissões dos defuntos só as fica a ver o indivíduo cuja madrinha tenha omitido algumas palavras no credo, no dia do batismo.*
>
> *Quando o mal de inveja se manifesta, fazem-se defumadouros, segundo rito da Serra d'Arga: num caco colocam arruda, palhas alhas e incenso, e vão colocá-lo numa encruzilhada de noite.*

Fora do âmbito religioso, a Desfolhada constitui-se igualmente como um ritual coletivo, revestido de atividades lúdicas.

O milho, base fundamental da alimentação da população na Serra d'Arga, constituía motivo de orgulho por parte de todos os produtores deste cereal (**Figura 174**). Nas colheitas, época de grande alegria, os agricultores aproveitavam o trabalho das desfolhadas para o convívio com os familiares, vizinhos e amigos, transformando-se em grandes festas.

Figura 174. Espigas de milho na Romaria de São João d'Arga

Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo

No domínio dos Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo, destacam-se as relacionadas com a medicina e saúde, nomeadamente as diversas formas de medicina popular.

No território da Serra d'Arga, rico é o repertório de soluções para todas as enfermidades, com destaque para as constantes na **Tabela 23**.

Enfermidade	Solução
Bronquite	Casca de laranja, limão e mel fervidos
Digestão	Chá de macela
Dores de barriga ou lombrigas	Chá de hortelã, chá de alhos ou borralha com carunhos de pêssegos moídos, açúcar, aguardente e leite (Serra d'Arga); borralha com açúcar e leite ou hortelã com leite (Dem)
Dores de cabeça	Emplastros de saramagos (plantas comestíveis) moídos, colocados à volta das pernas
Dores de costas	Saco de areia aquecida sobre a dor
Dores de dentes	Emplastros de sementes esmagadas, atadas às pernas 'para as dores descerem'
Dores de ossos	Emplastros com claras de ovo e borralha
Febre	Chá de avenca e de 'erva de sete sangrias'
Gripe	Vinho fervido com figos ou chouriço com mel
Problemas de rins e bexiga	Chá de raízes de morango, cereja e barbas de milho
Queimaduras	Emplastros com bosta de vaca ou sabão e vinho

Tabela 23. Medicina popular
(Adaptado de: COUTINHO, 1977, pp. 69-70)

Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais

Relativamente aos valores patrimoniais imateriais relacionados com o domínio das Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais, foram identificadas diversas manifestações culturais pertencentes às seguintes categorias:

1. Arquitetura e construção;

2. Cozinha, alimentação e estimulantes;

3. Corpo, vestuário e adornos;

4. Criação e utilização de animais;

5. Agricultura e silvicultura;

6. Atividades transformadoras.

Na categoria ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO destacam-se os Sistemas de Irrigação, os Espigueiros, as Casas tradicionais e os Muros de vedação.

Os sistemas de irrigação, designadamente as presas, os tanques e as levadas, os espigueiros e os muros de vedação são descritos, do ponto de vista arquitetónico e simbólico, no subcapítulo Espaços Agrários do presente documento. A abordagem às casas tradicionais mais características na presente área de estudo é feita no subcapítulo Arquitetura Civil Privada (casas e quintas).

No âmbito da categoria COZINHA, ALIMENTAÇÃO E ESTIMULANTES destacam-se alguns pratos típicos da região.

São os seguintes:

a) Cabrito à Serra d'Arga com arroz de carqueja (**Figura 175**);

b) Sarapatel à Serra d'Arga (**Figura 176**);

c) Bacalhau com broa à moda da Serra d'Arga.

d) Pão de centeio e broa de milho (**Figura 177**);

e) Mel da Serra d'Arga (**Figura 178**);

Figura 175. Cabrito à Serra d'Arga

Figura 176. Sarapatel

Figura 177. Broa de milho

Figura 178. Mel da Serra d'Arga

Característicos da Serra d'Arga são também o tradicional fumeiro, atualmente feito apenas em casas particulares (**Figura 179**), bem como o célebre bagaço com mel (**Figura 180**).

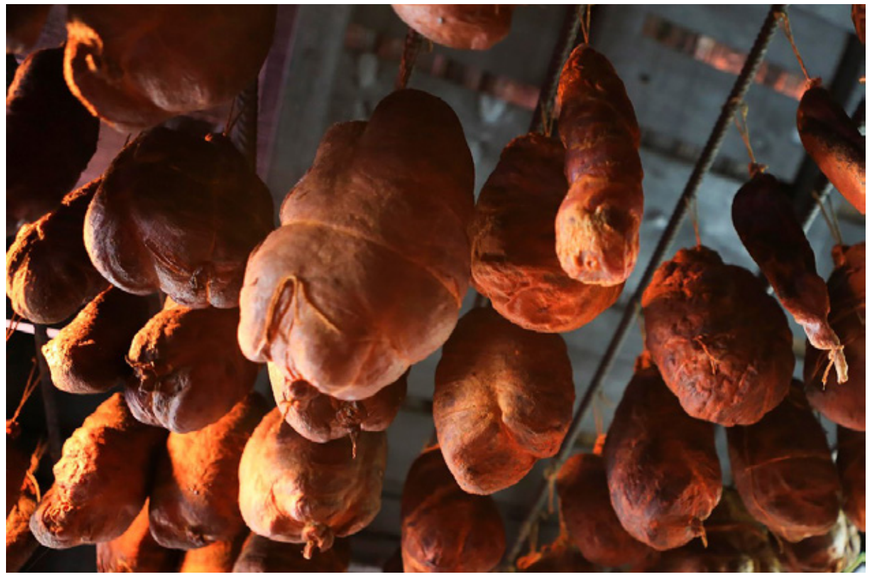


Figura 179. Fumeiro tradicional em Arga de Cima

Figura 180. Bagaço com mel

Na categoria CORPO, VESTUÁRIO E ADORNOS, destaca-se o típico Traje da Serra d'Arga.

No Traje da Serra d'Arga, o roxo e o azul são salientes e o preto é dominante, cores escuras que simbolizam a dor e a ausência. Apesar da utilização destas cores mais carregadas, os motivos caracterizam-se por uma policromia geométrica.

Existem três tipos de traje:

a) Traje de mordoma;

b) Traje domingueiro;

c) Traje à lavradeira.

O traje à lavradeira é o mais utilizado, constituído pelas seguintes peças: chinelas pretas e baixas, meias lavradas até ao joelho, saia com forros bordados, avental, algibeira, camisa à lavradeira em linho, colete, dois lenços à lavradeira e dois ou três saiotes de linho ou estopa. Trata-se do traje correntemente utilizado nas festas e romarias locais (**Figura 181**).

Atualmente, na freguesia de Dem (Caminha) encontram-se, ainda, os artífices que executam os trajes tradicionais da Serra d'Arga.

Figura 181. Traje típico da Serra d'Arga

No âmbito da categoria CRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS, destacam-se a Criação de gado e a Matança do porco.

Na Serra d'Arga, a pecuária constitui a principal fonte de riqueza, pelo que a maior parte da população atribui grande importância à criação de gado, principalmente bovino, caprino e ovino (**Figura 182**). A casa agrícola definia-se pelos carros de milho e pelas juntas de bois que alimentava, sinal da sua capacidade de os tratar e de obter adubo para os campos. O grande valor da carne, relativamente ao do leite, a necessidade de animais para trabalhar a terra e para os transportes fez com que o lavrador lhes dedicasse sempre um grande interesse.

Figura 182. Gado bovino na Chã Grande

No âmbito da utilização de animais, a matança do porco constitui uma festa de família, vizinhos e amigos mais próximos, não apenas no ato da matança, mas também na sequência do mesmo. Motivo de confraternização e de festa animada, corresponde a um momento forte de encontro, interajuda e convívio.

Na categoria AGRICULTURA E SILVICULTURA destacam-se as Medas de palha.

As medas de palha, símbolo da paisagem agrícola da Serra d'Arga, são abordadas no subcapítulo Espaços Agrários do presente documento.

No âmbito da categoria ATIVIDADES TRANSFORMADORAS são abordadas a Sementeira, colheita e manipulação do linho e a Moagem de cereais.

A produção de linho constitui uma atividade de extrema complexidade. Desde a sementeira à ripagem e da massagem até ao tear, o linho obrigava a sucessivos trabalhos, familiares ou vicinais, distribuídos ao longo do ano e, no geral, de conotação feminina. As peças de linho e a sua brancura eram o espelho da dona da casa.

À cultura do linho eram dedicados os terrenos mais férteis, sistematicamente adubados e cuidadosamente irrigados, sendo uma cultura adequada e vantajosa, pelo seu curto período de vegetação (desde a sementeira à colheita apenas abrange em média dois meses).

A moagem de cereais é, geralmente, feita nos moinhos.

A análise detalhada dos aspetos construtivos e de funcionamento dos moinhos que povoam a Serra d'Arga e o vale do Âncora é feita no subcapítulo Arquitetura Industrial/Artesanal do presente documento.

Capítulo 5

Valorização do Património Arquitetónico

Valorização do Património Arquitetónico

O Inventário do Património Cultural levado a cabo na Serra d'Arga e vale do Âncora, bem como a análise dos respetivos valores culturais em presença, permite comprovar a riqueza patrimonial deste território, não apenas do ponto de vista do património construído (arquitetónico), mas também etnográfico (imaterial).

Considerando todas as manifestações imateriais inventariadas essenciais e relevantes para a presente área de estudo, procede-se, de seguida, à identificação dos valores patrimoniais de âmbito arquitetónico mais relevantes na área de referência para o estudo do Património Cultural.

Monumentos

No presente subcapítulo procede-se ao destaque dos objetos arquitetónicos mais relevantes integrados na categoria MONUMENTOS, de acordo com as seguintes tipologias:

1. Arquitetura Civil Privada
2. Arquitetura Civil Pública
3. Arquitetura das Vias de Comunicação
4. Arquitetura Industrial/Artesanal
5. Arquitetura Religiosa

Arquitetura Civil Privada

Do total de 19 casas identificadas, destacam-se, pelo testemunho que constituem do modo de construir mais tradicional e característico da serra, as duas casas de Arga de Baixo (Caminha), em Castanheira e em Varziela.

De entre as 11 quintas inventariadas, as mais relevantes são, sem dúvida, as pertencentes ao subtipo casas de montanha, nomeadamente a Casa da Pontelhinha e a Casa da Eirinha, localizadas em Arga de Baixo (Caminha). Em Arga de Baixo, destacam-se igualmente as arruinadas Casa em Castanheira e Casa do Fuchaquinho, sendo manifestamente urgente a sua preservação e conservação.

Arquitetura Civil Pública

Os Equipamentos mais relevantes na área de estudo são os abrigos de pastores de Arga de Cima (Caminha) e de Montaria (Viana do Castelo), localizados a 550 e 780 metros de altitude, respetivamente. São os dois únicos exemplares remanescentes em toda a serra, testemunhos incontornáveis de um modo de vida rude e agreste.

Relevantes são também as antigas casas florestais construídas na primeira metade do século XX, durante o período do Estado Novo. Espalhadas pela Serra d'Arga, abrangendo os três concelhos, das cinco casas florestais identificadas, todas se encontram, presentemente, desocupadas e em estado de eminente ruína. Apenas uma, localizada em Sangemondes (Ponte de Lima), mantém, ainda, um razoável estado de conservação.

Relativamente às fontes, a grande profusão destes equipamentos públicos na área de estudo justifica-se pela importância que o elemento ÁGUA adquire em toda a Serra d'Arga e vale do Âncora. Destacam-se as que se identificam na Figura 22 (Fontes com valor patrimonial) e Figura 23 (Fontes com motivos religiosos), pertencentes ao subcapítulo Arquitetura Civil Privada do presente documento. No entanto, verifica-se, em muitas delas, necessidades urgentes de manutenção e conservação.

Arquitetura das Vias de Comunicação

Do total de 37 objetos arquitetónicos relacionados com as vias de comunicação identificados na área de estudo, destacam-se as duas alpondras, constituindo uma forma curiosa de atravessamento pedonal de linhas de água: as Alpondras do Porto Covo, localizadas em Âncora/Riba de Âncora e as Poldras do Porto, localizadas em Arga de Baixo (Caminha). Destaca-se igualmente o curioso Caminho das Leiras, proporcionando uma passagem elevada aos lavradores que pretendem aceder aos seus campos de cultivo.

Relativamente às pontes, destacam-se as exclusivamente pedonais, nomeadamente a Ponte da Torre, em Âncora/Vila Praia de Âncora e a Ponte das Traves, em Arga de Baixo, esta última assente em afloramentos rochosos e assim designada por ser construída com megalíticas lajes de pedra como base e guardas laterais. Salientam-se também as Pontes de Tourim e de Estorãos, exemplares característicos da pontilhística medieval.

Relativamente aos pontões, destacam-se os datados dos finais do século XVII, inícios do século XVIII, de lajes únicas alinhadas que permitem a travessia do Rio Âncora em Freixieiro de Soutelo (Viana do Castelo), designadamente os pontões do Hilário, da Tábua, do Cais e da Alhada. De destacar, ainda, o Pontão do Lobo, construído em meados do século XVII para a travessia a pé do Regato da Fraga, em Arga de Cima (Caminha). Apesar de, atualmente, o pontão se encontrar derrubado, a autarquia já manifestou a vontade na sua reconstituição.

Arquitetura Industrial/Artesanal

Na Serra d'Arga e vale do Âncora foram inventariadas 80 destas estruturas artesanais de produção. Sendo o tipo mais representativo o dos moinhos, caracterizados pela roda horizontal, distinguem-se os moinhos de montanha (localizados, sobretudo, a partir da cota 100) e os moinhos de planície.

Do grupo dos moinhos de montanha salientam-se as construções extremamente rústicas, de pedra solta, com uma portinhola baixa e estreita e cobertura, de duas águas, em placas de xisto ou granito. Os mais relevantes na área de estudo são, entre muitos outros, o Moinho de Baixo (o único ainda em laboração) e o Moinho de Lá localizados em Arga de Baixo e, em Arga de Cima, o Moinho Novo, os dois Moinhos da Gandra e os três Moinhos do Covão.

Do grupo dos moinhos de planície destacam-se as instalações de maiores dimensões, integrando também pequenos equipamentos oficinais de apoio às atividades de moagem. Na área de estudo identificam-se apenas três estruturas deste tipo: o Moinho da Ponte da Torre e o Moinho do Paço, ambos localizados na freguesia de Âncora (Viana do Castelo) e o Moinho de Orbacém (Caminha), todos datados dos finais do século XVII.

Porém, grande parte das oito dezenas de azenhas e moinhos inventariados encontra-se inacessível, em ruína, em acentuada degradação ou a necessitar de obras de conservação. Havendo a possibilidade de valorizar todo este património industrial/artesanal em rede através da criação, por exemplo, de percursos pedonais temáticos, torna-se premente a melhoria das suas condições de acessibilidade, bem como da conservação geral das estruturas construídas.

Arquitetura Religiosa

Na Serra d'Arga e vale do Âncora, grande é a quantidade e variedade de alminhas e nichos que se espalham pelas bermas dos principais caminhos antigos, bem como no cruzamento destes, apelando à devoção dos caminhantes, desde o singelo abrigo rasgado na parede da casa ou pousado no muro de vedação dos campos, até ao lugar bem evidente e destacado para quem passa nos caminhos ou nas pontes. Destacam-se, entre muitos outros, as Alminhas de Santo Aginha, as Alminhas da Ponte de Saim, o Oratório do Senhor dos Passos e o Nicho do Carqueijal.

As cruzes e os cruzeiros são os objetos arquitetónicos mais profusamente difundidos em toda a área de estudo do Património Cultural, com um total de 96 registos, correspondendo a cerca de 20% do total de Monumentos identificados neste território e a quase 50% do total de ocorrências registadas relativas à Arquitetura Religiosa. Na Serra d'Arga e vale do Âncora é possível encontrar cruzes erguidas nas bermas e encruzilhadas dos caminhos, nas pontes ou na sua proximidade, assentes em muros de vedação de propriedades privadas, sobre os portais das casas e quintas mais antigos e nas proximidades de igrejas, capelas e santuários.

Dos cruzeiros salientam-se aqueles que possuem feições mais populares, surgindo nos cruzamentos, próximos das povoações mais rurais, muitos deles datados de meados ou finais do século XVII, apresentando, ainda, um bom estado de conservação geral. Destacam-se, entre muitos outros, o Cruzeiro de Aspra, Âncora, o Cruzeiro de Nossa Senhora do Carmo, Montaria e o Cruzeiro de Coutadas da Serra, Dem.

Alguns cruzeiros surgem também associados a rituais religiosos muito particulares, nomeadamente o Cruzeiro da Ladeira (ou dos Clamores) , ponto obrigatório de paragem dos romeiros que se dirigiam à Romaria de São João d'Arga; outros surgem ligados às casas e às quintas de maior riqueza e dimensão, nomeadamente o Cruzeiro da Quinta do Paço.

Dos cruzeiros destacam-se igualmente aqueles que constituíam uma forma singular de medir a água de rega na Serra d'Arga e vale do Âncora, nomeadamente o Cruzeiro do Campo de Cima e o Cruzeiro da Presa.

Datadas dos meados do século XVII até finais do século XVIII, a maioria das igrejas, capelas e santuários construídos na Serra d'Arga e vale do Âncora mantêm um bom estado de conservação.

Destacam-se, numa primeira fase, as igrejas e capelas rurais datadas da segunda metade do século XVII e da primeira metade do século XVIII, nomeadamente a Igreja Paroquial de Arga de Baixo e a Igreja Paroquial de Arga de São João. São também exemplo relevante desta fase construtiva inicial a Capela da Senhora de Guadalupe, a Capela do Espírito Santo e a Capela de São Miguel, em Riba de Âncora, a Capela de São Brás , em Vila Praia de Âncora, a Capela de Santa Luzia, em Âncora, e a Capela de Santa Quitéria, em Amonde, todas construídas entre o final do século XVII e a primeira metade do século XVIII.

Num segundo período, a partir da segunda metade do século XVIII, destacam-se as capelas construídas a pedido de membros de ordens religiosas, tal como a Capela da Senhora da Rocha, em Arga de Baixo, mandada edificar pelo Padre João Manoel Dom F. Caldas em 1828/1851, bem como as capelas particulares, nomeadamente a Capela de São Silvestre, em Gondar, edificada em 1850, pertença da Casa do Codessal.

Paralelamente, a partir do século XVIII, as capelas de peregrinação e os santuários começam também a ser relevantes neste território. Do grupo das capelas de peregrinação salientam-se a Capela de Nossa Senhora da Cabeça (1701), em Freixieiro de Soutelo, a Capela da Senhora das Neves ou da Senhora da Serra (1746), em Dem, a Capela do Senhor do Socorro (1853), em Montaria, e a Capela de Santo Antão ou do Santo do Alto (1939), em Arga de Cima. Do grupo dos santuários, destacam-se o Santuário de São João d'Arga, com o estatuto de Monumento Nacional, bem como o Santuário de Nossa Conceição do Minho.

Em sede de inventário foram igualmente identificados 12 cemitérios, associados às 12 igrejas paroquiais referenciadas, localizadas nas sedes das freguesias ou antigas sedes de freguesia.

Conjuntos

Destacam-se os elementos arquitetónicos integrados na categoria CONJUNTOS, de acordo com a tipologia Núcleos Rurais.

Núcleos Rurais

Pela urgência que existe na sua preservação, do conjunto de 20 núcleos rurais identificados no âmbito do Inventário do Património Cultural, destacam-se unicamente aqueles que se encontram em ruínas ou num estado de acentuada degradação: Reconco, em Arga de Cima, e Sobral, em Castanheira, Arga de Baixo.

Sítios

Destacam-se os objetos arquitetónicos integrados na categoria MONUMENTOS, de acordo com as seguintes tipologias:

1. Espaços Naturais
2. Sítios Arqueológicos

Espaços Naturais

No âmbito dos espaços naturais, salientam-se os açudes inventariados, perfazendo um total de 11 espaços naturais intervencionados pela mão humana, geralmente associados a moinhos. Destacam-se os açudes do Creugo, do Cais, do Hilário e do Paço.

Os dois espaços fluviais identificados na área de estudo, ambos localizados fora dos limites do SIC - Serra d'Arga, correspondem à Praia Fluvial do Rio Âncora e à Área de Lazer Fluvial de Estorãos, constituindo-se como dois espaços com excelentes possibilidades de gerar atratividade no âmbito do turismo de natureza.

Os vestígios materiais de quatro fojos de paredes convergentes identificados neste território (Alto do Cavalinho, Cerquido, Montaria e Cruz da Facha), enquanto manifestação cultural associada ao lobo na Serra d'Arga, constituem excelentes exemplares deste tipo de estruturas, de características verdadeiramente ancestrais, que urge preservar e referenciar como ponto de paragem obrigatória em percursos pedestres na serra.

A única fonte natural identificada na área de estudo corresponde à Fonte da Urze, localizada na freguesia de Montaria (Viana do Castelo). Esta fonte dá origem, na Chã de São João, a uma das nascentes do Rio Âncora, constituindo outro ponto de paragem obrigatória em plena serra.

Sítios arqueológicos

A utilização destes sítios como recurso de valorização patrimonial assenta, sobretudo, em duas qualidades: o potencial intrínseco e o trabalho arqueológico de investigação gerador de informação que capacita a respetiva leitura e interpretação.

De entre os 41 sítios arqueológicos identificados em sede de inventário, a Cividade de Âncora e Afife é, sem dúvida, o mais relevante. Trata-se de um povoado fortificado proto-histórico que terá assumido um papel de lugar central de características proto urbanas mostrando uma área edificada e um sistema defensivo de grandes dimensões. Apesar dos trabalhos arqueológicos nele realizados terem incidido sobre uma área limitada com estruturas que ficaram à vista, é já muita a informação reunida sobre o mesmo e que decorre do interesse que cativou junto de muitos investigadores, os quais fizeram publicar numerosos estudos sobre este sítio, ao mesmo tempo que reuniram várias coleções de materiais arqueológicos disponíveis. Este sítio apresenta, ainda, uma fácil acessibilidade, que necessita, no entanto, de ser melhorada, bem como uma densidade em rede de outros sítios na envolvente imediata (povoados fortificados e arte rupestre), com a qual é possível construir um circuito multiplicador de pontos de vista e de locais de interesse para a visitação. De momento, nada está sinalizado nem preparado para a visita, registando-se mesmo sinais de abandono e de degradação das estruturas mais visíveis com o crescimento descontrolado da vegetação.

O Dólmen da Barrosa é outro dos sítios mais relevantes não apenas pelas suas características individualizadoras, como por ter sido igualmente objeto de estudo da investigação arqueológica. A envolvente e o estado de conservação foram acautelados, mas, apesar de existir alguma sinalização, é escassa a informação disponibilizada no local a quem o visita. Por outro lado, interessaria associar à visita a este sítio os dois outros sítios da mesma tipologia que se localizam a menos de 1000 metros de distância, ou seja, o Dólmen ou Mamoa de Vile e a Mamoa de Aspra. Não só estes dois sítios fariam parte da mesma necrópole megalítica de fundo de vale, podendo assim ser melhor valorizada na relação com a paisagem envolvente e o enquadramento cénico, como, tendo em atenção o diferente grau de conservação da câmara megalítica e da mamoa naqueles três sítios, possibilitariam outras leituras complementares mais enriquecedoras. Neste circuito de visita haveria toda a conveniência de também fazer associar a Mamoa de Ereira, a qual, ainda que localizada na vizinha freguesia de Afife, está praticamente junto do limite com a freguesia de Âncora, ao lado da EN13, tendo sido objeto de escavações arqueológicas e de preparação do local para visita. Acresce-se que, recentemente, foram identificadas novas pinturas sobre os esteios da câmara da Mamoa da Ereira, vindo enriquecer, ainda mais, a leitura daquele sítio arqueológico.

O conjunto de sítios com Arte Rupestre constitui outro dos recursos patrimoniais com maior relevância. Do total de 10 sítios inventariados, sete deles poderão ser valorizados em rede, bem como associados a outros situados no exterior dos limites da área agora em estudo. As principais dificuldades colocam-se no que respeita às más acessibilidades e à difícil visibilidade e leitura destas gravuras. Em contrapartida, são vantagens o facto de existir trabalho de investigação recente sobre estes sítios, bem como uma dinâmica em curso, promovida através de projetos comunitários, com a pretensão de criação de uma Rota de Arte Rupestre no Noroeste Português.

Ainda entre os mais relevantes sítios arqueológicos identificados no território da Serra d'Arga apontam-se os quatro sítios correspondentes a terraços marítimos ou praias elevadas com vestígios da pré-histórica antiga. A relevância destes sítios advém da sua importância arqueológica para o conhecimento das populações humanas mais antigas e também por se localizarem todos na costa, relativamente próximos, possuírem fáceis acessibilidades e de se encontrarem profundamente estudados em resultado de sucessivos trabalhos arqueológicos e investigações, particularmente desde os finais da década de 1970. Por outro lado, afigura-se de maior interesse conjugar a valorização patrimonial destes sítios de relevância arqueológica, mas também geológica, com a dinâmica em curso de promoção do recém-criado Geoparque Litoral de Viana do Castelo.

Com potencial, mas exigindo um esforço renovado de investigação, encontram-se os vestígios de mineração antiga e os sítios das duas antigas igrejas paroquiais abandonadas na passagem da Idade Média para a Idade Moderna.

A relevância mineira da envolvente da Serra d'Arga é bastante conhecida, existindo numerosas referências a vestígios de mineração antiga. Porém, falta um conhecimento cientificamente conduzido e aprofundado sobre este tema, uma vez que a informação disponível é, a mais das vezes, vaga, dispersa e não validada. Retemos apenas um sítio, o Folgadoiro, apontado como possuindo vestígios de mineração romana e também, muito provavelmente, mais antiga, para além das ruínas da exploração de maior escala das décadas de 1930, 40 e 50 já abandonadas. Colhem-se, no entanto, numerosas outras referências, todas pouco precisas, sobre vestígios de mineração antiga, associadas a um passado remoto ou mais recente e de que ainda se conserva a memória, as quais importaria investigar em profundidade para que pudessem vir a constituir um dos mais relevantes recursos patrimoniais nesta área.

Os dois sítios correspondentes às duas igrejas sedes de paróquias na Idade Média, mas abandonadas posteriormente, Bulhente e São Pedro de Varais, apresentam-se de forma muito diferenciada. O primeiro é uma ruína mal localizada, enquanto no segundo se observa uma capela isolada, objeto recente de trabalhos de restauro que também se estenderam à envolvente reconfigurada num parque de merendas. Na verdade, como mencionado anteriormente, ambos os sítios mostram um elevado potencial como locais de implantação de antigos aldeamentos medievais posteriormente abandonados. Importaria investigar estes dois sítios a partir desta perspetiva, o que possibilitaria a sua valorização como recurso patrimonial muito mais interessante e distintivo.

Capítulo 6

Elementos de referência

Elementos de referência

Bibliografia

ADRIMINHO – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho. *Guia das Aldeias de Portugal.*

ADRIMINHO – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho. *Guia das Artes e Ofícios do Vale do Minho.*

AFONSO, Clara Sofia Pires Veiga (2001). *Serra d'Arga: da Análise da Área à Apresentação de Propostas de Intervenção*; 1.º Congresso de Estudos Rurais, 2.º Grupo de debate: Ambiente e Usos do Território.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1979). *A rede viária do Conventus Bracaraugustanus. Via Bracara Asturicam Quarta em "Mínia"*, 2.ª série. Braga; pp. 61-63.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1996). *Povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Minho* (7 volumes); Dissertação de Doutoramento. Porto.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968). *Vias medievais I Entre Douro e Minho*. Tese de Licenciatura. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; pp. 36-38 e 201-201.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1987). *Alto Minho*. Lisboa: Editorial Presença.

ALVES, Lourenço (1985). *Caminha e seu concelho (Monografia)*. Caminha: Edição da Câmara Municipal de Caminha.

ALVES, Lourenço (1987). *Arquitectura Religiosa do Alto Minho - I. Igrejas e Capelas (do Séc. XII ao Séc. XVII)*. Viana do Castelo.

ALVES, Lourenço (2000). *Arquitetura Religiosa do Alto Minho - II. Séc. XIII ao Séc. XX*. Viana do Castelo: Escola Superior de Teologia e Ciências Humanas - Instituto Católico.

ANTUNES, João Manuel Viana (1996). *Obras militares do Alto Minho: a Costa Atlântica e a Raia ao serviço das Guerras da Restauração*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ANTUNES, João Manuel Viana (1999). *De Âncora a Viana, quatro fortes do século XVIII na defesa da costa (volume I) em "Memoriam"*; pp. 93-105.

ARAÚJO, Hugo (2016). *Uma casa na Serra d'Arga - Projeto de reabilitação*; Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

ARAÚJO, José Rosa de (2006). *Caminhos velhos e pontes de Viana e Ponte de Lima (fac-símile da* 1.ª edição - 1962). Viana do Castelo: Rotary Club.

AZEVEDO, Pedro A. De (1898). *Extractos Archeológicos das Memorias Parochiaes de 1758 em "Arqueólogo Português"*; pp. 148-149.

BARROCA, Mário Jorge (1987). *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre Douro e Minho (séculos V a XV)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2000). *O mundo funerário da Idade do Ferro do Norte de Portugal: algumas questões em "Proto-história da Península Ibérica"*, Atas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, Volume 5. Porto: ADECAP; pp. 43-59.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2000). *Entre os montes e as águas: ensaio sobre a percepção dos limites na Pré-história da faixa costeira entre o Minho e o Lima (NW português) em "Dos montes, das Pedras e das Águas, formas de interação com o espaço natural, da Pré-história à Actualidade"*. Braga: CITCEM/APEQ; pp. 139-140.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2013). *Barreiros em "CVARN - Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português"* (www.cvarn.org).

BETTENCOURT, Ana M. S. (2013). *Cais em "CVARN - Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português"* (www.cvarn.org).

BETTENCOURT, Ana M. S; ALVES, A. M. C.; DINIS, C.; PEREIRA, D. I.; SILVA, I. S.; ALVES, M. I. C. (2003). *A reconstituição paleoambiental do Entre Douro e Minho e durante o Halocénico (III e II milénios AC): um projecto multidisciplinar.* Lisboa: Ciências da Terra (Universidade Nova de Lisboa); n.º esp. V, CD-ROM, pp. H19-H22.

BETTENCOURT, Ana M. S.; AMORIM, Maria João (2013). Chão do Cano 1, 2 e 3 em "*CVARN - Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português*" (www.cvarn.org).

BETTENCOURT, Ana M. S.; SÁ, Edite; AMORIAM, Diana (2013). Lajedo 1 em "*CVARN - Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português*" (www.cvarn.org).

BETTENCOURT, Ana M. S.; ESTÉVEZ, Manuel Santos (2013). Santo Adrião 1 em "*CVARN - Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português*" (www.cvarn.org).

BETTENCOURT, Ana M. S.; SILVA, Isabel Sousa; SIMÕES, Pedro Pimenta (2013). *Matança em "CVARN - Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português"* (www.cvarn.org).

BETTENCOURT, Ana M. S.; SAMPAIO, Hugo A.; CARDOSO, Daniela; SÁ, Sofia; RODRIGUES, Alda (2017). *Rota da Arte Rupestre do Noroeste, Um projecto de Turismo Cultural.* HOLOS, Ano 33, Volume 1, pp. 3-20.

BROCHADO, Cláudio Roberto Laranjeira (2004). *Povoamento Tardo Romano e Antimedieval na Bacia terminal do Rio Lima (See. IV-XI)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BROCHADO, Cláudio Roberto Laranjeira (2008). *A paisagem humana entre o âncora e o Neiva nos séculos VIII a XI: uma abordagem à luz dos dados arqueológicos em "Cadernos Vianenses"*, Tomo 41. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo; pp. 33-68.

CABRAL, Clara Maria Ferreira Bertrand (2009). *Património Cultural Imaterial - Proposta de uma Metodologia de Inventariação;* Dissertação Conducente à Obtenção do Grau de Mestre em Ciências Antropológicas. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

CARDOSO, Mário (1950). *Monumentos arqueológicos da Sociedade Martins Sarmento em "Revista de Guimarães"*, 60. Guimarães; pp. 51-72.

CARDOSO, Mário (1959). *Segunda campanha de escavações arqueológicas em castros do norte de Portugal (Cividade de âncora e Monte do Cútero) em "Revista de Guimarães"*, 69:3-4. Guimarães; pp. 522-546.

CARVALHO, Gaspar Soares de; LEMOS, Francisco Sande; BAPTISTA, José Luís Meireles (1980). *Contribuição para o melhor conhecimento da estratigrafia do quaternário do litoral minhoto e das indústrias associadas em "Comunicações dos Serviços geológicos de Portugal"*, 66. Lisboa; pp. 135-142.

CARVALHO, Mesquita (1898). *O Dólmen da Barroza. Notícia abreviada deste monumento precedido d'uma descripção da região*. Porto: Magalhães e Moniz; p. 130.

CEREJEIRA, Domingos José (2003). *Memórias da Serra d'Arga*. Caminha: Jornal Digital CAMINH@2000.

CHAVARRIA, Diogo Amaro (2013). *Bengala de São Pedro em "CVARN – Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português"* (www.cvarn.org).

CORREIA, Paulo Alexandre Campos Sampaio (2011). *Inventário e Estudo do Património Cultural de Gondifelos (Vila Nova de Famalicão) - Um Modelo de Gestão Patrimonial;* Dissertação de Mestrado em História e Património, Ramo de Mediação Patrimonial. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

COSTA, Lídia; QUADRIFÓLIO; FONTES, Luís Fernando de Oliveira; LEMOS, Francisco M. S. de Sande (2000). *Capela de São Pedro de Varais em "Monumentos"*, n.º 13; pp. 132-143.

COSTA, M.B. (2008). Arte Atlântica do Noroeste. *Bacias dos rios Âncora e Neiva*. Braga: Universidade do Minho.

COSTA, Paulo Ferreira da (2011). *Kit de Recolha de Património Imaterial*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.

COSTA, Paulo Ferreira da (2013). *O Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial: da prática etnográfica à voz das comunidades em Atos do Colóquio "Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspetivas"*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural; pp. 93-115.

COSTA, Paulo Ferreira da (2014). MatrizPCI - *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial: Manual de Utilização*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural.

COUTINHO, Artur (1997). *Mosaicos da Serra d'Arga*. Viana do Castelo: Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Fátima.

COUTINHO, Artur (2007). *Cancioneiro da Serra d'Arga* (4.ª ed.). Viana do Castelo: Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Fátima.

EPDTR - Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais (2010). *Guia de Observação do Património Rural*. Lisboa: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

FELGUEIRAS, Guilherme (1983). *Castelos, torres e solares acastelados no distrito de Viana em "Cadernos Vianenses"*, Tomo 7. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo; pp. 8-20.

FIDALGO, Pedro (coord.); PEREIRA, Andreia Amorim; CUNHA, Lúcio (2017). *Geomorfologia e Paisagem Cultural na Serra de Arga em "Estudos de Paisagem"*, Volume I. Coimbra; pp. 106-131.

GARRIDO, Maria Teresa Santiago (1984). *A romaria de S. João d'Arga*. Caminha: Edição da autora.

GÓMEZ-ORELLANA, Luís; REGO, Pablo Ramil; SOBRINO, Castor Muñoz; BETTENCOURT, Ana M.S. (2010). *El paisaje Holoceno en la Serra de Arga (NW Portugal) / Halocene landscapes in the Serra de Arga (NW Portugal) em "Variações paleoambientais e evolução antrópica no Quaternário do Ocidente Peninsular / Paleoenvironmental changes and anthropization in the Quaternary of Western Iberia"*. APEQ - Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória"; pp. 53-59.

GONÇALVES, Iria (2007). *Por terras de Entre Douro e Minho com as Inquirições de D. Afonso III. CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória"*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Edições Afrontamento.

GUERRA, Luiz Figueiredo da (1900). *Vestígios romanos no concelho de Viana do Castelo em "O Arqueólogo Português"*, 1.ª série: 5. Lisboa; pp. 175-177.

GUERREIRO, Castro (2002). *Viajando pelo Alto Minho: "Argas" - a paz das montanhas*. Tui, Pontevedra: Edição do autor.

HAWKES, C. F. C. (1971). *Northwestern castros: escavation, archeology and history em "Atas do 2.º Congresso Nacional de Arqueologia"*, Volume 1. Coimbra: Junta Nacional de Educação; pp. 283-286.

IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueologia (2010). *Património Arquitetónico - Geral* (Kits Património, n.º 1, versão 2.0). Lisboa: IHRU / IGESPAR.

JORGE, Vítor Oliveira (1982). *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu;* Dissertação de Doutoramento, Volume 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

JORGE, Vítor Oliveira (1984). *Megalitismo do Norte de Portugal: um novo balanço em "Portugália"*, nova série: 34. Porto; pp. 37-46.

JORGE, Vítor Oliveira (1987). *Nótula sobre o dólmen da Barrosa (Caminha, Viana do Castelo em "Cadernos de Arqueologia"*, 2.ª série: 4. Braga; pp. 227-241.

LAGIDO, Emília (2004). *Santa Maria de Âncora (1624-1910). População e sociedade;* Dissertação de Doutoramento em História. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.

LEMOS, Francisco Sande (1982). *O Sítio Arqueológico da Gelfa em "Cadernos de Arqueologia"*, 2. Braga; pp. 21-48 (sobre as salinas).

LOPES, José da Cruz (1995). *A rede viária e os itinerários no distrito de Viana do Castelo: um espaço de circulação em mudança em "Cadernos Vianenses"*, Tomo 19. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo; pp. 15-38.

LOUREIRO, Luís Filipe; MAGALHÃES, Ivone (2006). *O lugar da Idade do Bronze do Lombo da Enxurreira (Riba de Âncora, Caminha) em "Al-madan online"*, adenda eletrónica, n.º 14, pp. 29-32 (www.almadan.publ.pt).

MARQUES, Gentil (1999). *Lendas de Portugal – Lendas dos nomes das terras*, Volume 1. Lisboa: Âncora Editora.

MARQUES, José (1980). *Censual do cabido de Tui para o arcediago da Terra da Vinha – 1321*; Separata da revista "Bracara Augusta", Volume 34. Braga.

MARQUES, José (1981). *O mosteiro de Bulhente não existiu; Separata do "Arquivo do Alto Minho"*, Volume XXVI (Tomo único).

MACIEL, J. L. (2008). *A Arte Atlântica do Noroeste Peninsular: as bacias dos rios Neiva e Âncora*. Braga: Universidade do Minho.

MEIRELES, José (1986). *Problemas e perspetivas do Quaternário do litoral minhoto a Norte do Rio Lima em "Cadernos de Arqueologia"*, 2.ª série: 3. Braga; pp. 11-148.

MEIRELES, José (1992). *As indústrias líticas pré-históricas do Litoral Minhoto. Contexto cronoestratigráfico e paleoambiental em "Cadernos de Arqueologia"*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e Centro de Ciências Históricas e Sociais.

NEVES, L. Q. (1965). *Os Castros do Norte de Portugal em "Lucerna"*, 4; pp. 172-180.

NUNES, João de Castro (1951). *Escavações no dólmen da Barrosa (Âncora) em "Revista de Guimarães"*, 61:12. Guimarães; pp. 196-204.

NUNES, João de Castro (1955). *Escavações no dólmen da Barrosa (Âncora) II em "Revista de Guimarães"*, 65:12. Guimarães; pp. 154-159.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1995). *Festividades cíclicas em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

PEREIRA, Andreia; PEDROSA, António de Sousa (2007). *Paisagem Cultural das Montanhas do Noroeste de Portugal: um ciclo de construção, desestruturação e reconversão em Territorium 14*. Lisboa: RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança; pp. 45-61.

PEREIRA, Andreia; SILVA, Madalena; PEREIRA, Ricardo (2008). *Serra d'Arga: a marca como vector de desenvolvimento em VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais "Cultura, Inovação e Território"*. Coimbra.

PMH - Inquirições; HERCULANO, Alexandre (1856-1977). *Portugaliae monumenta histórica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum... em "Academiae Scientiarum Olisiponensis"* (http://purl.pt/12270/3/).

PRIMAVERA, Pedro; VIANA DA CUNHA, António; ÁLVARES, Francisco (2015). Testemunhos da relação entre o lobo e as comunidades rurais na Serra d'Arga em Estudos Regionais, II Série, n.º 9, pp. 151-165.

PROJETO INTERMUNICIPAL - Porto, Maia, Matosinhos, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Esposende, Viana do Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença (2017). *Caminhos de Santiago - Caminho Português da Costa*.

PROVIDÊNCIA, Catarina (2003). *Guia de Artesanato da Região Norte*. Porto: CRAT - Centro Regional de Artes Tradicionais.

REGO, Maria Aurora Botão Pereira do (2003). *Por falar em pedras... em "Melro d'Água"*. Vila Praia de Âncora: Nuceartes.

REGO, Maria Aurora Botão Pereira do (2004). *O Monte do Calvário - um século de existência em "Atas das Primeiras Jornadas de História, Ambiente e Urbanismo de Vila Praia de Âncora"*. Vila Praia de Âncora: Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora; pp. 123-144.

REGO, Maria Aurora Botão Pereira do (2004). *De Gontinhães a Vila Praia de Âncora, ruralidade versus urbanidade em "Atas das Primeiras Jornadas de História, Ambiente e Urbanismo de Vila Praia de Âncora"*. Vila Praia de Âncora: Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora; pp. 151-172.

REGO, Maria Aurora Botão Pereira do (2004). *As origens da Capela e da Festa de Nossa Senhora da Bonança em Vila Praia de Âncora em "Estudos Regionais"*, n.º 25. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais; pp. 81-91.

REGO, Maria Aurora Botão Pereira do (2012). *De Santa Marinha de Gontinhães a Vila Praia de Âncora (1624-1924) em "Demografia, Sociedade e Família"*; Dissertação de Doutoramento em História. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.

Relatório dos trabalhos de Acompanhamento Realizados pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho ao Abrigo dos Protocolos com a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1997-1999 (2001-2002). Braga: Universidade do Minho.

RODRIGUES, Henrique (2004). *População, Sociedade e Emigrantes do Vale do âncora no século XIX em "Primeiras Jornadas de História, Ambiente e Urbanismo de Vila Praia de Âncora"*. Vila Praia de Âncora: Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora; pp. 75-78.

ROWLAND, Robert (1981). *Âncora e Montaria, 1827. Duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registo das Companhias de Ordenanças em "Perspectivas sobre o Norte de Portugal"*. Porto: Studium Generale; pp. 199-242.

SÁ, Edite; AMORIM, Diana (2013). *The circularity conceptions of life. The rock carvings of Lajedo (Viana do Castelo, NW Portugal) em "2nd Colloquium Enardas. Recorded places, experienced places. Matter, space, time, liminarity and memory in tlhe Holocene rock art of the Iberia atlantic margin"*. Braga: APEQ - Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, Departamento de História da Universidade do Minho, CITCEM-UM.

SARMENTO, Francisco Martins (1880). *Observações acerca do vale do Âncora 1 em "O Pantheon"*, 1:1. Porto; p. 25.

SARMENTO, Francisco Martins (1880). *Obervações acerca do vale do Âncora 2 em "O Pantheon"*, 1:2. Porto; pp. 20-23.

SARMENTO, Francisco Martins (1933). *Dispersos: colectânea de artigos publicados, desde 1876 a 1899, sobre arqueologia, etnologia, mitologia, epigrafia e arte pré-histórica: obra comemorativa do 1.º centenário do nascimento do autor*. Coimbra: Universidade de Coimbra; p. 525.

SARMENTO, Francisco Martins (1987-1988). Antiqua [1]. *Manuscritos inéditos de Francisco Martins Sarmento: informes, reconhecimentos e prospecções, anotados por F. J. Salgado Guimarães em "Revista de Guimarães"*, 97/98. Guimarães; pp. 5-6, 9, 15-16, 20-21 e 28-29.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da (2007). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, 2.ª edição. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico de Sanfins.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da (1989). *Escavação da mamoa de Aspra: Vila Praia de âncora (Caminha) em "Revista de Ciências Sociais"*, Volume 4. Porto; pp. 13-38.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da (1994). *Megalitismo do Norte de Portugal: o litoral minhoto em "Atas do Seminário sobre o Megalitismo do Centro de Portugal*. Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos; pp. 157-169.

SILVA, Francisco Ribeiro da (1979). *Pirataria e Corso sobre o Porto (aspectos seiscentistas) em "Revista de História"*, 02. Porto: Centro de História da Universidade do Porto; pp. 297-319.

Sítios Arqueológicos Visitáveis em Portugal (2016). Lisboa: Centro de Arqueologia de Almada, Al-Madan, n.º 20.

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÉRES, António (2004). Zona 1 - *Minho em Arquitetura Popular em Portugal*, Volume I. Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos; pp. 1-111.

TEXIER, Jean-Pierre; MEIRELES, José (1987). *As formações quaternárias do Litoral do Minho (Portugal): propostas para uma nova abordagem climato-cronológica e dinâmica em "Cadernos de Arqueologia"*, série II; 4, pp. 9-33.

UNESCO (13-15 março 2006). *Report of the Expert Meeting on Community Involvement in Safeguarding Intangible Cultural Heritage: Towards the Implementation of the 2003 Convention.* Tóquio, Japão.

VASCONCELOS, Domingos (2004). *O Portinho d'Âncora e suas gentes*. Vila Praia de Âncora: Nuceartes.

VASCONCELOS, João (1997). *Tempos remotos: A presença do passado na objetificação da cultura local em Etnográfica*, Volume I; pp. 213-235.

VASCONCELOS, Joaquim Manuel de Paula e (1997). *Moinhos do Rio Âncora*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.

VASCONCELOS, Joaquim Manuel de Paula e (1999). *Roteiro do Vale do Âncora*. Vila Praia de Âncora: edição do autor.

VIANA, Abel (1932). *Justificação de um cadastro de monumentos arqueológicos para o estudo da Arqueologia do Alto Minho*. Viana do Castelo: Arquivo do Distrito de Viana do Castelo; pp. 11-24.

VIANA, Abel (1961). *Cividade de Âncora. Notícia sobre a actividade do II Campo Internacional de trabalhos arqueológicos promovido pela Associação Académica de Coimbra em "Conímbriga"*. Coimbra; pp. 247-270.

VIANA, Abel (1963). *Cividade de Âncora, sua importância. Exploração de 1960/1961 em "Lucerna"*, 3. Porto; pp. 167-178.

VIANA, António Manuel Couto (2002). *Lendas do Vale do Lima*. Viana do Castelo: Edição Valima – Associação de Municípios do Vale do Lima.

Legislação

Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural
Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro

Convenção Europeia da Paisagem
(Florença, 20 de outubro de 2000)
Decreto-Lei n.º 4/2005, de 14 de fevereiro

Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural
(Paris, 23 de novembro de 1972)
Decreto n.º 49/1979, de 6 de junho

Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial
(Paris, 17 de outubro de 2003)
Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008, de 26 de março

Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa
(Granada, 3 de outubro de 1985)
Decreto do Presidente da República n.º 5/1991, de 23 de janeiro

Criação e Gestão de Parques Arqueológicos
Decreto-Lei n.º 131/2002, de 11 de maio

Lei do Património Cultural Português
Lei n.º 13/1985, de 6 de julho

Lei Orgânica do Instituto Português de Arqueologia
Decreto-Lei n.º 117/1997, de 14 de maio

Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial
Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho

Regulamento da Atividade Arqueológica em Meio Aquático
Decreto-Lei n.º 164/1997, de 27 de junho

Regulamento de Trabalhos Arqueológicos
Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro

Procedimento de Inventariação do Património Cultural Imaterial
Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril

Recursos WEB

ACER - Vale do Minho: Espaço, Memória e Identidade
www.emi.acer-pt.org

ADRIMINHO
www.adriminho.pt

Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
www.apambiente.pt

Arquivo Histórico Militar
www.exercito.pt

Arquivo Nacional Torre do Tombo
www.antt.dglab.gov.pt

Câmara Municipal de Caminha
www.cm-caminha.pt

Câmara Municipal de Ponte de Lima
www.cm-pontedelima.pt

Câmara Municipal de Viana do Castelo
www.cm-viana-castelo.pt

Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)
www.icomos.pt

Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português (CVARN)
www.cvarn.org

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)
www.dgadr.pt
www.tradicional.dgadr.pt

Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)
www.patrimoniocultural.gov.pt
www.matrizpci.dgpc.pt

Federação Portuguesa das Artes e Ofícios (FPAO)
www.fpao.org

Freguesias de Portugal
www.freguesiasdeportugal.com

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
www.icnf.pt

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)
www.portaldahabitacao.pt

Instituto da Vinha e do Vinho
www.ivv.min-agricultura.pt

Instituto Nacional de Estatística
www.ine.pt

Inventário do Património Arquitetónico (IPA)
www.monumentos.gov.pt

Junta de Freguesia de Âncora (Caminha)
www.freguesiadeancora.pt

Junta de Freguesia de Âncora (Caminha)
www.freguesiadeancora.pt

Junta de Freguesia de Dem (Caminha)
www.jf-dem.com

Junta de Freguesia de Estorãos (Ponte de Lima)
www.freguesiadeestoraos.pt

Junta de Freguesia de Freixieiro de Soutelo (Viana do Castelo)
www.jf-freixieirodesoutelo.com

Junta de Freguesia de Montaria (Viana do Castelo)
www.jf-montaria.com

Junta de Freguesia de Outeiro (Viana do Castelo)
www.jf-outeiro.com

Junta de Freguesia de Riba de Âncora (Caminha)
www.jf-ribadeancora.com

Junta de Freguesia de São Pedro de Arcos (Ponte de Lima)
www.saopedrodearcos.pt

Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora (Caminha)
www.jf-vpancora.com

Junta de Freguesia de Vile (Caminha)
www.jf-vile.com

Minho em Festa
www.minhoemfesta.pt

Portal do Arqueólogo
http://arqueologia.patrimoniocultural.pt

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA)
www.monumentos.pt

Turismo de Portugal, I.P.
www.turismodeportugal.pt

União das Freguesias de Arga de Baixo, Arga de Cima e Arga de São João (Caminha)
www.arga-baixo-cima-saojoao.com

União das Freguesias de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda (Viana do Castelo)
www.nogueira-meixedo-vilardemurteda.com

Capítulo 7

Anexos

Anexo 1. Construção dos instrumentos de recolha de dados

A caracterização do património cultural, arquitetónico e imaterial, da Serra d'Arga tem como base inicial a identificação e análise dos elementos patrimoniais mais relevantes da área de estudo, complementadas por um trabalho de campo exaustivo e detalhado, de acordo com uma abordagem operativa diferenciada para os bens construídos e para os bens imateriais.

Na metodologia de trabalho definida para o estudo e caracterização do património cultural da área abrangida pelo projeto "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" reveste-se de especial importância a construção dos instrumentos de recolha de dados, nomeadamente a definição das Fichas de Inventário.

No âmbito do presente estudo, a Ficha de Inventário corresponde a um instrumento de inventariação para integração das informações recolhidas nas diferentes fontes sobre um objeto do património cultural construído ou uma manifestação do património cultural imaterial da Serra d'Arga.

Por questões operativas, optou-se pela criação de uma Ficha de Inventário diferenciada para os bens materiais e para os bens imateriais, tendo ambas sido delineadas com base nas informações obtidas a partir da análise preliminar da literatura, dos instrumentos normativos e das recomendações da UNESCO.

Relativamente aos bens materiais, consideram-se fundamentais as normas de inventário para bens imóveis desenvolvidas em conjunto pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e pelo ex-IGESPAR I.P., atual Direção-Geral do Património Cultural (Ministério da Cultura). Trata-se de um conjunto de ferramentas especialmente concebidas para o inventário do património, metodologicamente atualizadas e rigorosas, direcionadas para a utilização por outras entidades e para o cidadão em geral, visando uma maior aproximação e participação destes no vasto processo de identificação e salvaguarda do património. Surgem, até ao momento, materializadas numa coleção de cinco volumes pertencentes à coleção digital Kits – Património (novembro 2010), disponível na página eletrónica da Direção-Geral do Património Cultural, contemplando as seguintes temáticas (**A1 | Figura 1**):

Kit 01 - Património Arquitetónico - Geral
Kit 02 - Habitação Multifamiliar do Século XX
Kit 03 - Património Industrial
Kit 04 - Património Urbanístico (no prelo)
Kit 05 - Património Arquitetónico - Edifícios conventuais Capuchos
Kit 06 - Património Arquitetónico - Igrejas de Misericórdia

A1 | Figura 1. "Coleção digital Kits - Património" da Direcção-Geral do Património Cultural (disponível em *www.patrimoniocultural.gov.pt*)

Relativamente aos bens imateriais, afiguram-se fundamentais as normas de inventário para bens imateriais desenvolvidas e disponibilizadas pela Direção-Geral do Património Cultural para o Programa MatrizPCI desde 2011. Trata-se, simultaneamente, de uma fonte de recursos, em língua portuguesa, para difusão de boas práticas e valorização do Património Cultural Imaterial, bem como de um sistema de informação de suporte ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

O MatrizPCI corresponde a uma base de dados em linha de acesso público, universal e gratuita, um sistema de informação que promove a realização do procedimento de proteção legal do património cultural imaterial, de forma integralmente desmaterializada, com recurso exclusivo às tecnologias de informação (**A1 | Figura 2**).

A1 | Figura 2. MatrizPCI da Direcção-Geral do Património Cultural (disponível em *www.matrizpci.dgpc.pt*)

Como medida fundamental para a salvaguarda e valorização do património imaterial à escala nacional, o sistema MatrizPCI da Direção-Geral do Património Cultural permite dar início aos procedimentos de inscrição de manifestações imateriais no Inventário Nacional, bem como proceder à atualização e à revisão das manifestações já inventariadas.

Património Arquitetónico

Na metodologia de trabalho definida para o estudo e caracterização do património cultural da área abrangida pelo projeto "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" procedeu-se à integração da inventariação dos aspetos materiais, construídos, no âmbito do património cultural imóvel.

De acordo com a Direção-Geral do Património Cultural, integram o património cultural imóvel os bens imóveis que "assumem relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura. São bens que constituem testemunhos com valor de civilização ou de cultura. Integram igualmente o património cultural os contextos dos bens imóveis que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa."

A Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, geralmente designada por Convenção do Património Mundial, adotada na 17.ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris, a 23 de novembro de 1972 e aprovada em Portugal pelo Decreto n.º 49/1979, de 6 de junho, define as três categorias de património cultural (artigo 1.º):

Os monumentos - Obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos - Grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse - Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Mais tarde, a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, assinada pelo Conselho da Europa em Granada em 3 de outubro de 1985, foi aprovada em Portugal, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República (RAR) n.º 5/1991, em 16 de outubro de 1990, tendo sido ratificada a 23 de janeiro (Decreto do Presidente da República n.º 5/1991) e entrado em vigor a 1 de julho do mesmo ano, três meses após o depósito do instrumento de ratificação junto do Diretor-Geral da UNESCO.

A Convenção de Granada distingue também as categorias dos bens imóveis que integram o património arquitetónico (artigo 1.º):

1) Os monumentos - todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções;

2) Os conjuntos arquitetónicos - agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objeto de uma delimitação topográfica;

3) Os sítios - obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogéneos pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico.

O património arquitetónico engloba os aspetos do meio ambiente, resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo, sendo um recurso de importância vital para a identidade coletiva, bem como um fator de diferenciação e de valorização territorial que importa preservar.

A conservação, valorização e divulgação do património cultural possuem um potencial de projeção local, regional e nacional com capacidade de atratividade de diferentes públicos pelos diversos aspetos associados à sua fruição, atendendo à diversificação dos valores associados de ordem histórica, urbanística, arquitetónica, etnográfica, social, industrial, técnica, científica e artística.

Sendo assim, recordando que é necessário transmitir um sistema de referências culturais às gerações futuras, melhorar a qualidade de vida rural e, ao mesmo tempo, incentivar o desenvolvimento económico, social e cultural da região, no presente estudo de caracterização do património construído da Serra d'Arga, concretiza-se a inventariação do património arquitetónico tal como configurado na Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, através de uma base de dados constituída por fichas individuais de inventário do património cultural material da Serra d'Arga. Esta base de dados compreende as categorias identificadas na Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa (artigo 1.º da Resolução da Assembleia da República n.º 5/1991, de 16 de outubro de 1990) e as tipologias a seguir discriminadas, conforme descrito na **A1 | Tabela 1** e na **A1 | Tabela 2**, respetivamente.

INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO	
CATEGORIAS	
(artigo 1.º, RAR n.º 5/1991)	Exemplos
A. MONUMENTOS	Obras arquitetónicas. Trabalhos de escultura e pintura monumentais. Elementos ou estruturas de natureza arqueológica. Inscrições, habitações rupestres e combinações de estilos. Elementos com valor intrínseco do ponto de vista histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico.
B. CONJUNTOS	Grupos de edifícios, separados ou contíguos que, devido à sua arquitetura e situação na paisagem, possuam valor do ponto de vista histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico.
C. SÍTIOS	Obras efetuadas pela mão humana ou obras combinadas do homem e da natureza e zonas, incluindo sítios arqueológicos, que possuam valor histórico, arqueológico, artístico, científico, social, técnico, estético, etnológico ou antropológico.

A1 | Tabela 1. Categorias do Inventário do Património Arquitetónico

INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO		
CATEGORIAS	TIPOLOGIAS	TIPOS (exemplos)
A. MONUMENTOS	**A1.** Arquitetura Civil Privada	Casas, quintas
	A2. Arquitetura Civil Pública	Fontes, lavadouros
	A3. Arquitetura das Vias de Comunicação	Pontes, pontões
	A4. Arquitetura Industrial/Artesanal	Azenhas, moinhos
	A5. Arquitetura Religiosa	Cruzeiros, igrejas
B. CONJUNTOS	**B1.** Núcleos Rurais	-
C. SÍTIOS	**A4.** Espaços Naturais	Açudes
	B1. Sítios Arqueológicos	Achados, povoados

A1 | Tabela 2. Tipologias do Inventário do Património Arquitetónico

Em suma, para efeitos deste estudo de caracterização do património arquitetónico da área abrangida pelo projeto "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora", engloba-se todo o universo de estruturas físicas (edifícios ou estruturas construídas), conjuntos construídos e sítios, aos quais se reconhece, num determinado momento histórico, interesse cultural e civilizacional, independentemente da natureza dos valores em que esse interesse radique: valor arquitetónico (artístico, construtivo, funcional), valor histórico e documental e/ou valor simbólico e identitário.

Relativamente aos Sítios Arqueológicos, e de acordo com a Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, os mesmos são constituídos por "todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos." O Património Arqueológico integra "depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental" (n.º 1 e n.º 2 do artigo 74.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).

Com o objetivo de identificar, com precisão, os monumentos, os conjuntos e os sítios de relevância cultural, a Ficha de Inventário do Património Arquitetónico "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" tem uma estrutura base constituída por campos de preenchimento adaptados dos constantes no KIT 01 Património Arquitetónico - Geral (IHRU/DGPC).

Para cada objeto do património arquitetónico da área de estudo, são discriminados, na respetiva Ficha de Inventário individual, a categoria, a tipologia e o tipo em que se insere, bem como identificada, em cartografia georreferenciada, a sua localização geográfica. É também efetuada uma caracterização detalhada do objeto em apreço, envolvendo a identificação da época de construção (cronologia), das utilizações inicial e atual, do estado de conservação geral, bem como uma breve resenha histórica e uma descrição pormenorizada das suas características e atributos, incluindo eventuais intervenções realizadas no âmbito de obras de conservação, recuperação e requalificação do objeto arquitetónico.

De salientar, ainda, o registo rigoroso de toda a documentação de referência produzida sobre o objeto arquitetónico identificado, nomeadamente no que diz respeito a imagens (galeria), bibliografia e outras referências.

Finalmente, evidencia-se, ainda, a referência à eventual existência de condicionantes, mais especificamente a classificação de proteção legal com o registo dos eventuais atributos jurídicos que influenciam a utilização, gestão e possíveis intervenções no objeto arquitetónico.

A Ficha de Inventário do Património Arquitetónico da área abrangida pelo projeto "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" segue o modelo apresentado na **A1 | Figura 3**, sendo que as respetivas normas de preenchimento se discriminam na **A1 | Tabela 3**.

A1 | Figura 3. Modelo da Ficha de Inventário do Património Arquitetónico

DA SERRA D'ARGA À FOZ DO ÂNCORA

FICHA DE INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

I. IDENTIFICAÇÃO

N.º de Inventário	PA_X_xxx
1. Designação	
1.1 Outras designações	
2. Categoria	imagem representativa
A - MONUMENTO	
3. Tipologia	
3.1 Tipo	

4. Localização

4.1 Concelho	carta militar	ortofotomapa
4.2 Freguesia		
4.3 Local		
4.4 Georreferenciação		

II. CARACTERIZAÇÃO

5. Cronologia	
6. Utilização Inicial	
7. Utilização Atual	
8. Estado de Conservação	

9. Resenha Histórica

10. Descrição

11. Intervenções

III. DOCUMENTAÇÃO

12. Galeria

fotografia	fotografia	fotografia

13. Bibliografia / Referências

IV. CONDICIONANTES

14. Classificação de Proteção

FICHA DE INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

NORMAS DE PREENCHIMENTO
(adaptado do KIT01 - Património Arquitetónico - Geral [IHRU/DGPC])

I. IDENTIFICAÇÃO	
N.º de Inventário	Código de referência na base de dados (PA_X_xxx) que identifica o objeto arquitetónico e o individualiza no universo dos objetos arquitetónicos inventariados.
1. Designação	Registar o nome pelo qual o objeto arquitetónico é mais vulgarmente conhecido e designado.
1.1 Outras designações	Indicar, caso existam, todas as outras denominações aplicadas ao objeto arquitetónico, quer de uso atual, quer de uso passado com comprovado registo histórico.
2. Categoria	Identificar a categoria de referência que enquadra o objeto arquitetónico: A - MONUMENTO B - CONJUNTO C - SÍTIO
3. Tipologia	Identificar a tipologia arquitetónica inicial ou consagrada do objeto arquitetónico: *A - Monumentos*: A1 - Arquitetura Civil Privada; A2 - Arquitetura Civil Pública; A3 - Arquitetura das Vias de Comunicação; A4 - Arquitetura Industrial / Artesanal; A5 - Arquitetura Religiosa *B - Conjuntos*: B1 - Núcleos Rurais *C - Sítios*: C1 - Espaços Naturais; C2 - Sítios Arqueológicos
3.1 Tipo	Identificar o tipo de objeto arquitetónico.
Imagem representativa	Registo fotográfico selecionado mais elucidativo do tipo e características patrimoniais do objeto arquitetónico.
4. Localização	Traduzir a posição geográfica nacional do objeto arquitetónico através da localização administrativa e das coordenadas geográficas.
4.1 Concelho	Identificar o concelho: Caminha Ponte de Lima Viana do Castelo
4.2 Freguesia	Identificar a freguesia: Viana do Castelo: Amonde Caminha: Âncora Ponte de Lima: Cabração e Moreira do Lima Caminha: Dem Ponte de Lima: Estorãos Viana do Castelo: Freixieiro de Soutelo Viana do Castelo: Montaria Viana do Castelo: Outeiro Caminha: Riba de Âncora Ponte de Lima: São Pedro d'Arcos Caminha: UF de Arga Caminha: UF de Gondar e Orbacém Caminha: Vila Praia de Âncora Caminha: Vile
4.3 Local	Identificar o local.
II. CARACTERIZAÇÃO	
5. Cronologia	Identificar os principais períodos de construção ou de remodelação significativa do objeto arquitetónico.
6. Utilização Inicial	Identificar a função para a qual o objeto arquitetónico foi construído.
7. Utilização Atual	Identificar a função atual do objeto arquitetónico, a qual pode ser distinta da original.
8. Estado de Conservação	Registar o nível do estado de conservação do objeto arquitetónico, analisado de forma geral. Nível 0 - Em ruínas Nível 1 - Em acentuada degradação Nível 2 - A necessitar de obras de conservação Nível 3 - Em bom estado de conservação
9. Resenha Histórica	Identificar os principais momentos do processo de planeamento, projeto, construção e utilização do objeto arquitetónico e/ou de factos exteriores com peso, influência ou interferência direta na sua conceção, construção, conservação, remodelação, restauro, gestão e utilização.
10. Descrição	Registar a observação objetiva e sucinta da estrutura e elementos caracterizadores do objeto arquitetónico, nas suas vertentes funcionais, morfológicas e decorativas.
11. Intervenções	Registar todas as intervenções realizadas no âmbito de obras de conservação, recuperação e requalificação do objeto arquitetónico.
III. DOCUMENTAÇÃO	
12. Galeria	Registar, fotograficamente, o objeto arquitetónico.
13. Bibliografia / Referências	Identificar a documentação de referência produzida sobre o objeto arquitetónico.
IV. CONDICIONANTES	
14. Classificação de Proteção	Registar os eventuais atributos jurídicos que influenciam a utilização, gestão e possíveis intervenções no objeto arquitetónico: Imóvel de Interesse Nacional (IMN - Monumento Nacional) Imóvel de Interesse Público (IIP) Imóvel de Interesse Municipal (IIM) Benefício de Zona Especial de Proteção (ZEP) Em vias de classificação Inexistente

A1 | Tabela 3. Normas de preenchimento da Ficha de Inventário do Património Arquitetónico

Conjuntos

Relativamente aos Conjuntos, dada a especificidade da categoria em causa (grupos homogéneos de construções urbanas ou rurais), foram introduzidas algumas alterações ao modelo geral da Ficha de Inventário do Património Arquitetónico.

Desta forma, por não se adequarem à categoria em apreço, foram retirados os campos relativos à utilização inicial e à utilização final do objeto arquitetónico, bem como o relativo às intervenções realizadas no âmbito de obras de conservação, recuperação e requalificação arquitetónica. Por sua vez, o campo relativo à resenha histórica foi substituído por uma evolução histórica onde se pretende cartografar, através de ortofotomapas datados, três momentos históricos diferentes dos séculos XX e XXI da vida de cada conjunto identificado, nomeadamente 1958, 1993 e 2015 (atualidade).

O modelo da Ficha de Inventário do Património Arquitetónico relativa à categoria Conjuntos sofre as alterações apresentadas na **A1 | Figura 4.**

A1 | Figura 4. Modelo da Ficha de Inventário relativo à categoria Conjuntos

DA SERRA D'ARGA À FOZ DO ÂNCORA

FICHA DE INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

I. IDENTIFICAÇÃO

N.º de Inventário	PA_C_xxx
1. Designação	
1.1 Outras designações	
2. Categoria	imagem representativa
B - CONJUNTO	
3. Tipologia	
B1 - Núcleos Rurais	
3.1 Tipo	
-	

4. Localização

4.1 Concelho	carta militar	ortofotomapa
4.2 Freguesia		
4.3 Local		
4.4 Georreferenciação		

II. CARACTERIZAÇÃO

5. Cronologia	
6. Estado de Conservação	

7. Evolução Histórica esc.: 1:xx.xxxx

1958	1993	2015

8. Descrição

III. DOCUMENTAÇÃO

9. Galeria

fotografia	fotografia	fotografia

10. Bibliografia / Referências

IV. CONDICIONANTES

11. Classificação de Proteção

Sítios Arqueológicos

Relativamente aos Sítios Arqueológicos, dadas as especificidades dos objetos em causa, foram também introduzidas algumas alterações ao modelo geral da Ficha de Inventário do Património Arquitetónico.

Desta forma, por não se adequarem à categoria em apreço, foram retirados os campos relativos à utilização inicial e à utilização final, bem como os relativos à resenha histórica e às intervenções realizadas no âmbito de obras de conservação, recuperação e requalificação arquitetónica.

No que concerne à IDENTIFICAÇÃO, mantiveram-se os quesitos já existentes, acrescentando-se apenas o campo relativo a observações e comentários, de modo a poder registar questões relativas à validação da informação de referência do objeto arqueológico. Em relação ao descritor tipologia foi desenvolvido um desdobramento do Sítio Arqueológico por forma a descrever os diferentes e específicos tipos de sítios arqueológicos.

Relativamente à CARACTERIZAÇÃO, foram introduzidas mais alterações. Para a cronologia, uma vez que os sítios arqueológicos mostram normalmente forte imprecisão, optou-se por uma lista de preenchimento apenas com o período cronológico (Pré-história, Proto-História, ...), podendo verificar-se o preenchimento com mais do que um período cronológico e, completando-se o registo, existindo informação mais precisa, com milénio(s), século(s) e ano(s).

No âmbito da CARACTERIZAÇÃO foram também acrescentados vários quesitos novos como o registo dos trabalhos arqueológicos e intervenções, de modo a dar conta de todos os trabalhos realizados no âmbito das intervenções de prospeção, acompanhamento, levantamento, escavação, conservação e valorização do objeto arquitetónico indicando data, responsável e descrição dos trabalhos. Acrescentou-se, ainda, um campo relativo a acessos e acessibilidade, com a identificação dos acessos e a avaliação da acessibilidade do sítio do ponto de vista do visitante comum, bem como outro quesito relativo à implantação, envolvente e valores cénicos e estado de conservação e visibilidade, de forma a caracterizar o tipo de implantação (destacado/escondido, de altura/numa baixa, ...) e a envolvente (ocupação do solo e cobertura vegetal, grau de antropização, ...) do sítio avaliando os efeitos e valores cénicos gerados.

Ainda no âmbito da CARACTERIZAÇÃO, relativamente ao descritor estado de conservação, tomando em atenção que um sítio arqueológico é, normalmente, uma ruína, considerou-se avaliar o estado de conservação de acordo com os parâmetros de estabilizado, em degradação ou desaparecido. A este quesito acrescentou-se também a avaliação da visibilidade, ou seja, o potencial existente para uma leitura do sítio do ponto de vista do visitante não especialista.

Relativamente à DOCUMENTAÇÃO foi considerado relevante acrescentar campos para registo da informação associada aos sítios sob a forma de documentação administrativa e relatórios (documentação em arquivos sobre as intervenções realizadas e não publicada), mas também o espólio (identificando o tipo e a qualidade do espólio e materiais arqueológicos recuperados no sítio quer em achados fortuitos, quer em trabalhos e intervenções planeadas), bem como a indicação dos locais de depósito de materiais arqueológicos.

Relativamente às CONDICIONANTES, para além da indicação da classificação de proteção, foram indicados o Código Nacional de Sítio (CNS), o código de referência no PDM respetivo e o código de referência no Inventário do Património Arquitetónico (IPA) da DGPC.

A Ficha de Inventário do Património Arquitetónico da área abrangida pelo projeto "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" segue o modelo apresentado na **A1 | Figura 5**, com as respetivas normas de preenchimento discriminadas na **A1 | Tabela 4**.

A1 | Figura 5. Modelo da Ficha de Inventário do Património Arqueológico

DA SERRA D'ARGA À FOZ DO ÂNCORA

FICHA DE INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

I. IDENTIFICAÇÃO

N.º de Inventário	PA_S_xxx
1. Designação	
1.1 Outras designações	
2. Categoria	C - SÍTIO
3. Tipologia	
4. Tipo	

imagem representativa

5. Localização

5.1 Concelho	carta militar	ortofotomapa
5.2 Freguesia		
5.3 Local		
5.4 Georreferenciação		
X -		
Y -	Altitude -	

6. Observações e Comentários

II. CARACTERIZAÇÃO

7. Cronologia	
8. Trabalhos Arqueológicos e Intervenções	
9. Acessos e Acessibilidade	
10. Implantação, envolvente e valores cénicos	
11. Estado de Conservação e visibilidade	
12. Descrição	

III. DOCUMENTAÇÃO

13. Galeria

fotografia	fotografia	fotografia

14. Bibliografia	
15. Espólio	
16. Depósito de Materiais Arqueológicos	
17. Documentação Administrativa	

IV. CONDICIONANTES

18. Classificação de Proteção	**19. CNS**	
	20. PDM	
	21. IPA	

FICHA DE INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

NORMAS DE PREENCHIMENTO

(adaptado do KIT01 - Património Arquitetónico - Geral [IHRU/DGPC])

I. IDENTIFICAÇÃO

N.º de Inventário	Código de referência na base de dados (PA_S_xxx) que identifica o objeto arqueológico e o individualiza no universo dos objetos arquitetónicos inventariados.
1. Designação	Registar o nome pelo qual o objeto arqueológico é mais vulgarmente conhecido e designado.
1.1 Outras designações	Indicar, caso existam, todas as outras denominações aplicadas ao objeto arqueológico, quer de uso atual, quer de uso passado com comprovado registo histórico.
2. Categoria	Identificar a categoria de referência que enquadra o objeto arqueológico: A - MONUMENTO B - CONJUNTO **C - SÍTIO**
3. Tipologia	Identificar a tipologia arquitetónica inicial ou consagrada do objeto arqueológico: *A - Monumentos* A1 - Arquitetura Civil Privada A2 - Arquitetura Civil Pública A3 - Arquitetura das Vias de Comunicação A4 - Arquitetura Industrial / Artesanal A5 - Arquitetura Religiosa *B - Conjuntos* B1 - Núcleos Rurais *C - Sítios* C1 - Espaços Naturais **C2 - Sítios Arqueológicos**
4. Tipo	Identificar o tipo arqueológico. Se se verificar a existência de mais do que uma tipologia, indicar múltiplas separadas por ponto e vírgula.
Imagem representativa	Registo fotográfico selecionado mais elucidativo do tipo e características patrimoniais do objeto arqueológico.
5. Localização	Traduzir a posição geográfica nacional do objeto arqueológico através da localização administrativa e das coordenadas geográficas. Ilustrar com extrato da Carta Militar à escala 1:50.000 e de ortofotomapa.
5.1 Concelho	Identificar o concelho: Caminha Ponte de Lima Viana do Castelo
5.2 Freguesia	Identificar a freguesia: Viana do Castelo — Amonde Caminha — Âncora Ponte de Lima — Cabração e Moreira do Lima Caminha — Dem Ponte de Lima — Estorãos Viana do Castelo — Freixieiro de Soutelo Viana do Castelo — Montaria Viana do Castelo — Outeiro Caminha — Riba de Âncora Ponte de Lima — São Pedro d'Arcos Caminha — UF de Arga Caminha — UF de Gondar e Orbacém Caminha — Vila Praia de Âncora Caminha — Vile
5.3 Local	Identificar o local.

6. Observações e comentários	Registar a validação da informação de referência relativa ao objeto arqueológico.

II. CARACTERIZAÇÃO

7. Cronologia	Caracterizar cronologicamente o objeto arqueológico, de acordo com a lista: Pré-história Proto-história Romano Medieval Moderno Contemporâneo Se se verificar a existência de mais do que um período cronológico, indicar múltiplas separadas por ponto e vírgula. Completar, se existir informação cronológica mais precisa, com milénio(s), século(s) e ano(s) depois de vírgula.
8. Trabalhos Arqueológicos e Intervenções	Registar todos os trabalhos realizados no âmbito de intervenções de prospeção, acompanhamento, levantamento, escavação, conservação e valorização do objeto arqueológico indicando data, responsável e descrição dos trabalhos.
9. Acessos e Acessibilidade	Identificar os acessos e avaliar a acessibilidade do ponto de vista do visitante comum.
10. Implantação, envolvente e valores cénicos e paisagísticos	Caracterizar o tipo de implantação (destacado/escondido, de altura/numa baixa, ...) e a envolvente (ocupação do solo e cobertura vegetal, grau de antropização, ...) do sítio, avaliando os efeitos e os valores cénicos gerados.
11. Estado de Conservação e visibilidade	Avaliar o estado de conservação (estabilizado, em degradação ou desaparecido), tendo em atenção que um sítio arqueológico é, normalmente, uma ruína. Avaliar o potencial existente para uma leitura do sítio do ponto de vista do visitante não especialista.
12. Descrição	Registar a observação objetiva e sucinta da estrutura e elementos caracterizadores do objeto arqueológico, nas suas vertentes funcionais, morfológicas e decorativas.

III. DOCUMENTAÇÃO

13. Galeria	Registar, fotograficamente, o objeto arquitetónico.
14. Bibliografia	Identificar a bibliografia produzida sobre o objeto arqueológico.
15. Espólio	Identificar o tipo e a qualidade do espólio e materiais arqueológicos recuperados no sítio, quer em achados fortuitos, quer em trabalhos e intervenções planeadas.
16. Depósitos de Materiais Arqueológicos	Identificar os locais de depósito dos materiais arqueológicos.
17. Documentação Administrativa	Identificar documentação não publicada, nomeadamente relatórios de trabalhos e intervenções, registando o respetivo arquivo e cota.

IV. CONDICIONANTES

18. Classificação de Proteção	Registar os eventuais atributos jurídicos que influenciam a utilização, gestão e possíveis intervenções no objeto arqueológico: Imóvel de Interesse Nacional (MN - Monumento Nacional) Imóvel de Interesse Público (IIP) Imóvel de Interesse Municipal (IIM) Benefício de Zona Especial de Proteção (ZEP) Em vias de classificação Inexistente
19. CNS	Registar o Código Nacional de Sítio (CNS) ou identificação na Base de Dados do Portal do Arqueólogo da DGPC (Endovélico)
20. PDM	Registar o Código de referência no PDM respetivo.
21. IPA	Registar o Código de referência no Inventário do Património Arquitetónico da DGPC.

A1 | Tabela 4. Normas de preenchimento da Ficha de Inventário do Património Arqueológico

Património Imaterial

Na metodologia apresentada aborda-se também a inventariação dos aspetos imateriais tal como configurados na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada na 32.ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris, a 17 de outubro de 2003. Em Portugal, a Convenção de Paris foi aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008, em 24 de janeiro, tendo sido ratificada a 26 de março (Decreto do Presidente da República n.º 28/2008) e entrado em vigor a 21 de agosto do mesmo ano, três meses após o depósito do instrumento de ratificação junto do Diretor-Geral da UNESCO.

De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, o património cultural imaterial compreende "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural." Este património cultural imaterial é transmitido de geração em geração, sendo "constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana."

A transposição do disposto na Convenção de Paris para os normativos nacionais materializou-se na promulgação do Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho), em desenvolvimento do disposto na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, norteado pelo reconhecimento da importância e diversidade do património cultural imaterial enquanto fator essencial para a preservação da identidade e memória coletivas das comunidades e grupos, bem como da sua relevância para o desenvolvimento integrado e sustentável.

No âmbito da salvaguarda do património cultural imaterial, a aplicação prática da Convenção em Portugal incidiu, especialmente, nas questões relacionadas com o estudo e inventariação das manifestações culturais de índole imaterial no contexto português, nomeadamente através da instituição de um sistema de inventariação que concretiza a uniformização de procedimentos em contexto de identificação, recolha, estudo e documentação das múltiplas manifestações do património cultural imaterial. De salientar que o inventário nacional do património cultural imaterial é um requisito imposto pela Convenção de Paris indispensável para a apresentação de candidaturas à Lista representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade e à Lista do património cultural imaterial que necessita de salvaguarda urgente.

Sendo assim, o sistema de inventariação instituído pelo Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial constitui-se como a base de referência para a metodologia adotada no estudo de caracterização do património cultural imaterial "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora", nomeadamente no que diz respeito ao esclarecimento do universo e do conteúdo das manifestações a serem consideradas neste âmbito.

O inventário realizado enquadra-se no "levantamento participado, sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo das manifestações do património cultural imaterial" (n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho) e concretiza-se através de uma base de dados constituída por fichas individuais de inventário do património imaterial da área de estudo abrangida pelo projeto.

Esta base de dados compreende os domínios identificados no Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho) e as categorias discriminadas nas Normas de Preenchimento da Ficha de Inventário do Património Cultural Imaterial constantes do Anexo III da Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril, de acordo com a **A1 | Tabela 5** e a **A1 | Tabela 6**, respetivamente.

INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO IMATERIAL	
DOMÍNIOS	
(n.º 2, artigo 1.º, DL n.º 139/2009)	Exemplos
TRADIÇÕES E EXPRESSÕES ORAIS, INCLUINDO A LÍNGUA COMO VETOR DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL	Formas de narrativa popular. Romanceiro, contos, mitos e lendas. Cancioneiro, adivinhas, provérbios e ditos. Pregões, parlengas e rimas. Alcunhas e apodos. Fórmulas mágico-rituais (encantamentos, rezas, esconjuros).
EXPRESSÕES ARTÍSTICAS E MANIFESTAÇÕES DE CARÁTER PERFORMATIVO	Música popular, vocal ou instrumental. Dança popular. Teatro popular.
PRÁTICAS SOCIAIS, RITUAIS E EVENTOS FESTIVOS	Festividades cíclicas. Ritos de passagem do indivíduo (nascimento, passagem à vida adulta, casamento, morte). Práticas mágico-rituais, práticas religiosas.
CONHECIMENTOS E PRÁTICAS RELACIONADOS COM A NATUREZA E O UNIVERSO	Conhecimentos e práticas nas áreas da etnobotânica, tais como a farmacopeia e a medicina tradicional. Conhecimentos e práticas da etnozoologia, rituais agrários, meteorologia popular, entre outros tipos de saberes naturalistas populares.
COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DE PROCESSOS E TÉCNICAS TRADICIONAIS	Conhecimentos e saberes-fazer tradicionais no âmbito de processos de aquisição ou transformação de recursos. Caça e coleta, agricultura, pesca e criação de animais. Arquitetura popular. Ofícios tradicionais.

A1 | Tabela 5. Domínios do Inventário do Património Imaterial

INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO IMATERIAL		
CATEGORIAS		
(n.º 2, Anexo III, Portaria n.º 196/2010)		
Organização social	Gestão de biótipos	Ritos de passagem
Norma e regulação social	Coleta e caça	Atividades lúdicas
Arquitetura e construção	Pesca e aquicultura	Espetáculo e divertimento
Habitação e espaço doméstico	Criação e utilização de animais	Manifestações artísticas e correlacionadas
Cozinha, alimentação e estimulantes	Agricultura e silvicultura	Manifestações musicais e correlacionadas
Corpo, vestuário e adornos	Atividades transformadoras	Manifestações teatrais e performativas
Higiene e conforto	Atividades extrativas	Manifestações literárias, orais e escritas
Medicina e saúde	Transporte, comércio e comunicação	Conceções míticas e lendárias
Gestão de recursos energéticos	Festividades cíclicas	Conceções e práticas mágico-religiosas
Gestão de recursos hídricos	Rituais coletivos	

A1 | Tabela 6. Categorias do Inventário do Património Cultural Imaterial

A Ficha de Inventário do Património Imaterial "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" possui uma estrutura base constituída por campos de preenchimento adaptados dos constantes no Anexo III da Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril.

Para cada manifestação de património cultural imaterial do SIC "Serra de Arga" são discriminados, na respetiva Ficha de Inventário individual, não apenas o domínio e a categoria em que se insere, mas também o seu contexto territorial, temporal e de transmissão, bem como elaborada uma descrição detalhada das suas características e estrutura de produção e reprodução.

De extrema importância é também o registo rigoroso de toda a documentação de referência produzida sobre a manifestação de património cultural imaterial da Serra d'Arga, nomeadamente no que diz respeito a imagens (galeria), à bibliografia e outras referências.

Finalmente, salienta-se, ainda, a eventual articulação da manifestação de património cultural imaterial com elementos da cultura material (bens móveis ou imóveis), do património imaterial ou do património natural através da identificação do património associado.

A Ficha de Inventário do Património Imaterial da área abrangida pelo projeto "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" segue o modelo apresentado na **A1 | Figura 6**.

As normas de preenchimento da Ficha de Inventário do Património Imaterial discriminam-se na **A1 | Tabela 7**.

A1 | Figura 6. Modelo da Ficha de Inventário do Património Imaterial

DA SERRA D'ARGA À FOZ DO ÂNCORA

FICHA DE INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO IMATERIAL

I. IDENTIFICAÇÃO

N.º de Inventário	PI_xxx
1. Designação	
1.1 Outras designações	
2. Domínio	imagem representativa
3. Categoria	

4. Contexto Territorial

4.1 Concelho	**4.2 Freguesia**	**4.3 Local**

II. CARACTERIZAÇÃO

5. Contexto Temporal

5.1 Periodicidade		**5.2 Data (s)**

6. Contexto de Transmissão

6.1 Estado	**6.2 Modo**	**6.3 Agente(s)**

7. Descrição

III. DOCUMENTAÇÃO

8. Galeria

fotografia	fotografia	fotografia

9. Bibliografia / Referências

IV. PATRIMÓNIO ASSOCIADO

10. Património Associado

FICHA DE INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO IMATERIAL

NORMAS DE PREENCHIMENTO
(adaptado do Anexo III, Portaria n.º 196/2010)

I. IDENTIFICAÇÃO

N.º de Inventário	Código de referência na base de dados (PI_xxx) que identifica a manifestação e a individualiza no universo das manifestações inventariadas.
1. Designação	Registar o nome pelo qual a manifestação é mais vulgarmente conhecida e designada pela comunidade ou respetivo grupo.
1.1 Outras designações	Indicar, caso existam, todas as outras denominações aplicadas à manifestação, quer de uso atual, quer de uso passado com comprovado registo histórico, por parte da comunidade ou grupo respetivo ou por parte de outras comunidades ou grupos.
2. Domínio	Identificar o domínio de referência que enquadra a manifestação, nomeadamente os constantes no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 139/2009, de 15 de junho A - Tradições e expressões orais B - Expressões artísticas e manifestações de caráter performativo C - Práticas sociais, rituais e eventos festivos D - Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo E - Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais
3. Categoria	Identificar a categoria específica que, no âmbito do respetivo domínio, enquadra a manifestação, nomeadamente os constantes no n.º 2 do Anexo III da Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril: A1 - Manifestações literárias, orais e escritas A2 - Conceções míticas e lendárias B1 - Manifestações musicais e correlacionadas C1 - Organização social C2 - Norma e regulação social C3 - Festividades cíclicas C4 - Rituais coletivos D1 - Medicina e saúde E1 - Arquitetura e construção E2 - Cozinha, alimentação e estimulantes E3 - Corpo, vestuário e adornos E4 - Criação e utilização de animais E5 - Agricultura e silvicultura E6 - Atividades transformadoras
4. Contexto Territorial	Identificar o âmbito territorial da produção e reprodução da manifestação.
4.1 Concelho	Identificar o concelho: Caminha Ponte de Lima Viana do Castelo
4.2 Freguesia	Identificar a freguesia: *Viana do Castelo* Amonde *Caminha* Âncora *Ponte de Lima* Cabração e Moreira do Lima *Caminha* Dem *Ponte de Lima* Estorãos *Viana do Castelo* Freixieiro de Soutelo *Viana do Castelo* Montaria *Viana do Castelo* Outeiro *Caminha* Riba de Âncora *Ponte de Lima* São Pedro d'Arcos *Caminha* UF de Arga *Caminha* UF de Gondar e Orbacém *Caminha* Vila Praia de Âncora *Caminha* Vile

II. CARACTERIZAÇÃO

5. Contexto Temporal	Caracterizar o âmbito temporal da produção e reprodução da manifestação.
5.1 Periodicidade	Identificar se a manifestação é de: Caráter episódico Caráter cíclico Diário Semanal Quinzenal Mensal Trimestral Semestral Anual
5.2 Data(s)	Identificar o período da sua usual realização no calendário anual.
6. Contexto de Transmissão	Caracterizar o contexto de transmissão da manifestação.
6.1 Estado	Identificar se a transmissão da manifestação se encontra: Ativa Inativa
6.2 Modo	Indicar se existe ou não transmissão do bem cultural imaterial e a forma como é realizada: Transmissão formal — Decorre num meio organizado e estruturado. Transmissão não formal — Integrada em atividades planeadas. Transmissão informal — Resulta das atividades diárias relacionadas com o trabalho, família e lazer/tempos livres. Não possui organização ou estrutura em termos de objetivos, duração ou apoio. Sem transmissão — Não é realizada qualquer atividade relacionada há, pelo menos, 10 anos.
6.3 Agente(s)	Identificar, de acordo com as seguintes definições (UNESCO, 2006), se a manifestação se enquadra em: Comunidade(s) — Redes de pessoas cujo sentido de identidade ou ligação deriva de uma relação historicamente partilhada que está enraizada na prática e transmissão, ou envolvimento, do seu património cultural imaterial. Grupo(s) — Indivíduos dentro da comunidade ou em várias comunidades que partilham características comuns tais como competências, experiência e conhecimentos específicos e que, como tal, desempenham papéis específicos nas práticas presentes ou futuras de recriação e/ou transmissão do seu património cultural imaterial. Indivíduo(s) — Aqueles que, dentro da comunidade ou em várias comunidades, possuem competências, experiência, conhecimentos específicos ou outras características distintas e que, por isso, desempenham papéis específicos nas práticas presentes ou futuras de recriação e/ou transmissão do seu património cultural imaterial.
7. Descrição	Caracterizar a manifestação e identificar: as diferentes fases em que se estrutura a sua produção e reprodução; as práticas, representações, conhecimentos, competências técnicas, bens materiais (objetos, edifícios ou qualquer tipo de estrutura), lugares e espaços naturais específicos associados a cada uma das fases. Indicar os modos de organização da respetiva comunidade ou grupo, bem como os respetivos referentes e quadros culturais, indispensáveis à compreensão alargada da manifestação. Indicar eventuais manifestações associadas de âmbito local, regional ou nacional que resultem indispensáveis para o seu adequado conhecimento.

III. DOCUMENTAÇÃO

8. Galeria	Registar, fotograficamente, a manifestação.
9. Bibliografia / Referências	Identificar a documentação de referência produzida sobre a manifestação.

IV. PATRIMÓNIO ASSOCIADO

10. Património Associado	Identificar a eventual articulação da manifestação com elementos da cultura material (bens móveis ou imóveis), com demais manifestações do património imaterial ou com património natural. Sempre que os bens associados sejam objeto de proteção legal, identificar a forma e o nível de proteção respetivos.

A1 | Tabela 7. Normas de preenchimento da Ficha de Inventário do Património Imaterial

Anexo 2. Inventário do Património Arquitetónico

De seguida apresentam-se as listagens, e correspondente cartografia, dos elementos do Inventário do Património Cultural Arquitetónico relativos ao levantamento de campo efetuado no âmbito do projeto "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora".

Património Arquitetónico

As listagens dos objetos arquitetónicos organizam-se de acordo com as três Categorias do Património Arquitetónico, apresentando-se seriadas pelas correspondentes Tipologias e respetivos Tipos, discriminadas na **A2 | Tabela 1**.

INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO					Fichas Inventário (n.º)
(artigo 1.º, RAR n.º 5/1991)	Exemplos	Tipo			
A. MONUMENTOS	A1. ARQUITETURA CIVIL PRIVADA	Casas	19	30	
		Quintas	11		
	A2. ARQUITETURA CIVIL PÚBLICA	Equipamentos	14	140	
		Fontes	117		
		Lavadouros	9		
	A3. ARQUITETURA DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO	Alpondras	2	481	
		Caminhos	1		
		Pontões	11		
		Pontes	23		
	A4. ARQUITETURA INDUSTRIAL/ ARTESANAL	Azenhas	2	80	
		Moinhos	78		
	A5. ARQUITETURA RELIGIOSA	Alminhas	25	194	**481**
		Nichos	15		
		Cruzes	44		
		Cruzeiros	47		
		Calvários	5		
		Igrejas	12		
		Capelas	29		
		Santuários	5		
		Cemitérios	12		
B. CONJUNTOS	B1. NÚCLEOS RURAIS				**20**
C. SÍTIOS	C1. ESPAÇOS NATURAIS	Açudes	11	18	**59**
		Espaços Fluviais	2		
		Fojos	4		
		Fontes Naturais	1		
	C4. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	Achados Isolados	1	41	
		Arte Rupestre	10		
		Depósitos ou Terraços Marinhos	4		
		Igrejas ou Capelas	2		
		Megalitismo	5		
		Minas e Explorações Mineiras	1		
		Necrópoles ou Sepulturas Medievais	2		
		Povoados	16		
					560

A2 | Tabela 1. Número de fichas de inventário relativas ao Património Arquitetónico

MONUMENTOS

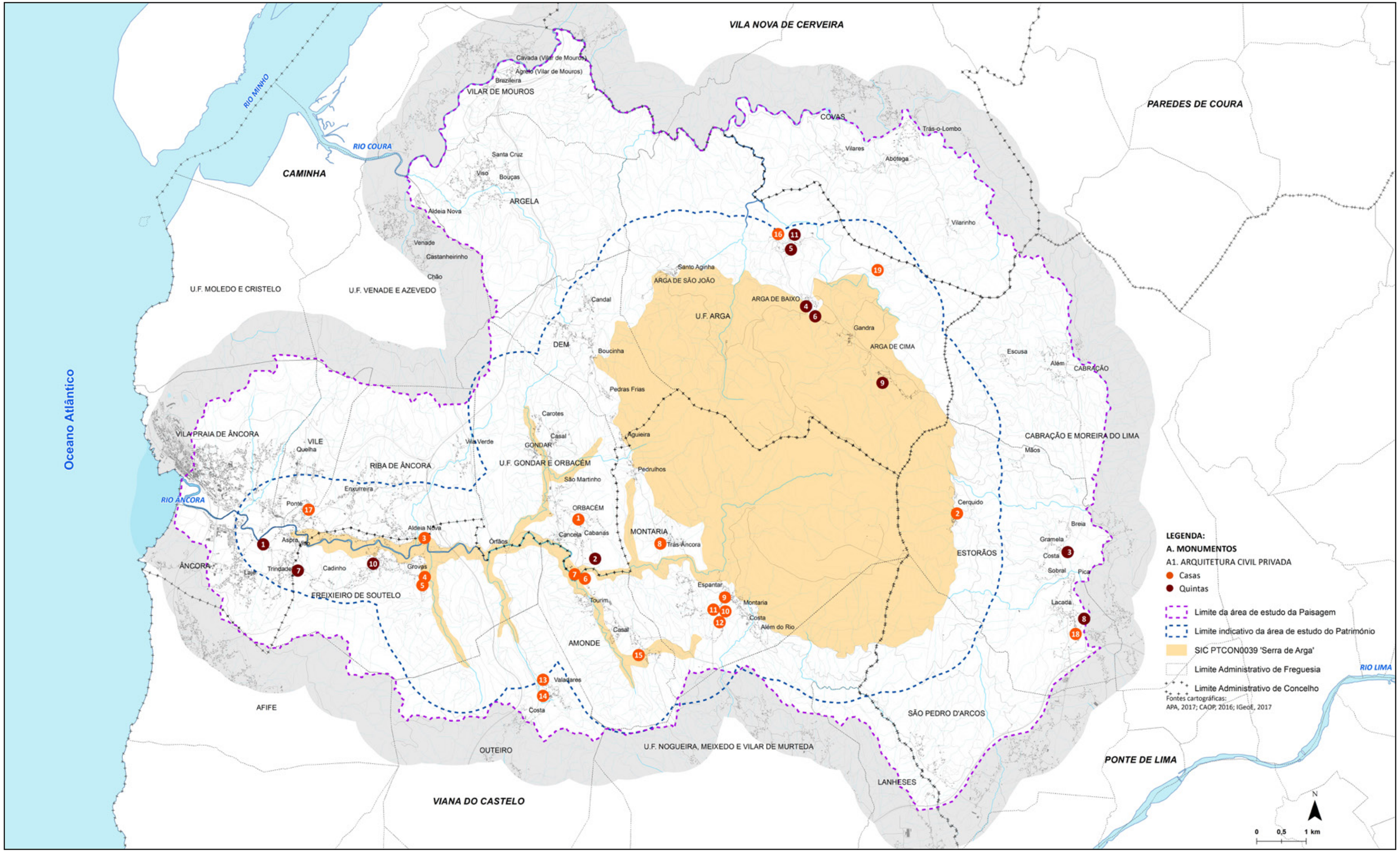
ARQUITETURA CIVIL PRIVADA

Casas

01 | Casa em Orbacém, Caminha
02 | Casa em Estorãos (Cerquido), Ponte de Lima
03 | Casa em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
04 | Casa em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
05 | Casa em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
06 | Casa em Amonde, Viana do Castelo
07 | Casa em Amonde, Viana do Castelo
08 | Casa em Montaria, Viana do Castelo
09 | Casa em Montaria, Viana do Castelo
10 | Casa em Montaria, Viana do Castelo
11 | Casa em Montaria, Viana do Castelo
12 | Casa em Montaria, Viana do Castelo
13 | Casa em Outeiro (Valadares), Viana do Castelo
14 | Casa em Outeiro (Valadares), Viana do Castelo
15 | Casa em Amonde, Viana do Castelo
16 | Casa em Arga de Baixo (Castanheira), Caminha
17 | Casa Rosinha Cunha em Riba de Âncora, Caminha
18 | Casa em Estorãos, Ponte de Lima
19 | Casa em Arga de Baixo (Varziela), Caminha

Quintas

01 | Quinta do Paço em Âncora, Caminha
02 | Quinta da Roma em Orbacém, Caminha
03 | Quinta de Mato Bom em Estorãos, Ponte de Lima
04 | Casa da Pontelhinha em Arga de Baixo, Caminha
05 | Casa do Fuchaquinho em Arga de Baixo, Caminha
06 | Casa da Eirinha em Arga de Baixo, Caminha
07 | Quinta do Outeiro em Outeiro, Viana do Castelo
08 | Quinta do Rei em Estorãos, Ponte de Lima
09 | Casa do Torno em Arga de Cima, Caminha
10 | Quinta do Vale em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
11 | Casa em Castanheira, Arga de Baixo, Caminha



VILA NOVA DE CERVEIRA
PAREDES DE COURA
CAMINHA
RIO MINHO
RIO COURA
Oceano Atlântico
RIO ÂNCORA
RIO LIMA
PONTE DE LIMA
VIANA DO CASTELO
VILAR DE MOUROS
Cavada (Vilar de Mouros)
Agrelo (Vilar de Mouros)
Brazileira
Santa Cruz
Viso
Bouças
ARGELA
Aldeia Nova
Venade
Castanheirinho
Chão
U.F. MOLEDO E CRISTELO
U.F. VENADE E AZEVEDO
COVAS
Trás-o-Lombo
Vilares
Abótega
Vilarinho
Santo Aginha
ARGA DE SÃO JOÃO
ARGA DE BAIXO
U.F. ARGA
Gandra
ARGA DE CIMA
Candal
DEM
Boucinha
Pedras Frias
Escusa
Além
CABRAÇÃO
CABRAÇÃO E MOREIRA DO LIMA
Mãos
Carotes
Casal
GONDAR
Vila Verde
U.F. GONDAR E ORBACÉM
São Martinho
Aguieira
Pedrulhos
VILA PRAIA DE ÂNCORA
VILE
Quelha
RIBA DE ÂNCORA
Enxurreira
Ponte
ORBACÉM
Cancela
Cabanas
MONTARIA
Trás-Âncora
Cerquido
ESTORÃOS
Breia
Gramela
Costa
Sobral
Pica
Lacada
Aspra
Viso
Aldeia Nova
Órfãos
ÂNCORA
Laje
Trindade
Cadinho
Grovas
FREIXIEIRO DE SOUTELO
Espantar
Montaria
Costa
Além do Rio
Tourim
Casal
AMONDE
Valadares
Costa
AFIFE
OUTEIRO
U.F. NOGUEIRA, MEIXEDO E VILAR DE MURTEDA
SÃO PEDRO D'ARCOS
LANHESES
LEGENDA:
A. MONUMENTOS
A1. ARQUITETURA CIVIL PRIVADA
Casas
Quintas
Limite da área de estudo da Paisagem
Limite indicativo da área de estudo do Património
SIC PTCON0039 'Serra de Arga'
Limite Administrativo de Freguesia
Limite Administrativo de Concelho
Fontes cartográficas:
APA, 2017; CAOP, 2016; IGeoE, 2017
N
0
0,5
1 km

MONUMENTOS

ARQUITETURA CIVIL PÚBLICA

Equipamentos

01 | Abrigo de Pastores em Arga de Cima, Caminha
02 | Abrigo de Pastores na Montaria, Viana do Castelo
03 | Casa Florestal em Arga de São João, Caminha
04 | Casa Florestal em Arga de Cima/Estorãos, Caminha / Ponte de Lima
05 | Casa Florestal em Arga de São João, Caminha
06 | Casa Florestal na Montaria, Viana do Castelo
07 | Casa Florestal em São Pedro d'Arcos, Ponte de Lima
08 | Escola Primária de Amonde em Viana do Castelo
09 | Relógio de Espantar na Montaria, Viana do Castelo
10 | Relógio de Sol na Montaria, Viana do Castelo
11 | Torre de Vigia em Dem, Caminha
12 | Torre de Vigia na Montaria, Viana do Castelo
13 | Torre de Vigia na Montaria, Viana do Castelo
14 | Torre do Relógio em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo

Fontes

01 | Fonte Salgueira em Arga de Baixo, Caminha
02 | Fonte da Ribada em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
03 | Fonte do Pinchorro em Riba de Âncora, Caminha
04 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
05 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
06 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
07 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
08 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
09 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
10 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
11 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
12 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
13 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
14 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
15 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
16 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
17 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
18 | Fonte em Riba de Âncora, Caminha
19 | Fonte em Riba de Âncora, Caminha
20 | Fonte em Riba de Âncora, Caminha
21 | Fonte em Riba de Âncora, Caminha
22 | Fonte de Cartas em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo

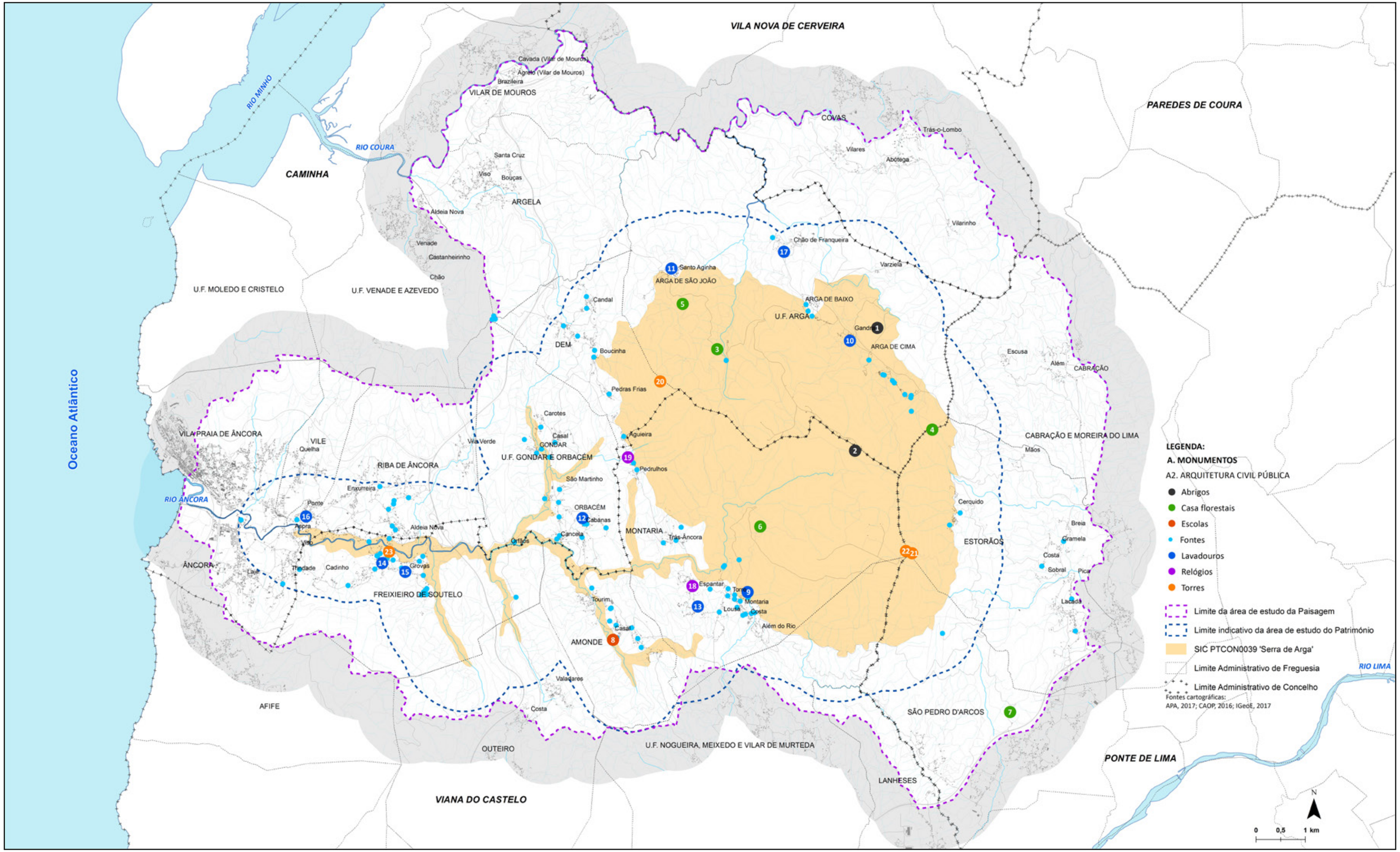
23 | Fonte de Saim em Orbacém, Caminha
24 | Fonte do Cabo em Orbacém, Caminha
25 | Fonte em Orbacém, Caminha
26 | Fonte em Orbacém, Caminha
27 | Fonte em Orbacém, Caminha
28 | Fonte em Orbacém, Caminha
29 | Fonte em Orbacém, Caminha
30 | Fonte em Gondar, Caminha
31 | Fonte em Gondar, Caminha
32 | Fonte em Gondar, Caminha
33 | Fonte em Amonde, Viana do Castelo
34 | Fonte em Amonde, Viana do Castelo
35 | Fonte em Amonde, Viana do Castelo
36 | Fonte em Amonde, Viana do Castelo
37 | Fonte em Amonde, Viana do Castelo
38 | Fonte em Amonde, Viana do Castelo
39 | Fonte (Capela de São Frutuoso) na Montaria, Viana do Castelo
40 | Fonte do Reconco em Arga de Cima, Caminha
41 | Fonte na Montaria, Viana do Castelo
42 | Fonte de Santa Bárbara na Montaria, Viana do Castelo
43 | Fonte na Montaria, Viana do Castelo
44 | Fonte de São Lourenço na Montaria, Viana do Castelo
45 | Fonte de São João na Montaria, Viana do Castelo
46 | Fonte na Montaria, Viana do Castelo
47 | Fonte na Montaria, Viana do Castelo
48 | Fonte na Montaria, Viana do Castelo
49 | Fonte na Montaria, Viana do Castelo
50 | Fonte na Montaria, Viana do Castelo
51 | Fonte na Montaria, Viana do Castelo
52 | Fonte na Montaria, Viana do Castelo
53 | Fonte de Santa Justa em São Pedro d'Arcos, Ponte de Lima
54 | Fonte em Gondar, Caminha
55 | Fonte da Agueira em Dem, Caminha
56 | Fonte em Dem, Caminha
57 | Fonte em Dem, Caminha
58 | Fonte da Costa na Montaria, Viana do Castelo
59 | Fonte da Senhora das Neves em Dem, Caminha
60 | Fonte em Dem, Caminha
61 | Fonte em Arga de Cima, Caminha
62 | Fonte em Arga de Cima, Caminha

63 | Fonte em Arga de Cima, Caminha
64 | Fonte em Arga de Cima, Caminha
65 | Fonte na Montaria, Viana do Castelo
66 | Fonte na Montaria, Viana do Castelo
67 | Fonte na Montaria, Viana do Castelo
68 | Fonte de São João Baptista na Montaria, Viana do Castelo
69 | Fonte em Dem, Caminha
70 | Fonte na Montaria, Viana do Castelo
71 | Fonte em Riba de Âncora, Caminha
72 | Fonte em Amonde, Viana do Castelo
73 | Fonte de São Mamede e de São Frutuoso na Montaria, Viana do Castelo
74 | Fonte na Montaria, Viana do Castelo
75 | Fonte do Sobral em Arga de Baixo, Caminha
76 | Fonte em Orbacém, Caminha
77 | Fonte de São Martinho em Orbacém, Caminha
78 | Fonte em Orbacém, Caminha
79 | Fonte em Gondar, Caminha
80 | Fonte em Orbacém, Caminha
81 | Fonte em Estorãos, Ponte de Lima
82 | Fonte em Estorãos, Ponte de Lima
83 | Fonte em Estorãos, Ponte de Lima
84 | Fonte em Estorãos, Ponte de Lima
85 | Fonte do Val em Estorãos, Ponte de Lima
86 | Fonte da Mó em Estorãos, Ponte de Lima
87 | Fonte em Arga de Cima, Caminha
88 | Fonte em Arga de Cima, Caminha
89 | Fonte em Arga de Cima, Caminha
90 | Fonte em Arga de Cima, Caminha
91 | Fonte em Arga de Cima, Caminha
92 | Fonte em Arga de Cima, Caminha
93 | Fonte em Arga de São João, Caminha
94 | Fonte em Dem, Caminha
95 | Fonte em Dem, Caminha
96 | Fonte em Dem, Caminha
97 | Fonte em Dem, Caminha
98 | Fonte em Dem, Caminha
99 | Fonte em Âncora, Caminha
100 | Fonte em Âncora, Caminha
101 | Fonte em Outeiro, Viana do Castelo
102 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
103 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
104 | Fonte na Montaria, Viana do Castelo
105 | Fonte de São Bento em Amonde, Viana do Castelo
106 | Fonte em Amonde, Viana do Castelo
107 | Fonte em Gondar, Caminha
108 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
109 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
110 | Fonte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo

111 | Fonte em Riba de Âncora, Caminha
112 | Fonte em Riba de Âncora, Caminha
113 | Fonte em Riba de Âncora, Caminha
114 | Fonte de Nossa Senhora da Assunção em Riba de Âncora, Caminha
115 | Fonte das Presas em Arga de Baixo, Caminha
116 | Fonte da Eirinha em Arga de Baixo, Caminha
117 | Fonte do Campo de Pereira em Arga de Baixo, Caminha

Lavadouros

01 | Lavadouro na Montaria, Viana do Castelo
02 | Lavadouro em Arga de Cima, Caminha
03 | Lavadouro em Arga de São João, Caminha
04 | Lavadouro em Orbacém, Caminha
05 | Lavadouro em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
06 | Lavadouro em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
07 | Lavadouro em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
08 | Lavadouro em Riba de Âncora, Caminha
09 | Lavadouro das Presas em Arga de Baixo, Caminha


Oceano Atlântico
RIO MINHO
RIO COURA
RIO ÂNCORA
RIO LIMA
CAMINHA
VILA NOVA DE CERVEIRA
PAREDES DE COURA
VILAR DE MOUROS
Cavada (Vilar de Mouros)
Agreido (Vilar de Mouros)
Brazileira
Santa Cruz
Viso
Bouças
ARGELA
Aldeia Nova
Venade
Castanheirinho
Chão
U.F. MOLEDO E CRISTELO
U.F. VENADE E AZEVEDO
COVAS
Trás-o-Lombo
Vilares
Abótega
Vilarinho
Chão de Franqueira
Varziela
Santo Agrinha
ARGA DE SÃO JOÃO
ARGA DE BAIXO
U.F. ARGA
ARGA DE CIMA
Candal
DEM
Boucinha
Pedras Frias
Carotes
Casal
GONDAR
U.F. GONDAR E ORBACÉM
Aguieira
Pedrulhos
São Martinho
ORBACÉM
Cabanas
Cancela
Orfãos
MONTARIA
Tras-Âncora
Espantar
Torre
Montaria
Louse
Costa
Além do Rio
Tourim
Casal
AMONDE
Gandra
Escusa
Além
CABRAÇÃO
CABRAÇÃO E MOREIRA DO LIMA
Mãos
Cerquido
ESTORÃOS
Breia
Gramela
Costa
Sobral
Picar
Lacadã
VILA PRAIA DE ÂNCORA
VILE
Quelha
RIBA DE ÂNCORA
Vila Verde
Enxurreira
Ponte
Appra
Aldeia Nova
Viso
Trindade
Cadinho
Lavi
Grovas
ÂNCORA
FREIXIEIRO DE SOUTELO
Valadares
Costa
AFIFE
OUTEIRO
U.F. NOGUEIRA, MEIXEDO E VILAR DE MURTEDA
SÃO PEDRO D'ARCOS
LANHESES
VIANA DO CASTELO
PONTE DE LIMA
LEGENDA:
A. MONUMENTOS
A2. ARQUITETURA CIVIL PÚBLICA
Abrigos
Casa florestais
Escolas
Fontes
Lavadouros
Relógios
Torres
Limite da área de estudo da Paisagem
Limite indicativo da área de estudo do Património
SIC PTCON0039 'Serra de Arga'
Limite Administrativo de Freguesia
Limite Administrativo de Concelho
Fontes cartográficas:
APA, 2017; CAOP, 2016; IGeoE, 2017
N
0 0,5 1 km

MONUMENTOS

ARQUITETURA DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO

Alpondras

01 | Alpondras do Porto Covo em Âncora/Riba de Âncora, Caminha
02 | Poldras do Porto em Arga de Baixo, Caminha

Caminhos

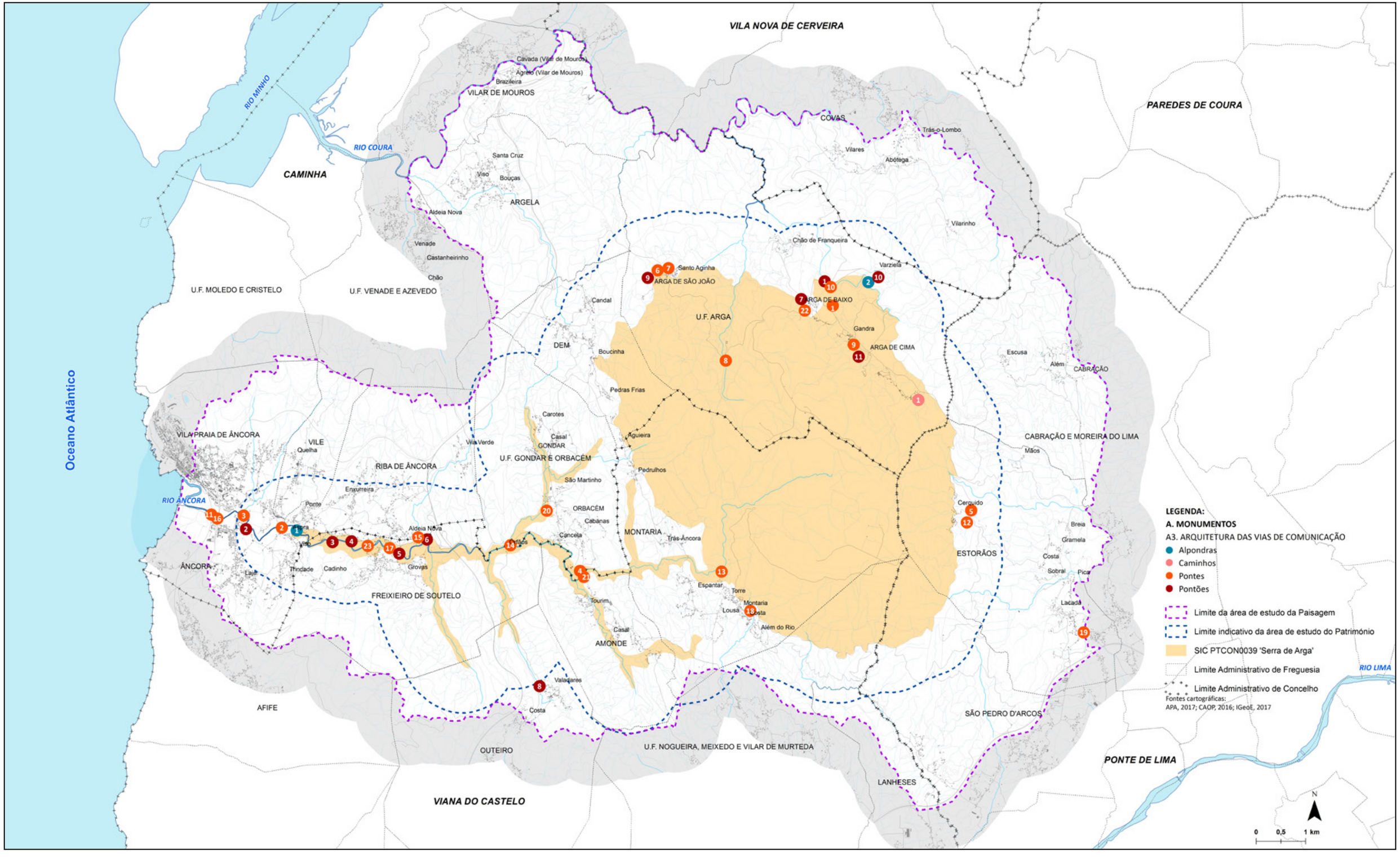
01 | Caminho das Leiras em Arga de Cima, Caminha

Pontes

01 | Ponte das Traves em Arga de Baixo, Caminha
02 | Ponte de Abadim em Vila Praia de Âncora, Caminha
03 | Ponte da Torre em Âncora/Vila Praia de Âncora, Caminha
04 | Ponte de Tourim em Amonde, Viana do Castelo
05 | Ponte do Cerquido em Estorãos, Ponte de Lima
06 | Ponte em Arga de São João, Caminha
07 | Ponte em Arga de São João, Caminha
08 | Ponte de São João em Arga de São João, Caminha
09 | Ponte da Gandra em Arga de Cima, Caminha
10 | Ponte em Arga de Baixo, Caminha
11 | Ponte Férrea em Âncora/Vila Praia de Âncora, Caminha
12 | Ponte do Cerquido em Estorãos, Ponte de Lima
13 | Ponte na Montaria, Viana do Castelo
14 | Ponte de Saim em Orbacém, Caminha
15 | Ponte de Verdeiros em Riba de Âncora, Caminha
16 | Ponte da Estrada Real em Âncora/Vila Praia de Âncora, Caminha
17 | Ponte metálica do Cais em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
18 | Ponte na Montaria, Viana do Castelo
19 | Ponte em Estorãos, Ponte de Lima
20 | Ponte de Bouça-Mé em Orbacém, Caminha
21 | Ponte de Tourim em Amonde, Viana do Castelo
22 | Ponte em Arga de Baixo, Caminha
23 | Ponte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo

Pontões

01 | Ponte de Porto Carro em Arga de Baixo, Caminha
02 | Pontão do Enxão em Âncora/Vila Praia de Âncora, Caminha
03 | Pontão do Hilário em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
04 | Pontão da Tábua em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
05 | Pontão do Cais em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
06 | Pontão e Caminho da Alhada em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
07 | Pontelha em Arga de Baixo, Caminha
08 | Pontão em Outeiro (Valadares), Viana do Castelo
09 | Pontão em Arga de São João, Caminha
10 | Pontelha da Chingosta em Arga de Baixo, Caminha
11 | Pontão do Lobo em Arga de Cima, Caminha


VILA NOVA DE CERVEIRA
PAREDES DE COURA
CAMINHA
VILAR DE MOUROS
Cavada (Vilar de Mouros)
Agreito (Vilar de Mouros)
Brazieira
RIO MINHO
RIO COURA
Santa Cruz
Viso
Bouças
ARGELA
Aldeia Nova
Venade
Castanheirinho
Chão
U.F. MOLEDO E CRISTELO
U.F. VENADE E AZEVEDO
COVAS
Trás-o-Lombo
Vilares
Abóbega
Vilarinho
Chão de Franqueira
Varziela
Santo Aginha
ARGA DE SÃO JOÃO
ARGA DE BAIXO
ARGA DE CIMA
U.F. ARGA
Candal
DEM
Boucinha
Gandra
Escusa
Além
CABRAÇÃO
Pedras Frias
Carotes
Casal
GONDAR
Vila Verde
U.F. GONDAR E ORBACÉM
Aguieira
Pedrulhos
São Martinho
ORBACÉM
Cabanas
Cancela
MONTARIA
Trás-Âncora
Espantar
Torre
Montaria
Lousa
Costa
Além do Rio
Tourim
Casal
AMONDE
Valadares
Costa
VILA PRAIA DE ÂNCORA
VILE
Quelha
RIBA DE ÂNCORA
Enxurreira
Ponte
RIO ÂNCORA
Aldeia Nova
Viso
Trindade
Cadinho
Laje
Grovas
ÂNCORA
FREIXIEIRO DE SOUTELO
AFIFE
OUTEIRO
VIANA DO CASTELO
U.F. NOGUEIRA, MEIXEDO E VILAR DE MURTEDA
LANHESES
CABRAÇÃO E MOREIRA DO LIMA
Mãos
Cerquido
ESTORÃOS
Breia
Gramela
Costa
Sobral
Pica
Lacadã
SÃO PEDRO D'ARCOS
PONTE DE LIMA
RIO LIMA
Oceano Atlântico
LEGENDA:
A. MONUMENTOS
A3. ARQUITETURA DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO
Alpondras
Caminhos
Pontes
Pontões
Limite da área de estudo da Paisagem
Limite indicativo da área de estudo do Património
SIC PTCON0039 'Serra de Arga'
Limite Administrativo de Freguesia
Limite Administrativo de Concelho
Fontes cartográficas:
APA, 2017; CAOP, 2016; IGeoE, 2017
N
0 0,5 1 km

MONUMENTOS

ARQUITETURA INDUSTRIAL/ARTESANAL

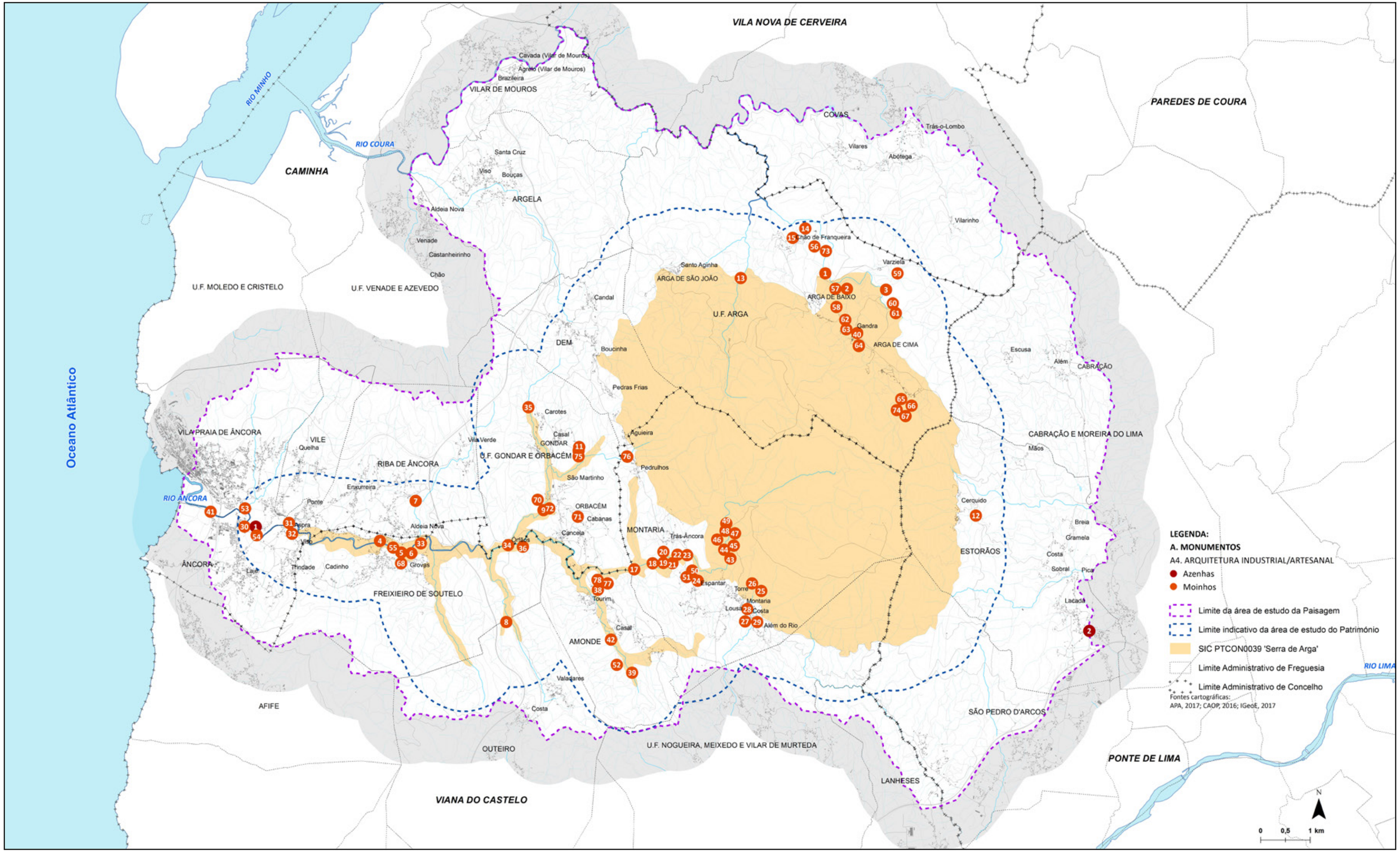
Azenhas

01 | Azenha do Paredão em Vila Praia de Âncora, Caminha
02 | Azenha da Ponte em Estorãos, Ponte de Lima

Moinhos

01 | Moinho de Baixo em Arga de Baixo, Caminha
02 | Moinho da Ponte das Traves em Arga de Baixo, Caminha
03 | Moinho Velho em Arga de Cima, Caminha
04 | Moinho do Fojo em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
05 | Moinho do Cruzeiro em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
06 | Moinho do Novo em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
07 | Moinho de Cabanelas em Riba de Âncora, Caminha
08 | Moinho da Laje em Outeiro, Viana do Castelo
09 | Moinho de Oliveiras em Orbacém, Caminha
10 | Moinho em Gondar, Caminha
11 | Moinho em Gondar, Caminha
12 | Moinho de Cerquido em Estorãos, Ponte de Lima
13 | Moinho de São João em Arga de São João, Caminha
14 | Moinho da Tola em Arga de Baixo, Caminha
15 | Moinho do Sardão em Arga de Baixo, Caminha
16 | Moinho da Gandra em Arga de Cima, Caminha
17 | Moinho da Cruz na Montaria, Viana do Castelo
18 | Moinho da Pereirinha na Montaria, Viana do Castelo
19 | Moinho das Moucas na Montaria, Viana do Castelo
20 | Moinho do Rodelos na Montaria, Viana do Castelo
21 | Moinho da Rosa do Chão na Montaria, Viana do Castelo
22 | Moinho do Curto na Montaria, Viana do Castelo
23 | Moinho do Constâncio na Montaria, Viana do Castelo
24 | Moinho do Tabaco na Montaria, Viana do Castelo
25 | Moinho do Lavadouro na Montaria, Viana do Castelo
26 | Moinho do Lavadouro na Montaria, Viana do Castelo
27 | Moinho da Costa na Montaria, Viana do Castelo
28 | Moinho da Costa na Montaria, Viana do Castelo
29 | Moinho da Costa na Montaria, Viana do Castelo
30 | Moinho do Enxão em Âncora, Caminha
31 | Moinho da Ponte em Riba de Âncora, Caminha
32 | Moinho de Porto Covo em Riba de Âncora, Caminha
33 | Moinho da Alhada em Freixieiro de Soutelo,Viana do Castelo
34 | Moinho da Cidreira em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo

35 | Moinho de Carotes em Gondar, Caminha
36 | Moinho do Caetano em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
37 | Moinho Pequeno em Amonde, Viana do Castelo
38 | Moinho do Orgal em Amonde, Viana do Castelo
39 | Moinho da Porta do Rio em Amonde, Viana do Castelo
40 | Moinho da Fichua em Arga de Cima, Caminha
41 | Moinho da Torre em Âncora, Caminha
42 | Moinho do Folão em Amonde, Viana do Castelo
43 | Moinho da Leitoa na Montaria, Viana do Castelo
44 | Moinho da Chão na Montaria, Viana do Castelo
45 | Moinho do Rego na Montaria, Viana do Castelo
46 | Moinho da Teiga na Montaria, Viana do Castelo
47 | Moinho da Nembra na Montaria, Viana do Castelo
48 | Moinho do Bogalho na Montaria, Viana do Castelo
49 | Moinho do Novo na Montaria, Viana do Castelo
50 | Moinho do Meio na Montaria, Viana do Castelo
51 | Moinho de Baixo na Montaria, Viana do Castelo
52 | Moinho da Pereira em Amonde, Viana do Castelo
53 | Moinho da Cegonha em Âncora, Caminha
54 | Moinho do Paço em Âncora, Caminha
55 | Moinho do Cais em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
56 | Moinho da Costa em Arga de Baixo, Caminha
57 | Moinho de Lá em Arga de Baixo, Caminha
58 | Moinho de Pontelhinha em Arga de Baixo, Caminha
59 | Moinho Novo em Arga de Cima, Caminha
60 | Moinho das Pombas de Baixo em Arga de Cima, Caminha
61 | Moinho das Pombas de Cima em Arga de Cima, Caminha
62 | Moinho do Colmeal em Arga de Cima, Caminha
63 | Moinho da Fichua em Arga de Cima, Caminha
64 | Moinho da Gandra em Arga de Cima, Caminha
65 | Moinho do Covão em Arga de Cima, Caminha
66 | Moinho do Covão em Arga de Cima, Caminha
67 | Moinho da Presa em Arga de Cima, Caminha
68 | Moinho da Bouça Aberta em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
69 | Moinho de Pedrulhos na Montaria, Viana do Castelo
70 | Moinho de São Martinho em Orbacém, Caminha
71 | Moinho em Orbacém, Caminha
72 | Moinho de Bouça-Mé em Orbacém, Caminha
73 | Moinho da Costa em Arga de Baixo, Caminha
74 | Moinho do Covão em Arga de Cima, Caminha
75 | Moinho em Gondar, Caminha
76 | Moinho de Pedrulhos na Montaria, Pedrulhos
77 | Moinho Novo em Amonde, Viana do Castelo
78 | Moinho do Cuval em Amonde, Viana do Castelo


VILA NOVA DE CERVEIRA
PAREDES DE COURA
CAMINHA
VILAR DE MOUROS
Cavada (Vilar de Mouros)
Agreio (Vilar de Mouros)
Brazileira
RIO MINHO
RIO COURA
COVAS
Trás-o-Lombo
Vilares
Abóbega
Santa Cruz
Viso
Bouças
ARGELA
Aldeia Nova
Venade
Castanheirinho
Chão
Vilarinho
Chão de Franqueira
Santo Aginha
ARGA DE SÃO JOÃO
Varzieia
U.F. MOLEDO E CRISTELO
U.F. VENADE E AZEVEDO
Candal
ARGA DE BAIXO
U.F. ARGA
Gandra
DEM
Boucinha
ARGA DE CIMA
Escusa
Além
CABRAÇÃO
Pedras Frias
Carotes
Casal
GONDAR
Aguieira
CABRAÇÃO E MOREIRA DO LIMA
VILA PRAIA DE ÂNCORA
VILE
Quelha
Vila Verde
U.F. GONDAR E ORBACÉM
Pedrulhos
Mãos
RIBA DE ÂNCORA
São Martinho
Enxurreira
RIO ÂNCORA
Ponte
ORBACÉM
Cerquido
Aldeia Nova
Cabanas
MONTARIA
Breia
Gramela
Cancela
Trás-Âncora
ESTORÃOS
Costa
Sobral
Pica
ÂNCORA
Lage
Trindade
Cadinho
Orfãos
Espantar
Torre
Montaria
Lacadã
FREIXIEIRO DE SOUTELO
Tourim
Costa
Além do Rio
AMONDE
Casal
Valadares
AFIFE
SÃO PEDRO D'ARCOS
OUTEIRO
U.F. NOGUEIRA, MEIXEDO E VILAR DE MURTEDA
PONTE DE LIMA
LANHESES
VIANA DO CASTELO
RIO LIMA
Oceano Atlântico
LEGENDA:
A. MONUMENTOS
A4. ARQUITETURA INDUSTRIAL/ARTESANAL
Azenhas
Moinhos
Limite da área de estudo da Paisagem
Limite indicativo da área de estudo do Património
SIC PTCON0039 'Serra de Arga'
Limite Administrativo de Freguesia
Limite Administrativo de Concelho
Fontes cartográficas:
APA, 2017; CAOP, 2016; IGeoE, 2017
N
0 0,5 1 km

MONUMENTOS

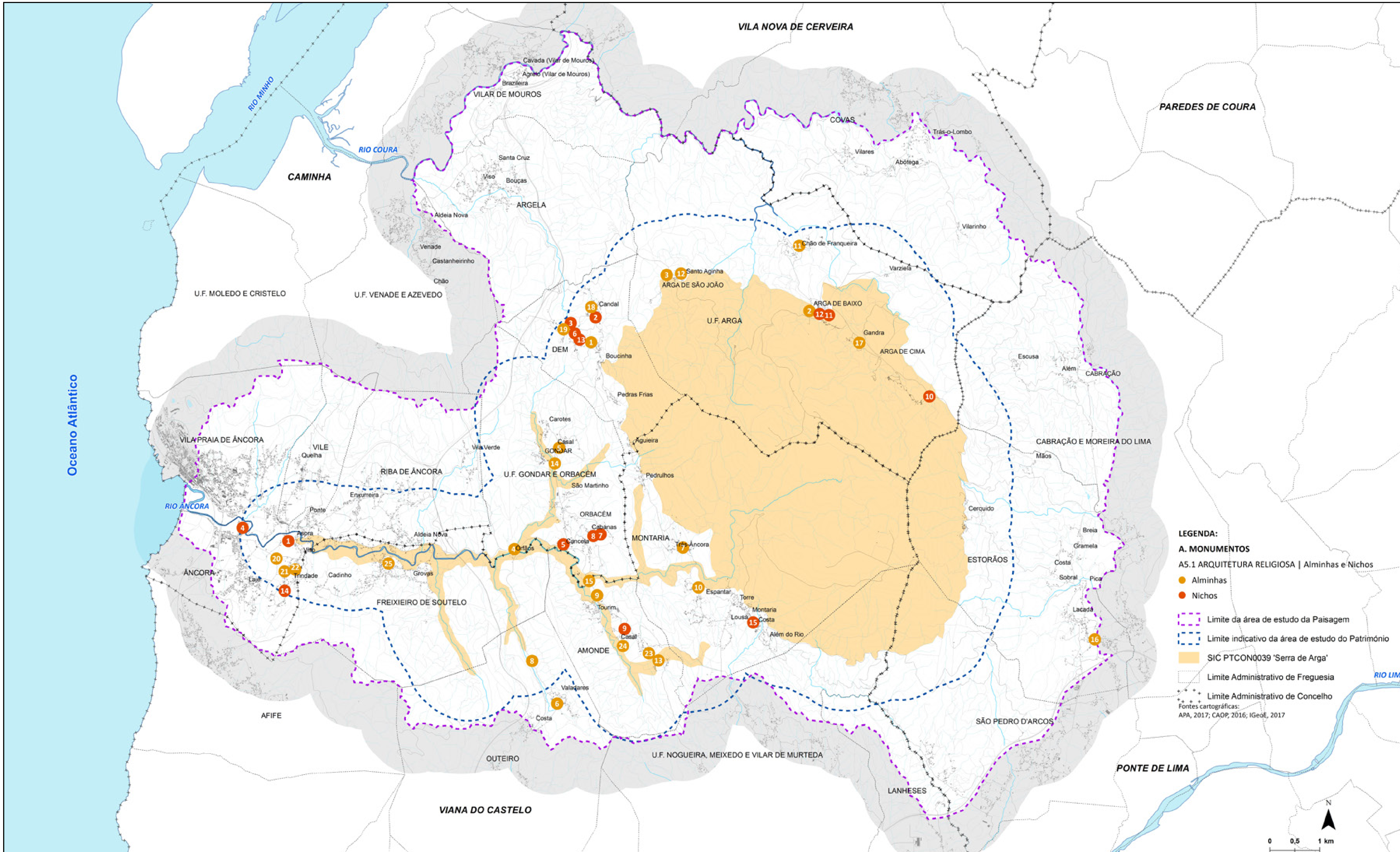
ARQUITETURA RELIGIOSA

Alminhas

01 | Alminhas em Dem, Caminha
02 | Alminhas em Arga de Baixo, Caminha
03 | Alminhas (Santo Aginha) em Arga de São João, Caminha
04 | Alminhas da Ponte de Saim em Orbacém, Caminha
05 | Alminhas em Gondar, Caminha
06 | Alminhas em Outeiro, Viana do Castelo
07 | Alminhas de Trás-Âncora
08 | Alminhas na Montaria, Viana do Castelo
09 | Alminhas em Outeiro, Viana do Castelo
10 | Alminhas do Ferreiro na Montaria, Viana do Castelo
11 | Alminhas em Arga de Baixo, Caminha
12 | Alminhas do Cruzeiro (Presa) em Arga de São João, Caminha
13 | Alminhas em Amonde, Viana do Castelo
14 | Alminhas em Gondar, Caminha
15 | Alminhas da Ponte de Tourim em Amonde, Viana do Castelo
16 | Alminhas da Ponte em Estorãos, Ponte de Lima
17 | Alminhas em Arga de Cima, Caminha
18 | Alminhas de Santo António em Dem, Caminha
19 | Alminhas em Dem, Caminha
20 | Alminhas em Âncora, Caminha
21 | Alminhas de Santo António em Âncora, Caminha
22 | Alminhas em Âncora, Caminha
23 | Alminhas da Cruz em Amonde, Viana do Castelo
24 | Alminhas em Amonde, Viana do Castelo
25 | Alminhas em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo

Nichos

01 | Oratório do Senhor dos Passos em Âncora, Caminha
02 | Nicho do Carqueijal em Dem, Caminha
03 | Nicho em Dem, Caminha
04 | Nicho da Senhora dos Desamparados em Âncora, Caminha
05 | Nicho da Senhora da Conceição em Orbacém, Caminha
06 | Nicho da Casa da Cerejeira em Dem, Caminha
07 | Nicho em Orbacém, Caminha
08 | Nicho de Santo António em Orbacém, Caminha
09 | Nicho da Senhora dos Caminhos em Amonde, Viana do Castelo
10 | Nicho em Arga de Cima, Caminha
11 | Nicho em Arga de Baixo, Caminha
12 | Nicho em Arga de Baixo, Caminha
13 | Nicho em Dem, Caminha
14 | Nicho em Âncora, Caminha
15 | Nicho na Montaria, Viana do Castelo


VILA NOVA DE CERVEIRA
PAREDES DE COURA
CAMINHA
Oceano Atlântico
RIO MINHO
RIO COURA
RIO ÂNCORA
RIO LIMA
VILAR DE MOUROS
ARGELA
COVAS
U.F. MOLEDO E CRISTELO
U.F. VENADE E AZEVEDO
ARGA DE SÃO JOÃO
U.F. ARGA
ARGA DE BAIXO
ARGA DE CIMA
DEM
CABRAÇÃO
CABRAÇÃO E MOREIRA DO LIMA
VILA PRAIA DE ÂNCORA
VILE
RIBA DE ÂNCORA
U.F. GONDAR E ORBACÉM
GONDAR
ORBACÉM
MONTARIA
ESTORÃOS
ÂNCORA
FREIXIEIRO DE SOUTELO
AMONDE
AFIFE
OUTEIRO
U.F. NOGUEIRA, MEIXEDO E VILAR DE MURTEDA
SÃO PEDRO D'ARCOS
LANHESES
VIANA DO CASTELO
PONTE DE LIMA
LEGENDA:
A. MONUMENTOS
A5.1 ARQUITETURA RELIGIOSA | Alminhas e Nichos
Alminhas
Nichos
Limite da área de estudo da Paisagem
Limite indicativo da área de estudo do Património
SIC PTCON0039 'Serra de Arga'
Limite Administrativo de Freguesia
Limite Administrativo de Concelho
Fontes cartográficas:
APA, 2017; CAOP, 2016; IGeoE, 2017
0 0,5 1 km
N

MONUMENTOS

ARQUITETURA RELIGIOSA

Cruzes

01 | Cruz em Riba de Âncora, Caminha
02 | Cruz em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
03 | Cruz em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
04 | Cruz em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
05 | Cruz em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
06 | Cruz em Âncora, Caminha
07 | Cruz em Amonde, Viana do Castelo
08 | Cruz em Amonde, Viana do Castelo
09 | Cruz na Montaria, Viana do Castelo
10 | Cruz na Montaria, Viana do Castelo
11 | Cruz na Montaria, Viana do Castelo
12 | Cruz na Montaria, Viana do Castelo
13 | Cruz na Montaria, Viana do Castelo
14 | Cruz em Estorãos, Ponte de Lima
15 | Cruz de Santo Antão em Arga de Cima, Caminha
16 | Cruz em Riba de Âncora, Caminha
17 | Cruz em Riba de Âncora, Caminha
18 | Cruz na Montaria, Viana do Castelo
19| Cruz em Estorãos, Ponte de Lima
20 | Cruz em Amonde, Viana do Castelo
21 | Cruz em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
22 | Cruz da Ponte da Torre em Âncora, Caminha
23 | Cruz em Amonde, Viana do Castelo
24 | Cruz em Outeiro, Viana do Castelo
25 | Cruz em Outeiro, Viana do Castelo
26 | Cruz em Dem, Caminha
27 | Cruz em Orbacém, Caminha
28 | Cruz em Orbacém, Caminha
29 | Cruz em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
30 | Cruz em Orbacém, Caminha
31 | Cruz em Orbacém, Caminha
32 | Cruz de Santo Antão em Arga de Cima, Caminha
33 | Cruz em Amonde, Viana do Castelo
34 | Cruz em Estorãos, Ponte de Lima
35 | Cruz da Ladeira em Estorãos, Ponte de Lima
36 | Cruz em Âncora, Caminha
37 | Cruz em Âncora, Caminha
38 | Cruz em Âncora, Caminha
39 | Cruz em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
40 | Cruz em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
41 | Cruz da Ponte em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
42 | Cruz em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
43 | Cruz em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
44 | Cruz em Riba de Âncora, Caminha

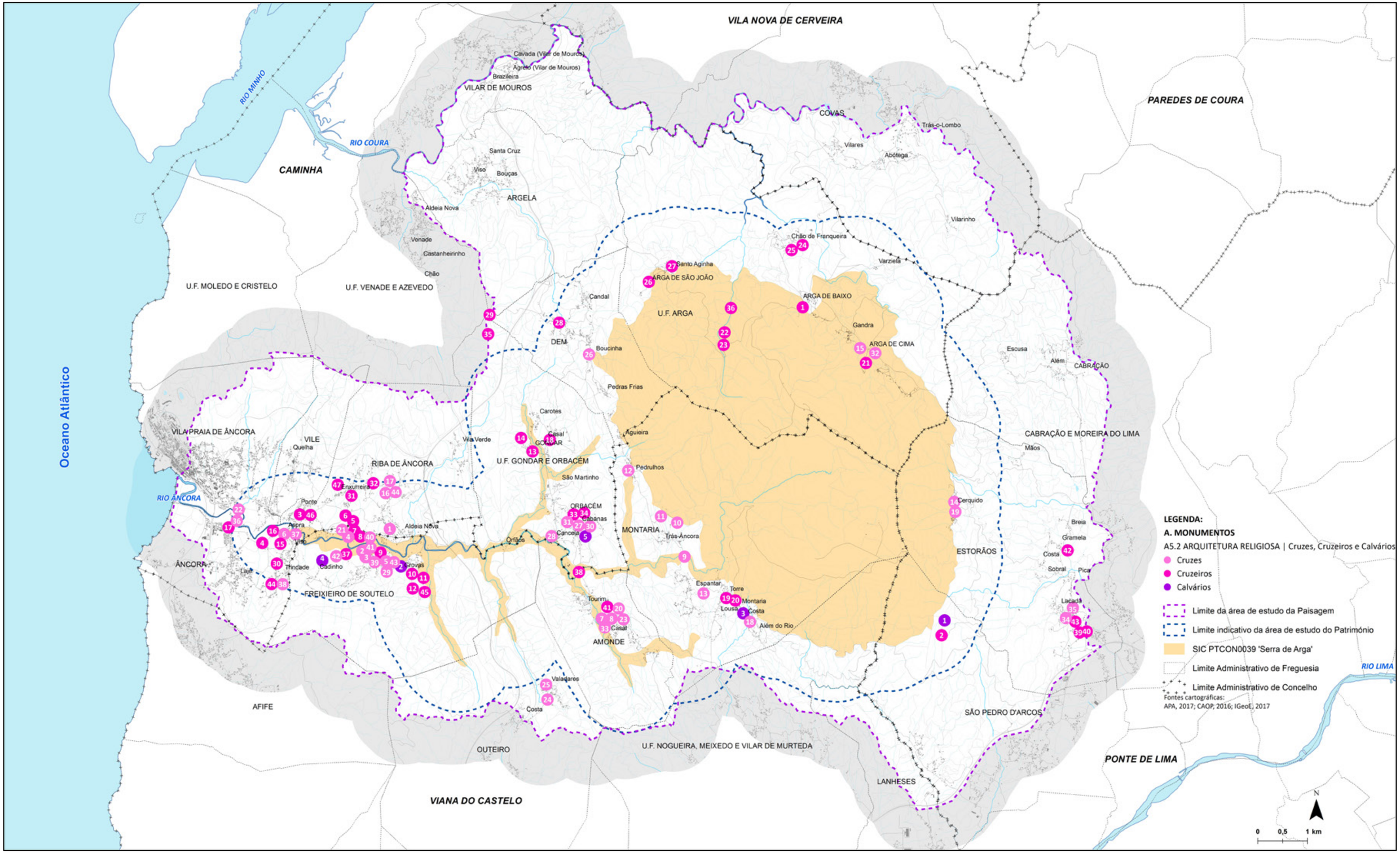
Cruzeiros

01 | Cruzeiro Paroquial em Arga de Baixo, Caminha
02 | Cruzeiro de Santa Justa em São Pedro d'Arcos, Ponte de Lima
03 | Cruzeiro de São Bartolomeu em Riba de Âncora, Caminha
04 | Cruzeiro da Quinta do Paço em Âncora, Caminha
05 | Cruzeiro em Riba de Âncora, Caminha
06 | Cruzeiro da Senhora de Guadalupe em Riba de Âncora, Caminha
07 | Cruzeiro Paroquial em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
08 | Cruzeiro Paroquial em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
09 | Cruzeiro em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
10 | Cruzeiro da Senhora da Cabeça em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
11 | Cruzeiro do Campo de Cima em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
12 | Cruzeiro da Senhora da Cabeça em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
13 | Cruzeiro Paroquial em Gondar, Caminha
14 | Cruzeiro de São Silvestre em Gondar, Caminha
15 | Cruzeiro de Santa Luzia em Âncora, Caminha
16 | Cruzeiro de Aspra em Âncora, Caminha
17 | Cruzeiro Paroquial em Âncora, Caminha
18 | Cruzeiro em Gondar, Caminha
19 | Cruzeiro de Nossa Senhora do Carmo na Montaria, Viana do Castelo
20 | Cruzeiro Paroquial na Montaria, Viana do Castelo
21 | Cruzeiro Paroquial em Arga de Cima, Caminha
22 | Cruzeiro em Arga de Baixo, Caminha
23 | Cruzeiro em Arga de Baixo, Caminha
24 | Cruzeiro da Senhora da Rocha em Arga de Baixo, Caminha
25 | Cruzeiro em Arga de Baixo, Caminha
26 | Cruzeiro Paroquial em Arga de São João, Caminha
27 | Cruzeiro (Presa) em Arga de São João, Caminha
28 | Cruzeiro Paroquial em Dem, Caminha
29 | Cruzeiro em Dem, Caminha
30 | Cruzeiro dos Currais em Âncora, Caminha
31 | Cruzeiro da Capela do Espírito Santo em Riba de Âncora, Caminha
32 | Cruzeiro Paroquial em Riba de Âncora, Caminha
33 | Cruzeiro em Orbacém, Caminha
34 | Cruzeiro Paroquial em Orbacém, Caminha
35 | Cruzeiro de Santo Isidoro em Gondar, Caminha
36 | Cruzeiro da Ladeira em Arga de São João, Caminha
37 | Cruzeiro de São Pedro de Soutelo em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
38 | Cruzeiro da Ponte de Tourim em Amonde, Viana do Castelo
39 | Cruzeiro da Ponte em Estorãos, Ponte de Lima
40 | Cruzeiro em Estorãos, Ponte de Lima
41 | Cruzeiro Paroquial em Amonde, Viana do Castelo
42 | Cruzeiro em Estorãos, Ponte de Lima
43 | Cruzeiro em Estorãos, Ponte de Lima
44 | Cruzeiro da Santíssima Trindade em Âncora, Caminha

45 | Cruzeiro da Capela da Senhora da Cabeça em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
46 | Cruzeiro da Casa do Manuel da Manca em Riba de Âncora, Caminha
47 | Cruzeiro de Santo Amaro em Riba de Âncora, Caminha

Calvários

01 | Calvário de Santa Justa em São Pedro d'Arcos, Ponte de Lima
02 | Calvário em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
03 | Calvário na Montaria, Viana do Castelo
04 | Calvário em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
05 | Calvário em Orbacém, Caminha



VILA NOVA DE CERVEIRA
PAREDES DE COURA
CAMINHA
VIANA DO CASTELO
PONTE DE LIMA
Oceano Atlântico
RIO MINHO
RIO COURA
RIO ÂNCORA
RIO LIMA
VILAR DE MOUROS
ARGELA
COVAS
U.F. MOLEDO E CRISTELO
U.F. VENADE E AZEVEDO
U.F. ARGA
ARGA DE SÃO JOÃO
ARGA DE BAIXO
ARGA DE CIMA
DEM
VILA PRAIA DE ÂNCORA
VILE
RIBA DE ÂNCORA
U.F. GONDAR E ORBACÉM
ORBACÉM
MONTARIA
ESTORÃOS
CABRAÇÃO E MOREIRA DO LIMA
ÂNCORA
FREIXIEIRO DE SOUTELO
AMONDE
AFIFE
OUTEIRO
U.F. NOGUEIRA, MEIXEDO E VILAR DE MURTEDA
LANHESES
SÃO PEDRO D'ARCOS
LEGENDA:
A. MONUMENTOS
A5.2 ARQUITETURA RELIGIOSA | Cruzes, Cruzeiros e Calvários
Cruzes
Cruzeiros
Calvários
Limite da área de estudo da Paisagem
Limite indicativo da área de estudo do Património
SIC PTCON0039 'Serra de Arga'
Limite Administrativo de Freguesia
Limite Administrativo de Concelho
Fontes cartográficas:
APA, 2017; CAOP, 2016; IGeoE, 2017
N
0 0,5 1 km

MONUMENTOS

ARQUITETURA RELIGIOSA

Igrejas

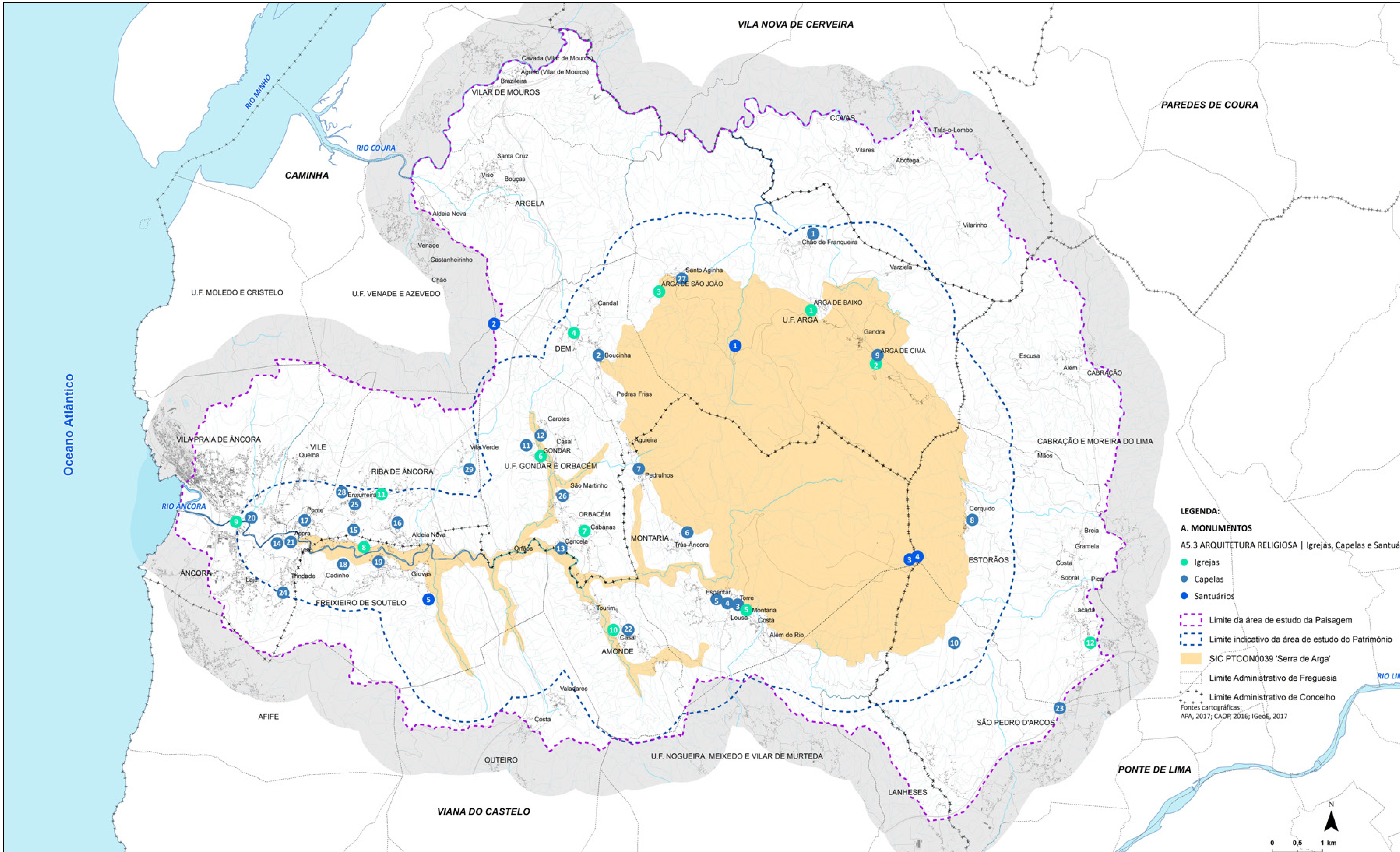
01 | Igreja Paroquial de Arga de Baixo, Caminha
02 | Igreja Paroquial de Arga de Cima, Caminha
03 | Igreja Paroquial de Arga de São João, Caminha
04 | Igreja Paroquial de Dem, Caminha
05 | Igreja Paroquial de São Lourenço da Montaria, Viana do Castelo
06 | Igreja Paroquial de Gondar, Caminha
07 | Igreja Paroquial de Orbacém, Caminha
08 | Igreja Paroquial de Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
09 | Igreja Paroquial de Âncora, Caminha
10 | Igreja Paroquial de Amonde, Viana do Castelo
11 | Igreja Paroquial de Riba de Âncora, Caminha
12 | Igreja Paroquial de Estorãos, Ponte de Lima

Capelas

01 | Capela da Senhora da Rocha em Arga de Baixo, Caminha
02 | Capela de Santa Luzia em Dem, Caminha
03 | Capela de Nossa Senhora da Conceição na Montaria, Viana do Castelo
04 | Capela de São Brás na Montaria, Viana do Castelo
05 | Capela do Senhor do Socorro na Montaria, Viana do Castelo
06 | Capela de São Mamede e São Frutuoso na Montaria, Viana do Castelo
07 | Capela de São Francisco na Montaria, Viana do Castelo
08 | Capela de Santa Rufina e Nossa Senhora de Fátima em Estorãos, Ponte de Lima
09 | Capela de Santo Antão em Arga de Cima, Caminha
10 | Capela e Quartéis de Santa Justa em São Pedro d'Arcos, Ponte de Lima
11 | Capela de São Silvestre em Gondar, Caminha
12 | Capela da Senhora da Aparecida em Gondar, Caminha
13 | Capela do Senhor dos Aflitos em Orbacém, Caminha
14 | Capela em Âncora, Caminha
15 | Capela da Senhora de Guadalupe em Riba de Âncora, Caminha
16 | Capela da Senhora da Consolação em Riba de Âncora, Caminha
17 | Capela de São Bartolomeu em Riba de Âncora, Caminha
18 | Capela de São Pedro de Soutelo em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
19 | Capela de São Sebastião em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
20 | Capela de São Brás em Vila Praia de Âncora, Caminha
21 | Capela de Santa Luzia em Âncora, Caminha
22 | Capela de Santa Quitéria em Amonde, Viana do Castelo
23 | Capela da Quinta de Pentieiros em Estorãos, Ponte de Lima
24 | Capela da Santíssima Trindade em Âncora, Caminha
25 | Capela do Espírito Santo em Riba de Âncora, Caminha
26 | Capela de São Martinho de Couraçadas em Orbacém, Caminha
27 | Capela de Nossa Senhora da Conceição em Arga de São João, Caminha
28 | Capela de Santo Amaro em Riba de Âncora, Caminha
29 | Capela de São Miguel em Riba de Âncora, Caminha

Santuários

01 | Santuário de São João d'Arga em Arga de Baixo, Caminha
02 | Santuário da Senhora das Neves em Dem, Caminha
03 | Santuário de Nossa Senhora da Conceição do Minho na Montaria, Viana do Castelo
04 | Santuário de Nossa Senhora da Conceição do Minho na Montaria, Viana do Castelo
05 | Santuário de Nossa Senhora da Cabeça em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo



VILA NOVA DE CERVEIRA
PAREDES DE COURA
CAMINHA
Oceano Atlântico
RIO MINHO
RIO COURA
RIO ÂNCORA
RIO LIMA
VILAR DE MOUROS
ARGELA
COVAS
U.F. MOLEDO E CRISTELO
U.F. VENADE E AZEVEDO
U.F. ARGA
ARGA DE SÃO JOÃO
ARGA DE BAIXO
ARGA DE CIMA
DEM
VILA PRAIA DE ÂNCORA
VILE
RIBA DE ÂNCORA
U.F. GONDAR E ORBACÉM
GONDAR
ORBACÉM
MONTARIA
ÂNCORA
FREIXIEIRO DE SOUTELO
AMONDE
CABRAÇÃO
CABRAÇÃO E MOREIRA DO LIMA
ESTORÃOS
AFIFE
OUTEIRO
U.F. NOGUEIRA, MEIXEDO E VILAR DE MURTEDA
LANHESES
SÃO PEDRO D'ARCOS
PONTE DE LIMA
VIANA DO CASTELO
LEGENDA:
A. MONUMENTOS
A5.3 ARQUITETURA RELIGIOSA | Igrejas, Capelas e Santuários
Igrejas
Capelas
Santuários
Limite da área de estudo da Paisagem
Limite indicativo da área de estudo do Património
SIC PTCON0039 'Serra de Arga'
Limite Administrativo de Freguesia
Limite Administrativo de Concelho
Fontes cartográficas:
APA, 2017; CAOP, 2016; IGeoE, 2017
0 0,5 1 km
N

MONUMENTOS

ARQUITETURA RELIGIOSA

Cemitérios

01 | Cemitério de Âncora, Caminha
02 | Cemitério de Riba de Âncora, Caminha
03 | Cemitério de Gondar, Caminha
04 | Cemitério de Orbacém, Caminha
05 | Cemitério de Dem, Caminha
06 | Cemitério de Arga de Baixo, Caminha
07 | Cemitério de Arga de Cima, Caminha
08 | Cemitério de Arga de São João, Caminha
09 | Cemitério de Estorãos, Ponte de Lima
10 | Cemitério de Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
11 | Cemitério da Montaria, Viana do Castelo
12 | Cemitério de Amonde, Viana do Castelo

Oceano Atlântico

VILA NOVA DE CERVEIRA

PAREDES DE COURA

RIO MINHO

RIO COURA

CAMINHA

Cavada (Vilar de Mouros)

Agreio (Vilar de Mouros)

Brazileira

VILAR DE MOUROS

Santa Cruz

Viso

Bouças

ARGELA

Aldeia Nova

Venade

Castanheirinho

Chão

U.F. MOLEDO E CRISTELO

U.F. VENADE E AZEVEDO

COVAS

Trás-o-Lombo

Vilares

Abótega

Vilarinho

Chão de Franqueira

Varziela

Santo Aginha

ARGA DE SÃO JOÃO

8

Candal

5

DEM

Boucinha

ARGA DE BAIXO

6

U.F. ARGA

Gandra

ARGA DE CIMA

7

Escusa

Além

CABRAÇÃO

Pedras Frias

Carcoes

Casal

3 GONDAR

U.F. GONDAR E ORBACÉM

Vila Verde

Aguieira

Pedrulhos

São Martinho

ORBACÉM

4 Cabanas

Cancela

Orfãos

MONTARIA

Trás-Áncora

Espantar

Torre

Montaria

Lousã

Costa

11

Além do Rio

Tourim

12

Casal

AMONDE

VILA PRAIA DE ÂNCORA

VILE

Queiha

RIBA DE ÂNCORA

Enxurreira

2

Ponte

Aspra

Viso

10

Aldeia Nova

Trindade

Cadinho

Grovas

ÂNCORA

Laje

FREIXIEIRO DE SOUTELO

RIO ÂNCORA

1

Valadares

Costa

AFIFE

OUTEIRO

VIANA DO CASTELO

U.F. NOGUEIRA, MEIXEDO E VILAR DE MURTEDA

LANHESES

CABRAÇÃO E MOREIRA DO LIMA

Mâcos

Cerquido

ESTORÃOS

Breia

Gramela

Costa

Sobral

Pica

Lacadã

9

SÃO PEDRO D'ARCOS

PONTE DE LIMA

RIO LIMA

LEGENDA:

A. MONUMENTOS

A5.4 ARQUITETURA RELIGIOSA | Cemitérios

- Cemitérios

- Limite da área de estudo da Paisagem
- Limite indicativo da área de estudo do Património
- SIC PTCON0039 'Serra de Arga'
- Limite Administrativo de Freguesia
- Limite Administrativo de Concelho

Fontes cartográficas:
APA, 2017; CAOP, 2016; IGeoE, 2017

N

0 0,5 1 km

CONJUNTOS

Núcleos Rurais

01 | Amonde, Viana do Castelo
02 | Arga de Baixo, Caminha
03 | Torno-Tojal em Arga de Cima, Caminha
04 | Santo Aginha em Arga de São João, Caminha
05 | Dem, Caminha
06 | Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
07 | Gondar, Caminha
08 |Tourim em Amonde, Viana do Castelo
09 |Cerquido em Estorãos, Ponte de Lima
10 | Montaria, Viana do Castelo
11 | Gandra em Arga de Cima, Caminha
12 | Varziela em Arga de Baixo, Caminha
13 | Espantar na Montaria, Viana do Castelo
14 | Valadares em Outeiro, Viana do Castelo
15 | Orbacém, Caminha
16 | Trás-Âncora na Montaria, Viana do Castelo
17 | Pedrulhos na Montaria, Viana do Castelo
18 |Estorãos, Ponte de Lima
19 | Reconco em Arga de Cima, Caminha
20 | Sobral em Arga de Baixo, Caminha

Oceano Atlântico

RIO MINHO

RIO COURA

RIO ÂNCORA

RIO LIMA

VILA NOVA DE CERVEIRA

PAREDES DE COURA

CAMINHA

VILAR DE MOUROS

Cavada (Vilar de Mouros)

Agrelo (Vilar de Mouros)

Brazileira

ARGELA

Santa Cruz

Viso

Bouças

Aldeia Nova

Venade

Castanheirinho

Chão

U.F. MOLEDO E CRISTELO

U.F. VENADE E AZEVEDO

COVAS

Trás-o-Lombo

Vilares

Abótega

Vilarinho

Chão de Franqueira

ARGA DE SÃO JOÃO

Candal

DEM

Boucinha

Pedras Frias

Carotes

Casal

Aguieira

ARGA DE BAIXO

U.F. ARGA

ARGA DE CIMA

Escusa

Além

CABRAÇÃO

CABRAÇÃO E MOREIRA DO LIMA

Maos

VILA PRAIA DE ÂNCORA

VILE

Quelha

Vila Verde

RIBA DE ÂNCORA

U.F. GONDAR E ORBACÉM

São Martinho

Enxurreira

Ponte

Aspra

Viso

Aldeia Nova

Cabanas

Cancela

Orfãos

Trás-Âncora

MONTARIA

ESTORÃOS

Cerquido

Breia

Gramela

Costa

Sobral

Pica

Lacadã

ÂNCORA

Laje

Trindade

Cadinho

Grovas

FREIXIEIRO DE SOUTELO

Espantar

Torre

Lousa

Costa

Além do Rio

Casal

AMONDE

AFIFE

OUTEIRO

Costa

U.F. NOGUEIRA, MEIXEDO E VILAR DE MURTEDA

SÃO PEDRO D'ARCOS

LANHESES

PONTE DE LIMA

VIANA DO CASTELO

LEGENDA:

B. CONJUNTOS

B1. NÚCLEOS RURAIS

- Núcleos Rurais
- Limite da área de estudo da Paisagem
- Limite indicativo da área de estudo do Património
- SIC PTCON0039 'Serra de Arga'
- Limite Administrativo de Freguesia
- Limite Administrativo de Concelho

Fontes cartográficas:
APA, 2017; CAOP, 2016; IGeoE, 2017

N

0 0,5 1 km

SÍTIOS

ESPAÇOS NATURAIS

Açudes

01 | Açude do Porto Covo em Âncora/Riba de Âncora, Caminha
02 | Açude do Creugo em Âncora/Riba de Âncora, Caminha
03 | Açude do Cais em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
04 | Açude do Hilário em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
05 | Açude da Tábua em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
06 | Açude da Alhada em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
07 | Alpondras da Torre em Âncora/Vila Praia de Âncora, Caminha
08 | Açude do Paço em Âncora/Vila Praia de Âncora, Caminha
09 | Açude da Coelheira em Âncora/Vila Praia de Âncora, Caminha
10 | Açude de Santa Luzia em Âncora/Vila Praia de Âncora, Caminha
11 | Açude do Cais em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo

Espaços Fluviais

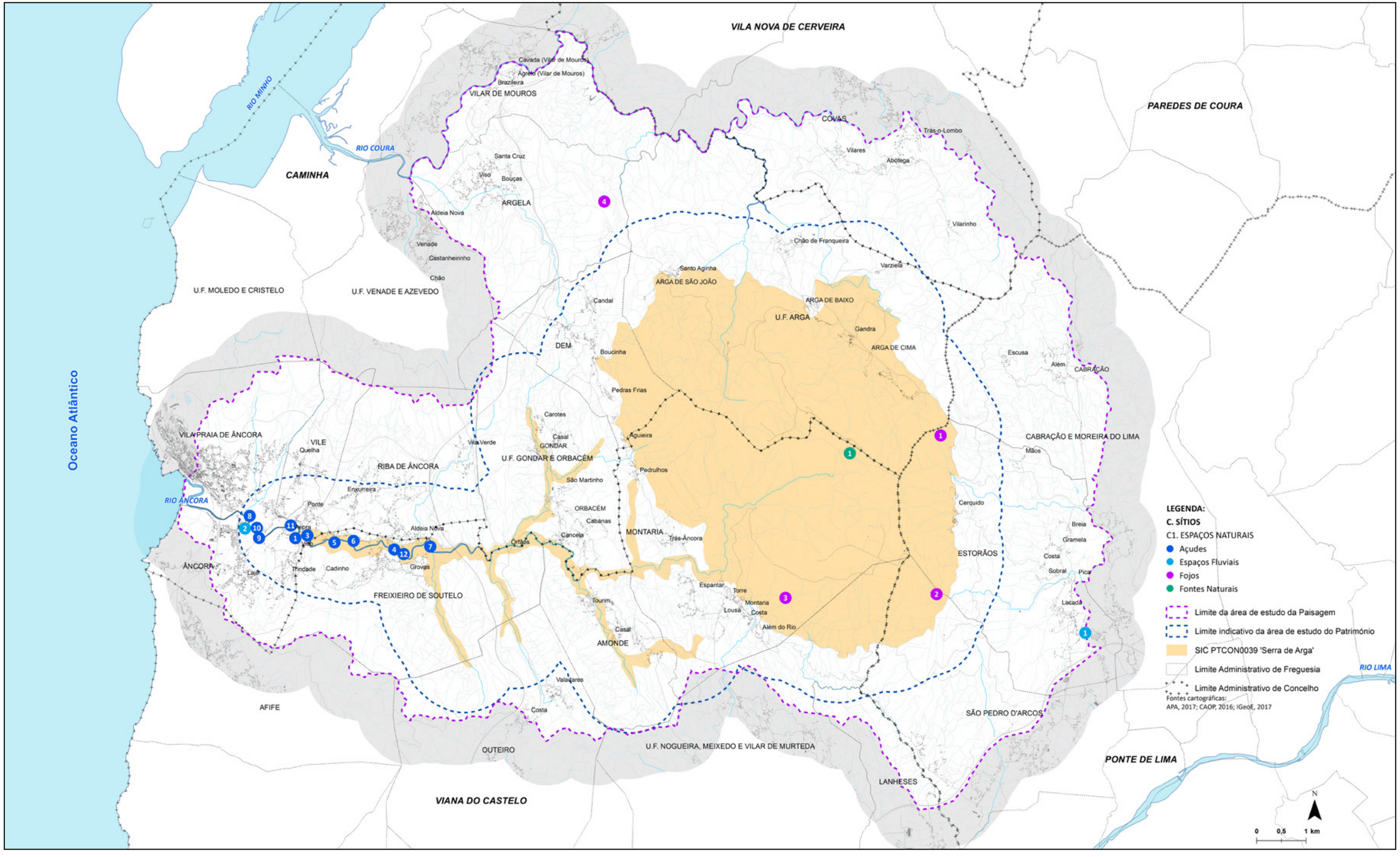
01 | Praia Fluvial do Rio Âncora em Âncora/Vila Praia de Âncora, Caminha
02 | Área de Lazer Fluvial de Estorãos, Ponte de Lima

Fojos

01 | Fojo do Alto do Cavalinho em Estorãos, Ponte de Lima
02 | Fojo de Cerquido em Estorãos, Ponte de Lima
03 | Fojo de Montaria em Montaria, Viana do Castelo
04 | Fojo de Cruz da Facha em Argela, Caminha

Fontes Naturais

01 | Fonte da Urze na Montaria, Viana do Castelo



VILA NOVA DE CERVEIRA
PAREDES DE COURA
CAMINHA
VIANA DO CASTELO
PONTE DE LIMA
Oceano Atlântico
RIO MINHO
RIO COURA
RIO ÂNCORA
RIO LIMA
VILAR DE MOUROS
ARGELA
COVAS
U.F. MOLEDO E CRISTELO
U.F. VENADE E AZEVEDO
DEM
ARGA DE SÃO JOÃO
U.F. ARGA
ARGA DE BAIXO
ARGA DE CIMA
CABRAÇÃO
CABRAÇÃO E MOREIRA DO LIMA
VILA PRAIA DE ÂNCORA
VILE
RIBA DE ÂNCORA
U.F. GONDAR E ORBACÉM
ORBACÉM
MONTARIA
ESTORÃOS
ÂNCORA
FREIXIEIRO DE SOUTELO
AMONDE
AFIFE
OUTEIRO
U.F. NOGUEIRA, MEIXEDO E VILAR DE MURTEDA
LANHESES
SÃO PEDRO D'ARCOS
LEGENDA:
C. SÍTIOS
C1. ESPAÇOS NATURAIS
Açudes
Espaços Fluviais
Fojos
Fontes Naturais
Limite da área de estudo da Paisagem
Limite indicativo da área de estudo do Património
SIC PTCON0039 'Serra de Arga'
Limite Administrativo de Freguesia
Limite Administrativo de Concelho
Fontes cartográficas:
APA, 2017; CAOP, 2016; IGeoE, 2017
N
0 0,5 1 km

SÍTIOS

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Achados Isolados

01 | Lápide Romana em Amonde, Viana do Castelo

Arte Rupestre

01 | Gravuras Rupestres do Cais em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
02 | Barreiros em Âncora, Caminha
03 | Santo Adrião 1 em Âncora, Caminha
04 | Gravuras Costa Carvalho em Dem, Caminha
05 | Chão do Cano 1, 2 e 3 em Âncora, Caminha
06 | Lajedo 1 em Amonde, Viana do Castelo
07 | Bengala de São Pedro em Freixieiro de Soutelo/Outeiro, Viana do Castelo
08 | Gravuras Rupestres de Grovas em Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo
09 | Quinta do Socorro em Âncora, Caminha
10 | Matança em Afife, Viana do Castelo

Depósitos ou Terraços Marinhos

01 | Estação Arqueológica de Vila Praia de Âncora, Caminha
02 | Estação Arqueológica do Caído em Vila Praia de Âncora, Caminha
03 | Estação Arqueológica do Forte do Cão em Âncora, Caminha
04 | Estação Arqueológica do Forte da Lagarteira em Vila Praia de Âncora, Caminha

Igrejas ou Capelas

01 | Antiga Igreja de Bulhente em Vila Praia de Âncora, Caminha
02 | Capela de São Pedro de Varais em Vile, Caminha

Megalitismo

01 | Dólmen de Vile, Caminha
02 | Mamoa do Chão da Pica na Montaria, Viana do Castelo
03 | Mamoa de Aspra em Âncora, Caminha
04 | Anta da Barrosa em Vila Praia de Âncora, Caminha
05 | Mamoas 1, 2 e 3 da necrópole megalítica de São Pedro de Arcos, Ponte de Lima

Minas e Explorações Mineiras

01 | Minas Romanas de Folgadoiro na Montaria/UF Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda, Viana do Castelo

Necrópoles ou Sepulturas Medievais

01 | Sepultura escavada na rocha de Sangemondes em São Pedro de Arcos, Ponte de Lima
02 | Vestígios medievais nas imediações da Igreja Paroquial em São Pedro de Arcos, Ponte de Lima

Povoados Abertos

01 | Vestígios Romanos em Amonde, Viana do Castelo
02 | Quinta dos Pentieiros em Estorãos, Ponte de Lima

Povoados Fortificados

01 | Castro e atalaia medieval do Castelo na Montaria (Trás-Âncora/São Mamede), Viana do Castelo
02 | Castro do Cuturo em Afife/Freixieiro de Soutelo/Âncora, Viana do Castelo/Caminha
03 | Castro na UF Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda, Viana do Castelo
04 | Cividade de Âncora em Âncora/Afife, Caminha/Viana do Castelo
05 | Picoto em Riba de Âncora/Vile, Caminha
06 | Castro do Formigoso em São Pedro de Arcos, Ponte de Lima
07 | Bouça do Monte de Crasto em Estorãos, Ponte de Lima
08 | Casais em Estorãos, Ponte de Lima
09 |Alto do Castro em Dem, Caminha
10 | Castro do Germano em Dem, Caminha
11 | Castelo ou Castro na UF Arga (Arga de Baixo), Caminha
12 | Socastro ou Cerquido em Estorãos, Ponte de Lima
13 | Castro do Alto da Corôa em Amonde/Montaria, Viana do Castelo
14 | Santo Amaro em Riba de Âncora, Caminha

Oceano Atlântico

VILA NOVA DE CERVEIRA

PAREDES DE COURA

RIO MINHO

RIO COURA

RIO ÂNCORA

RIO LIMA

CAMINHA

VILAR DE MOUROS

Cavada (Vilar de Mouros)

Agreido (Vilar de Mouros)

Brazileira

ARGELA

Santa Cruz

Viso

Bouças

Aldeia Nova

Venade

Castanheirinho

Chão

U.F. MOLEDO E CRISTELO

U.F. VENADE E AZEVEDO

COVAS

Trás-o-Lombo

Vilares

Abóboga

Vilarinho

Chão de Franqueira

Varzieia

Santo Aginha

ARGA DE SÃO JOÃO

ARGA DE BAIXO

U.F. ARGA

ARGA DE CIMA

Gandra

Candal

DEM

Boucinha

Pedras Frias

Carotes

Casal

GONDAR

U.F. GONDAR E ORBACÉM

São Martinho

Pedrulhos

Aguieira

ORBACÉM

Cabanas

Cancela

Orfãos

MONTARIA

Trás-Âncora

Espantar

Torre

Montaria

Lousa

Costa

Além do Rio

Tourim

Casal

AMONDE

Valadares

Costa

Escusa

Além

CABRAÇÃO

CABRAÇÃO E MOREIRA DO LIMA

Mãos

Cerquido

ESTORÃOS

Breia

Gramela

Costa

Sobral

Pica

Lacadã

VILA PRAIA DE ÂNCORA

VILE

Quelha

Vila Verde

RIBA DE ÂNCORA

Enxurreira

Ponte

Pepra

Vilo

Aldeia Nova

ÂNCORA

Lau

Trindade

Cadinho

Grovas

FREIXIEIRO DE SOUTELO

AFIFE

OUTEIRO

VIANA DO CASTELO

U.F. NOGUEIRA, MEIXEDO E VILAR DE MURTEDA

SÃO PEDRO D'ARCOS

LANHESES

PONTE DE LIMA

LEGENDA:

C. SÍTIOS

C2. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

- Achados Isolados
- Arte Rupestre
- Depósitos ou Terraços Marinhos
- Igrejas ou Capelas
- Megalitismo
- Minas e Explorações Mineiras
- Necrópoles ou Sepulturas Medievais
- Povoados Abertos
- Povoados Fortificados

- Limite da área de estudo da Paisagem
- Limite indicativo da área de estudo do Património
- SIC PTCON0039 'Serra de Arga'
- Limite Administrativo de Freguesia
- Limite Administrativo de Concelho

Fontes cartográficas:
APA, 2017; CAOP, 2016; IGeoE, 2017

N

0 0,5 1 km

Notas de rodapé

1.
VASCONCELOS, Joaquim Manuel de Paula e (1997). Moinhos do Rio Âncora. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.

2.
De ascendência romana, a azenha, de roda vertical, é mencionada e descrita pela primeira vez por Vitrúvio no capítulo acerca de rodas e moinhos movidos pela água no seu livro "De Architectura" que data de 25 a.C., podendo-se supor que o seu aparecimento surgiu no decurso do século I a.C.

De origem grega, o moinho de rodízio, ou roda horizontal, teria sido utilizado pela primeira vez no século I da nossa era. No entanto, a sua construção e consequente utilização generalizou-se somente a partir do século IV, no tempo do Imperador Constantino, o Grande (271-337).

3.
As Alminhas da Ponte de Estorãos, em Ponte de Lima, estão classificadas como Imóvel de Interesse Municipal (IIM) pelo Decreto-Lei (DL) n.º 129/1977, de 29 de setembro.

4.
Fonte: ALVES, Lourenço (1985), p. 625.

5.
No Santuário da Senhora das Neves (ou da Senhora da Serra) realizava-se, desde o final do século XVII, o clamor da confraria de Santo Isidoro: "(...) as cruzes da freguesia (...) reuniam-se, acompanhadas do pároco e de muito povo, junto ao Cruzeiro de Santo Isidoro, a poucos metros, a sudeste da capela (...). Junto ao cruzeiro existia uma mesa com quatro bancos à roda (...). Era a mesa dos quatro abades. Aqui prestavam contas, à Confraria, os delegados de Dem. Só depois desta praxe se organizava o clamor até à capela (...)" - ALVES, Lourenço (2000), pp. 119-120.

6.
Fonte: ALVES, Lourenço (1985), p. 242.

8.

Núcleo Rural	Altitude
Reconco (Arga de Cima)	560 m
Torno-Tojal (Arga de Cima)	550 m
Gandra (Arga de Cima)	550 m
Arga de Baixo	500 m
Varziela (Arga de Baixo)	460 m
Cerquido (Estorãos)	410 m
Santo Aginha (Arga de São João)	400 m
Sobral (Castanheira, Arga de Baixo)	360 m

9.

Núcleo Rural	Altitude
Dem	280 m
Espantar (Montaria)	280 m
Pedrulhos (Montaria)	280 m
Montaria	270 m
Trás-Âncora (Montaria)	230 m

10.

Núcleo Rural	Altitude
Valadares (Outeiro)	200 m
Amonde	130 m
Gondar	110 m
Orbacém	110 m
Tourim	90 m
Freixieiro de Soutelo	50 m
Estorãos	40 m

11.
O mato, ou gatenho, era montado "e as mulheres desciam-no em feixe à cabeça, ajudadas pela forquilha. No fim de cada 'descida de gatenho', empilhado no quinteiro, a família oferecia às mulheres participantes uma refeição e organizava um baile para o qual compareciam, para além delas, os parentes e os amigos." - COUTINHO, Artur (1997). Mosaicos da Serra d'Arga; pp. 75-76.

12.
A Presa do Cruzeiro localiza-se nas proximidades do Cruzeiro da Presa, abordado no subcapítulo Arquitetura Religiosa (cruzes, cruzeiros e calvários) do presente documento.

13.
COUTINHO, Artur (1997). Mosaicos da Serra d'Arga, pp. 156-171. Os ditados populares destacados são aqueles que se presume ter a sua origem na própria Serra d'Arga e que se relacionam com a agricultura, as estações do ano e os aspetos climatéricos.

14.
COUTINHO, Artur (1997). Mosaicos da Serra d'Arga, p. 127.

15.
ALVES, Lourenço (2000). Arquitectura Religiosa do Alto Minho - séc. XVIII ao séc. XX, p. 103. Na realidade, trata-se apenas de uma das várias versões que referem a vida de Santo Antão ou do Santo do Chocalho.

16.
COUTINHO, Artur (2007). Cancioneiro da Serra d'Arga (4.ª ed.), p. 11.

17.
ALVES, Lourenço (1985). Caminha e seu concelho (Monografia), p. 248.

18.
ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1987). Alto Minho, p. 62.

19.
COUTINHO, Artur (1997). Mosaicos da Serra d'Arga, p. 229.

20.
COUTINHO, Artur (1997). Mosaicos da Serra d'Arga, p. 46.

21.
OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1995). Festividades cíclicas em Portugal, p. 217.

Créditos fotográficos:

PAISAGEM: João Almeida.

PATRIMÓNIO CULTURAL: Vera Santos Silva, exceto: João Almeida: fotografias do Abrigo de pastores em Arga de Cima (pág. 54), da Antiga casa florestal de Sangemondes (pág. 56), da Antiga casa florestal da Montaria (pág. 57), da Pontes das Traves (pág. 32), do Calvário de Santa Justa (pág. 123), da Capela e Quartéis de Santa Justa (pág. 136) e do Espigueiro sobre muro de vedação (pág. 219); Município de Caminha: fotografia do Pontão do Lobo (pág. 82).

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO: Paulo Dórdio Gomes, exceto: Município de Caminha: fotografia da Anta da Barrosa (págs. 186 e 187).

PATRIMÓNIO IMATERIAL: Vera Santos Silva, exceto: Município de Caminha: fotografias do Andor da Senhora das Neves na procissão da romaria (pág. 248), da Bênção dos animais na Festa de São Silvestre (pág. 268), do Cabrito à Serra d'Arga (pág. 276), do Sarapatel (pág. 276) da Broa de milho (pág. 276), do Fumeiro tradicional em Arga de Cima (pág. 277), do Bagaço com mel (pág. 277); Município de Caminha/Luís Valadares fotografias da Procissão da Festa de Nossa Senhora do Rosário (págs. 236 e 237), das Danças populares na Romaria de São João d'Arga (pág. 255) e da Romaria de São João d'Arga (págs. 266 e 267); Rodrigo Costa: fotografia do Traje Típico da Serra d'Arga (pág. 278).

© Todos os direitos reservados.
A reprodução total ou parcial, sob qualquer forma, do conteúdo desta publicação carece de aprovação prévia e expressa dos respetivos autores e dos municípios de Caminha, Viana do Castelo e Ponte de Lima.

ELABORADO POR

territórioxxi

TERRITÓRIO XXI
Gestão Integrada do Território e do Ambiente, Lda

Rua D. João I, 298 - 1.º andar
4450-162 Matosinhos
T. +351 220 135 202
geral@territorioxxi.pt

PROJETO INTERMUNICIPAL

CAMINHA

CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

MUNICÍPIO PONTE DE LIMA
TERRA RICA DA HUMANIDADE

FINANCIADO POR

NORTE 2020
PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

PORTUGAL 2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional